

Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana

CIÊNCIA & TRÓPICO

Volume 46
Número 1
2022

Volume 46
Número 1
2022

CIÊNCIA & TRÓPICO

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Victor Godoy Veiga
Ministro da Educação

Antônio Ricardo Accioly Campos
Presidente da Fundação Joaquim Nabuco

Mário Hélio Gomes de Lima
Diretor de Memória, Educação, Cultura e Arte (DIMECA)

Elizabeth Mattos
Coordenadora de Gerenciamento de Projetos e Processos

Alexandrina Sobreira de Moura
Editora da Revista Ciência & Trópico Diretoria de Pesquisas Sociais

Antonio Laurentino
Setor de Serviços Editoriais - Editora Massangana – Fundaj

Luis Henrique Lopes da Silva
Editor Assistente da Revista Ciência & Trópico

Conselho Editorial da Revista Ciência & Trópico

Cátia Lubambo
Fundação Joaquim Nabuco

Pedro Hespanha
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

José Paulo Chahad
Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

Maria Cecília MacDowel Santos
Universidade de São Franscisco, Califórnia
e Centro de Pesquisas Sociais da Universidade de Coimbra

Marion Aubrée
Centro de Estudos Interdisciplinares de Fatos Religiosos / Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, França.Maria do Carmo de Lima Bezerra
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Silvina Carrizo
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Juan Carlos Lerda
Universidade do Chile

Denilson Bandeira Coêlho
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB)

© 2022, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br
http://www.fundaj.gov.br

Pede-se permuta
On demande l' échange
We ask for exchange
Pidese permuta
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Intershangho dezirata

Revisão linguística e tradução: Luis Henrique Lopes da Silva e Solange Carlos de Carvalho
Diagramação: Setor de Editoração | Antonio Laurentino
Projeto da capa: Antonio Laurentino | Editora Massangana
Ilustração da capa: Trabalho gráfico sobre pintura a óleo (sem título, 1988) do artista plástico Eudes Motta – Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Ciência & Trópico/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no.1.(1973) – Recife: Editora Massangana, 1973 –
v.: il.

Semestral.
Textos em português, inglês, francês e espanhol.
Continuação de: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (jan. 1952 - out. 1972).
A partir de 1980 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais passou a ser denominado de Fundação Joaquim Nabuco.
A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão on-line.
ISSN 0304-2685/ ISSN Eletrônico 2526-9372.

1. Ciências Socais. 2. Ciências Humanas 3. Interdisciplinaridade.
I. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. II. Periódicos FUNDAJ.

CDU 3:061.6(05)

Sumário

Alexandrina Sobreira de Moura	7-8	Nota Editorial
Saulo di Tarso	9-22	Chagall e os olhos da esperança: ao amigo desconhecido e o êxodo dentro do quadrilátero
Martín A. Martinelli	23-38	Palestina/Israel en el contexto del desplazamiento geopolítico: a una década de las rebeliones árabes
Maria José de Rezende	39-66	Risco e perigo: uma análise sociológica das prescrições das Nações Unidas para combater a Covid-19
Gilvanildo Klebson Mendes Ferreira	67-84	Conhecimento "com" ou "sobre" os outros? A horizontalização dos saberes inter-epistêmicos na pesquisa antropológica e escrita etnográfica
Jefferson Evânio da Silva	85-114	A cultura política no Brasil profundo nas décadas de 1960-2000: relatos da etnóloga francesa Colette Callier Boisvert
Aparecida da Silva Xavier Barros Thelma Panerai Alves	115-130	Lutas feministas e enfrentamento às desigualdades e às violências sofridas pelas mulheres no Brasil
Jacilene Costa Gomes da Silva Maria Zenaide Alves	131-148	Agentes catadores de materiais recicláveis no município de Corrente-Piauí
Elâine Maria dos Santos Ribeiro Franciane Nogueira de Moraes	149-162	Importância e valores atribuídos a plantas nativas da Caatinga em um bairro da zona urbana de Petrolina – Pernambuco
Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues Iram Martins Costa	163-178	A ocorrência do Zika vírus durante a pandemia da Covid-19 em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

ISSN 0304-2685
ISSN eletrônico 2526-9372

Ciência & Trópico	Recife	v. 46	n. 1	p. 1-178	jan - jun	2022

Nota Editorial

Vivemos um tempo em que a pluralidade de ideias permeiam a contemporaneidade. É tempo de permitir que o muticulturalismo seja vivenciado e reconhecido nessa vivência. Em tempos socioculturais, não se pode esquecer a crítica de pensadores e diligenciar as relações de poder historicamente construídas. Em atenção aos acontecimentos globais, é pertinente que esta edição da *C&Trópico*, alinhada à missão institucional da Fundação Joaquim Nabuco, reúna textos significativos aos olhos da ciência e do senso comum, com o intuito de alcançar interesses da comunidade científica e de toda a sociedade.

A *Revista Ciência & Trópico* vem reunindo estudos diversificados com alcance que vem desde a arte ou conflitos internacionais à análise de epidemias no contexto da Covid-19. Risco e ciência apresentam-se como noções presentes em diversas áreas do pensamento político e socioambiental.

Saulo di Tarso abre esta edição trazendo uma análise da obra de Marc Chagall, relacionando a paisagem de uma aldeia russa e o Nordeste do Brasil com a presença dos judeus e sua influência na formação cultural brasileira, numa viagem entre a tradição e a vanguarda do século XX. Em seguida, *Martín Martinelli* aborda a relação internacional entre Israel e Palestina com interferência norte-americana. O autor analisa as aquisições entre Israel e Palestina numa tentativa de evidenciar a criação de "grandes mudanças", o que foi sufocado por uma contrarrevolução repressiva.

Maria José de Rezende, por sua vez, traz uma análise sociológica das prescrições da ONU para o combate à Covid-19, com base nos documentos preparados pelas Nações Unidas para propor ações, práticas e procedimentos tanto para proteção dos mais vulneráveis, no contexto pandêmico, quanto para definir medidas de combate aos impactos socioeconômicos decorrentes, ressaltando que os riscos vão muito além do perigo de contágio.

Esta edição apresenta, ainda, uma reflexão sobre uma nova abordagem teórico-metodológica para a pesquisa antropológica. O texto Conhecimento "com" ou "sobre" os outros, de *Gilvanildo Ferreira*, expõe as barreiras das relações históricas de poder nos estudos de cunho antropológico.

Os relatos da etnóloga francesa Colette Callier Boisvert referentes à dinâmica das relações políticas presentes numa cidade do Agreste pernambucano são discutidos, a partir da análise do discurso, por *Jefferson Evanio Silva*. Este trabalho balizou a análise de fenômenos que vão desde o clienelismo rural e urbano aos processos de estratificação social no período da ditatura militar e na redemocratização do Brasil.

Na trilha do debate latinoamericano, com enfoques em políticas afirmativas e em justiça epistêmica, racial e de gênero, numa perspectiva da força política instaurada no Brasil, *Aparecida da Silva Xavier Barros* e *Thelma Panerai Alves* evidenciam

o fortalecimento da mulher no contexto das relações de gênero, tão presentes no palco das discussões sobre o enfrentamento às desigualdades que vêm sofrendo as mulheres no Brasil.

Em atenção ao cenário socioeconômico e ambiental do nordeste do Brasil, as autoras *Jacilene Costa Gomes da Silva e Maria Zenaide* trazem uma reflexão sobre os catadores de materiais recicláveis no município de Corrente-Piauí, destacando a relevância desses agentes para o desenvolvimento local e a preservação do meio ambiente.

A Caatinga é considerada um dos biomas tipicamente brasileiros, situada na região semiárida do nordeste, que concentra um alto nível de pobreza. A relevância à biodiversidade de plantas nativas da Caatinga na zona urbana de Petrolina, em Pernambuco, é analisada por *Elâine Maria dos Santos Ribeiro* e *Franciane Nogueira de Moraes,* destacando-se a abordagem formal e informal como importantes para a preservação da flora na Caatinga. A pesquisa ressalta que o valor cultural dessa rica biodiversidade é evidente para a comunidade local e que, no entanto, são pouco citados e reconhecidos, em especial no que se refere às práticas educativas no semiárido nordestino.

Por fim, a edição carcteriza os aspectos regionais de alcance internacional com o artigo de *Elisangela Rodrigues* sobre a situação epidemiológica do Zika Vírus, em meio à pandemia pela Covid-19, a partir de pesquisa realizada em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. A análise feita revelou um grave problema de saúde pública que permeia grande parte dos municípios do Brasil.

Embora a definição do espaço permaneça imutável, a leitura depende da criação de uma perspectiva itinerante e pluralista que contribui para criarmos um aprofundamento das análises apresentadas pelos autores, que emprestam mais densidade a aspectos invisíveis para cada leitor. Esperamos que possam construir conhecimentos a partir dos diversos saberes, descobrindo percursos diferentes, que realinham sua visão de mundo. Esta edição da C&*Trópico*, portanto, nos conduz a não perder contato com o impulso elementar para a criação.

Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Editora-chefe

Chagall e os olhos da esperança: ao amigo desconhecido e o êxodo dentro do quadrilátero

Chagall and the eyes of hope: towards the unknown friend and the exodus inside the quadrilateral

Chagall y los ojos de la esperanza: al amigo desconocido y el éxodo dentro del cuadrilátero

Saulo di Tarso[1]

Resumo

DI TARSO, Saulo. Chagall e os olhos da esperança: ao amigo desconhecido e o êxodo dentro do quadrilátero. ***Rev. C&Trópico***, v. 45, n. 1, p. 9-22, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art1

O presente artigo investiga a formação da paisagem transcultural e da paisagem afetiva que emerge a partir da análise da obra de Marc Chagall e o contexto brasileiro, na formação judaica do Brasil, refletindo as relações entre a autobiografia e obra do pintor, através do paralelo entre Vitebsk, aldeia russa onde Chagall nasceu na Bielorrússia, e a vida de judeus convertidos nos arruados nordestinos, narrando a vida de criptojudeus e a expressão do Cordel, da arte armorial e do frevo. Uma análise crítica da arte moderna que leva em consideração a capacidade que tanto Chagall quanto artistas e pensadores brasileiros como Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Anita Malfatti, Cícero Dias, Villa-Lobos Ariano Suassuna, Capiba, Antônio Nóbrega e diversos artistas anônimos e populares da poesia, literatura e do frevo tiveram a capacidade de criar vanguardas a partir da origem local e da não separação entre arte popular e arte erudita, revelando o êxodo judaico como formação essencial da cultura brasileira que une no mesmo patamar criativo a expressão entre Brasil profundo, a arte moderna europeia e expressões como a música judaica contemporânea. O ensaio reflete ainda o engajamento de um grupo de artistas na política permanente da paz e da integração entre diversas culturas, eixo que perfaz tanto a arte brasileira quanto o decurso da vida e obra de Marc Chagall, ambos transformando a tradição em vanguarda ao mesmo tempo em que seus contemporâneos rompiam as tradições para criar as vanguardas do século XX.

Palavras-chave: Marc Chagall. Arte Armorial. Êxodo. Paisagem afetiva. Transculturalismo.

1 Artista visual e curador. Em 2018 fundou a Tangram Museologia. Atualmente é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ao Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil). Museógrafo da mostra "Marc Chagall, Sonho de Amor", realizada pelo Centro Cultural do Banco do Brasil em 2022. E-mail: saulo@criptext.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5316-2412

Abstract

DI TARSO, Saulo. Chagall and the eyes of hope: towards the unknown friend and the exodus inside the quadrilateral. Rev. ***C&Trópico***, v. 45, n. 1, p. 9-22, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art1

This paper investigates the formation of the cross-cultural landscape and the affective landscape that emerges from the analysis of Marc Chagall's work and the Brazilian context, in the Jewish formation of Brazil, reflecting the relations between the painter's autobiography and work, through the parallel between Vitebsk, the Russian village where Chagall was born in Belarus, and the life of Jewish converts in the northeastern villages, narrating the life of crypto-Jews and the expression of Cordel, armorial art and frevo. A critical analysis of modern art that takes into consideration the capacity that both Chagall and Brazilian artists and thinkers such as Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Anita Malfatti, Cícero Dias, Villa-Lobos Ariano Suassuna, Capiba, Antônio Nóbrega and various anonymous and popular artists of poetry literature, and frevo had the ability to create avant-gardes from local origin and from the non-separation between popular and erudite art, revealing the Jewish exodus as an essential formation of Brazilian culture that unites on the same creative level the expression between deep Brazil, European modern art, and expressions such as contemporary Jewish music. The essay also reflects the engagement of a group of artists in the permanent politics of peace and integration among diverse cultures, an axis that permeates both Brazilian art and the course of Marc Chagall's life and work, both transforming tradition into avant-garde at the same time that his contemporaries were breaking traditions to create the avant-garde of the 20th century.

Keywords: Marc Chagall. Armorial Art. Exodus. Affective landscape. Transculturalism.

Resumen

DI TARSO, Saulo. Chagall y los ojos de la esperanza: al amigo desconocido y el éxodo dentro del cuadrilátero. ***Rev. C&Trópico***, v. 45, n. 1, p. 9-22, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art1

El presente artículo investiga la formación del paisaje transcultural e del paisage afectivo que surge a partir del análisis de la obra de Marc Chagall y el contexto brasileño, en la formación judaica de Brasil, reflexionando sobre las relaciones entre la autobiografia y obra del pintor, através del paralelo entre Vitebsk, aldea rusa donde Chagall nació en Biolerrusia, y a la vida de los judios convertidos en pequeños pueblos nordestinos, narrando la vida de criptojudios y la expresión del Cordel, da la arte armorial y del frevo. Un análisis crítica de la arte moderna que lleva en consideración la capacidad que tanto Changall cuanto artistas y pensadores brasileños como Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Anita Malfatti, Cícero Dias,

Villa-Lobos Ariano Suassuna, Capiba, Antônio Nóbrega y diversos artistas anónimos y populares de la poesia, literatura y del frevo tubieron la capacidad de crear vanguardias a partir del origen local y de la no separación entre arte popular y arte erudita, revelando el éxodo judaico como formación esencial de la cultura brasileña que une en el mismo nivel creativo la expresión entre Brasil profundo, el arte moderno europeo y expresiones como la música judaica contemporanea. El ensayo reflexiona aún el compromiso de un grupo de artistas en la política permanente de la paz y de la integración entre diversas culturas, eje que constituye tanto el arte brasileña cuanto el curso de la vida y obra de Marc Chagall, ambos transformando la tradición en vanguardia al mismo tiempo en que sus conteporaneos rompian las tradiciones para crear las vanguardias del siglo XX.

Palabras clave: Marc Chagall. Arte Armorial. Éxodo. Paisaje afectivo. Transculturalismo.

"*Ao amigo desconhecido Mário de Andrade*"
Marc Chagall, Paris, 1923
"O tempo é um rio sem margens" [2]
Marc Chagall

1. Introdução

A obra de Marc Chagall transcende três das maiores míticas da arte moderna. E, exatamente por essa característica, a origem de Chagall pode ser considerada uma das que têm as maiores sinergias com a história geral da arte brasileira.

Em 1923, em Paris, pelas mãos de Sergio Milliet, em Paris, Chagall envia a Mário de Andrade cinco gravuras, das quais quatro, mais tarde, irão compor o livro *Maternité,*[3] publicado em 1926, com organização e texto de Marcel Arland.[4] Essas gravuras de Chagall, hoje presentes na coleção do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB),[5] ampliam o imaginário entre nossos artistas para uma via de interlocução direta, a exemplo de Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e Manuel Bandeira, além de uma miríade de escritores brasileiros, de Carlos Drummond de Andrade a Clarice Lispector, que mencionam Chagall nas sucessivas gerações da arte brasileira.

É preciso recordar ainda que o modernismo nacionalista estava impregnado na intelectualidade das vanguardas mundiais na década de 1920 e, no Brasil,

2 Título original "Time Is a River without Banks", 1928, obra pertencente ao Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA). Disponível em: https://www.moma.org/collection/works/78116

3 Álbum de gravuras (água-forte, ponta seca e água-tinta). Três exemplares presentes no The Metropolitan Museum of Art. Disponível em: https://www.metmuseum.org/art/collection/search/491789.

4 Trata-se de uma récita ordenada com cinco gravuras, que traz também textos poéticos de Marc Chagall, publicada em Paris.

5 Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Catálogo eletrônico, números de tombo: CAV-MA-0518; CAV-MA-0519; CAV-MA-0520;CAV-MA-0521; CAV-MA-0522.

especialmente no grupo de artistas e intelectuais da Semana de Arte Moderna de 1922. Nesse sentido, explica-se não só a admiração de nossos intelectuais pela universalidade de Paris, como a admiração da Paris moderna pelos trópicos, uma admiração mútua que é também fruto da relação que atravessa séculos do *fluxo e contrafluxo* cultural na história da arte entre o Brasil e a Europa.

Nas palavras de Mário de Andrade: "Nós só seremos universais no dia em que o coeficiente brasileiro nosso concorrer pra riqueza universal".[6]

Especialmente quando se fala da pintura e das artes gráficas nessa geração, a presença da literatura de autores difundidos simultaneamente na Europa e na América é secular. Cartas trocadas e imagens gravadas transbordam em livros de poemas, ou em outras edições impressas, e expandem a noção do intercâmbio intelectual das artes através da literatura. Literatura que, aliás, abriu as portas para o avizinhamento contínuo entre artistas de diversas nacionalidades, até os mais prosaicos cordéis contemporâneos. A tratar da questão da origem russa e judaica na expressão plástica da Paris de seu tempo, há paralelos possíveis entre a obra de Chagall e a arte do japonês Foujita, do francês Rouault, do italiano Modigliani, do expressionista Vlaminck e de artistas brasileiros, dentre os quais a do pintor pernambucano Cícero Dias, muito frequentemente confundido com um pintor influenciado por Chagall e não lido como herdeiro de profundas tradições brasileiras que também encontram o cenário das aldeias russas onde Chagall cresceu, cruzando as fronteiras do êxodo judaico e cristão.

Como desenhista de extraordinária capacidade, Chagall fez a sua incursão consciente nas vanguardas do início do século, retornando sem qualquer subordinação à plástica dos movimentos principais de seu tempo: cubismo, surrealismo, expressionismo e mesmo o neoprimitivismo existente na tradição popular da arte russa, a qual influenciou inúmeros artistas geométricos, desde os representantes do neoplasticismo até os do suprematismo. A geometria, que foi definitiva para as vanguardas visuais do século XX, não domina a poesia de Chagall; ao contrário, é a poesia de Chagall que extingue a geometria, erigindo verdadeiros monumentos de *levitação plástica,* que se transformam na marcante característica de sua obra.

2. Toda obra de arte é filha do seu tempo...

Na série dos estudos da obra "Adão e Eva, dedicados a Apollinaire",[7] realizados entre 1911 e 1912, a capacidade plástica de Chagall evidencia que ele seria um expoente em qualquer movimento do início do século, mas sua missão de retorno aos valores da própria origem russa funda seu estilo com apelo à atmosfera milenar da pintura, contrariando a primeira mítica da arte moderna, pronunciada por Wassily Kandinsky: "*Toda obra de arte é filha de seu tempo e, muitas vezes, mãe dos nossos sentimentos*".[8]

6 Carta de Mário de Andrade a Sergio Milliet, 10 dez 1924. In: Duarte, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura, PMSP, 1985, p. 299-301.

7 Marc Chagall, *Hommage à Apollinaire*, or *Adam et Ève* (étude), 1911-1912. Guache, aquarela, aguada, caneta e colagem sobre papel.

8 Kandinsky, Wassily. *Do espiritual na arte e na pintura em particular*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 27.

Abstrato mas *não abstracionista*, com sua força criadora incomum, Chagall foi um artista único no modo de construir a sua linguagem e nas diversas fases de sua pintura, renovando a relação entre imagem e literatura, *descansando a mente por meio da litografia,* refletindo a indivisibilidade entre a infância e o tempo da maturidade, o que lhe deu a capacidade de reportar o tempo antigo para o tempo novo, rompendo, na modernidade, com a ideia de "modernização das artes". Embora tenha sido considerado um artista de vanguarda em seu tempo, Marc Chagall, diferente do que afirma Kandinsky, aboliu a temporalidade da obra de arte em suas composições, revelando a fé como parte material de suas obras, gerando obras intensamente vivas. A presença espiritual e a presentificação dos sentidos na espaciologia[9] de Chagall rompe a ideia do tempo e espaço em suas composições.

Se para Richard Wagner valia a noção da obra de arte total na ópera, para Chagall prevaleceu a totalidade dos sentidos humanos como objeto, busca e tema central de suas composições inspiradas no circo: em primeiro lugar, deixando para trás a semelhança acadêmica com o espaço e, em segundo, construindo uma realidade simbólica sobre as tradições de sua origem russa, sem ceder plasticamente aos movimentos de sua época. Chagall impregnou a arte moderna com o simbolismo das tradições, sem ser um simbolista apoiado em Odilon Redon. Incorporou a quarta dimensão em todos os elementos da composição, privilegiando *a atmosfera do quadro* e não apenas a paisagem e seus elementos perceptíveis em termos fenomenológicos, como fez Paul Cézanne. Com Chagall nasce *a paisagem dos sentidos e a pintura das atmosferas*. Sua figura humana reflete o arcaísmo do amor na transição entre as gerações e essa narrativa é a grande chave de humanização presente em sua obra. Esse fenômeno o qualifica como um dos poucos artistas em que a ciência do espaço existiu sem que sua interioridade se submetesse às tendências da história da arte de seu período de atuação, a exemplo da abstração e do construtivismo. Os rostos desesperançosos que Kasimir Malevitch apaga em seus camponeses são as faces de esperança que Chagall revela no decorrer de toda a sua obra, contestando a dualidade entre paz e guerra.

3. Arqueologia do tempo

Não há na obra de Chagall planos de ruptura consciente com a arte do século XIX nem concessões visíveis às escolas criadas por seus antecessores, como Cézanne e seus contemporâneos mais influentes: Picasso e Matisse. Reiterando o vigor das tradições, Chagall contradiz a segunda mítica da arte moderna, esta pronunciada por Pablo Picasso: *"Na arte não há nem passado nem futuro. A arte que não estiver no presente jamais será arte em tempo algum".*[10]

9 Considera-se aqui o conceito de ciência do espaço entabulado por Henri Lefebvre, tratando-se de um espaço relacional, abstrato, espaço dinâmico em transformação, com justaposições, desdobramentos e contradições. Lefebvre, Henri. *La producción del espacio*. Madri: Capitain Swing, 2013.

10 Citação original: "Para mí no hay en el arte ni pasado ni futuro. Si una obra de arte no puede vivir siempre en el presente no se la debe tomar en consideración". Primera exposición de la Sociedad de Arte Moderno, México, jun 1944, volume 1, p. 8. México: Sociedad de Arte Moderno, 1944.

Enquanto Picasso rompe a tradição para salvar a arte na vida moderna, Chagall integra as percepções da pintura dos séculos numa única composição com elementos que vão da ciência romântica da pintura à quarta dimensão de Cézanne e à própria atmosfera da psicologia que ele insere em sua pintura. Chagall, portanto, não estava especificamente em seu tempo, e sim empenhado em revelar a complexidade da origem do tempo na pintura, o que o leva a criar composições que traduzem a *metatemporalidade* e a *metaespacialidade* da pintura, em vez de buscar obsessivamente a inovação da forma multiespacial, como fizeram os cubistas.

Aliás, o desenho e a pintura de Chagall são autônomos e interdependentes em sua obra, uma alegoria única que evanesce a linha negra que contorna suas massas de cor – como se fossem as palavras de seu livro *Ma vie*[11] –, traçadas no espaço de modo contínuo, em todas as suas obras. E mesmo quando suas linhas se colorem, elas não desaparecem de suas estruturas, como quando ele circunda os elementos do circo e seu espetáculo de arte total, no qual ele retrata o sentimento coletivo dos espectadores do circo ao verem a cena circense. Essa percepção holística é a grande maestria de Chagall, a mesma que mantém a linha que reaparece na criação de vitrais e tapeçarias, como se a linha saltasse de suas pinturas e desenhos para a gravura e a poesia, retraçando Vitebsk, na sua geografia posterior, reportando a infância vivida na aldeia russa para as obras da maturidade, criando a *linha da vida da sua expressão,* que o define de modo atemporal – uma linha ininterrupta, traçada desde suas primeiras percepções de vida até obras emblemáticas como *À la campagne*, pertencente à coleção de Ema Klabin.

Imagem 1: À la campagne, 1925. Óleo sobre tela.



Fonte: Coleção Casa Museu Ema Klabin, São Paulo, Brasil.
Foto: Patrícia de Filipi, Sérgio Zacchi e Gabriel Villas-Boas

11 *Ma vie,* autobiografia de Marc Chagall, foi escrita em russo entre 1921 e 1922, pouco antes de Chagall deixar Moscou, devido à dura experiência da Revolução Russa. A obra foi traduzida para o francês por Bella Chagall, publicada em Paris em 1931, e reimpressa em 1957, com breves modificações feitas pelo artista.

Pintado em 1925, o quadro possui a síntese de praticamente todos os elementos da obra de Chagall e revela uma extraordinária transcendência das lições de Van Gogh, Gauguin e Cézanne para a arte moderna: o desenho gravitacional do espaço, o primitivismo e a quarta dimensão como elemento de leitura do espaço. Chagall, nessa obra, estrutura aquilo que ele chamaria de "o grande segredo da pintura":

> Esqueci-me de me lembrar de ti, meu pequeno tio Neuch. Costumávamos ir para o campo à procura do gado. Como fiquei feliz quando concordou em me levar em sua frágil carroça!
>
> Bem ou mal, ela marchava. Em compensação, era a chance que eu tinha de olhar tudo ao entorno e à nossa volta.
>
> Estrada, estrada, cascalho fino, e pondo o seu nariz para cima, tio Neuch tocava em frente o cavalo: "Eh, Eh". O tio não olhava ao redor para o pequeno rio, as canas, as cercas ao longo da margem, o moinho e, mais longe, a igrejinha solitária, onde tudo escurecia, enquanto nós a atravessamos cansados, e eu, Deus, não sei mais o que estava em seu coração. [...]
>
> Sem querer, a juventude amadurece.[12]

Fluindo seu traço com a universalidade dos rios que escoam sem encontrar represa, Marc Chagall jamais mudou seu curso interior, fosse atravessando a Revolução Russa, as dificuldades da origem judaica e a discriminação que sofreu por isso, o preconceito, duas guerras mundiais e a pobreza. E quanto mais ele avançava na sua modernidade como pintor, mais ele trazia o passado para o futuro.

3. Litografia como aura da pintura

Além de pintor e desenhista, Chagall atua como um dos maiores litógrafos de sua geração, capacidade com a qual ele contraria a terceira mítica da arte do século XX: a extinção da *aura na obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*.[13] A síntese de Chagall nas artes gráficas funde a litografia e a pintura na vibração de um mesmo corpo poético, assim transformando a pintura em diferentes suportes num mesmo fenômeno pictórico, ou seja: o corpo da pintura flutua, na obra de Chagall, entre a pintura e a litografia, tornando etérea a força de seus traços, como se praticasse a dança no gestual da pintura. Aqui surge a contrariedade que a arte de Marc Chagall exerce diante da filosofia que afirma o fim da aura na obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. As litografias de Chagall migram a aura das suas pinturas para a litografia,

12 Chagall, Marc. *My Life*. Nova York: The Orion Press, 1ª ed., 1960. pp. 14-15.
13 Benjamin, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

originando a ideia de mobilidade da aura da pintura para novos meios, e não a sua extinção, como previu o filósofo Walter Benjamin.

No século em que a arte levou a humanidade a uma grande folia, e a sucessão das gerações de artistas para o conflito entre as escolas do século XX, Chagall manteve a inteireza de portar ao mundo a tradição, o que o teria isolado da universalidade inventiva moderna, não fosse sua capacidade de antever a psicologia humana como parte de uma ligação única entre o conhecimento sensível, a psique, o espaço terreno, o cosmos e as relações cotidianas. Dotado de uma esperança de vida inabalável, Chagall jamais cedeu à deformidade estética, encontrada em grande parte dos movimentos da pintura por influência da estética das guerras. Se comparado à inteligência fundadora de Kandinsky, Braque, Mondrian, Picasso e Matisse, Chagall será um artista de vanguarda, por ter refundado a ideia do tempo e da tradição na arte moderna, traduzindo a criatividade humana para sentidos primitivos e atemporais da pintura. Dessa forma, o paralelo adequado à arte de Chagall no século XX não é a pintura, e sim a música transfigurativa de Claude Debussy, Eric Satie e Igor Stravinsky.

É essa indivisibilidade da pintura de Chagall, entre literatura, música, teatro e dança, além de sua origem judaica nas *aldeias russas*, que torna universal a proximidade de sua arte com a realidade brasileira em transformação, como aponta *Pauliceia desvairada*, de Mário de Andrade, cuja capa é um arlequim que vai da metamorfose de viajantes a Macunaíma, na imaginação do escritor. Chagall, como Mário, entrelaçou a arte clássica e popular, sem perder o viés da erudição, como fez a antropofagia moderna brasileira. Criou na pintura a liberdade de *estandartes* – como os das nações de maracatu – que representam ao mesmo tempo a capacidade de invenção da arte moderna e o respeito às tradições milenares de todas as artes, incluindo a dança e os preceitos estéticos da tradição russa popular, o que aproxima as nossas tradições de cultura popular. Segundo as palavras de Andrè-François Villon:

> No mundo encantado de certos contos e na particularidade das culturas folclóricas locais se escondem as palavras-chave para compreender a obra de Chagall. O "pensamento" da alma suscita palavras como mágico, fantástico, fabuloso, misterioso, terreno (radicado sobre a terra), arguto, imagens de animais, flores, plantas, arbustos, a natureza, rios que escoam, características casas de aldeias, edifícios de oração e rito, folclores locais, bizarros alojamentos.[14]

Tais palavras não descreveriam melhor as incursões de Heitor Villa-Lobos pela arte popular e sua imersão pela Amazônia em busca de fundir o folclore brasileiro às suas composições. Enquanto Villa-Lobos circulava pelo folclore brasileiro, que mais tarde afirmaria na Europa, Chagall povoou seus arredores das tradições russas,

14 Villon, André-François. *Marc Chagall.* Milão: Master International Art, 1993. p. 6.

confluindo a estética moderna na Paris das décadas de 1920 e 1930, como artistas de vanguarda que revolucionam a arte moderna por meio da arte popular.

Enquanto Chagall flutua, o canto das "Bachianas" de Heitor Villa-Lobos ascende aos sentidos de leveza e à máxima densidade sonora, refletindo a profundidade espiritual e a plenitude da escuta musical. Ouvir a voz da solista equivale a ver a flutuação de Bella e Chagall em suas pinturas, no sentido representativo do amor suspenso que entrelaça todas as criaturas no espaço transcendente. Se a pintura não fosse em si uma arte metafísica, jamais a ideia de flutuação na obra de Chagall teria tantos sinônimos, como *o repouso da gravidade*, *a sabedoria da vida cotidiana*, *a passagem do conhecimento por meio do afeto e dos laços humanos, como a fé, a criatividade, a ética, o amor e o respeito às tarefas de sobrevivência*, como na fábrica de arenque onde trabalhava seu pai.

É no comércio, na oração, na indumentária e na noção de que, em torno de todas as aldeias da Terra está a forma perene do cosmos atuar na atmosfera, que Chagall representa a universalidade das culturas locais em sua pintura. E se as palavras de Andrè-François Villon para descrever Chagall encontram a arte de Heitor Villa-Lobos e os aproxima, as criações de Villa-Lobos traduzem a força criadora de Marc Chagall, associando ainda mais a universalidade da aldeia russa às identidades locais brasileiras, traduzidas pelas culturas do Brasil profundo, existentes no Nordeste, mais especificamente na obra de Cícero Dias, de Ariano Suassuna e do Movimento Armorial.

Nesse sentido, encontra-se na pintura de Chagall tudo aquilo que ele defende, com os estandartes das tradições populares e a modernidade que conflui essas raízes – diferente da cultura industrial com a qual movimentos como o futurismo somam – e que as grandes cidades, totemizadas como forma de vida no decorrer do século XX, teriam varrido completamente do decurso da arte moderna. Chagall soube transformar a tradição milenar em vanguarda, enquanto praticamente toda a vanguarda do século XX baseava-se, genericamente, na ideia de ruptura com as formas de vida tradicionais. Ele percebeu que um mundo de tradições desapareceria e conservou-o, tangenciando a postura de artistas brasileiros que, inspirados por Mário de Andrade, criaram a antropofagia.

Assim, a Vitebsk da infância de Chagall caminha para o mundo até a maturidade de sua obra e o transforma num dos maiores humanistas de sua geração, celebrando em sua trajetória o fim das fronteiras entre o amor bíblico, que lhe inspira como fonte de poesia e que o transcende na sua formação judaica.

Existe em sua criação uma ética do sorriso e da esperança – a mesma que se revela no sorriso de Golda Meir ao seu lado, na Israel de 1969, quando a primeira-ministra olha pela primeira vez a tapeçaria que representa o êxodo no Palácio do Knesset. Talvez esse seja um dos maiores fundamentos da arte de Chagall: uma esperança perene e baseada no amor, pela qual o comportamento do sorriso da alma se reproduz aos olhos de quem tem contato com a sua obra. Assim, seus valores de criança e sua maturidade de artista encontram a maturidade da milenar arte tropical no mesmo discurso da esperança dos povos que, formados na diáspora, possuem o céu, o sol e a esperança que portam na alma, como sendo seu país perene e originário. É dessa mesma força que se imbuíram os artistas brasileiros enquanto antropófagos.

Mário de Andrade, como Chagall, pertenceu ao grupo dos intelectuais que buscavam as raízes locais e, assim, é possível reconhecer a aproximação entre a obra de Chagall e a realidade brasileira. Seria infundado mencionar Chagall e a realidade brasileira apenas pelo universo crítico da arte, uma vez que o pintor teve relações diretas com grandes personagens do modernismo brasileiro, entre eles o crítico Sergio Milliet que, em 1923, após conversas mediadas por Yvan Goll, enviou as cinco gravuras em metal de Chagall para Mário, um ano após ter ocorrido a Semana de Arte Moderna de 1922. A gravura "O Casamento" não aparece no livro,[15] mas as quatro outras gravuras enviadas ao modernista brasileiro integram a publicação e hoje estão no acervo do IEB, separadas, como vieram para o Brasil. Outra modernista muito próxima de Mário que também celebrou Chagall foi Anita Malfatti. Anita foi a primeira artista a ensinar arte para as crianças em São Paulo, e na mesma coleção de Mário de Andrade figura um dos desenhos dela em homenagem a Marc Chagall.

Essa infância que percorre a alma durante toda a nossa existência pode ser percebida na ética de Chagall não só como um elemento da alegria que aparece em suas obras, mas também em sua passagem consciente de ensinar arte às crianças que ficaram órfãs na Revolução Russa. A arte de Chagall não é uma arte preocupada com a revolução dos estilos, mas com a exaltação da vida e da força interior que nos torna capazes de fazer a travessia do mundo e manter a humanidade viva naquilo que ela tem de melhor, ou seja, o respeito à vida humana, à biodiversidade e à paz.

Se Mário de Andrade percorreu o Brasil em expedição em sua Missão de Pesquisas Folclóricas,[16] a aldeia russa de Chagall percorreu o mundo na alma do pintor, rompendo as barreiras do nacionalismo, abrindo portas para o universo transcultural, tal como a geração moderna brasileira. Nesse percurso, a *Maternité* de Chagall encontra não só a interlocução dos modernistas paulistas, mas a mais inusitada interlocução possível para um artista russo de origem judaica, no mesmo trilho que seguiu a antropofagia e a Semana de 1922: as raízes judaicas do Brasil sefardita de cristãos novos e criptojudeus desconhecidas dos paulistas, mas já profundamente arraigadas na formação de Joaquim Inojosa, Di Cavalcanti, Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, Mário Pedrosa e Cícero Dias, todos oriundos da cultura do açúcar, da arte e das culturas clássica e popular produzidas no entorno dos engenhos. Aqui há uma curiosa passagem da vida de Chagall, e de como nos entrelaçamos lá e cá por séculos em fenômenos anônimos do cotidiano que tangenciam nossa cultura e imaginação:

> Tia Mariassja é a mais pálida. E por que assim, tão embranquecida, mora naquele quarteirão? Na frente de sua casa, sua mercearia e os mugik batem os pés.
>
> O arenque nos barris, a aveia, o açúcar na forma de cabeça pontiaguda, a farinha, as velas embrulhadas no cartucho de papel azul, e tudo é vendido.

15 A gravura "O casamento" figura no álbum *Ma vie*, publicado em 1923.
16 Missão de Pesquisas Folclóricas, realizada em 1938.

> As moedas tilintando.
>
> Os mugik, os mercantes, o povo de Deus, todos murmuram, todos pulsam.[17]

Todos nós passamos pelas diversas fases da vida, desde a infância, mas poucos seres humanos são capazes de manter a sua essência viva, portando a infância até a velhice. Chagall é uma dessas raras capacidades na arte. É consolidando essa indivisibilidade dos tempos na alma que encontramos também uma chave para compreender as cenas que ele viveu e pintou, no sentido que seus personagens que flutuam não o fazem por adesão ao surrealismo, mas pela vocação de liberdade, por reflexo de proteção da vida e da força vital, como uma criança que escapa do incêndio de Vitebsk e, apesar da destruição provocada pelo fogo, não perde as memórias do lugar intacto, que na sua expressão se conduz para antes e depois do incidente ocorrido. Esse espanto que cruza a vida e a obra de Chagall reflete-se em todas as suas obras. É o que hoje a ciência nomeia como "resiliência" – uma resiliência que, no caso de Chagall, explica não somente a sua força, mas a força e a capacidade que ele teve, enquanto um artista de vanguarda do século XX, de portar o tempo passado entre as aldeias que o avanço da modernidade varria durante as primeiras décadas do século XX, fazendo nascer a cultura urbana tal qual ele viu e viveu, não só em Paris, mas nas grandes cidades do mundo pelas quais passou.

A dimensão intelectual de Marc Chagall chega a extremos dessa capacidade de traduzir os milênios da tradição em sua obra, e não apenas a tradição judaica na qual ele tem origem. Na sua relação com a Bíblia, ressaltando a poética do sagrado livro milenar, percebemos seu talento para universalizar esse sentimento, uma vez que, na arte do século XX, a aproximação entre judaísmo e catolicismo encontra nas obras de Chagall o seu maior repouso, assim como nas tradições populares do Nordeste, que gerou a grande expressão anônima da cultura popular por meio da literatura de cordel. *O mesmo violino de nascimentos, casamentos e funerais da aldeia russa se proliferou nas tradições da vida do homem do Nordeste através da rabeca.*

É um fenômeno de total esperança na obra de Marc Chagall esse ato consciente do artista que exprime a percepção de que o mundo moderno varria as tradições da vida cotidiana. E se para Cézanne o monte de Saint-Victoire era a viga mestra da quarta dimensão, coube a Chagall portar a tradição por meio da modernidade de maneira intacta até a última década de sua vida. Enquanto outros artistas foram se dedicando a uma representação cada vez maior da urbanidade e das relações com a cidade, Chagall preservou em suas obras a essência de uma vida humana, milenar, que vem dos arcaísmos da humanidade, como a esperança: a música, a cosmogonia e o êxodo que, em seu caso, foi materializado como a couraça, o corpo extraordinário de uma fé interior que cruzou as fronteiras de todas as culturas por onde ele passou, sem ceder ao formalismo revolucionário das grandes escolas do século XX. Chagall não fez a revolução da matéria. Chagall

17 Chagall, Marc. *My life*. Nova York: The Orion Press, 1ª ed., 1960. p. 16.

fez a revolução de ligar, pela tradição e pelo simbolismo particular de sua linguagem, um mundo espaçado pelo nomadismo – tal qual fizeram judeus errantes que foram expulsos do Velho Continente para fundar o Brasil –, com as suas tradições de brincantes e bailarinos que criaram o frevo. Chagall faz arquetípica toda e qualquer realidade descritiva, conservando na sua pintura os símbolos que ligam as sociedades tradicionais e esparsas, da mesma forma que fez com a integração da infância à sua maturidade enquanto pintor. Ocorre ainda que a infância lírica de Chagall se traduz como vontade de vida, força vital diante das atrocidades da vida – como é inerente à existência humana –, a sabedoria que nos faz, já velhos, ter a leveza das crianças. Assim o fazem também, no mesmo aceno de esperança e persistência, os nossos artistas do cordel – autores e xilógrafos que expressam a cultura poética e visual que migra no tempo da cultura brasileira, rompendo fronteiras dialéticas, como a obra de Chagall.

O êxodo na obra de Chagall não é retratado literalmente. É também a migração poética do êxodo para uma espécie de nomadismo constante, plenificado pela sabedoria da força originária da vida que aprendemos na infância e reencontramos no amor. O amor, não como sentimento romântico, mas como comportamento crucial de sobrevivência contra as intempéries da vida que, no caso do êxodo provocado pelas guerras, gera a cultura internacional retraçada na cultura regional, e que na expressão do homem do Nordeste brasileiro – como nas populações das aldeias em redor do mundo – é, ainda hoje, a vida que conhece o êxodo dentro do próprio quadrilátero.

A complexidade da arte de Chagall torna-se única para diferenciarmos o que é ciência e o que é cultura na sintaxe dos sentimentos humanos ligados ao amor, ao espírito, à felicidade do homem que festeja sua existência na terra e que, apesar das angústias cotidianas, contempla a lua e o sol, ama e trabalha para erigir e celebrar as dimensões da vida. Nesse, e em outros pontos da tradição revelada pela capacidade criadora de Marc Chagall, encontramos não as feições de uma arte de vanguarda apenas ligada ao século XX, mas a de séculos antes que, em sua obra, diante do nomadismo de tantos povos forçados ao êxodo, é uma arte que se traduz na invenção da modernidade, a mesma modernidade que também fundou o Brasil com a presença dos judeus sefarditas.

O encontro de Chagall com a arte brasileira não é uma influência, mas sim uma confluência nos aspectos mais telúricos da sua obra, ao identificarmos um paralelo único com o homem nordestino do Brasil profundo. De violinos imigrados a rabecas, vemos a fantasia poética que une o Brasil dos criptojudeus às tradições da aldeia russa, aos sertões nordestinos no qual as tradições de judeus convertidos a cristãos-novos foram guardadas e praticadas, seja na religiosidade como na vida cotidiana dos arruados do Nordeste, até que a primeira Sinagoga das Américas fosse fundada na cidade do Recife, em 1636.[18]

18 Sobre os primórdios da Primeira Sinagoga das Américas: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=rua-dos-judeus. Sobre o contexto histórico da comunidade judaica de Pernambuco: https://www.conib.org.br/comunidades/fipe-federacao-israelita-de-pernambuco/. Sobre o circuito do projeto Recife Sagrado, que inclui a Sinagoga Kahal-Zur Israel. https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/sinagoga-mais-antiga-das-americas-passa-a-ter-visitas-guiadas-no-projeto-recife-sagrado.ghtml. Acesso em 7 abr 2022.

Do amor de Chagall pelo circo vamos encontrar paralelo na figura dos nossos brincantes que, tal como seu violinista no telhado, exprimem a dança e a poesia das canções encenadas por Antonio Nóbrega. Ainda na dança e na odisseia poética de suas pinturas literárias, encontramos autores de cordel que traçam a arte entre fábulas e tradições, que desenham palavras e escrevem o espaço em cordéis, entre cordelistas e leitores anônimos, e a maestria de autores cujos personagens também flutuam nas letras, como é o caso de Ariano Suassuna e sua épica narrativa do *Auto da Compadecida*.

Chagall pintava aquilo que lia no espaço, tecendo amor, esperança e cultura, como os armoriais nordestinos. Lia o amor como uma cadência contínua entre os gestos da vida, dos passos que elevam a nossa caminhada firmemente do chão para a liberdade e o cosmos, percebido nos seres vivos e nos pequenos gestos humanos. E com a mesma capacidade que Vincent Van Gogh leu o espaço e fez desenhos cujas linhas são verdadeiras expressões biogravitacionais, Marc Chagall lia o amor que entrelaça os sentimentos humanos à física sutil do espaço. Para Chagall, é o amor a capacidade humana que mais sintoniza o homem e o espaço, desde a palavra sagrada até a experiência dos olhos que estão no coração, que vê e percebe o amor como lei universal da vida, erigindo a esperança contra as guerras cotidianas.

E, exatamente por esse caminho percorrido por Chagall, não só diante do êxodo permanente da humanidade, mas das forças que a vida impõe contra a felicidade, o sentimento de plenitude e a razão diante de céu, terra e sociedade, é que ele pode ser percebido no mundo de hoje não apenas como um artista, mas como um intelectual cuja ética é aquela erigida pelo amor que desafia a força da gravidade.

Ao nosso desconhecido amigo Chagall:
Madeira do rosarinho
Vem a cidade sua fama mostrar
E traz com seu pessoal
Seu estandarte tão original
Não vem pra fazer barulho
Vem só dizer... e com satisfação
Queiram ou não queiram os juízes
O nosso bloco é de fato campeão
E se aqui estamos, cantando esta canção
Viemos defender a nossa tradição
E dizer bem alto que a injustiça dói
Nós somos madeira de lei que cupim não rói…[19]

19 "Madeira que cupim não rói", frevo de Lourenço da Fonseca Barbosa (Capiba), de 1963.

Palestina/Israel en el contexto del desplazamiento geopolítico: a una década de las rebeliones árabes

Palestina/Israel no contexto do deslocamento geopolítico: Uma década após as rebeliões árabes

Palestine/Israel in the context of geopolitical displacement: A decade after the Arab rebellions

Martín A. Martinelli[1]

Resumen

MATTINELLI, Martín A. Palestina/Israel en el contexto del desplazamiento geopolítico a una década de las rebeliones árabes. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 23-38, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art2

El documento analiza, desde la geopolítica, las disquisiciones entre Israel (en su rol coimperial) y Palestina, observando su contexto internacional y regional, en la última década. A partir de las rebeliones árabes de 2011, un intento de alteración del statu quo. Se generó la impresión de que habría grandes cambios –si depusieron varios mandatos extensos–, sin embargo, una contrarrevolución represiva los sofocó. Junto a ello la doctrina estadounidense de recolonizar la región con intervenciones y sus políticas de doble rasero, socavada por el resurgimiento ruso y la reaparición china.

Palabras clave: Geopolítica. Coimperial. Resistencia. Revuelta.

Resumo

MATTINELLI, Martín A. Palestina/Israel no contexto do deslocamento geopolítico: Uma década após as rebeliões árabes. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 23-38, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art2

O documento analisa, a partir da geopolítica, as disquisições entre Israel (em seu papel coimperial) e Palestina, observando seu contexto internacional e regional, na última década. Das rebeliões árabes de 2011, uma tentativa de alterar o status quo. Criou-se a impressão de que haveria grandes mudanças –caso destituíssem vários mandatos extensos – porém, uma contrarrevolução repressiva os sufocou. Junto a isso, a doutrina norte-americana de recolonizar a região com intervenções e suas políticas de duplicidade de critérios, minadas pelo ressurgimento russo e pelo reaparecimento chinês.

1 Doctor en Ciencias Sociales; Historiador. Profesor en Historia. Universidad Nacional de Luján (Argentina) – Instituto de América Latina y el Caribe (UBA). Coordinador Grupo Especial Revista Al-Zeytun/ Palestina y América Latina CLACSO. E-mail: martinellima1982@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0605-5809

Palavras-chave: Geopolítica. Coimperial. Resistência. Revolta.

Abstract

MATTINELLI, Martín A. Palestine/Israel in the context of geopolitical displacement: A decade after the Arab rebellions. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 23-38, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art2

The document analyzes, from geopolitics, the disquisitions between Israel (in its co-imperial role) and Palestine, observing its international and regional context, in the last decade. From the Arab rebellions of 2011, an attempt to alter the status quo. The impression was created that there would be great changes –if they deposed several extensive mandates– however, a repressive counterrevolution stifled them. Along with this, the US doctrine of recolonizing the region with interventions and its policies of double standards, undermined by the Russian resurgence and the Chinese reappearance.

Keywords: Geopolitics. Co-imperial. Resistance. Revolt.

1. Terrorismo y su definición

El terrorismo es el concepto polifónico, tergiversado hasta la pérdida de su posible significado, a la vez que usado con una intencionalidad acrítica, en estas últimas tres décadas 1990-2021 y a nivel global, atravesadas por la globalización o mundialización económica y cultural. Cuando no cabe duda alguna de que el capitalismo es el eje de todas las disyuntivas de los últimos cinco siglos, y de estos los últimos dos, sobre todo, acentuada aún más por la caída del Muro de Berlín, símbolo de la disolución de la Unión Soviética. Promediando esta treintena de años, la "Guerra Global contra el Terrorismo" (GWOT) fue virando hacia la "Competencia entre los Principales Poderes" (GPC). La GWOT, de hecho, es la denominación que se ha utilizado para ocultar el dispositivo de destrucción y reconfiguración del Medio Oriente, sobre todo diez años después de la disolución de la URSS.

En la Convención de la Organización de la Conferencia Islámica de 1998, al tratar el tema sobre la lucha contra el terrorismo internacional, en su primer artículo lo describe de la manera siguiente:

> Cualquier acto de violencia o amenaza, prescindiendo de sus motivaciones o intenciones, perpetrado con el objetivo de llevar a cabo un plan criminal individual o colectivo con el fin de aterrorizar a la gente o amenazarla con causarle daño o poner en peligro su vida, honor, libertad, seguridad, derechos.

En el artículo 2, completa manifestando:

> La lucha de los pueblos, incluida la lucha armada contra el invasor extranjero, la agresión, el colonialismo y la hegemonía, que persigue la liberación y la autodeterminación de acuerdo con los principios del derecho internacional no se considerará un crimen terrorista (LÓPEZ Y RIVAS, 2021, p. 30).

Tal postura difiere de la del Departamento de Estado de los Estados Unidos, que lo define así: "la amenaza o uso de la violencia para lograr fines políticos, religiosos u otros por medio de la intimidación, la provocación, el miedo y demás, dirigidos contra poblaciones civiles (citado en CHOMSKY, 2003)". La diferencia crucial entre los hechos de violencia simbólica o material (que nosotros reprobamos, aunque son una realidad insoslayable), o sea, la naturaleza defensiva u ofensiva del acto violento. Según este criterio, Israel podría catalogarse como un estado cuyo terrorismo posee un alcance regional, algo semejante a la presión ejercida por la potencia norteamericana y que López y Rivas (2021: 29-45) distingue como "Terrorismo global de Estado".

Un ejemplo de la intervención y ayuda de Estados Unidos hacia Israel, en armas y apoyo diplomático, es como se facilitó la invasión israelí a Líbano en 1982. Para Noam Chomsky (2003) se trata de "Terrorismo internacional impulsado por el papel decisivo de Estados Unidos". Terrorismo internacional, terrorismo a gran escala (dirigido contra un grupo numeroso de personas), terrorismo a pequeña escala (enfocado hacia individuos), terrorismo individual y terrorismo de Estado (CHOMSKY, 1990, p. 38).[2] En esa irrupción, las Fuerzas de Defensa Israelí, su ejército, abatieron a la Organización para la Liberación de Palestina (OLP). Era el objetivo de la guerra, no el Líbano, sino barrer con la OLP (MARTINELLI, 2009). El aparato represor israelí se impone a través de diferentes variantes sobre (todo) a población palestina, que se encuentra en un intersticio, una suerte de no lugar, por no considerarse ciudadanos por el Estado de Israel, sin embargo, habitan un territorio no muy vasto, entrecruzado. La burocracia de tal país lo considera propio, conseguido en un proceso de colonización de larga duración y que continúa, lo cual intenta justificar según sus lecturas históricas y arqueológicas.

La nueva inoculación de un imperialismo actualizado se encargó de dilapidar violencia, recursos y la violación sistemática de los derechos humanos, escondidos en los pretextos de extender democracia y libertad a poblaciones distantes de sus territorios. Sus detentores en la región fueron los Estados Unidos secundados por Israel, a los cuales se les suman diferentes niveles de alianza y colaboración, de potencias subimperialistas como Turquía, Arabia Saudita, y a diferente escala Egipto. Lugares que, por supuesto no debieran ser pensadas como parte de la soberanía estadounidense en la imaginería occidental, sin embargo, con el acompañamiento casi irrestricto de su

2 Citado en Lopez y Rivas (2021, p. 32) favoreece a quien detenta el poder militar y económico por sobre la soberanía y autodeterminación de los pueblos.

brazo armado, la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), aquella surgida en un contexto de Guerra Fría, ahora reconfigurada para obstruir la recomposición rusa y el ascenso económico chino. Este último caso, con una escalada trepidante e inédita, con su consiguiente expansión geográfica, diseñada a través del *Belt and Road*, también conocida como "La Nueva Ruta de la Seda", oficial a partir de 2013.

La rivalidad entre los EE.UU. y China es un eje de rivalidad y competencia, inter-imperialista para Ashley Smith (2019) pero podemos diferir en que China es un país ya central, sin embargo no desarrolla las características imperialistas, de invadir países mediante la fuerza, la principal. El cambio de paradigma desde la administración Trump, promueve un cambio, en realidad busca potenciarlo, desde la llamada "guerra contra el terrorismo" a la "rivalidad entre las grandes potencias" (SMITH, 2019). Las potencias en recomposición, China y Rusia, están en la mira, desde al menos pero también antes, el freno a la intervención de la OTAN en Siria de 2013, y por sus cualidades, son vistas como las que menos respetarían la hegemonía de Washington.

Las intervenciones militares supuestamente fueron emprendidas para aplastar a los llamados "estados canallas" como Irak y contener las crisis en diversos estados arruinados por el neoliberalismo. Su objetivo primordial ha sido impedir el surgimiento de un competidor, de un nuevo rival. Tres acontecimientos minaron esta gran estrategia. En primer lugar, el boom neoliberal de la década de 1980 a 2008 reestructuró el capitalismo global. Produjo nuevos centros de acumulación de capital, especialmente en China. En segundo lugar, EE.UU. batalló contra un gran desastre estratégico, con su invasión y ocupación de Irak, que lo empantanó en una guerra contra-insurgente. Ello dificultó su ambición de situar al Medio Oriente y sus reservas de energía estratégicas bajo su control, y al hacerlo, dotarle de la capacidad de intimidar a sus rivales potenciales como China, que dependen de la región para su suministro de petróleo y gas natural. En tercer lugar, la Gran Recesión golpeó de manera desproporcionada a la economía de Estados Unidos (SMITH, 2019).

El parteaguas a nivel mundial para entender este último periodo, no cabe dudas, ha sido la crisis capitalista de 2008. Las invasiones a Iraq y Afganistán son el atolladero del Imperio Estadounidense y sus acólitos, se verifican allí mostraron las falencias e inoperancia a la hora de remodelar el Medio Oriente postulando a sus eméritos Arabia Saudita e Israel, con la situación intermedia de Turquía y la mayor ayuda militar externa sobre el país más poblado de lengua árabe como es Egipto.

En este entramado, la oposición chino-rusa frente al inminente ataque estadounidense-OTAN sobre Siria en 2013 –emulando lo sucedido en Libia dos años antes con el apoyo de dicho brazo armado – trazó un nuevo orden mundial en ciernes, cuyo escenario de disputa continuaría siendo una parte, sino la más preminente, o al menos una de las principales palancas para la lucha por la hegemonía mundial y donde el imperialismo desembarcó encabezado primero por Francia y Gran Bretaña, luego por Estados Unidos con el contrapeso que significaría la Unión Soviética. Esto es así por tres aristas precisas, por su posición geoestratégica y geoeconómica, por las rutas

marítimas y terrestres indispensables en el corazón de Eurasia, y por su cercanía al Heartland, idea postulada por Halford Mackinder en 1906.

Cuestiones no menores, si a eso le agregamos que, la hoja de ruta indicaba como otros de los objetivos a los "ejes del mal" de la "civilización occidental". Con ciertas modificaciones, la acusación de malignidad fue dirigida hacia Siria, Iraq (dos de los nacionalismos laicos más fuertes durante los setenta, con una ideología baazista), Afganistán, Libia, Irán, pero también países de otras latitudes como Venezuela, Corea del Norte, la ahora ex-Yugoslavia y cualquier otro que se dispusiera a desarrollar algún tipo de autonomía al gendarme mundial, la cual en pos de un supuesto beneficio de la humanidad toda, ostenta más de setecientas bases militares apostadas en lugares considerados claves por todo el globo.

Dicho lo anterior, en otras palabras, sería, que se pretende asegurar el orden capitalista luego de la posguerra, a través de la fuerza e intervención "humanitaria" (vaya eufemismo) hacia países que no conformen el grupo de las primeras veinte o treinta potencias mundiales, para asegurar así, una respuesta débil, o que no sean ayudados por otros. En algunos casos, con el acompañamiento inequívoco de la OTAN y las otrora potencias globales Francia y Gran Bretaña, las cuales siguen los designios de Washington con cierta automaticidad.

Si realizamos un breve ejercicio de relevamiento de las guerras e invasiones sufridas en la región mezzoriental, eso nos percatará de algunas cuestiones que no son privativas del siglo XXI, pero lo que, si es cierto, es que se han acentuado de manera notoria, consideramos que por la caracterización del enemigo musulmán como el enemigo *per se* de "occidente" en reemplazo del ya en declive "Oso rojo" (MARTINELLI, 2020).

2. Israel, garante de la reproducción del capitalismo en la región

La relación entre el Estado de Israel y la población de la Palestina ocupada –correspondiente con la del Mandato Británico del mismo territorio–, y administrada por la Autoridad Nacional Palestina, ayudada financieramente por algunos países bajo los designios de la Organización para los refugiados de Palestina (Agencia de las Naciones Unidas para los Refugiados de Palestina en Oriente Próximo, UNRWA sus siglas en inglés), está atravesada por la alianza incondicional entre los Estados Unidos de América e Israel. Su estrecha relación fue enfatizada a partir de 1967, continúa en la actualidad con las peripecias trumpistas y no variaría demasiado, según lo visto, con la asunción de la actual administración de Biden. Ese elemento es central, tanto para analizar la situación regional como para visualizar porqué se decantan las principales cuestiones del caso palestino-israelí hacia este enclave imperialista.

Israel aliado absoluto de la potencia armamentística, practica un colonialismo tardío, enfundado en un ropaje milenario. En particular, durante la última década, ha proferido tres políticas de acuerdo a la geografía a la que esté destinada. A la Franja de Gaza, (antigua zona de la pentápolis filistea, del cual proviene la palabra árabe *filastin*),

luego de retirar su población ocupante en 2005 (ANDERSON, 2016[3]), la ha bloqueado y bombardeado sistemáticamente, usando previo a sus ataques claro está diferentes argumentos relativos a violencia y seguridad. Además, le adosó los mismos pretextos estadounidenses para diversos lugares del mundo (sobre todo del "árabe"), desde "ataques preventivos", "daños colaterales", "el enemigo es terrorista", representamos a occidente y por tanto a la civilización, y, por último, el otro merece ser aniquilado por su desprecio por la vida.

Mediante diversos dispositivos, o sea, lo mediático (cine, videojuegos, internet y medios masivos), lo académico, la construcción de consenso y de sentido común, estas metodologías acompañan a los medios de destrucción masiva y sistemática. Bombardean la población civil y la infraestructura de sus poblados, cuyo objetivo, en esa guerra de quinta generación, representa causar un impacto directo e indirecto. Matar, destruir, desequilibrar emocionalmente y buscar ser ejemplo al cual no seguirían las poblaciones palestinas de *Al-Quds* o del entrecortado territorio de lo que queda de Cisjordania.

2.1. Evitar otra intifada

El final de la Segunda Intifada, en 2005, marcó un antes y un después. No parece casual que a través de las llamadas FDI, buscarán, por un lado, asegurarse Cisjordania, mientras que por el otro, Sharon encabezó la transformación de la Franja de Gaza en una prisión al aire libre, con más de dos millones de palestinos. Para finiquitar ese plan evacuó el minúsculo grupo de colonos, junto con el ejército que se encontraba a su alrededor. Tras las elecciones para una asamblea legislativa palestina, al año siguiente, en 2006, los votantes eligieron por mayoría a *Hamas,* que obtuvo 76 de los 132 escaños, en detrimento de *Fatah,* invirtiendo el orden previo. El resultado puede explicarse a partir de la percepción del Movimiento de Resistencia Islámico (acrónimo de *Hamas*) como opositor más férreo a Israel, además de verse como un partido exento de corrupción, y con un mejor historial de asistencia social a la población (ANDERSON, 2016, p. 10).

El gobierno formado a continuación sufrió las sanciones impuestas por Occidente y Mahmud Abás buscó restaurar el poder de Fatah. Sin embargo, Hamas apartó a Fatah de Gaza en 2007, quedando así una fuerza en cada territorio. El apoyo occidental se percibió mediante el dinero euroestadounidense hacia Ramalá, para aplacar cualquier tipo de resistencia. La Cisjordania transformada en una especie de archipiélago terrestre (ÁLVAREZ OSSORIO, 2008), está vigilada por más de quinientos puestos de control, la vida cotidiana incidida por reglamentos militares externos. En la representación europea, el sentimiento de culpa europeo por el judeocidio asegura el compromiso ideológico con Israel, algo que equipara la ausencia europea de un grupo judío con poder político, cultural y económico semejante a la de Estados Unidos (ANDERSON, 2016, p. 12; 22).

3 Del mismo autor, también seguimos el artículo "Scurrying towards Bethlehem", NLR 10, julio-agosto 2001.

Las colonias de asentamiento, el órgano de conquista territorial israelí, creció al doble de la tasa de crecimiento de las demás zonas de Israel. Mientras que casi la mitad de la población de los propios Territorios Ocupados está registrada como refugiados: un poco menos de 2 millones de personas, de los millones registrados por Naciones Unidas. El número de exiliados sin Estado es de 2,5 millones, y el número de refugiados que viven en campamentos es de 1,5 millones. Podemos diferenciar entre la forma utilizada en Jerusalén, declarada capital única, indivisible y eterna en 1980 de manera unilateral, y que aplica el denominado *Master Plan*[4] de judaización. Esto es, el plan para el territorio, pero cumplido aquí de manera exponencial, en una ciudad que hubiese sido un *corpus separatum* según la recomendación en la resolución de la ONU de 1947. Esto por su condición de sacralidad para las tres religiones monoteístas que consideran con una misticidad particular a emplazamientos como la Explanada de la Mezquita y el Muro de los Lamentos. Con la ciudad en constante ampliación la colonia Maale Adunim, tiene como finalidad diseccionar a Cisjordania en dos grandes bloques, subdivididos a su vez en otros tantos fragmentos los más inconexos posible.

La expansión de los asentamientos en Cisjordania y Jerusalén Este, la construcción del Muro de Separación, el aislamiento de Gaza, la escisión entre *Fatah* y *Hamas,* y la representación árabe dentro de Israel, han restado credibilidad a la Hoja de Ruta. Después de la Segunda Intifada, apareció la argumentación palestinos en favor de un único Estado como solución. Aquí subyacen, en cierto sentido, dos paradigmas, el argelino de una lucha contra la "ocupación", y el sudafricano, de bregar para tener por un hombre un voto. Las soluciones de de un solo Estado significarían el fin del sionismo y de su criatura en Cisjordania, eso resulta claro para ambas partes.

La visión apasionada de unos y otros con su propio Estado es un obstáculo insuperable para su unión en una sola estructura política. Lo mismo es válido para la inmensa mayoría de la comunidad judía, para la que Israel es su fortaleza. Pero para las masas palestinas, para las que el abandono de la esperanza de un Estado separado en favor de la integración en Israel podría llegar a ser preferible a la asfixia indefinida en el *statu quo* (ANDERSON, 2016, p. 28-29).

Lo corroborado hasta aquí, se complementa con la estrategia prominente para la llamada oficialmente "Judea y Samaria". Nos referimos a una serie de carreteras, puestos de control, colonias habitadas por colonos armados y preparados ideológicamente para cometer todo tipo de tropelías contra sus vecinos, y una presencia del ejército a todo nivel cotidiano, de un ocupante contra un pueblo impedido de ejercer su soberanía. Ahora bien, debemos matizar en un aspecto, los Acuerdos de Oslo buscaron entre otros objetivos, no volver a sufrir intifadas –que si ocurrieron–, y que la ANP también se encargara de ser una policía de control complementaria palestina, pero de su población más belicosa o revolucionaria.

4 El "*Master Plan*" para Jerusalén es el primer plan integral para la ciudad (Este-Oeste). La visión de Jerusalén en el siglo XXI, por parte de las autoridades israelíes, posee un claro objetivo de superioridad demográfica judía en su jurisdicción. En particular, en el tema de la vivienda analizado por el autor Francesco Chiodelli (2012) quien expone en detalle el contenido de este *Master Plan*, y busca a su vez reflejar la diferencia de trato entre las poblaciones palestina e israelí.

A esto debemos agregar que Israel continúa con sus planes de conquista y anexión territorial, en contraposición con lo acaecido en la *Nakba.* Debido a su estratagema de negación del retorno palestino, los palestinos quedan engullidos en una maraña de poblados israelíes, bajo la legislación militar, pero sin tener los derechos que le proporcionaría esa ciudadanía. La diáspora palestina en los países de la región y otras partes, tampoco corre con mejor suerte. Por lo tanto, se ven asfixiados en sus posibilidades económicas, restringidos en el uso del agua y de sus tierras, quedan en una situación intermedia o no especificada por completo, de habitar Israel.

3. Política y discurso en Palestina-Israel

Observemos en particular el artículo del historiador P. Anderson (2016). Él destaca la cooptación y corrupción por parte de *Fatah*, existente aún más en el gobierno israelí, y cita al hombre más rico de Cisjordania, cuya riqueza equivale a un tercio del PBI. Nuestra objeción a ese planteo es que, si bien podemos evidenciar errores políticos palestinos, en Oslo y hacia acá en el tiempo, no debemos soslayar en simultáneo, ni menos aún minusvalorar, la salvedad de la opresión sistemática israelí hacia el conjunto de palestinos.

Es decir que, si bien hay diferencias entre los palestinos, la policía palestina se acrecentó de manera exponencial, y de manera hasta paradojal, se pretende que asistan al Shin Bet en perjuicio de su propia población. Israel, por un lado, pretende manipular a los palestinos para evitar otra intifada, e intenta aniquilar cualquier intento de que un Estado palestino adquiera las características principales de soberanía, o al menos ejerza un autogobierno. Y, por otro lado, este pequeño estado busca aumentar las colonias, con lo que incrementa la presión psicológica, la quita de tierras, la demolición de hogares, la encarcelación, las invasiones periódicas a la Franja de Gaza y los puestos de control militares en Cisjordania, además del Muro de separación.

La Franja costera es un reducto inexpugnable, los *hattushas* lanzados por la organización catalogada como terrorista *Hamas*, son justificación israelí para demoler y encarcelar a la población a cielo abierto. Es evidente la destrucción calamitosa emprendida por uno de los ejércitos más tecnológicamente avanzados, y que comercia armas con la "etiqueta" de "probadas en el terreno", o sea, en los cuerpos palestinos y que destruyeron todo aquello que los cobijaba. Esto puede observarse en el documental "Gaza" (2017) dirigido por Carles Bover y Julio Pérez, ganador del Goya de 2018, o en otro como "Nacido en Gaza" (2014) dirigido por el argentino Hernán Zin.

La *hasbara,* aparato de difusión que busca defender las políticas israelíes hacia los palestinos, más la declaración de la International Holocaust Remembrance Alliance (IHRA), en cuanto a su definición de "antisemitismo", intentan bloquear cualquier intento de movimientos o campañas como el de Boicot, Desinversión, Sanciones (BDS) –desde 2005–. El BDS inspirado en Sudáfrica, busca impedir acciones en el extra a las empresas, las universidades y otras instituciones israelíes, mientras ese país siga manteniendo sus colonias de asentamiento y niegue a todos sus habitantes los mismos derechos.

Diversas prácticas israelíes están obturadas por su propaganda internacional, puede ejemplificarse con las ventas de armas a países de África, o la colaboración en la planificación de la devastación de cualquier Estado que compitiese con una hegemonía propia en la zona, como sucedió en los casos de Iraq y Siria. Mientras tanto, el caso de Irán difiere porque, además se lo rodeó de bases, de invasiones a sus Estados fronterizos Iraq y Afganistán. Para apoyar esta tesitura, esto se ratifica por los que en términos de Brzezinsky (1998), la alineación Irán, más Rusia, más China, debiera ser evitada por las potencias occidentales, ya que complementarían en un poder simbólico, de recursos y de geografías, difícil de equiparar. Y se trataría del eslabón más débil de la trilogía mencionada.

4. La "ventaja militar cualitativa"

Aquí nos interesa comparar este pequeño Estados Unidos de América, su *alter ego* (ANDERSON 2016, p. 42), con la superpotencia erigida como tal a mediados del siglo XX. El nacionalismo exacerbado, volcado en lo militar, hacia el imperialismo en el caso norteamericano, se emparenta con aquel país de diminuta extensión, que busca imponer un mini-imperialismo regional, también con una política de limpiar su imagen hacia el exterior financiando (y presionando) todo tipo de campañas mediáticas, incluyendo tanques como Netflix y los Google, Amazon, Facebook, Apple (GAFA). La fuerza busca ser acompañada y asimilada por un consenso, al difundir supuestos estereotipos, paradigmas que deshumanizan al "otro" ya sea árabe, afgano, iraní, chino, ruso o cual sea necesario a sus fines, justificando en los imaginarios las invasiones y bombardeos sobre esas poblaciones en su mayoría civiles.

En el caso palestino, se sufrieron los bombardeos del ejército israelí, asesinatos en masa, que se denominaron como eufemismos: la Operación Escudo Defensivo (Cisjordania, 2002), la Operación Plomo Fundido (Franja de Gaza, 2008-2009) y la Operación Margen Protector (Franja de Gaza, 2014), ante la mirada incólume de la "comunidad internacional".

Un punto central, es como, aún más intensamente desde 2008, el sheriff mundial (KATZ, 2012) debe asegurar a Israel una "ventaja militar cualitativa" sobre todas las demás fuerzas, reales o potenciales, en la zona. Algo perceptible en las declaraciones de Netanhayu (por ejemplo ante la ONU y ante el Congreso de EE.UU., en 2015) según las cuales Israel continúa siendo una baza occidental en Asia, tal como fuese planificado en el famoso escrito de Herzl de 1896.

En 2011, el subsecretario de Estado para Asuntos Políticos y Militares Andrew Shapiro evidenció esta idea de la ventaja militar al manifestar:

> La piedra angular del compromiso de seguridad de Estados Unidos con Israel ha sido la garantía de que Estados Unidos ayudaría a Israel a mantener su ventaja militar cualitativa. Se trata de la capacidad de Israel para contrarrestar y vencer las amenazas militares creíbles de cualquier Estado individual, co-

> alición de Estados o agente no estatal, sufriendo un mínimo de daños o bajas[5].

Al mismo tiempo, Israel es, además de ser el aliado por excelencia del país que lanzó las bombas atómicas sobre Hiroshima y Nagasaki, un país cercano a la Unión Europea (por ende "occidente" propiamente dicho –Estados Unidos y los países más ricos de Europa–) que explica parte de porque en los ámbitos oficiales, dicha Unión no condena sus políticas hacia Palestina.

5. Colonialismo, Colonialismo de asentamiento y formas de resistencia

Los estudios de casos de colonialismo de asentamientos que también puede conocerse como colonialismo de colonos o de poblamiento (en inglés, *settler colonialism*), se han producido en referencia a dos lugares: Argelia y Sudáfrica. Ambos dieron una impronta a los estudios sobre descolonización y permitieron identificar el colonialismo de asentamientos no solo como un fenómeno histórico, sino también como un paradigma que continúa vigente para analizar diferentes partes del mundo de hoy[6]. Uno de los paradigmas de análisis fue considerar este caso como un enfrentamiento entre dos movimientos nacionales que lucharían con el mismo derecho a la tierra pese a no tratarse de dos pueblos históricamente vecinos. Sin embargo, el acontecer es entre un movimiento de colonos ocupantes y un pueblo nativo. Un proceso sionista activo de colonialismo de asentamiento que continúa en la actualidad (RAMOS TOLOSA, 2018, p. 276-277).

En términos teóricos, el colonialismo apunta a perpetuarse en sí mismo, mientras que el colonialismo de asentamiento pretende superarse a sí mismo. Esto significa que se diferencian en que una sociedad colonial se percibe como eficaz si la separación entre colonizador y colonizado se conserva. Mientras que un proyecto colonial de asentamientos consigue sus objetivos, en último término, cuando caduca, los colonos dejan de ser definidos como tales y se transfiguran en "nativos", por lo que su posición se normalizaría. Para la consecución de sus propósitos, un proyecto de colonos debe emanciparse de la supervisión y el control externos, establecer políticas soberanas locales y culturales, acabar con las autonomías nativas, y domesticar un paisaje que alguna vez se percibió como extraño. Los proyectos coloniales de asentamientos son procesos dinámicos respecto a las relaciones que establecen con sus "otros" externos (la metrópoli que en el caso tratado no existe como tal) e internos (la población nativa), y con la tierra. Los proyectos coloniales de asentamiento pueden prever un punto final, donde las relaciones de alteridad son resueltas o no se exteriorizan, esto dilucidaría por qué el colonialismo de colonos suele estar asociado más con lugares donde no termino por consolidarse (por ejemplo, Argelia), que

5 La frase fue pronunciada en el Washington Institute for Near East Policy, 4 de noviembre de 2011.
6 Pappe, Ilan, Decolonizing Israel / Palestine: A Discourse or a Political Programa, en prensa.

con lugares donde alcanzó su finalidad (por ejemplo, el Estados Unidos, Australia) (VERACINI, 2013, p. 28).

El colonialismo de ocupación es un hecho histórico, como fueron los casos de EE.UU., América Latina y Oceanía. Es así que los mitos coloniales fueron concebidos con la intención de legitimar, por ejemplo, la conquista de América, el *apartheid* en Sudáfrica (y en África en general) y el sionismo en Palestina (y en una parte sustancial de Asia). Al momento de comparar Nuestra América y el denominado Medio Oriente, en referencia a los casos de colonialismo, el rasgo predominante es la presunción del colonizador de un derecho a conquistar y asentarse en la tierra. Los puntos más próximos entre ambas empresas coloniales han sido: en primer lugar, el mito de la "Tierra virgen o desierta", en cuanto a Medio Oriente y a Palestina, la manera de denostar a la población era al tratarlos como nómadas y que sus tierras no estaban bien explotadas. En segundo lugar, el mito de la superioridad racial se basó en la creencia de desigualdades físicas y psicológicas entre las supuestas "razas", donde los blancos europeos dominarían a las demás. A lo que debemos agregar los siguientes postulados: 1) "la misión de civilizar", y 2) "la legitimación por una motivación ideológica o religiosa" (PRIOR, 1997, p. 152).

En el caso de la ocupación francesa de Argelia, a partir de 1830 hasta 1962, los colonos desconocieron las formas de propiedad de la tierra del lugar y otorgaron a los argelinos el estatus de sujetos coloniales. Se apropiaron de la mayoría de las tierras fértiles, al aducir una hipotética superioridad por sobre los nativos, similar a lo sucedido en Palestina. La retórica colonialista alega que los pioneros llegaron a un desierto salvaje y llevaron la civilización. Se trata de mitos estereotipados del colonialismo, que racionalizan el genocidio casi completo de los nativos y justifican así la consecuente ventaja económica de Europa (PRIOR, 1997, p. 150-151). En líneas generales, los colonizadores procuraron llevar a cabo un genocidio, mientras que en Sudáfrica y Palestina practicaron la limpieza étnica y formas de *apartheid***.** Sin embargo, una diferencia crucial es el mito del vínculo ininterrumpido con la tierra, por lo cual se trata según esa justificación de un regreso a una tierra, distinto en ese sentido de los demás casos de colonización.

Los proyectos coloniales suelen moverse a través de la "lógica de la eliminación". Los colonos idearon justificaciones morales y los medios prácticos necesarios para eliminar a los nativos. Esta impronta se traduce en un genocidio, en otras situaciones en una limpieza étnica o un régimen de opresión a los derechos de los nativos. A estas percepciones, debería agregarse la lógica de la deshumanización (PAPPE, 2019, p. 166). Esta lógica también es relevante en el sentido de poder comprender el proyecto colonial, y poder relevar la resistencia palestina.

Entre los dos modelos de colonialismo de asentamiento, la diferenciación aparece entre uno puro donde el colono necesita la tierra, pero no al poblador autóctono como fuerza de trabajo. Y el otro modelo, el colonizador busca el control de la tierra y los recursos, al mismo tiempo que segrega de diferentes maneras al nativo, aunque en algunos de los casos los explota como mano de obra barata. El modelo de colonialismo de asentamiento puro (PITERBERG, 2008, p. 62-68; y 2010) con un objetivo

último del sionismo, la segregación (en afrikáans, *apartheid*) de la sociedad colonizadora respecto a la mayoría nativa, empezó a desarrollarse durante los últimos años de la Palestina otomana, continuando con posterioridad.

El colonialismo de asentamiento es un sistema de *apartheid* que garantiza la separación entra la población nativa y la etnia de los colonos. Las dos objeciones a la comparación con el caso sudafricano suelen ser dos: primero, que la clara separación de los grupos étnicos de Sudáfrica es inexistente en Israel y, segundo, los ciudadanos palestinos de Israel gozan de una votación democrática a diferencia de los negros en Sudáfrica. En este país, el objetivo del *apartheid* era restringir los beneficios de los recursos clave: la tierra, el agua y la riqueza mineral adjudicados a la minoría blanca y se optó por una segregación visible. Mientras que en Israel, la tierra y el agua se designan como pertenecientes a una nación judía mundial, en lugar de pertenecer a los ciudadanos del país. Asimismo, se impone una discriminación visible, porque habitan espacios y ciudades separadas, al igual que diferencian los sistemas de enseñanza. Entonces, se recrea un sentido de separación emocional entre las poblaciones israelí y palestina, modelo que reproduce una identidad antagónica.

En Palestina-Israel, en 1972, en Jerusalén Este (ocupada desde 1967), la población israelí constaba de 9.000 personas, en la actualidad ronda las 200.000. En Cisjordania, en 1991 había unos 95.000 colonos israelíes, hacia el 2000, tras dos décadas, se triplicaron y más, 350.000. Actualmente, más de medio millón de israelíes viven en Palestina. Implantación perpetrada desde el Estado (Anderson, 2016).

El lado opuesto pertenece a los colonizados. Allí el foco de la cuestión subyace en la resistencia, tanto diaria como de larga duración, así como también, en las diferentes rebeliones o revoluciones en contra del orden colonial impuesto. Ambos casos, en Medio Oriente y América central y del sur, ocurridos en diferentes tiempos y espacios, se identificaron con la resistencia a las imposiciones coloniales e imperiales, para, de esa manera, dar su propia impronta a la división de las fronteras y los territorios. También irrumpió el sistema capitalista, mediante las potencias imperialistas europeas, para abogar por una nueva percepción del territorio, y de una particular inserción en el mercado mundial.

Las formas de resistencia se ejercieron mediante protestas en las primeras décadas del siglo XX, en la revolución o gran rebelión entre 1936-39, como también en las diferentes Intifadas, hasta llegar al más reciente movimiento de BDS. Sí nos referimos a la situación creada por la *Nakba*, otras formas de resistencia fueron como los palestinos de los campos de refugiados evocaron los nombres de sus ciudades palestinas, como por ejemplo Jenin o Safad, al colocarles tales nombres a sus hijas o también a las calles dentro de dichos campos. Desde 1948, las llaves de sus antiguas casas fueron el símbolo conmemorativo nacional palestino más cotidiano para los refugiados que aspiraban al retorno. Ese símbolo incorporó el pasado, el presente y el futuro en una narrativa existencial, la esperanza de volver a lo que consideran su hogar, su tierra y su patria hasta hoy (KHALILI, 2004, p. 13-14).

El *sumud* consiste en la constancia, firmeza y tenacidad del pueblo palestino para mantenerse en su tierra. Pretende fomentar la perseverancia a través de la

dialéctica de la opresión-resistencia, y a la capacidad de superación de las adversidades. Entrañó el significado de una firme determinación de permanecer, de lucha militante, de desobediencia civil y de la resistencia no violenta. *Sumud* es firmeza, resistir e incrustarse en el suelo, ser uno con el lugar y disputarlo, es un espíritu para resistir ante las dificultades (CHECA, 2014) e impedir una nueva *Nakba*. *L*a tierra, a la que le asignan un sentido comunitario, ha sido y es parte de su ser, de su identidad, de su vida y de su familia.

6. A modo de conclusión

El colonialismo de asentamiento perpetrado continúa avanzando hasta hoy. La "ventaja militar cualitativa" de Israel en la región evidencia el apoyo por razones logísticas al *alter ego* estadounidense. La población palestina vive atravesada por las acciones israelíes que, al construir rutas, infraestructura y poblados exclusivos, como también los *checkpoints*, avasallan sus derechos. Esto se ha extremado, en las últimas dos décadas, con la construcción del muro de hormigón y torres de control que cerca (2002) y al mismo tiempo destruye la integridad cisjordana. Su construcción transforma dicho territorio para en una serie de *bantustans* controlados por Israel. En ese sentido, prosiguen la expansión de las colonias y se practican desalojos, expropiaciones y demoliciones de hogares, diferentes tipos de violencia que son resistidos a través de formas de organización local y de solidaridad internacional.

El derecho de los palestinos al retorno, el exilio forzado y las formas de resistencia son parte integral de la historia palestina. Solo si comprendemos la importancia de sus reclamos, podremos entender el sentido que tiene para ellos ese derecho. Por último, los palestinos se posicionan como un caso emblemático y simbólico de lucha y de resistencia. Palestina es el lugar de todas las luchas. Pensamos que, en parte, nuestra función es difundir, analizar y ayudar a comprenderlo.

Referencias

Alvarez-Ossorio, Ignacio, ***Archipiélago Palestina:*** la ruptura de la continuidad territorial de Cisjordania, Norba, Vol. 21, pp.117-137, 2008.

Anderson, Perry, ***La casa de Sión***, New Left Review, 2016.

Brzezinsky, Zbigniew, ***El gran tablero mundial, La supremacía estadounidense y sus imperativos estratégicos,*** Barcelona, Paidós, 1998.

Checa, Diego, Nonviolent international support of social empowerment processes, Deanship of Scientific Research (Ed.), The Arab Spring from the perspective of human rights. Arab American University, Jenin, p. 17-29, 2014.

Chiodelli Francesco, The Jerusalem Master Plan: Planning into the Conflict, Jerusalem Quarterly, ***Institute of Jerusalem Studies***, 2012, 51, autumn.

Chomsky, Noam, Schulz, William, Bonasso, Miguel, T***errorismo de Estado***, Ediciones Txalaparta, Navarra, España, 1990.

Chomsky N. ***Estados Unidos: armas, derechos humanos y convivencia*** en Chomsky N., Poder y terror. Reflexiones posteriores al 11/09/2001, Buenos Aires, Nuevo Extremo, 2003.

Katz, Claudio, ***El imperio del Capital***, Bogotá, Espacio Crítico, 2012.

Khalili, Laleh, "Grass-roots commemorations: Remembering the land in the camps of Lebanon". ***Journal of Palestine Studies***, v. *34, n.* 1, 2004, p. 6-22. https://doi.org/10.1525/jps.2004.34.1.6

López y Rivas, Gilberto, ***Estudiando la contrainsurgencia de Estados Unidos, Manuales, mentalidades y uso de la Antropología***, México, Plaza y Valdes Editores, 2021.

Martinelli, Martín, ***La conformación del nacionalismo palestino.*** Una perspectiva histórica en González Mezquita, M. Luz (Coord.), Historia Moderna: Viejos y Nuevos Problemas", Mar del Plata, EUDEM, 2009, p. 380-389.

Martinelli Martín, La reconfiguración simbólica y material del Medio Oriente, en las recientes tres décadas. ***Cuadernos de Marte***, n. 18, 2020, (p. 457-489). Buenos Aires.

Pappe, Ilan, ***Los diez mitos de Israel***, Madrid, Akal, 2019.

Piterberg, Gabriel, ***Tachaduras***, NLR, 2008.

Piterberg, Gabriel, Settlers and Their States" A Reply to Zeev Sternhell. ***New Left Review***, v. 62, p. 115-124, 2010.

Prior, Michael, ***The Bible and Colonialism:*** A Moral Critique, Sheffield, Sheffield Academic Press, 1997.

Ramos Tolosa, Jorge, "Propuestas para decolonizar Palestina-Israel", en ***Epistemologías del Sur***, Bidaseca, K. Meneses, M. P., (Coord.), 273-298, 2018.

Smith, Ashley, ***La rivalidad geopolítica de EEUU y China en el siglo XXI***, 2019: https://www.sinpermiso.info/textos/la-rivalidad-geopolitica-de-ee-uu-y-china-en-el-siglo-xxi

Veracini, Lorenzo, The other shift: Settler colonialism, Israel, and the occupation, ***Journal of Palestine Studies***, v. 42, n. 2, p. 26-42, 2013.

Risco e perigo: uma análise sociológica das prescrições das Nações Unidas para combater a Covid-19

Risk and danger: a sociological analysis of the United Nations prescriptions to combat Covid-19

Riesgo y peligro: un análisis sociológico de las recetas de la Organización de las Naciones Unidas para combatir el Covid-19

Maria José de Rezende[1]

Resumo

REZENDE, Maria José de. Risco e perigo: uma análise sociológica das prescrições das Nações Unidas para combater a Covid-19. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 39-66, 2022 DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art3

Risco e perigo são noções que estão presentes em diversas áreas da ciência. Na Sociologia, não poderia ser diferente. Há nas suas formulações uma vasta discussão sobre esses dois conceitos que têm sido empregados para retratar as várias situações de suposta, real ou potencial ameaças à vida individual e coletiva. Ao longo da história há momentos em que o risco e o perigo ganham dimensões desafiadoras tanto para as Ciências Sociais e Humanas quanto para as Ciências Naturais. A partir de 2019, isso se torna evidenciado com o surto pandêmico da Covid-19. Este estudo tem como material empírico os diagnósticos e as prescrições expostos nos documentos preparados pelas Nações Unidas para propor - aos governantes, aos Estados, às lideranças políticas e organizações da sociedade civil - ações, práticas e procedimentos tanto para proteção dos mais vulneráveis, no contexto pandêmico, quanto para definir medidas de combate aos impactos sociais e econômicos decorrentes do Sars-Cov-2. Constatou-se que os documentos produzidos dentro do sistema ONU enfatizam sobremaneira, em suas proposições prescritivas, os riscos sociais, econômicos e políticos derivados da pandemia, ou seja, os riscos vão muito além do perigo de contágio que já é, por demais, preocupante.

Palavras-chave: Risco e perigo. Pandemia Covid-19. Nações Unidas. Proposições prescritivas.

Abstract

REZENDE, Maria José de. Risk and danger: a sociological analysis of the United Nations prescriptions to combat Covid-19. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 39-66, 2022 DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art3

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina - UEL. E-mail: mjderezende@gmail.com; Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3426-910X.

Risk and danger are notions that are present in several areas of science. In sociology it could not be different. There is in their formulations a wide discussion about these two concepts that have been used to portray the various situations of supposed real or potential threats to individual and collective life. Throughout history there are times when risk and danger gain challenging dimensions for both the Social and Human Sciences and for the Natural Sciences. From 2019 onwards, this becomes evident with the pandemic outbreak of Covid 19. This study has as empirical material the diagnoses and prescriptions exposed in the documents prepared by the United Nations to propose - to governments, States, political leaders and organizations of the civil society - actions, practices and procedures both to protect the most vulnerable, in the pandemic context, and to define measures to combat the social and economic impacts resulting from Sars-Cov-2. It was found that the documents produced within the UN system greatly emphasize, in their prescriptive propositions, the social, economic and political risks arising from the pandemic, that is, the risks go far beyond the danger of contagion, which is already worrying.

Keywords: Risk and danger. Covid 19 pandemic. United Nations. Prescriptive propositions.

Resumen

REZENDE, Maria José de. Riesgo y peligro: un análisis sociológico de las recetas de la ONU para combatir el Covid-19. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 39-66, 2022 DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art3

El riesgo y el peligro son nociones que están presentes en varios ámbitos de la ciencia. En Sociología no podía ser diferente. Hay en sus formulaciones una vasta discusión sobre estos dos conceptos que han sido empleados para retratar las diversas situaciones de supuestas, reales o potenciales amenazas a la vida individual y colectiva. A lo largo de la historia hay momentos en los que el riesgo y el peligro adquieren dimensiones desafiantes tanto para las Ciencias Sociales y Humanidades como para las Ciencias Naturales. A partir de 2019, esto se evidencia con el brote pandémico de COVID 19. Este estudio tiene como material empírico los diagnósticos y prescripciones expuestos en los documentos elaborados por las Naciones Unidas para proponer - a gobernantes, Estados, liderazgos políticos y organizaciones de la sociedad - a acciones, prácticas y procedimientos tanto para proteger a los más vulnerables, en el contexto de la pandemia, como para definir medidas para combatir los impactos sociales y económicos derivados del Sars-Cov-2. Se constató que los documentos elaborados en el sistema de la ONU hacen hincapié, en sus propuestas prescriptivas, en los riesgos sociales, económicos y políticos derivados de la pandemia, es decir, los riesgos van mucho más allá del peligro de contagio, que ya es muy preocupante.

Palabras clave: Riesgo y peligro. Pandemia. Covid 19. Naciones Unidas. propuestas prescriptivas.

1. Introdução

Nesta pesquisa documental será sistematizado, analisado e interpretado um grupo específico de materiais das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 2020; 2020ª; 2020b; 2020c; 2020d), que tratam da Covid-19[2] e de seus desafios para os países e povos diversos, especialmente aqueles mais pobres. Esses materiais foram produzidos e divulgados por órgãos diversos integrantes do sistema[3] ONU, cujo objetivo é construir um conjunto de recomendações para amenizar os efeitos drásticos das enfermidades causadas às sociedades mais pobres e mais desiguais pelo Sars-Cov-2, que teve início em 2019 e alastrou-se como pandemia nos anos de 2020 e 2021[4].

Esclarece-se que este estudo se propõe a fazer uma análise sobre como as noções de risco e de perigo são empregadas, pelos órgãos do sistema ONU, para a construção de argumentos referentes tanto ao agravamento da pobreza e das desigualdades provocado pela pandemia, quanto à inobservância dos direitos humanos e os direitos fundamentais garantidores de que todas as pessoas tenham as mesmas chances de sobreviver ao vírus.

Tais proposições foram publicadas pelo sistema ONU desde março de 2020, isto é, logo em seguida ao reconhecimento, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que havia uma pandemia em curso e com potencial altamente ameaçador tanto individualmente quanto coletivamente. Todavia, deve-se destacar que se busca averiguar se há, ou não, em razão dos riscos sociais levados às alturas com a pandemia, questionamentos substantivos, nesses materiais das Nações Unidas, sobre as indiferenças dos condutores de parte dos Estados e da maioria dos segmentos preponderantes diante dos processos de reprodução da pobreza extrema.

Processos estes que são formas de violência estrutural (GUPTA, 2012; 2013) e que têm impedido, em virtude de ações predadoras ou por indiferença (GUPTA, 2012), a redução dos riscos de contaminação, os quais são, reiteradamente, agravados pela situação de pobreza, de miserabilidade e de exclusão.

De que maneira os documentos, que tratam da Covid-19, lidam com a pobreza extrema como violência estrutural alimentada pelas ações e procedimentos do Estado e dos mercados? Ou, porventura, tratam eles o Estado como protetor da democracia e dos direitos humanos, desviando-se da discussão sobre o caráter, também predador, do Estado, o qual é também responsável pelo fato de que considerável parte da população é condenada à falta de recursos econômicos suficientes e exposta às violências de que são vítimas os que vivem em pobreza extrema? Evidentemente, não é invenção dos documentos o fato de que esse caráter predador do Estado, fartamente desfrutado por

2 COVID sigla do inglês que corresponde à abreviação de Coronavirus Disease 2019

3 O sistema ONU é composto por alguns órgãos principais, tais como: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Secretariado, a Corte Internacional de Justiça e o Conselho de Tutela. Esses órgãos podem possuir programas, fundos, agências, órgãos subsidiários, comissões técnicas, comissões regionais, departamentos, escritórios e agências especializadas (A OIT - Organização Internacional do Trabalho - é uma agência especializada ligada ao Conselho Econômico e Social).

4 Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o caráter pandêmico do Sars--Cov-2.

aqueles grupos quê, direcionando os recursos públicos a seu favor, fazem dele o lócus de seus interesses privados.

Deve-se esclarecer, todavia, que a Resolução A/HRC/44/L.23/Rev.1, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, versa sobre "o papel central do Estado em la respuesta a pandemia y outras emergências sanitárias" (NAÇÕES UNIDAS. Resolución A/HRC/44/L.23/Rev.1, 2020, p.1). Esta é uma resolução que tenta pautar o debate sobre o papel do Estado no momento pandêmico atual.

Parafraseando Boaventura de Souza Santos (1994), José Manuel Mendes (2016, p.6) destaca as "lógicas de atuação heterogêneas e fragmentadas" do modo de atuação do Estado, o qual "emerge como incompleto e contraditório nas suas práticas e políticas, atuando de forma oscilante e imprevisível entre um Estado predador e um Estado protetor" (MENDES, 2016, p.6).

A noção de risco torna-se o pano de fundo das recomendações presentes nesses documentos que empregam com muito menor frequência a noção de perigo. Parte-se do pressuposto de que a utilização exagerada da ideia de risco e o emprego escasso da concepção de perigo têm significados políticos que, uma vez desvendados, trazem à tona elementos relevantes de uma proposta de ação política presente em muitos outros documentos encomendados e encampados pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), tais como: os relatórios globais (PNUD/RDH, 1990; 1992; 1997; 2001; 2003; 2010; 2015; 2019), regionais (PNUD/RRDH-AL, 2002; 2003; 2009-2010; 2010; 2012; 2013-2014; 2016; 2016ª) e nacionais (PNUD/INDH/Honduras, 2006; PNUD/INDH/Brasil, 2005; PNUD/INDH/México, 2002; PNUD/INDH/Camboja, 2007; PNUD/INDH/Guatemala, 2016) do desenvolvimento humano.

As prescrições são entendidas, neste estudo, como um conjunto de recomendações feitas aos Estados-membros das Nações Unidas, às organizações da sociedade civil e aos organismos internacionais com o objetivo de exercer influência sobre a construção de agendas para lidar com problemas relacionados à pobreza, à miserabilidade, ao analfabetismo, ao combate a doenças, à inobservância dos direitos humanos, aos direitos fundamentais e aos óbices que tendem a anular a participação política dos setores populares na construção do desenvolvimento humano.

No que tange aos materiais e métodos de realização da análise dos documentos das Nações Unidas, do ano de 2020, sobre a Covid-19 (NAÇÕES UNIDAS, 2020; 2020ª; 2020b; 2020c; 2020d), há que se destacar quatro eixos principais: o epistemológico, o teórico, o morfológico (que se refere à construção do objeto) e o procedimental[5].

O eixo epistemológico está assentado na busca de um caminho garantidor de cientificidade. Tendo como material empírico um conjunto de argumentos e narrativas que pretendem propor, por meio de documentos escritos, um conjunto de ações e procedimentos, esta análise não tem como fugir a uma análise textual. A perspectiva histórico-hermenêutica ajudará a compreender os significados dos argumentos que se situam, muito mais, no âmbito da noção de risco e muito menos no campo da concepção de perigo.

5 Estes quatro eixos ajudam a esclarecer o norte da pesquisa. Sobre isto, ver: Minayo (2001)

Tais significados só podem ser lidos paralelamente ao contexto sócio-histórico pandêmico, e, também, às demais proposições prescritivas exaradas, nas últimas décadas, em outros documentos, da ONU, as quais possuem diversas similaridades, no que concerne ao combate à pobreza, à miserabilidade e às desigualdades, com as recomendações acerca das ações para combater os efeitos sociais, econômicos e políticos da crise sanitária. Que outros documentos seriam esses? Certamente, os relatórios do Desenvolvimento Humano publicados anualmente desde 1990, a Declaração do Milênio do ano 2000, a Declaração das Nações Unidas sobre os povos indígenas de 2007 e a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável de 2015.

Pode-se dizer, sem sombra de dúvidas, que os documentos que reúnem diversas proposições prescritivas relacionadas aos segmentos menos abastados, para o enfrentamento das consequências da Covid-19, inscrevem-se no mesmo *corpus* de recomendações dos diversos documentos encomendados e encampados pelas Nações Unidas nas décadas de 1990, 2000 e 2010.

O eixo teórico mobilizará os debates sobre risco, perigo, desenvolvimento humano, vulnerabilidades e direitos com o fito de compreender como essas noções de risco e perigo são empregadas para indicar possibilidades de mobilização social em favor dos grupos que mais são atingidos pelos efeitos nefastos da crise sanitária resultante da pandemia da Covid-19. Parte-se do pressuposto de que a prevalência da noção de risco e não da noção de perigo traz indicações relevantes para entender as prescrições propositivas presentes nos documentos.

O eixo morfológico relaciona-se à precisão do objeto de análise e diz respeito ao modo como este está conexo aos dois eixos anteriores. Esclarece-se que o objeto deste estudo são as proposições prescritivas presentes nos documentos das Nações Unidas, do ano de 2020, que visam intervir na construção de uma agenda pública de ações, práticas e procedimentos para combater os riscos sociais, econômicos e políticos que se têm aumentado com o avanço da crise sanitária provocada pelo Sars-Cov-2. Ao se fixarem na noção de risco e não na de perigo, tais recomendações procuram enfatizar que é possível combater os efeitos pandêmicos sociais nefastos aparentemente insolúveis. A noção de perigo traz embutida a ideia de descontrole e de maior dificuldade de conter os efeitos e as consequências, conforme destaca Niklas Lumann (MENDES, 2015), de um dado fenômeno, seja ele sanitário ou de outra natureza.

O eixo procedimental busca decifrar as narrativas e os argumentos formadores dessas proposições prescritivas. Serão considerados como um todo os documentos, cada um com cerca de tinta páginas, nas quais são levantadas e sistematizadas todas as menções referentes aos riscos e perigos considerados relevantes pelos elaboradores dos referidos materiais.

Os argumentos são decifrados à luz do contexto social, político, econômico e histórico. Este estudo não se fixa tão somente na análise textual, não obstante ser esta relevante para toda e qualquer pesquisa documental. Como assinala Alberto Melucci (2005, p.33) "tudo o que é dito, é dito para alguém em algum lugar". Interessa, então, decifrar o que é dito, para quem é dito e, também, o lugar de onde é dito, o momento

histórico e todo o contexto que torna possível decifrar as recomendações das Nações Unidas no decorrer do ano de 2020 na vigência da pandemia da Covid-19.

2. Risco e perigo: uma proposta de análise sociológica destas duas noções presentes nos documentos das Nações Unidas sobre a COVID 19

Ao se ler Niklas Luhmann (1993), percebe-se quê, em seu entender, não é por acaso que a noção de perigo tem dado lugar, cada vez mais, à noção de risco. Isso se deve ao fato de que esta última gera a sensação de quê, através das ações dos múltiplos agentes sociais e políticos, é possível conter e/ou diminuir os riscos (MENDES, 2015). A noção de perigo pressupõe, geralmente, causas internas e externas, estas últimas pouco controláveis. "Num mundo mais contingente e complexo, exige-se, segundo Luhmann, uma racionalidade mais propensa ao risco, que seja capaz de prevenir com base em cálculos específicos e na noção de responsabilidade" (MENDES, 2015, p.27-8).

A noção de responsabilidade alinhava todos os textos propositivos das Nações Unidas acerca da Covid-19, bem como uma série de outros materiais acerca da observância dos direitos humanos, do direito ao desenvolvimento e do direito a ser protegido e ter a vida protegida. Seus elaboradores chamam a atenção para as múltiplas responsabilidades dos Estados, dos governos, dos grupos abastados e da sociedade civil organizada, como um todo, para com os segmentos mais vulneráveis em decorrência do surto pandêmico do Sars-Cov-2.

Se a intenção for verificar com qual perspectiva sociológica do risco os formuladores dos documentos da ONU parecem ter alguma afinidade, pode-se dizer que é com as sugestões de Ulrich Beck (1997; 2011), as quais apontam que os riscos são distribuídos diferentemente entre os diversos segmentos sociais (MENDES, 2018). Todos os materiais das Nações Unidas, analisados neste artigo, insistem que a Covid-19 produz riscos muito distintos entre os diversos grupos e os diversos países.

Os formuladores e encampadores desses documentos postulam, persistentemente, que os riscos a que estão sujeitos os mais pobres são muito maiores do que os riscos vivenciados pelos mais abastados. Note-se que eles estão falando mais insistentemente dos riscos do que dos perigos. Optam pela noção de risco porque esta parece pressupor reversibilidade das ameaças geradas pelo surto pandêmico aos segmentos mais pobres. As proposições prescritivas têm proximidade com o alerta de U. Beck (1993) o qual diz que os riscos devem ser considerados nas suas formas distintas de atingir os segmentos sociais diversos.

Ressalte-se que os produtores desses documentos não exploram as indiferenças, os desprezos de setores dominantes, dirigentes, segmentos médios diversos, entre outros, para com os que vivenciam os riscos sociais acrescidos pela pandemia. Insistem sim que é possível empreender ações e procedimentos calculadamente voltados para diminuir os riscos de quebra da coesão social sustentadora do desenvolvimento humano, da cooperação e da solidariedade. Esta última é um marcador-chave das recomendações, uma vez que "a solidariedade, fato social do qual a transnacionalização

constitui um atributo específico, é, ao mesmo tempo, um marcador e um fator de transformação das relações internacionais" (DEVIN, 2016, p.366).

Se o perigo representado pelo vírus tem uma causa externa aos seres humanos e, não sendo possível saber, por enquanto, como este perigo pode ser, inteiramente e definitivamente, controlado, os produtores dos documentos da ONU procuram alertar para a possibilidade de se desconsiderar o quanto a vulnerabilidade dos mais pobres pode resultar em agravamento da pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos. Efeitos nefastos que só podem ser contidos, segundo os formuladores do documento, pela expansão da solidariedade.

Ao recomendar ações e práticas capazes de gerar proteção social para aqueles que podem ser deixados para trás e abandonados à própria sorte, os elaboradores e encampadores dos documentos aproveitam o ensejo para admoestar os governantes que não têm investido suficientemente em melhorias em prol do desenvolvimento humano.

Os argumentos postos nos documentos fixam-se, então, nos riscos sociais e políticos provocados pela pandemia e não nos perigos inerentes à condição contagiosa do próprio vírus. Ou melhor dizendo, não é somente o vírus que está em questão, mas sim os efeitos e as consequências sociais da pandemia nos indivíduos vulneráveis pela exclusão, pobreza e miserabilidade.

Não há dúvida de que essa posição, observada nos documentos das Nações Unidas, referente aos riscos sociais causados pela Covid-19, está relacionada com um tipo de mentalidade e de percepção quê, como indica Norbert Elias (1998), ganhou corpo com o avanço das ciências da natureza. Há um entendimento de que é possível "conter muitos dos perigos" (ELIAS, 1998, p.11) advindos da natureza não humana (ELIAS, 1998). Perigos vindos de vírus, bactérias, fungos, entre outros, já tidos como incontroláveis, passam, desde o século XX, a ser considerados como controláveis.

"Não é verdade que a ameaça de uma nova epidemia causada, sobretudo, por agentes não humanos seja hoje imediatamente combatida pela mobilização de cientistas de muitas partes do mundo?" (ELIAS, 1998, p.12). Ainda que haja riscos, perigos e ameaças, "cada um supõe, consequentemente, que", com o desenvolvimento das ciências da natureza "não está além do poder dos seres humanos encontrar explicação e, então, talvez cura para a ameaça de morte" (ELIAS, 1998, p.12).

Os formuladores dos documentos da ONU acerca da Covid-19 constroem as suas recomendações e diagnósticos pautados, de algum modo, nesse entendimento que se formou ao longo de mais de um século, ou seja, as ameaças vindas de um vírus podem ser contidas, porém, aquelas oriundas dos "desastres humanos não menores e, muitas vezes, bem maiores, do que enchentes ou pandemias" (ELIAS, 1998, p.12) tendem a ser tidas como mais difíceis de conter.

Não é por um caso que os riscos sociais, econômicos e políticos ganham proeminência nos materiais das Nações Unidas empenhadas em propor ações e procedimentos – aos Estados, governantes, setores privados, organismos internacionais e organizações da sociedade civil – para amenizar o sofrimento social dos mais pobres e vulneráveis no decorrer da pandemia. Os materiais em discussão (NAÇÕES UNIDAS, 2020; 2020ª; 2020b; 2020c; 2020d), ao prescreverem ações que combatam os efeitos

da pobreza e da miserabilidade, pelo agravamento da pandemia, e também ao demonstrarem que a crise sanitária impactará muito mais fortemente os que vivem em situação de miserabilidade, estão chamando a atenção, principalmente, para os riscos que podem ser contidos "pela ação humana" (MENDES, 2016, p.6).

Está implícita a ideia de que as ameaças não-humanas podem, de alguma forma, ser controladas, conquanto se ressalte que outras pandemias podem atingir os seres humanos nos próximos anos e décadas. Porém, as ameaças e riscos produzidos pela pobreza, desigualdades, exclusões e miserabilidades, como esta e outras possíveis crises sanitárias, podem assumir feições inimagináveis a curto e médio prazo. Isso porque as consequências provenientes de uma pandemia para sociedades, como as latino-americanas, extremamente desiguais, podem ser graves demais (NAÇÕES UNIDAS, 2020c).

A pandemia aumenta os sofrimentos individuais e coletivos e, por essa razão, os produtores e encampadores dos documentos estudados neste artigo – documentos cujos conteúdos prescrevem, aos governantes e lideranças políticas nacionais, regionais e internacionais, ações e procedimentos capazes de conter os riscos sociais expandidos pelo surto da Covid-19 – procuram fazer com que o sofrimento dos mais pobres e fragilizados por trabalho precário, por não-acesso ao atendimento na área de saúde, a alimentos, à moradia adequada etc., ganhe uma "conotação política (BOLTANSKI, 1999; 2000) que permita a ação (...) [e] a solidariedade"? (MENDES, 2016, p.10).

José Manuel Mendes (2016) afirma que há vários paradigmas (da responsabilidade, da solidariedade e da precaução) orientadores dos debates, das recomendações e das prescrições acerca dos riscos e perigos presentes nos dois últimos séculos. É perceptível que nos documentos da ONU há receio – quanto aos riscos sociais, potencializados pela pandemia – de que todos os pequenos avanços alcançados, nas últimas décadas em prol do desenvolvimento humano, sejam perdidos.

Assinale-se que estão presentes, de alguma maneira, todos esses paradigmas mencionados por Mendes. Encontram-se, nas proposições prescritivas: a) o paradigma da responsabilidade, que governos, Estados, países, organizações da sociedade civil, entre outros, possuem, para proteger os mais vulneráveis no decorrer da crise pandêmica; b) o da solidariedade assentado na recomendação de não se deixar ninguém para trás no referente às vacinas e aos tratamentos contra a enfermidade provocada pelo Sars-Cov-2; c) e o da precaução para que não sejam destruídas as melhorias sociais, ainda que poucas, que foram penosamente obtidas em favor das políticas de desenvolvimento humano e dos direitos humanos dos povos mais pobres do planeta. Tais paradigmas podem ser constatados ao se examinarem

> *las resoluciones de la Asamblea General 74/270, de 2 de abril de 2020, relativa a la solidaridad mundial para luchar contra la enfermedad por coronavirus de 2019 (COVID-19), y 74/274, de 20 de abril de 2020, relativa a la cooperación internacional para garantizar el acceso mundial a los medicamentos, las vacunas y el*

> *equipo médico con los que hacer frente a la Covid-19* (NAÇÕES UNIDAS. Resolución A/HCR/44.23/Rev.1, 2020, p.1)

O documento intitulado *Marco de la ONU para la respuesta socioeconómica inmediata al COVID 19* registrava a necessidade de que fossem realizadas

> *evaluaciones (nuevas o actualizadas) [para] identificar los grupos que tengan un alto riesgo de quedarse atrás y/o que puedan verse perjudicados por las respuestas y la medida en que dichas respuestas puedan agravar (…) las desigualdades (…) e infringir sus derechos o exponerlos a violaciones de los derechos humanos* (NAÇÕES UNIDAS, 2020[a], p.41).

E quem são os grupos que têm mais riscos de serem abandonados à própria sorte? "Los grupos en riesgo son las poblaciones que experimentan el mayor grado de marginación socioeconómica, [estes segmentos] requieren atención específica" (NAÇÕES UNIDAS, 2020b, p.5).

Do ponto de vista sociológico, faz-se necessário averiguar como os documentos da ONU lidam, em suas prescrições aos Estados e sociedade civil organizada, com as complexidades próprias a situações de riscos e de perigos extremos provocados pela pandemia. "As situações extremas revelam como funcionam as instituições" (MENDES, 2016, p.7). E isto é um nó para todas as proposições prescritivas que têm de abarcar um número significativo de países com especificidades sociais, políticas e institucionais.

Os documentos da ONU não trabalham com as singularidades e as complexidades específicas das instituições de cada país da América Latina, por exemplo. Ao recomendar políticas de enfrentamento à Covid-19 e aos riscos sociais que ela potencializa ganham destaques os retrocessos brutais na observância dos direitos humanos (NAÇÕES UNIDAS, 2020b), da segurança humana e do desenvolvimento humano (NAÇÕES UNIDAS/PNUD; 2020). As recomendações não detalham as singularidades sobre como funcionam as instituições, também não explicitam quais são, de fato, as possibilidades de que dispõem, ou não, tais instituições, para enfrentar os riscos e o agravamento das condições sociais, já precárias em que vivem os segmentos mais pobres.

De modo amplo, uma recomendação enfatizada nos documentos da ONU é referente à necessidade de estabelecimento de diálogos entre o Estado e a sociedade civil tanto na implementação de políticas como no processo de constante vigilância acerca da observância dos direitos humanos dos mais fragilizados pela pandemia (NAÇÕES UNIDAS, 2020b). No tocante ao papel do Estado, os documentos estão na esteira da Resolução A/HCR/44.23/Rev.1 (NAÇÕES UNIDAS. Resolución A/HCR/44.23/Rev.1, 2020).

> No dia 17 de julho, a 44ª Sessão **[do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas]** encerrou com a adoção da Reso-

> lução A/HCR/44.23/Rev.1, intitulada *O papel central do Estado em responder a pandemias e outras emergências de saúde, bem como as consequências socioeconômicas resultantes em apoiar o desenvolvimento sustentável e a realização de todos os direitos humanos. (...) [Nesta resolução] o Conselho pedia mais Estado e equidade para enfrentar a pandemia* (ALCAZAR; GALVÃO; BUSS, 2020, p.4).

Quando sugerem agendas e pautas para a redução dos riscos de os grupos vulneráveis serem abandonados à própria sorte, os proponentes das prescrições são confrontados com questões altamente complexas relacionadas a cada país, tais como: Que noção de justiça social é partilhada pelos diversos segmentos sociais? Como as instituições e pessoas lidam com o valor da vida dos indivíduos, ou seja, a vida de cada pessoa possui, de fato, o mesmo valor? Ou a vida das pessoas de determinados agrupamentos sociais, étnicos e raciais é tratada como descartável? Existe, ou não, um projeto de nação no qual todos estejam incluídos?

As respostas a essas questões dariam uma ideia mais apurada que esclarece se há, ou não, possibilidade destes ou daqueles países efetivarem políticas pelas quais ponham em prática a prescrição exarada nos documentos da ONU, a referente à Covid-19, de que ninguém pode ser esquecido ou, em algum momento, deixado para trás. Conforme assinala José Manuel Mendes: "as situações extremas devem ser analisadas como indiciadoras de um tipo de Estado, de um tipo de contrato social e de uma sociedade civil, e da capacidade de mobilização das pessoas, dos grupos sociais e das comunidades" (MENDES, 2016, p.7).

Se momentos como estes de crise sanitária aguda revelam "estruturas sociais, redes sociais, desigualdades, capacidade de resistência e a qualidade dos serviços estatais, sua organização e lógica de funcionamento" (MENDES, 2016, p.9), é evidente que toda recomendação teria de levar em conta todos esses aspectos, mas não é o que ocorre com os documentos das Nações Unidas sobre a pandemia, que foram divulgados em 2020.

São materiais nos quais há proposições extensas acerca dos modos de enfrentar os riscos que se anunciavam como consequências da crise pandêmica em curso, ou seja, são proposições genéricas para abarcar uma multiplicidade de países. Este é, sem dúvida, um dos pontos frágeis das recomendações, que acabam assumindo um aspecto muito fluido, isto é, vale, supostamente, para todos, mas, efetivamente, mais para alguns países do que para outros. No entanto, não há dúvida de que esses materiais cumprem o papel de chamar a atenção para a nossa condição "como seres humanos e como cidadãos de diferentes países, colocando dilemas morais, políticos e práticos complexos e, quiçá, irresolúveis" (MENDES, 2016, p.9).

Os diagnósticos e prescrições, presentes nos documentos encampados pelas Nações Unidas, sobre as possibilidades de manejo racional dos riscos sociais, filiam-se às perspectivas de gestão da pobreza e dos pobres que têm estado presentes em outros documentos de órgãos que compõem o sistema ONU, tais como o Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), entre outros. Qual é o problema que se coloca a esse empenho de gestão dos riscos como algo derivado do processo de gestão da pobreza em que o pobre é "sujeito de direito e objeto de políticas públicas[6]" (STAVENHAGEN, 2011, p. 179)?

O problema é que, muitas vezes, as recomendações não se atêm suficientemente, nas proposições sobre os riscos sociais intensificados pela pandemia, à violência estrutural alimentadora das desigualdades e da pobreza extremas derivadas de uma dada lógica econômica. Em condição de pobreza extrema, como uma forma de violência que atinge todas as particularidades da vida das pessoas em tal situação, elas são, quando muito, objeto de políticas e programas governamentais.

Ao discutir os riscos sociais ampliados pela pandemia, esses materiais tentam manter a postura muito frequente em proposições prescritivas de outros documentos (Relatórios do Desenvolvimento Humano, por exemplo) das Nações Unidas, ou seja, a de que os mais pobres podem encontrar, num processo democrático e participativo, formas que lhes possibilitem ser sujeitos de políticas e programas públicos.

Ainda que não haja nos documentos, contemplados neste estudo, uma decisão resoluta que deixe para trás o paradigma da vulnerabilidade e adote, integralmente, o paradigma da resiliência, é possível encontrar traços desse movimento de cambio de paradigma. Isso pode ser verificado em trechos que insistem que a diminuição dos riscos sociais ampliados pela pandemia pode se dar pela "participación y acceso de la sociedad civil y las comunidades locales a la información en todas las fases de la formulación, la aplicación y la evaluación de las políticas públicas" (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p.3).

É óbvio que os extremamente pobres e vulneráveis que não participam de organizações da sociedade civil e/ou comunitárias não têm como fazer parte desses processos de formulação, aplicação e avaliação das políticas de contenção dos riscos sociais ampliados pela pandemia. Todavia, nos documentos constam recomendações que parecem pressupor a possibilidade de os grupos vulneráveis participarem, de modo inclusivo e transparente, da construção e efetivação de políticas públicas.

> *El Estado desempeña un papel fundamental en la configuración de la respuesta a la pandemia y el avance hacia un nuevo modelo de desarrollo sostenible, pero se requiere la participación de toda la sociedad. No hay lugar para la marginación y la discriminación; la recuperación solo será efectiva si se adopta un enfoque basado en los derechos humanos y si es un proceso participativo, inclusivo y transparente* (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p. 23).

6 Esta discussão dos pobres como objeto de políticas públicas, possibilita a José Manuel Mendes (2016) mobilizar diversos autores (BOLTANSKI, 1999; GUPTA, 2012; 2013; SEN, 2008; 2010) para discutir "Que fios podem ligar os cidadãos e as cidadãs nessa comunhão como simples objetos dos seus Estados?" (MENDES, 2016, p.10). Seria a política da piedade? da solidariedade? da geração de capacidades? da vitimização?

José Manuel Mendes (2011) considera relevante, nos estudos dos riscos sociais, ter em conta que no limiar do século XXI há, nos debates e agendas públicas, uma passagem do paradigma da vulnerabilidade para o paradigma da resiliência. Todavia, isso não é algo que ocorre como uma ruptura. Percebe-se que fazer essa passagem, de modo integral, pode ser inviável para os órgãos das Nações Unidas que têm suas proposições prescritivas ancoradas no

> relatório apresentado na abertura da 66.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas realizada a 13 de setembro de 2011. No referido relatório afirmava-se: 'Não pode haver dúvida alguma de que a redução da vulnerabilidade aos riscos é infinitamente preferível à luta contra o sofrimento humano e as consequências econômicas das crises' (MENDES, 2011, p. 1).

Embora não seja possível, na discussão dos riscos sociais, fazer essa passagem integral do paradigma da vulnerabilidade para o da resiliência, tem ocorrido, nos documentos das Nações Unidas, não só sobre a Covid-19, uma combinação desses dois modelos[7]. Ou seja, ao mesmo tempo estão presentes as pautas e agendas assentadas nos desafios provenientes das vulnerabilidades e das pautas e agendas enaltecedoras das resiliências. Mas essa combinação de dois padrões leva, na análise dos riscos, a mudanças no paradigma da vulnerabilidade.

> Esta atenção política à redução da vulnerabilidade e ao incremento da resiliência, instigando inúmeras investigações e propostas de análise teóricas e empíricas, tem centrado o debate mais na redução dos custos e na mensuração técnica e operacional da vulnerabilidade do que nas questões de cidadania, qualidade de vida e segurança estrutural das populações. A própria transição de um paradigma da vulnerabilidade para um paradigma assente na resiliência obriga a perguntar se o discurso subjacente não implica, na verdade, uma transferência de responsabilidades das entidades internacionais e governamentais para as comunidades e os cidadãos (MENDES, 2011, p. 1).

Mendes (2011) vai destacar, na análise dos riscos sociais, a necessidade de as ciências sociais e humanas darem mais atenção ao paradigma da vulnerabilidade, decifrando suas muitas dimensões, inclusive aquela assente na precariedade ou na inexistência de recursos econômicos. Segundo ele, há que se questionar essa mudança de modelo de investigação e de proposição de políticas, já que tal câmbio vai gerar muitas

7 O documento da FAO intitulado *Uma estratégia para o desenvolvimento rural: desenvolvimento territorial participativo e negociado* (FAO/DTPN, 2005) pode ser tomado como exemplo desta combinação dos paradigmas da resiliência e da vulnerabilidade. Esta combinação está, de alguma forma, também presente nos Relatórios (globais, Regionais e nacionais) do Desenvolvimento Humano, do PNUD.

pesquisas que tentam decifrar os aspectos da resiliência como forma de resolver os problemas sociais. No campo da ação política, essa mudança de paradigma pode recair na responsabilização dos indivíduos e grupos sociais, ou seja, eles devem capacitar-se a evitar riscos possíveis ou resolver os que ocorrem sistematicamente (BAUMAN, 2000; 2001; BECK, 2011).

Mas observa-se que, de modo mais incisivo do que acontece com outros documentos, tais como os Relatórios globais, regionais e nacionais do desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os materiais, também dos diversos órgãos da ONU, relacionados com a expansão dos riscos sociais em consequência da pandemia vão dar um pouco mais de ênfase ao papel do Estado no enfrentamento das catastróficas ameaças pandêmicas atuais.

José Manuel Mendes (2016, p.14) afirma que, nas ocorrências catastróficas (desastres, pandemias, hecatombes climáticas), "os Estados são o garante último de apoio e de reconstituição dos laços sociais e das comunidades". O apelo, ainda que comedido, ao papel do Estado, feito nos documentos das Nações Unidas ora analisados, para que sejam diminuídos os riscos sociais, se inscreve, seguramente, nessas supostas garantias aventadas por Mendes.

Porém, muito mais do que a menção aos Estados, ainda que estes sejam chamados a desenvolver diversas ações de proteção aos mais vulneráveis, os órgãos produtores e encampadores dessas recomendações apoiam, conforme foi dito, seus argumentos muito mais nos países do que nos Estados. Falam aos países membros das Nações Unidas. Se indagados sobre isso, diriam que pretendiam, sim, falar aos países e povos, por isso a utilização dessa nomenclatura. Claude Lefort (2000, p.5) diz quê, não obstante utilizarem tais terminologias, nós, os povos, Estados-membros e países-membros, as proposições prescritivas da ONU têm como verdadeiros "destinatários (...) os Estados".

Não se deve esquecer que, no momento atual e politicamente falando, os técnicos deste organismo internacional preferem uma designação mais genérica, já que a terminologia países engloba todos os segmentos sociais, todas as instituições, grupos, organizações, associações, etc. Se a menção ao Estado aparecesse de modo mais direto nas recomendações e cobranças que estão sendo feitas, isso significaria uma maior responsabilização desse Estado diante das calamidades sociais e seus riscos provocados e/ou ampliados pela pandemia.

3. Os documentos das Nações Unidas e os riscos engendrados pela Covid-19: sugestões de ações e de procedimentos para afastar os riscos sociais e políticos

É fundamental que se analise sociologicamente como as proposições prescritivas são feitas nos documentos das Nações Unidas, de 2020, referentemente ao papel do Estado no enfrentamento dos riscos sociais potencializados pela pandemia da Covid-19. Riscos que ameaçam de forma diferente os segmentos formadores dos

países afetados pela pandemia. Muitos destes países são passíveis de ser administrados por processos decisórios que desfavorecem os indivíduos mais fragilizados em consequência de desastres majorados pela crise sanitária.

Os formuladores dos materiais estudados neste artigo partem do pressuposto de que são muitos os agentes que devem agir em prol da redução dos riscos sociais e sanitários. Os governos, os Estados e outras instituições, a sociedade civil organizada, o setor privado, os organismos intergovernamentais, entre outros, são tidos como agentes sociais que possuem capacidade de ter uma percepção razoável dos riscos sociais ampliados pela pandemia. E há, nas prescrições, um chamamento a diversos agentes, numa espécie de compartilhamento das estratégias na luta pela diminuição das ameaças. No *Informe: el impacto del COVID-19 en América Latina y el Caribe*, os formuladores dizem:

> *Los costos de la desigualdad en la región se han vuelto insostenibles. La respuesta exige encontrar un nuevo equilibrio entre el papel del Estado*[8]*, el mercado y la sociedad civil, poner el énfasis en la transparencia, lograr un mayor grado de rendición de cuentas y niveles más altos de inclusión para consolidar la democracia, fortaleciendo el Estado de derecho y protegiendo y promoviendo los derechos humanos* (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p.2).

Há, então, um conjunto de recomendações que subdivide os riscos em duas grandes categorias: os riscos de agravamento da pobreza, da miserabilidade, da exclusão e da fome e os riscos políticos advindos da falta de coesão social, dos conflitos, da inobservância dos direitos que possuem os indivíduos de protestar e fazer reivindicações em geral.

No atinente ao primeiro grupo de categorias de riscos, pugna-se por que haja ações consorciadas entre diversos agentes e, no respeitante ao segundo, as prescrições recaem sobre os Estados, os quais devem sustentar e respaldar políticas de observância dos direitos, dos princípios democráticos e de garantias das liberdades. Tendo em vista as possíveis medidas sanitárias de restrição da mobilidade das pessoas e de imposição de isolamento social, os produtores do documento intitulado *Responsabilidad compartida* destacam:

> *Si bien los Gobiernos deben tomar decisiones difíciles en respuesta a la COVID-19, como el recurso a los poderes excepcionales del Estado en muchos casos, los dirigentes deben hacer todo lo posible por preservar el espacio cívico y democrático y la confianza en las instituciones, y por cortar de raíz la xenofobia creciente, la discri-*

8 Este tipo de recomendação de que precisa haver, nas diversas ações políticas, novos equilíbrios entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado têm aparecido em outros documentos das Nações Unidas. Os RDHs do PNUD estão repletos delas. Sobre estes modos de tomar o Estado na atualidade, ver: (BAUTISTA, 2020).

> *minación, el racismo y la estigmatización* (NAÇÕES UNIDAS, 2020, p. 23).

Estão evidenciadas nos documentos preocupações quanto aos riscos de a pandemia levar a retrocessos constantes em diversos direitos sustentadores das liberdades cívicas. As instituições não podem agir, segundo os encampadores dos materiais, para nublar ou encobrir os riscos sociais e políticos. Devem atuar de maneira a dar visibilidade aos desafios e não para escondê-los e deturpá-los. Na Sociologia há inúmeras discussões sobre o papel das instituições na geração da (in)visibilidade dos riscos, e sobre como elas agem para criar determinadas culturas ou percepções do risco (AEROSA, 2010).

Os documentos das Nações Unidas sobre a COVID 19 não têm, evidentemente, intenção de fazer análises sociológicas dos riscos, mas se pode dizer que há influências dos debates sociológicos em suas prescrições que conclamam os países e os povos a lidarem com os riscos. As discussões sobre a distribuição desigual dos riscos, sobre o papel das instituições na geração de uma percepção mais acurada dos riscos existentes num dado momento, sobre os conflitos advindos dos riscos e das ameaças a liberdades e à democracia, sobre as discriminações e estigmatizações de grupos inteiros em situações de riscos exacerbados, entre outras, estão presentes de uma forma ou de outra nas orientações temáticas de procedimentos específicos, dos técnicos das Nações Unidas, em relação à COVID 19.

Essas preocupações são orientadoras dos procedimentos especiais sugeridos nos documentos. Ou seja, "no dejar a nadie rezagado (…). Los estados deben incluir a la comunidad LGBT en la respuesta al COVID-19" (NAÇÕES UNIDAS, 2020 b, p. 20). Acrescentam ainda: "las respuestas de los Estados a la amenaza de COVID-19 no deben detener las libertades de reunión y asociación" (NAÇÕES UNIDAS, 2020b, p.24) e todas as decisões políticas para enfrentar os riscos gerados pela COVID 19 devem estar "basadas en la democracia, el estado de derecho, la transparencia, la igualdad de género, la prevención de conflictos y la rendición de cuentas (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p.3).

Em razão do caráter dos documentos, seus formuladores, a partir de fundo comum de conhecimento sobre riscos, fundo este que as Ciências Sociais ajudaram a construir, fazem prescrições práticas às instituições advertindo-as que não só esclareçam as populações sobre os riscos pandêmicos que estão ameaçando, de modo distinto, os diversos grupos sociais, mas também defendam a democracia, as liberdades e o Estado de direito. Todavia, as instituições são chamadas a ser proativas em relação às medidas sanitárias adequadas e exigidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Entre as recomendações estão aquelas ligadas a

> *la rendición de cuentas y la transparencia sobre la base de un pacto social para garantizar la legitimidad, la inclusividad y la eficacia de las políticas públicas, así como la participación de las comunidades locales y la sociedad civil, incluidas las organizaciones de mujeres y de jóvenes* (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p. 5).

Os elaboradores dos documentos procuram não entrar nas discussões sobre as possíveis ações predatórias dos Estados, as quais são produzidas de modo semelhante ao empregado pelos grupos dominantes e dirigentes ao guinarem o Estado a seu favor e reproduzirem uma lógica de exclusão impulsionadora da pobreza extrema. Eles destacam que a capacidade do Estado para efetuar políticas públicas não pode ser minada devido a situações de dívidas por empréstimos de instituições financeiras internacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2020b). Porém, não discutem, suficientemente, os processos da má distribuição dos recursos dos Estados nem suas consequências arruinadoras das políticas públicas que podem ampliar os recursos destinados aos mais vulneráveis e fragilizados por causa da pandemia. Todavia, assinalam que o Estado não pode ter a sua capacidade de "proteger y cumplir sus obligaciones de derechos humanos en la asignación de recursos y el diseño de políticas (NAÇÕES UNIDAS, 2020b, p.17) minada.

Essa passagem mostra como os riscos sociais ligados à violência estrutural resultante da pobreza extrema, que potencializa enormemente as consequências da pandemia, devem ser controlados pelo Estado, ao qual cabe o dever de se empenhar na feitura do desenho das políticas públicas, o que, porém, não quer dizer que há, nesse documento (NAÇÕES UNIDAS, 2020b), uma defesa substantiva de ampliação dos gastos públicos nas diversas áreas sociais. A responsabilidade de diminuição dos riscos sociais parece ser não só do Estado, mas também do setor privado e da sociedade civil organizada. Fica anuviada a seguinte questão: De onde virão os recursos? Do Estado? Ganha destaque, neste momento, a ampliação de investimento público na área da saúde.

Se, nos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD, esses materiais da ONU relacionados à COVID 19 apresentam ambiguidades[9], é, todavia, possível verificar que, apesar de serem menos elaborados que aqueles, ambos têm traço comum quando há ameaça de riscos sociais. E por que são ambíguas as proposições prescritivas? Elas o são pelo fato de construir estratégias argumentativas que apontam para vários lados. Ora o Estado tem de assumir papel principal na implantação de políticas redutoras de riscos, ora ele é o responsável pelo desenho, pelo esboço de tais políticas que devem ser desenvolvidas junto a outros agentes parceiros.

As condições de ambiguidades podem ser detectáveis quando é feita uma comparação entre os materiais *intitulados Lista de verificación con enfoque basado en derechos humanos para las respuestas socioeconómicas de los países a la COVID-19* (NAÇÕES UNIDAS, 2020b) e *Informe: el impacto del COVID-19 en américa latina y el caribe* (NAÇÕES UNIDAS, 2020c). Neste último, aparece até mesmo uma tentativa de recuperar um debate sobre a importância de um Estado de bem-estar social para a América Latina. O Estado não é somente responsável pelo desenho de uma política pública, o é também pelo financiamento de políticas universais de bem-estar.

> *En un esfuerzo por dar nueva forma al modelo de desarrollo en la recuperación, los países podrían considerar la*

9 Sobre as ambiguidades e ambivalências presentes nos Relatórios do Desenvolvimento Humano, ver: (REZENDE, 2016).

> *posibilidad de avanzar hacia un ingreso básico universal permanente e incondicional para satisfacer las necesidades básicas. (…) En el período de recuperación, será fundamental consolidar sistemas de protección social universales, redistributivos y solidarios que se basen en un enfoque de derechos humanos para evitar la discriminación o cualquier efecto desproporcionado sobre los grupos vulnerables y garantizar un acceso adecuado a todos los servicios básicos* (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p. 20).

Juntamente com tais prescrições, que visam diminuir os riscos sociais por meio de políticas públicas de caráter universal, recomenda-se também a elaboração de "programas de inclusión laboral para la creación directa de puestos de trabajo decente, centrados en los más pobres y vulnerables" (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p. 20) com o "objetivo de mejorar los servicios públicos básicos ambientalmente sostenibles (por ejemplo, el agua y el saneamiento), la infraestructura comunitaria, la vivienda y los sistemas de atención" (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p. 20).

O empenho em conter os riscos sociais agigantados pela pandemia deveria, segundo os produtores do documento intitulado *El impacto Del COVID-19 em América Latina y Caribe* (NAÇÕES UNIDAS, 2020c) levar em conta os malefícios da "ausencia de un estado de bienestar en lo que respecta a la salud física y mental, la educación, las pérdidas de productividad y la violencia" (NAÇÕES UNIDAS, 2020c, p.20).

4. Quando os documentos das Nações Unidas sobre a Covid-19 fazem menções aos perigos sociais, econômicos, políticos e sanitários?

Recorde-se que, neste estudo, pressupõe-se que se deve buscar compreender se aparece, nos argumentos construídos nos documentos estudados neste artigo, a distinção na utilização dos termos risco e perigo. Esta análise está baseada nos debates sociológicos que apontam para a necessidade de decifrar porque os agentes sociais constroem suas propostas de ações empregando a noção de risco e desviando-se da de perigo.

No que se relaciona aos materiais da ONU, divulgados em 2020, com sugestões de ações para enfrentar a pandemia da Covid-19, pode-se dizer que eles abraçam o paradigma da precaução (MENDES, 2015) fundado no imperativo da solidariedade e da responsabilidade de proteger os mais vulneráveis. Tal paradigma da precaução do risco vai construir estratégias argumentativas que se desviam da noção de perigo, pois, como diz Niklas Luhmann (1998), é mais viável a ideia de que é possível calcular os riscos e contê-los do que enfrentar os dilemas do afastamento dos perigos que sempre parecem fugir aos controles sociais.

As discussões de Luhmann indicam que a sociedade moderna se agarrou à noção de risco e colocou em suspensão a ideia de perigo. Norbert Elias (1998) já tem outro entendimento, o de que tem ocorrido, com frequência nas sociedades atuais, a

confusão entre os dois conceitos, o que seria uma forma de embaralhar o entendimento dos acontecimentos sociais gerando estratégias argumentativas ideológicas em que o real e o ideal são confundidas. Ou seja, existe a realidade que nega ser possível precaver-se, inteiramente, dos riscos, já que o risco faz parte da vida social (BAUMAN, 1999), porém, grupos, organizações internacionais e segmentos sociais diversos formulam argumentos políticos, para convencer países e povos que a solidariedade e a cooperação, diminuidoras dos riscos, é um ideal alcançável e em curso no limiar do século XXI. As prescrições propositivas do PNUD, nos RDHs, relacionadas ao desenvolvimento humano, talvez seja um ponto alto desse embaralhamento entre o real e o ideal.

Todavia, parece quê, ao analisarem-se os documentos sobre a Covid-19, o paradigma da precaução orientador das prescrições estudadas neste artigo se sustenta por insistir na possibilidade de conter os riscos e, portanto, de que haja meios de desviar-se da noção de perigo. Ao falar das mulheres pobres mantenedoras de seus lares, dos refugiados e migrantes, que vivem em centros de detenção, e das pessoas que estão em prisões e em outras instituições de confinamentos, o documento de março de 2020 (NAÇÕES UNIDAS, 2020), procurava exaltar os riscos sanitários que essas pessoas corriam por estarem expostas a contrair o Sars-Cov-2.

Em que contexto a noção de perigo foi mencionada nesse documento de março de 2020? Naquele em que se mencionou a situação das pessoas sem teto. Os que viviam nas ruas. "*Las personas sin hogar, que tal vez no puedan tener un lugar seguro en que quedarse, están altamente expuestas al peligro del virus*" (NAÇÕES UNIDAS, 2020, p.13).

As diferenças entre as noções de perigo e de risco ficam evidenciadas. As pessoas, ainda que expostas a situações dificílimas, mas com algum suporte institucional, podem estar sujeitas a condições de risco minoradas por decisões políticas baseadas na coesão social, na solidariedade e, da parte do Estado, na responsabilidade de proteger os mais vulneráveis e fragilizados pela pandemia. Tais pessoas estão em risco. Em perigo estão aquelas sem vínculos sociais e institucionais em razão de sua situação de exposição, por viverem nas ruas, isto é, sem quaisquer laços protetivos.

Pode-se indagar se é, de fato, adequado dizer que correm risco e não perigo as pessoas que vivem em centros de detenção, de modo geral, ou seja, em prisões, em hospitais psiquiátricos, em asilos, entre outros. Os formuladores do documento (NAÇÕES UNIDAS, 2020), no entanto, parecem reservar a noção de perigo para algumas situações específicas. Quando confrontadas as duas noções tem-se a impressão de que os documentos das Nações Unidas, de 2020, sobre a Covid 19, parte da suposição genérica de que há "força e qualidade das relações sociais [e] robustez das instituições" (MENDES, 2020, p.3).

Há, então, uma nítida confusão entre o que existe realmente e um ideal preconizado nos documentos. Ideal este ancorado no pressuposto da solidariedade e da responsabilidade de proteger por parte dos Estados e governos. A realidade da maioria dos países aos quais são direcionadas essas prescrições está muito distante de tais idealizações, o que aparece, sem dúvida, nos documentos.

Em alguns momentos, os formuladores desses materiais dizem que a pandemia poderia ter encontrado as populações mais pobres em situação muito melhor se os

governantes tivessem feito mais do que fizeram em prol do desenvolvimento humano, isto é, melhorias na área da renda, da saúde e da educação, o que não significa, segundo eles, que nada foi feito. Houve alguns avanços, porém insuficientes em muitas partes do mundo. Todavia, o grande problema é que com a Covid 19, "en general, el desarrollo humano mundial está en camino de disminuir este año por primera vez desde que comenzó a medirse este indicador en 1990" (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p. 27).

O documento intitulado *Responsabilidad compartida, solidariedad* (NAÇÕES UNIDAS, 2020, p.28) utiliza ainda, em duas situações, não a noção de risco, mas sim a de perigo: uma, quando menciona a crise climática e os "daños que han sufrido de manera desproporcionada los más pobres y vulnerables"; e a outra, quando se refere à necessidade de apoiar, com políticas consistentes, os jovens para que eles próprios ajudem a "*combatir los peligros de que se cree una generación perdida*". São duas situações consideradas perigosas-pelos encampadores dos materiais sobre a Covid 19 discutidos neste artigo.

No caso do meio ambiente, nota-se que o perigo parece emanar tanto de elementos controláveis (no caso o compromisso, assumido pelos países, de conter o aquecimento global) quanto de não-controláveis (devido aos estragos já consumados). A relação entre meio ambiente e crise pandêmica acende uma luz de perigo iminente. Neste caso, como diz Luhmann (1998), não parece possível substituir a noção de perigo pela de risco, como tem sido feito com frequência no mundo atual. A ideia de risco pressupõe a viabilidade de conter ou precaver-se dos danos, a de perigo coloca em suspensão esta possibilidade (MENDES, 2015).

Quanto à associação das condições vividas pelos dos jovens, neste período pandêmico, à existência de perigo, isso parece estar no fato de que os próprios jovens, uma vez abandonados à própria sorte, podem ficar convencidos, de modo definitivo, de que sua situação é irreversível. Recomenda-se que isso seja evitado de maneira resoluta, o que se fará, possibilitando que os jovens participem das soluções dos problemas que os afetam, o que faz parecer quê, se forem criadas as condições para a sua participação efetiva nos empreendimentos, evitam-se os perigos que se projetam no horizonte.

O documento *Respuesta integral del sistema de las Naciones Unidas a la Covid 19* (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p.13) é o que mais recorre ao termo de perigo. Empregando-o, seus elaboradores defendem a necessidade de ampliação da solidariedade como uma "obrigação moral" e como "necesidad práctica en un mundo interconectado, en el que nadie está a salvo hasta que todos estemos fuera de peligro" (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p.13). Nesta passagem, há uma indicação de que o perigo, mais do que o risco, pode se tornar incontrolável. E o mais grave é que a pandemia tem revelado, conforme eles apontam, debilidades imensas no empenho de contenção da crise sanitária.

> *La COVID-19 ha sometido a prueba los sistemas nacionales y ha revelado deficiencias peligrosas en la preparación y la cobertura sanitaria y el acceso a esta, en particular en lo que respecta a la gobernanza y la coordinación, la implicación comunitaria y el fo-*

> *mento de la confianza, la comunicación de los riesgos, las cadenas de suministro y la logística, los conocimientos y la innovación* (…) (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p.27).

Ao falar da economia mundial, da recessão, do desemprego e da contração do PIB (Produto Interno Bruto), os produtores e encampadores dos documentos também mencionam os perigos que estão rondando os diversos países, mas com mais gravidade os mais pobres. A noção de perigo e não a de risco passa a ser invocada como uma maneira de atestar o quanto a situação de pobreza extrema tem a intensidade agravada pela crise sanitária e o quanto as consequências são complexas e entrelaçadas mundialmente. Há um significado político na escolha dos termos risco e perigo pelo qual se distinguem semanticamente. Por essa razão, faz-se necessário discernir qual é a conduta social e política[10] que orienta a feitura dos documentos das Nações Unidas que recomendam práticas e ações capazes de combater o Sars Cov 2, suas consequências e os perigos sociais decorrentes da pandemia.

A noção de perigo é também empregada quando o conjunto de prescrições intitulado *Respuesta integral del sistema de las Nações Unidas a la Covid 19*, de setembro de 2020, anuncia quão preocupantes são, nas condições pandêmicas atuais, as possibilidades de retrocessos e de supressão dos passos dados para conter "a dinâmica dos conflitos" (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p. 32) violentos que estão em curso em várias partes do mundo.

Segundo os elaboradores dos documentos é necessário que as forças de paz e todos os envolvidos na eliminação das guerras e outras modalidades de violências fiquem atentos a duas trajetórias simultâneas: a do vírus e a dos "acontecimientos políticos y militares" (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p. 32). "Muchos acuerdos de paz dependen de una secuencia cerrada de pasos, desde la desmovilización de los combatientes hasta la celebración de elecciones, que podría verse interrumpida por las actividades de lucha contra la pandemia" (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p. 32).

Por fim, ressalte-se que o termo perigo é utilizado ainda para recomendar ações públicas e privadas voltadas para a diminuição da fome e da precariedade empregatícia. Os grupos que sofrem privação alimentar extrema e os submetidos a trabalhos precários têm a sua situação agravada pelaCovid-19. "*Solo una respuesta socioeconómica y sanitaria inclusiva ayudará a eliminar el virus y a reactivar la economía y nos mantendrá bien encaminados para lograr los Objetivos de Desarrollo Sostenible*" (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p. 54).

A segurança alimentar e a segurança no trabalho seriam formas de tornar as pessoas menos vulneráveis aos perigos agravados pela pandemia. As pessoas desnutridas ficam mais expostas aos efeitos nefastos das enfermidades geradas ou corroboradas pelo Sars-Cov-2 e "los trabajadores informales son especialmente vulnerables" (NAÇÕES UNIDAS, 2020d, p. 44) por sua exposição ao vírus e pela precariedade sua

10 Ezequiel Ander-Egg (1995, p.331) afirma que "o falar e o escrever são também, por si mesmos, uma forma de conduta social".

situação laboral. A retração da economia e do emprego formal tenderá, segundo este documento, a ampliar as condições informais, uma vez que muitas pessoas ficarão, sempre mais, sem qualquer meio de sobrevivência.

5. Considerações finais

Ganharam proeminência, neste estudo, os argumentos constituidores dos documentos prescritivos das Nações Unidas que ressaltam o papel do Estado, em diálogo com os demais setores e com a sociedade civil organizada, no processo de geração, gestão, execução e efetivação de políticas públicas mitigadoras dos sofrimentos individuais e sociais causados pela pandemia. Nesse caso, nota-se uma expressiva responsabilização do Estado na efetivação de investimentos mais volumosos e substanciais, especialmente em saúde.

Assinale-se que as proposições prescritivas tornadas públicas nesses documentos tentam estimular o Estado, o setor privado e as organizações da sociedade civil[11] a tomarem decisões capazes de inserir, na agenda pública, um conjunto de ações e procedimentos capazes de reduzir os sofrimentos sociais e individuais que parte expressiva de pessoas, ao redor do planeta, está vivenciando. Note-se que as recomendações se situam, principalmente, no âmbito da redução de riscos e tratam muito pouco das violências estruturais responsáveis pelas vulnerabilidades a que estão sujeitas as pessoas que vivem em pobreza extrema e suportam desigualdades descomunais que põem as suas vidas em perigo constante.

Constatou-se que as ações políticas propostas pelos documentos no enfrentamento da Covid-19 têm similaridade com as proposições prescritivas que têm estado presentes nos diversos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) do PNUD. Note-se, no entanto, que os materiais discutidos neste artigo têm sido produzidos por diversos órgãos componentes do sistema ONU e não somente pelo PNUD.

Grosso modo, é possível identificar nas proposições prescritivas dos RDHs e naquelas presentes nos materiais relacionadas à Covid-19 alguns traços comuns: a) insistência numa responsabilidade compartilhada entre Estado, setores privados e sociedade civil organizada, b) obstinação em sedimentar, entre os vários agentes e setores sociais, uma visão otimista do futuro, mesmo quando os diagnósticos apontam para problemas insolúveis, c) crença exacerbada na potencialidade da sociedade civil para direcionar os processos sociais e políticos ao combate à pobreza e à exclusão, d) insistência na necessidade de que todos os países ajam, em suas políticas, em consonância com os direitos humanos e e) persistência na recomendação de que as políticas não podem deixar pessoas e grupos para trás, ou seja, todos terão de ter acesso a vacinas e a tratamentos médicos contra a Covid-19.

Nos documentos da ONU que tratam da situação social gerada pela Covid-19, as prescrições advertem que a crise pandêmica não pode ser utilizada como uma desculpa

11 Essas prescrições coincidem com as recomendações contidas em outros documentos de órgãos que compõem o sistema ONU. Tais como o PNUD e a FAO (Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura). Ver: (PNUD/RDH, 1997; 2003; 2010; FAO/DTPN, 2005).

para desfazer os avanços nas áreas dos direitos humanos, do desenvolvimento humano, da participação da sociedade civil nos processos decisórios e dos serviços de proteção aos mais vulneráveis (crianças, idosos, mulheres, trabalhadores mais pobres, migrantes, refugiados, moradores expostos a riscos de toda natureza, entre outros).

Conquanto haja posições ambíguas e/ou ambivalentes em relação aos modos de enfrentamento das dificuldades sobrepostas ao mundo do trabalho e ampliadas pela pandemia, por uma lógica econômica que expande a concentração de capital em detrimento dos ganhos dos trabalhadores e da observância de seus direitos, o documento intitulado Respuesta integral del sistema de las Nações Unidas a la Covid 19 (NAÇÕES UNIDAS, 2020d), menciona o perigo crescente, para a coesão social, em consequência da fome aguda, da pobreza extrema e das vulnerabilidades advindas do trabalho informal que hoje atinge, sempre com mais intensidade os mais jovens. Ao analisar-se como a fome aguda, a pobreza extrema e a precariedade do trabalho são retratadas nas recomendações, nota-se que a preocupação com a quebra da coesão social parece ser uma das chaves mestras das proposições prescritivas desses documentos das Nações Unidas relacionados à Covid-19.

Todos os documentos referentes à Covid-19 (NAÇÕES UNIDAS, 2020; 2020a; 2020b; 2020c; 2020d) recomendam dois grupos de ações, entre vários outros, que impelem seus formuladores a lançar mão com muito mais frequência da noção de risco e muito menos da noção de perigo. Isso ocorre porque a noção de risco passa a ideia de que as coisas podem ser revertidas. Quando se emprega a palavra perigo parece haver uma situação de irreversibilidade. E tudo o que mais desejam os formuladores das recomendações, trabalhadas neste artigo, é evitar qualquer sensação de que os problemas não têm solução.

Desvendar as noções de risco, que aparecem com frequência nesses materiais, e as de perigo, raramente empregadas, possibilita entender como muitas vezes se recorre às sugestões de ações indicadoras de potencialidades e desafios, ora mais, ora menos, controláveis. As formas de apresentar as recomendações já expõem elementos relevantes do contexto social, não só no que revelam, mas também naquilo que é pouco destacado. Quando se fala muito mais em risco do que em perigo transparecem motivações políticas relevantes que norteiam a formulação dos diagnósticos e dos prognósticos.

As proposições prescritivas que ganham destaque nos documentos das Nações Unidas são aquelas que conclamam os governantes, os Estados e as lideranças políticas da sociedade civil organizada, de modo geral, a se inteirarem dos efeitos da Covid-19 quando associados aos efeitos das desigualdades que subtraem direitos civis, econômicos, políticos, sociais e culturais daqueles grupos mais vulneráveis por situação de pobreza extrema, de exclusão, de pertencimento étnico-racial, de refúgio e de migração.

Referências

ALCAZAR, S.; GALVÃO, L. A. & BUSS, P. M. ***75ª Assembleia das Nações Unidas e Conselho de Direitos Humanos da ONU em tempos de COVID-19***. Rio de Janeiro,

FIOCRUZ, 0ut. 2020. https://cee.fiocruz.br/?q=node/1260 Acesso em: 10 jul. 2021

ANDER-EGG, E. ***Técnicas de investigação social***. Buenos Aires: Lumen, 1995.

AREOSA, J. O risco nas Ciências Sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante. ***Revista Angolana de Sociologia***, Luanda, n. 5/6, p. 11-33, 2010.

BAUMAN, Z. ***Globalização: as consequências humanas***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. ***Em busca da política***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAUMAN, Z. ***Modernidade líquida***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. Réplicas e críticas. In: ***Modernização reflexiva***. São Paulo: Unesp, 1997. p. 207-253.

BECK, U. ***Sociedade de risco: rumo a outra modernidade***. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOLTANSKI, L. ***La souffrance à distance***. Paris: Metailié, 1999.

BOLTANSKI, L. The Legitimacy of Humanitarian Actions and their Media Representation: the Case of France. ***Ethical Perspectives***, v. 7, n. 1, p. 3-15, abr. 2000.

DEVIN, G. As solidariedades transnacionais, fenômeno social de escala mundial. Porto Alegre, ***Civitas***, v. 16, n. 3, p. 363-376, 2016. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23505

ELIAS, N. ***Envolvimento e alienação***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FAO/DTPN. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Divisão de Desenvolvimento Rural. **U*ma estratégia para o desenvolvimento rural: desenvolvimento territorial participativo e negociado (DTPN).***

Genebra, FAO, Jun. 2005. Disponível em: www.fao.org/3/a-ak2280.pdf Acesso em: 8 out.2021.

GUPTA, A. ***Red Tape. Bureaucracy, Structural Violence and Poverty in India***. Durham NC: Duke University Press, 2012.

GUPTA, A. Structural Violence and Politics. ***Economy and Society***, London, v. 42, n. 4, p. 686-692, nov. 2013. https://doi.org/10.1080/03085147.2013.843914

LEFORT, C. O direito internacional, os direitos do homem e a ação política. ***Tempo Social***, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-10, 2000.

LUHMANN, N. ***Complexidad y modernidad: de la unidad a la diferencia***. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MELUCCI, A. ***Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura***. Petrópolis: Vozes, 2005.

MENDES, J. M. Risco, vulnerabilidade social e cidadania. ***Revista Crítica de Ciências Sociais***, Lisboa, n. 93, p. 5-8, 2011.

MENDES, J. M. ***Sociologia do risco***. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

MENDES, J. M. A dignidade das pertenças e os limites do neoliberalismo: catástrofes, capitalismo, Estado e vítimas. ***Sociologias***, Porto Alegra, v. 18, n. 43, p. 1-19, 2016. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86847621008

MENDES, J. M. Risco, vulnerabilidade social e resiliência: conceitos e desafios. ***Revista gestão e sustentabilidade ambiental***. Florianópolis, v. 7, n. especial, p. 463-492, jun. 2018.

MENDES, J. M. ***O neoliberalismo e o estatismo autoritário em tempos de crise: a pandemia do Covid 19 e a força da confiança e da solidariedade***. Coimbra: *Alice News*, 10 mar. 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). ***Pesquisa social. Teoria, método e criatividade***. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAÇÕES UNIDAS. ***Resolución A/HRC/44/L.23/REV.1***. Genebra: Consejo de Derechos Humanos das Nações Unidas, 2020. Disponível em: www.undocs.org/es/A/HRC/44/L.23/Rev.1 Acesso em: 12 jul 2021.

NAÇÕES UNIDAS. ***Responsabilidad compartida, solidaridad mundial: Responder ante las repercusiones socioeconómicas de la enfermedad por coronavirus de 2019***. Genebra: ONU, mar. 2020. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/

files/articlefile/eosg_COVID-19_socioeconomic_report-2005791s.pdf Acesso em: 23 ago 2021.

NAÇÕES UNIDAS. ***Marco de la ONU para la respuesta socioeconómica inmediata al COVID-19***. Genebra: ONU, abril 2020a. Disponível em: https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-06/ES_UN-Framework-Report-on-COVID-19.pdf Acesso em: 23 ago 2021.

NAÇÕES UNIDAS. ***Lista de verificación con Enfoque basado en derechos humanos para las respuestas socioeconómicas de los países a la COVID-19***. Nova York: PNUD, jul. 2020b. Disponível em: https://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/democratic-governance/human_rights/checklist-for-a-human-rights--based-approach-to-socio-economic-co.html Acesso em: 02 set 2021.

NAÇÕES UNIDAS. ***Informe: el impacto del COVID-19 en américa latina y el caribe***. Nova York: ONU, jul. 2020c. Disponível em: https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-07/ES_SG-Policy-brief-COVID-LAC.pdf Acesso em: 30 jan 2021.

NAÇÕES UNIDAS. ***Respuesta integral del sistema de las naciones unidas a la COVID-19***. Genebra: ONU, set. 2020d. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/comprehensive_response_to_COVID-19_spanish.pdf. Acesso em: 02 set 2021.

NAÇÕES UNIDAS/PNUD. ***COVID-19: Desenvolvimento Humano deve retroceder pela primeira vez desde 1990.*** Nova York: PNUD, 20 de maio 2020. Disponível em**:** https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/COVID-19--desenvolvimento-humano-deve-retroceder-pela-primeira-v.html Acesso em: 25 jan 2021.

PNUD/RDH (1990): ***Relatório do Desenvolvimento Humano: Definição e medição do desenvolvimento humano***. Nova York: PNUD/ONU, 1990. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990 Acesso em: 2 nov 2021.

PNUD/RDH (1992): ***Relatório do Desenvolvimento Humano: Uma nova visão sobre o desenvolvimento humano internacional***. Nova York: PNUD/ONU, 1992. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991 Acesso em: 3 nov 2021.

PNUD/RDH (1997): ***Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza***. Nova York: PNUD/ONU, 1997. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997. Acesso em: 4 nov 2021.

PNUD/RDH (2001): ***Relatório do Desenvolvimento Humano: Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano***. Nova York: PNUD/ONU,

2001. Disponível em: http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2001/download/pt. Acesso 11 out 2021.

PNUD/RDH (2003): ***Relatório do Desenvolvimento Humano: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana***. Nova York: PNUD/ONU, 2003. Disponível em http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2003/download/pt. Acesso em: 11 out 2021.

PNUD/RDH (2010): ***Relatório do Desenvolvimento Humano: A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano***. Nova York: PNUD/ONU, 2010. Disponível em: http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt. Acesso em: 11 out 2021.

PNUD/RDH (2015). ***Relatório de Desenvolvimento Humano: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano***. Nova York: PNUD/ONU, 2015. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf. Acesso em: 30 out 2021.

PNUD/RDH (2019). ***Informe sobre desarrollo humano: Más Allá Del ingresso, más allá de los promedios, más allá del presente – Desigualdades del desarrollo humano en el siglo XXI***. Nova York: PNUD/ONU, 2019. Disponível em: http://report.hdr.undp.org/es Acesso em: 30 out 2021.

PNUD/INDH/HONDURAS (2006). ***Informe sobre Desarrollo Humano Honduras. Hacia la Expansión de la Ciudadanía***. San José: PNUD. Disponível em: www.hdr.undp.org/en/reports/nacional. Acesso em: 2 out 2021.

PNUD/INDH/MÉXICO. (2002). ***Informe sobre desarrollo humano México***. Ciudad de México: Ediciones Mundi-Prensa. Disponível em: www.hdr.undp.org/en/reports/nacional Acesso em: 2 out 2021.

PNUD/INDH/BRASIL (2005). ***Informe Sobre Desarrollo Humano en Brasil. Racismo, Pobreza y Violencia***. San Pablo: Prima Pagina. Disponível em: www.hdr.undp.org/en/reports/nacional Acesso em: 2 out 2021.

PNUD/HDR/CAMBODIA (2007). ***Cambodia Human Development Report: Expanding Choices for Rural People***. Nova York: Ministerio de Planeación-PNUD, 2007. Disponível em: www.hdr.undp.org/en/reports/nacional Acesso em: 22 out 2021.

PNUD/INDH/GUATEMALA (2016). ***Informe Nacional de Desarrollo Humano. Guatemala: más Allá Del conflicto, Luchas por bienestar***. Guatemala: PNUD, 2016. Disponível em: https://desarrollohumano.or.gt/indh-20152016 Acesso em: 24 out 2021.

PNUD/RRDH-AL (2002). ***Informe sobre desarrollo humano en Centro-América y Panamá***. San José (Costa Rica): PNUD/Editorama, 2002. Disponível em http://www.latinamerica.undp.org. Acesso em: 03 out 2020.

PNUD/RRDH-AL (2003). ***Segundo Informe sobre desarrollo humano en Centro-América y Panamá***. San José (Costa Rica): PNUD/Editorama, 2003. Disponível em http://www.latinamerica.undp.org. Acesso em: 3 out 2021.

PNUD/RRDH-AL (2009-2010). ***Relatório Regional para a América Central: abrir espaço para a seguridade cidadã e o desenvolvimento humano***. Nova York: PNUD/ONU. 2010. Disponível em http://www.latinamerica.undp.org Acesso em : 08 out 2021.

PNUD/RRDH-AL (2010). ***Relatório Regional sobre o Desenvolvimento Humano para a América Latina e Caribe: Atuar sobre o futuro – romper a transmissão intergeracional da desigualdade***. Nova York: PNUD/ONU, 2010. Disponível em http://www.latinamerica.undp.org. Acesso em: 16 out 2021.

PNUD/RRDH-AL (2012). ***Relatório Regional para o Caribe***. Nova York: PNUD/ONU, 2012. Disponível em http://www.latinamerica.undp.org. Acesso em: 16 out 2021.

PNUD/RRDH-AL (2013-2014). ***Relatório Regional do Desenvolvimento Humano: Seguridade cidadã com rosto humano: diagnóstico e proposta para a América Latina***. Nova York: PNUD/ONU, 2014. Disponível em http://www.latinamerica.undp.org. Acesso em: 16 out 2021.

PNUD/RRDH-AL (2016). ***Relatório Regional do Desenvolvimento Humano para o Caribe: Muitidimensional progreso: caribbean human development report***. Nova York: PNUD/ONU, 2016. Disponível em http://www.latinamerica.undp.org. Acesso em: 16 out 2021.

PNUD/RRDH-AL. (2016ª.). ***Relatório Regional do Desenvolvimento Humano: Progresso multidimensional: bienestar más Allá del ingreso***. Nova York: PNUD/ONU, 2016ª. Disponível em http://www.latinamerica.undp.org. Acesso em: 12 out 2021.

REZENDE, M. J. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas e as condições atuais de ambivalências. ***Política & Trabalho***, João Pessoa, n. 45, p. 303-325, 2016.

SEN, A. ***Desigualdade reexaminada.*** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, A. ***Desenvolvimento como liberdade***, São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SOUZA SANTOS, B. O Estado e os modos de produção de poder social. In: SOUZA SANTOS, B. Pela mão de Alice. ***O social e o político na pós-modernidade***. Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 103-118.

STAVENHAGEN, R. Repensar a América Latina desde la subalternidad: el desafio de Abya Yala. In: ARAVENA, F. y ALVAREZ-MARTIN, A. (eds.). ***América Latina y el Caribe: globalización y conocimiento. Repensar las Ciencias Sociales***. Montevideo: FLACSO, 2011, p. 167-185.

Conhecimento "com" ou "sobre" os outros? A horizontalização dos saberes inter-epistêmicos na pesquisa antropológica e escrita etnográfica

Knowledge "with" or "about" others? The horizontalization of inter-epistemic knowledge in anthropological research and ethnographic writing

¿Conocimiento "con" o "sobre" otros? La horizontalización del saber interepistémico en la investigación antropológica y la escritura etnográfica

Gilvanildo Klebson Mendes Ferreira[1]

Resumo

FERREIRA, Givanildo Klebson Mendes. Conhecimento "com" Ou "sobre" Os outros? A horizontalização dos saberes inter-epistêmicos na pesquisa antropológica e escrita etnográfica. ***Rev. C&Trópico***, vol. 46, n. 1, p. 67-84, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art4

Este artigo, influenciado por pensadores da chamada "virada ontológica na antropologia", apresenta um modelo teórico-metodológico constituído a partir de relações horizontalizadas nos campos da teoria etnografia e pesquisa antropológica. Ao analisar a literatura especializada sobre este liame entre atores sociais e pesquisadores, observa-se que "textualistas" afirmam que os escritos são confeccionados apenas por eles - mesmo quando se usam os nomes dos nativos, estão apenas confirmando as ilustrações dos analistas; já os "pós-sociais" acreditam que há outras formas de textualização etnográfica que foge da lógica de coautores como coeditores monológicos (dialética do crítico-literário), quebrando a conexão da troca desigual. Contrastando essas abordagens divergentes; como tornar os métodos etnográficos e antropológicos o resultado de uma negociação construtiva, composta por alocuções que não estejam apenas relacionados dialogicamente no discurso, mas também nos produtos das pesquisas? No texto, apresentam-se as problemáticas levantadas sobre estas relações de poder que historicamente caracterizam o estudo antropológico e a construção etnográfica entre os diferentes agentes.

Palavras-chave: Virada ontológica. Antropologia colaborativa. Teoria etnográfica. Pesquisa antropológica.

1 Doutorando e Mestre em Antropologia (PPGA-UFPE). Museólogo (DAM-UFPE). Especialista em Museus Comunitários (CEMIC-FUNDAJ). Museólogo do Museu do Mamulengo de Glória do Goitá-PE. Vice-presidente da Associação Cultural dos Mamulengueiros e Artesãos de Glória do Goitá. Vice-presidente do Conselho Municipal de Turismo de Glória do Goitá. E-mail: gmanipanso@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6704-9090

Abstract

FERREIRA, Givanildo Klebson Mendes. Knowledge "with" or "about" others? The horizontalization of inter-epistemic knowledge in anthropological research and ethnographic writing. ***Rev. C&Trópico***, vol. 46, n. 1, p. 67-84, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art4

This article, influenced by thinkers of the alleged "ontological turn" in anthropology", presents a theoretical-methodological model constituted both from horizontal relationships in ethnographic theory and in the anthropological scientific field. When analyzing the specialized literature about the relationship between social actors and researchers, "textualists" assert that the writings are made only by them - even when using the names of the natives, they are only confirming the analysts' illustrations; In contrast, the "post-socials" believe that there are other ways of ethnographic textualization, besides the logic of co-authors as monological co-editors (as a "dialética do crítico-literário", a term by Viveiro de Castro translated as "critical-literary dialectic"), breaking the connection of uneven exchange. Putting these perspectives in contrast, how to make ethnographic and anthropological methods results in a constructive negotiation, composed by allocutions that are not only dialogically in the discourse, but also in the research products? In this paper, we present the issues produced about these power relations that historically characterize the anthropological study and the ethnographic construction between different agents.

Keywords: Ontological Turn. Collaborative Anthropology. Ethnographic Theory. Anthropological research.

Resumen

FERREIRA, Givanildo Klebson Mendes. ¿Conocimiento "con" o "sobre" otros? La horizontalización del saber interepistémico en la investigación antropológica y la escritura etnográfica. ***Rev. C&Trópico***, vol. 46, n. 1, p. 67-84, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art4

Este artículo, influido por pensadores del llamado "giro ontológico de la antropología", presenta un modelo teórico-metodológico constituido a partir de relaciones horizontales en los campos de la teoría etnográfica y de la investigación antropológica. Al analizar la literatura especializada sobre este vínculo entre los actores sociales y los investigadores, se observa que los "textualistas" afirman que los escritos son hechos solo por ellos - aún cuando usan los nombres de los indígenas, sólo están confirmando las ilustraciones de los analistas; Por otro lado, los "postsociales" creen que existen otras formas de textualización etnográfica que escapan a la lógica de los coautores como coeditores monológicos (dialéctica crítico-literaria), rompiendo la conexión del intercambio desigual. Contrastando estos enfoques divergentes; ¿cómo hacer de los métodos etnográficos y antropológicos el resultado de una negociación constructiva, compuesta de alocuciones que no sólo se relacionen dialógicamente

en el discurso, sino también en los productos de la investigación? En el texto se presentan los problemas planteados acerca de estas relaciones de poder que caracterizan históricamente el estudio antropológico y la construcción etnográfica entre los distintos agentes.

Palabras clave: Giro ontológico. Antropología colaborativa. Teoría etnográfica. Investigación antropológica.

1. Da crise representacional à criatividade mútua

Apesar da consciência de que a Modernidade[2] produziu hierarquias dos saberes, declina-se à compreensão sobre a escala que hierarquiza o conhecimento produzido pelos pesquisadores acadêmicos e a produção de conhecimento fora da academia. Os conhecimentos não são iguais, mas isso não significa dizer que devam ser reputados superiores a outros; isto é, apesar da hegemonia, podemos negar a hierarquia. Tal abordagem é mobilizada pela "crise da representação" (CLIFFORD, 2002) – descentralização das ciências –, que culminou e consolidou-se entre os anos 1980 e 1990 com o advento da "pós-modernidade" e sua virada epistemológica. Embora a antropologia seja considerada a "resultante" do imperialismo ocidental, de acordo com Ribeiro (2006), hoje lutamos por uma disciplina que descentraliza esta noção de "superioridade" ocidental. O enfrentamento é para reivindicar "a presença internacional das antropologias não hegemônicas e sua importância na produção e na reprodução de conhecimento" (RIBEIRO, 2006, p. 153).

Wagner (2010) opõe a noção de "invenção" à de "representação" de Clifford (2002), pois as etnografias[3] que os antropólogos escrevem são obras de ficção, não de representações da realidade. À frente, é preciso entender o que o autor toma por "invenção". Seguindo essa concepção, o antropólogo é obrigado a se autoincluir e incluir seu modo de vida durante a pesquisa, logo, investigando a si mesmo. Quer dizer, ao estudar outras culturas, ele usa sua própria cultura nesse artifício. Por isso Wagner (2010) afirma que o antropólogo "inventa" a cultura que estuda, já que essa cultura é analisada a partir de seus próprios atos e experiências. Ao inventar, o antropólogo generaliza suas impressões como se fossem geradas por alguma "coisa" externa, objetivando-a e/ou a reificando.

2 Segundo Latour (1994), o conceito "Moderno" é duas vezes assimétrico: sugere um contraste entre um passado arcaico e um presente moderno; e se coloca como um combate onde há os vencidos e os vencedores. Por isso afirmamos sobre a produção de hierarquias na "Modernidade".

3 Não consideramos a antropologia como equivalente à etnografia, muito menos como sinônimos que usamos para evitar repetição verbal (INGOLD, 2011). Inversamente ao entendimento convencional, a antropologia é associada ao trabalho de campo e a observação participante; já a etnografia, é tomada como a análise descritiva e comparativa após a realização da pesquisa de campo, mudando da investigação para descrição. Em outras palavras, "a etnografia é um fim em si, e não um meio para atingir fins antropológicos" (INGOLD, 2017, p. 26).

Há considerável prudência nessa afirmativa, visto que a explicação só se justifica na medida em que se compreende a invenção como um processo que ocorre de forma objetiva, através de observação e aprendizado, e não como uma fantasia livre e subjetiva. No ato de inventar outra cultura, o antropólogo pode inventar a sua própria e reinventar a noção de cultura, justamente porque ele usa sua noção de cultura para controlar suas experiências em campo. Como enfatiza o autor, é necessário ultrapassar as fronteiras das próprias convenções. A noção crítica de invenção opera agora, através de Wagner (2010), dotada de uma aparente positividade que não possuía.

A crise da representação e sua virada epistemológica exigiram a necessidade, como visto, de uma postura radical e crítica sobre a reflexividade dos antropólogos--autores em aparecer no texto e da utilização de seus métodos. Por consequência, alguns logram que a "crítica da representação" proposta por Wagner (2010) é incapaz de transformar a teoria etnografia em um "novo" começo, assim também para a pesquisa antropológica. O cenário edificado por Wagner (2010) exige reunir, de um modo mais consistente, essa crítica como forma de conhecimento e poder. A junção, no entanto, é executada não por achar que a representação é falsa ou ficcional, nem mesmo pela relação de poder conceder o direito de representar alguém, mas sim, como o texto atenta, porque a representação enquanto relação de poder faz parte de um processo construído e estabelecido por uma hierarquia. Então, como realizar de modo a não reproduzir, no plano da produção de conhecimento antropológico e/ou etnográfico, as relações de dominação a que os grupos com quem os antropólogos trabalham se acham submetidos? Para Goldman:

> Wagner aposta, pois, na radicalização do poder subversivo da prática etnográfica da antropologia [sic] - e não na análise das próprias relações entre a antropologia e o colonialismo ou o imperialismo - como meio capaz de romper com a dependência da primeira em face dos segundos (2011, p. 200).

De acordo com Peirano (1995, p. 37), devemos ser realistas e perceber que o processo da autoridade entre os atores "não ocorre entre indivíduos empíricos concretos, mas teoricamente na produção etnográfica". Quer dizer, o pesquisador detém uma vantagem epistemológica sobre o nativo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). O discurso construído por ele não pode ser encontrado no mesmo plano do discurso do nativo: [...] "o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, mas é ele quem detém o sentido desse sentido – ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido" (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 115). Segundo Strathern (2014), corroborando Viveiros de Castro, o paradigma da produção de conhecimento antropológico é o resultado da relação entre pesquisadores e nativos..

Apesar de os conceitos dos nativos também serem manuseados pelo antropólogo, a ciência do último é de outra ordem que a ciência do primeiro (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Segundo Viveiros de Castro (2002), o qual toma as concepções

"nativas" no mesmo plano que as concepções "antropológicas" – mais uma vez, isso não quer dizer que elas sejam idênticas. O autor afirma que ambas as ideias são portadas por uma equivalência de direito entre os discursos, "bem como a condição mutuamente constituinte desses discursos, que só acedem *como tais* à existência ao entrarem em relação de conhecimento"[4]. O antropólogo/etnógrafo carece de refletir sobre sua autoridade e a relação de poder imbricada entre o pesquisador acadêmico e os atores locais.

Segundo Clifford (2002), boa parte da escrita etnográfica é produzida no campo – o campo investigativo é antropológico, não etnográfico –, mas a real elaboração se dá alhures.

> Em última análise, o etnógrafo sempre vai embora, levando com ele textos para posterior interpretação (e entre estes 'textos' que são levados podemos incluir as memórias – eventos padronizados, simplificados, retirados do contexto imediato para serem interpretados numa reconstrução e num retrato posteriores). [...] Se muito da escrita etnográfica é produzido no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas através de formas textualizadas. (CLIFFORD, 2002, p. 40-41).

Diferentemente da dimensão textual, o pesquisador não deve "ir embora", levando os textos para posterior interpretação. Os dados que foram construídos em condições de diálogos discursivos e dialógicos não podem ser apropriados somente através de formas textualizadas, como ocorre nesses casos. Pois, assim como exposto por Wagner (2010), o reconhecimento da criatividade daqueles com quem o antropólogo trabalha é a condição da prática antropológica. Mais do que isso, é preciso que o pesquisador esteja preparado e disposto para assumir duas premissas: reconhecer nos atores sociais o mesmo nível de criatividade que diz possuir; e não assimilar a forma de criatividade que encontra no campo com aquele que está acostumado e que ele próprio pratica.

> O passo crucial – que é simultaneamente ético e teórico – consiste em permanecer fiel às implicações de nossa pressuposição da cultura. Se nossa cultura é criativa, então as 'culturas' que estudamos, assim como outros casos desse fenômeno, também têm de sê-lo. Pois toda vez que fazemos com que outros se tornem parte de uma 'realidade' que inventamos sozinhos, negando-lhes sua criatividade ao usurpar seu direito de criar, usamos essas pessoas e seu modo de vida e as tornamos subservientes a nós (WAGNER, 2010, p. 46).

4 *Id. Ibid.*, p. 125. grifo do autor.

Os antropólogos ao estudarem o periférico das nossas sociedades (as sociedades dos próprios pesquisadores), fazem-no porque são mais parecidas "com os campos que acabavam de deixar: as artes e tradições populares, a bruxaria, as representações simbólicas, os camponeses, os marginais de todos os tipos, os guetos" (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 18). Eles ainda asseguram que esse é o motivo que leva a maioria a não estudar o que são feitos pelos urbanistas, pelos engenheiros do metrô ou pela câmara municipal; e, quando realizam, dão prioridades àqueles indivíduos e esferas "que ainda se parecem um pouco com os pobres exóticos e mudos que os etnólogos têm o hábito de sufocar sob seus comentários, mas não os engenheiros e os patrões"[5]. Apesar da grande relevância dos fatos expostos pelos autores – e sentimos necessidade de frisar a fundamental seriedade de darmos cada vez mais importância a essa discussão –, acreditamos que a grande dificuldade da antropologia contemporânea não é somente essa. Soma-se também, e talvez de modo ainda mais relevante, o fato de continuarmos tratando os atores sociais como objetos (ou mesmo abjetos), como pessoas que precisam de mediação para serem ouvidas – a construção de textos que visam falar por elas (SPIVAK, 2010). Ora, então o desafio é mais do que simplesmente não estudar a classe média, por exemplo, mas o de renovar fundamentalmente o trabalho de campo antropológico e a teoria etnográfica.

2. Pesquisa antropológica e teoria etnográfica podem ser negociadas?

O que é preciso para que a antropologia devolva-nos "uma imagem de nós mesmos na qual não nos reconheçamos" (MANIGLIER, 2005, p. 773-4 *apud* VIVEIROS DE CASTRO, p. 14, 2015), enquanto disciplina? Para apontar respostas, a partir deste subtópico traçaremos algumas alternativas sobre a chamada "virada ontológica", considerada um conjunto de perspectivas fundamentadas a partir da reconstituição das bases antropológicas na guinada do século XX para o XXI – reconfigurando a noção de "ontologia", o seu lugar na disciplina, suas definições e naturezas enquanto campo de conhecimento. Ainda em construção, a virada ontológica não pertence somente ao campo de conhecimento antropológico, há contribuições em diversos campos e debates chaves – o que não significa, necessariamente, algo positivo. Aqui, nos dedicaremos aos campos antropológico e etnográfico.

A queda do céu (2015)[6] – livro construído mediante ação colaborativa entre o narrador indígena, Davi Kopenawa, e o escritor antropólogo, Bruce Albert –, segundo Viveiros de Castro (2015), é o primeiro trabalho que tenta seguir as lógicas da "antropologia simétrica": "Ao mesmo tempo uma explicação do mundo segundo outra cosmologia e uma caracterização dos Brancos segundo outra antropologia [...]"[7]. O

5 *Id. Ibid.*, p. 18.

6 A confecção desse livro partiu da iniciativa de Kopenawa, que assina como primeiro coautor; a divisão narrador-redator foi acordada previamente, numa colaboração apoiada por relações de amizade e por um longo esforço de pesquisa (mais de 30 anos). Além disso, de acordo com Kopenawa e Albert (2015), o texto foi local de pensamentos culturais e políticos cruzados entre os dois.

7 *Id. Ibid.*, p. 24.

trabalho é inédito, complexo e quase único em seu gênero. Sua singularidade se dá também pelas estratégias de "tradução" utilizadas, "tanto aquelas que procuram superar a grande distância entre a 'enciclopédia' e a 'semântica' das respectivas línguas-culturas como aquelas que dizem respeito às convenções de textualização de um discurso oral [...]"[8]. Assim, os pesquisadores:

> Empenhados na autocrítica dessas relações e na legitimidade da pesquisa tradicional em um mundo que se acredita pós-colonial, propõem que o resultado da pesquisa não seja fruto de observação pura e simples, mas de um diálogo e de uma negociação de pontos de vista. Daí para a crítica dos estilos etnográficos, para o questionamento da autoridade do texto, para a descrença em macroteorias, para a ênfase na fragmentação da experiência, a distância é curta (PEIRANO, 1995, p. 25).

Mesmo em trabalhos bem realizados como esse, que fogem da realidade dos textualistas, os defensores da naturalidade imanente do discurso do Outro atribuem certo grau de artificialidade aos métodos e os consequentes produtos etnográficos. O que há em conjunturas como na "A queda do céu", de fato, é uma engenhosa ordenação da teoria etnográfica: raríssimos exemplos de uma "verdadeira invenção reflexiva no plano das técnicas de textualização etnográfica [...]" (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 30). O antropólogo/etnógrafo - neste caso, Bruce Albert -, estava

> [...] perfeitamente a par das controvérsias acesas pela crise pós-modernista em torno da (auto)biografia como gênero, da tensão entre o Eu do narrador e o do escritor, da 'economia da pessoa' implicada na etnografia e do processo de 'delegação ontológica' que veio renová-la (Salmon, 2013), da alteridade 'própria' a toda autoria e sobretudo da assimetria inerente à 'situação etnográfica' e suas consequências epistêmicas (Zempléni, 1984; Viveiros de Castro, 2002), assimetria irredutível que o escriba/escritor de *A queda do céu* procura compensar, sem jamais pretender escondê-la, por um conjunto de soluções narrativas postas sob o signo do 'menor dos males'[9] (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 30, grifo do autor).

A inspiração dessa experiência singular da antropologia global tem o alcance de influenciar pesquisas onde não foi solicitado a confecção de um trabalho textual de forma colaborativa[10]. Para isso, o antropólogo deve compreender que o objetivo

8 _____., p. 28.

9 No contexto citado como "menor dos males", entendemos a etnografia como "conhecimento aproximado".

10 Há uma importante diferença entre os termos "colaboração" e "participação". A dimensão participativa é entendida como forma básica de colaboração, no entanto o participante não detém poder de liderar

dos atores sociais é converter o pesquisador em um aliado político, uma espécie de "representante diplomático". A negociação se firma no momento que os atores aceitam se objetivar perante o pesquisador que também aceite representá-los de modo adequado diante outras sociedades, construindo o que chamamos de "pacto etnográfico"[11] (KOPENAWA; ALBERT, 2015). No entanto, Kopenawa e Albert (2015) têm receio que o antropólogo caia na armadilha do pós-modernismo e se transforme num profuso que tenta construir sua própria imagem de forma heroicizada. Por outro lado, rejeita a prática da "escamotagem" subjetiva que tende a mascarar os métodos de acesso aos campos de pesquisa. Para ele, "[...] o acesso ao conhecimento etnográfico é profundamente tributário da singularidade de relações interpessoais e dos imponderáveis de uma experiência de desestabilização interior" (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 512).

Viveiros de Castro (2015) frisa que, apesar de agora ser considerado um diplomata dos nativos, o pesquisador pode realizar essa tarefa sem necessariamente abrir mão de suas características intelectuais – a qualidade e a eficácia de sua mediação dependem disso. Ele deve ter a noção de que, embora investigue outras culturas a partir de categorias íntimas, não pode necessariamente imaginar que suas categorias sejam universais. As categorias devem ser usadas por "processo analógico", como Wagner (2010) designa. Com isso, não está condenando a antropologia como uma disciplina intrinsecamente colonial, muito menos a prática etnográfica. Sabemos do esforço de perspectivas como a da virada odontológica em tirá-las desse estigma, mas a questão é o que construir a partir dessa constatação.

Segundo Wagner (2010), se não conseguirmos fazer com que a nossa invenção de outras culturas reproduza, mesmo que, em princípio, o modo como essas mesmas culturas inventam a si mesmas, a antropologia não alcançará seus objetivos professos. "Precisamos ser capazes de experienciar nosso objeto de estudo diretamente, como significado alternativo, em vez de fazê-lo indiretamente, mediante sua literalização ou redução aos termos de nossas ideologias" (WAGNER, 2010). Diferentemente da tradicional pretensão antropológica, o limite que podemos almejar é viver em dois (ou mais) mundos ou modos de vida diferentes, mas não entre as culturas, como se fôssemos capazes de transcendê-las:

> Assim é que gradualmente, no curso do trabalho de campo, ele próprio se torna o elo entre culturas por força de sua vivência em ambas; e é esse 'conhecimento' e essa competência que ele mobiliza ao descrever e explicar a cultura estudada. 'Cultura', nesse sentido, traça um sinal de igualdade invisível entre o conhecedor (que vem a conhecer a si próprio) e o conhecido (que constitui uma comunidade de conhecedores) (WAGNER, 2010, p. 30).

ou direcionar aquilo com que trabalha. Já com a colaboração, o agente pode tomar a liderança de forma compartilhada e sugerir direções sobre o que está sendo tratado, ou seja, é um ator ativo no processo.

11 Relação em que os sentidos político e científico sobre o termo "representação" se coincidem.

Nesse sentido, limitar os atores ao mero papel de informantes é continuar a engessar antigas bases antropológicas. É indispensável assumir e devolver-lhes a capacidade de arquitetar as próprias teorias sobre a constituição do social. Pesquisadores que não agem assim "excluem qualquer verdadeiro diálogo com eles [atores sociais] (no sentido de que um diálogo implica contemporaneidade e igualdade dos atores sociais) e instituem, ao mesmo tempo, uma situação de 'alocronismo'" (AUGÉ, 1997, p. 77). O essencial nessa conexão é que o discurso daquele que observa (o antropólogo) institua certa relação com o discurso daquele que é observado (o nativo) (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Essa vinculação, segundo esse autor, é uma relação de conhecimento:

> Essa (meta)relação não é de identidade: o antropólogo sempre diz, e portanto faz, outra coisa que o nativo, mesmo que pretenda não fazer mais que redizer 'textualmente' o discurso deste, ou que tente dialogar – noção duvidosa – com ele. Tal diferença é o efeito de conhecimento do discurso do antropólogo, a relação entre o sentido de seu discurso e o sentido do discurso do nativo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 113).

No caso de práticas antropológicas colaborativas, além da curiosidade intelectual do antropólogo, deve haver também a curiosidade intelectual dos atores sociais, pois não é satisfatório comover-se da sorte do colonizador, o antropólogo deve estar técnica e eticamente preparado para esse tipo de empreitada (diferentemente de certos críticos, não confundir ativismo com assistencialismo, antropologia com advocacia ou trabalho social).

> Não é suficiente mostrar generosas disposições emancipatórias para com o nativo, nem imaginar-se dotado dos instrumentos teórico-políticos capazes de liberá-los de sua sujeição – instrumentos de libertação que, o mais das vezes, vêm da mesma caixa de ferramentas que os instrumentos de sujeição, como diversos 'nativos' já observaram (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 32).

É basilar não esquecer o que Ingold (2011) oportunamente nos traz: a antropologia se distingue das outras ciências pelo fato de não ser um estudo "de", mas um estudo "com". Estudamos com pessoas, não sobre pessoas. São elas nossas companheiras e professoras com quem aprendemos a ver e ouvir, por meio de atividade, as suas culturas. É por isso, portanto, que Ingold (2011) elenca uma antropologia como educação (antropologia da educação). Essa educação oferece mais do que conhecimento "sobre" o mundo, é sobre a educação da "percepção" do mundo que se trata. Ela apresenta outras possibilidades de ser, a antropologia abre mundos.

3. Teoria Ator-Rede (TAR) como metodologia colaborativa

Embora construída sob a ótica da ciência, tecnologia e sociedade (STS), a teoria Ator-Rede (TAR) (LATOUR, 2012) também pode ser um dos caminhos acessíveis para a reconfiguração proposta. Segundo Latour (2012), em vez de insistir na desconstrução, a TAR visa reagregar o social. Para ele, a teoria tem sido "confundida com a ênfase pós-moderna na crítica das 'grandes narrativas' e no ponto de vista 'eurocêntrico' ou 'hegemônico'" (LATOUR, 2012, p. 30). O que é um grande equívoco, já que termos como "dispersão", "destruição" e "desconstrução" não podem ser objetivos a alcançar, mas sim obstáculos a superar.

Nesse caso, partindo da TAR, é mais importante encontrar novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social. Para empregá-los, é preciso "seguir os próprios atores", quer dizer, procurar entender seus procedimentos, "a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer" (LATOUR, 2012, p. 31). Isto significa que a TAR é sobre como "conceder" aos atores, na pesquisa antropológica e teoria etnográfica, espaço para se expressarem. "A tarefa não consiste mais em impor a ordem, em limitar o número de entidades aceitáveis, em revelar aos atores o que eles são ou em acrescentar alguma lucidez à sua prática cega" (LATOUR, 2012, p. 31).

Contentar-se "apenas" em descrever pode parecer, para muitos, um tanto quanto abstrato, representando um empirismo ou realismo que nos foi ensinado a advertir, assevera Latour (2012). O principal postulado da TAR é que os atores, eles próprios, executam tudo, desde os quadros de referências, teorias, contexto, até as suas ontologias. Opostamente, Clifford (2002) sugere que apesar das boas intenções, o etnógrafo às vezes pode engessar formas de dominação:

> Uma maneira cada vez mais comum de realizar a produção colaborativa do conhecimento etnográfico é citar os informantes extensa e regularmente. [...] Mas esta tática apenas começa a romper a autoridade monofônica. As citações são sempre colocadas pelo citador, e tendem a servir meramente como exemplos ou testemunhos confirmadores. Indo-se além da citação, pode-se imaginar uma polifonia mais radical que 'representaria os nativos e o etnógrafo com vozes diferentes'; mas isso também apenas deslocaria a autoridade etnográfica, confirmando uma vez mais a orquestração final virtuosística feita por um só autor de todos os discursos presentes no texto (2002, p. 54).

A visão essencialmente textualista desacredita na simetria etnográfica entre atores sociais e pesquisadores, já que os textos, na maioria dos casos, são escritos pelos últimos. Por outro lado, na TAR não há espaço para descrições interpretativas, como

as clássicas cadeiras de metodologia em ciências sociais convidam. Para essa teoria, se uma descrição necessita de explicação, ela não deve ser uma boa descrição.

As explicações funcionam, de acordo com Latour (2012), para interromper a descrição dos atores. São usadas para preencher lacunas que consideramos existir, mas que, na verdade, não acrescentam. Não obstante, caso não haja explicação, não estaríamos repetindo exatamente tudo que os atores nos dizem? Podemos responder com outra pergunta: "Qual a vantagem de acrescentar entidades invisíveis, que agem sem deixar pistas e não modificam em nada um estado de coisas?" (LATOUR, 2012, p. 218). Ou seja, a "explicação social" é o

> [...] acréscimo de outro ator que transmitirá aos já descritos a energia necessária para agir. Mas se você tiver de acrescentar algum, então a rede não está completa. E se os atores já reunidos não possuírem energia suficiente para agir, não são 'atores', e sim meros intermediários, bobos, fantoches. Não fazem nada e não deveriam constar da descrição (2012, p. 213).

Os pesquisadores, nessa lógica, foram "doutrinados" a considerar que os atores precisam ser induzidos a perceber o que ainda não sabem ou viram, e isso se torna possível através dos nossos estudos – para enfim ser considerado como um estudo crítico, caso contrário, é taxado de apolítico, como a TAR é muitas vezes julgada. Ironicamente postulado por Latour (2012), se estudássemos formigas ou qualquer outro ator não-humano, teríamos esperança que aprendessem algo a partir do nosso estudo? Pesquisadores e atores podem ter as mesmas preocupações e cruzá-las organicamente, mas somos nós que aprendemos com eles. O que há de crítico, ou politicamente engajado, em transformar atores em indivíduos sem ação que carecem de traduções e explicações para aquilo que dizem e fazem? Este é exatamente o problema da interpretação/explicação: a linguagem/tradução.

Tal como diria Latour (2012) sobre sua teoria, as sugestões são fundamentadas para a construção de um tipo de ciência que rompe com as regras de aprendizado em antropologia clássica – que é ainda contemporânea, apesar da controvérsia –, por isso sua absorção e aceitação não sejam tão simples assim, já que desestabiliza um terreno muito bem consolidado. As implicações são, confessamos, complexas. Elas assumem que esses processos, necessariamente, excedem nossa capacidade de conhecê-las. Quer dizer, nosso domínio sobre a antropologia enquanto ciência abala-se porque carecemos do artifício de desaprender ou reaprender. Ademais, muitas vezes as aplicações dessas propostas podem ser lentas, incertas, arriscadas e, sem dúvida, problemáticas. É preciso tempo e esforço para arranjar métodos heterogêneos que performem as realidades mais do que as representem, como afirma Law (2004).

No Brasil, assim como em muitos outros países, essas iniciativas de sistematização são escassas pelo recente reconhecido em nível global enquanto tal. A fragmentação metodológica das pesquisas colaborativas, como evocada em diversos momentos,

é responsável por essa carência na medida em que outras disciplinas se apropriaram de métodos clássicos do trabalho de campo antropológico. Como aponta a antropóloga Laure Garrabé (comunicação pessoal, 2018)[12], pensando nas exigências à base da metodologia antropológica na dimensão colaborativa, essa apropriação não evidenciou a descrição dos mecanismos e especificidades da metodologia agregada, nem elaborou uma crítica reflexiva. Aqui, encontramos um dos maiores desafios para delinear metodologicamente as ações colaborativas em resposta às exigências "éticas", travadas entre parâmetros institucionais (nível "global") e os parâmetros particulares às comunidades (nível local). Até onde a burocracia institucional da academia autoriza tais avanços?

4. "Outras" Antropologias para caminhos não tradicionais

Através da antropologia colaborativa[13] (entendida também como antropologia simétrica ou reversa[14]), a pesquisa antropológica não pode ser uma tradução direta de um relato centrado em análise discursiva (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Nessa abordagem, os lugares do narrador e do transcritor estão claramente distinguidos no texto, destituindo a regra de que "o englobamento total do enunciado do primeiro pela metalinguagem do segundo" seja executado[15]. O trabalho de redator não pode suprimir o do narrador, deve haver uma equivalência. Como dito, fingir uma ausência fantasmagórica do redator não pode ser vista como alternativa. Essa ilusão de um *vis-à-vis* sem mediação "procura apresentar uma ficção de uma ausência de ficção" [16]. Eles dialogam com a posição de um "redator discreto" (diferente de ausente) em respeito às palavras dos atores sociais. É daí que surge a definição de um caminho considerado intermediário, mas não por uma tentativa de simular a inexistência de mediação entre narrador e leitor.

A "antropologia reversa", definida por Wagner (2010), trata-se, por um lado, de imaginar simetricamente a literalização das "metáforas da civilização industrial moderna do ponto de vista das sociedades tribais" (WAGNER, 2010, p. 69); e, por outro, de entender esse "gênero pragmático de antropologia"[17] Essa antropologia tem por objetivo não apenas desvendar os mecanismos de funcionamento de uma caixa-preta

12 Durante encontro do Projeto de Extensão "A 'realidade' da dimensão colaborativa em projetos colaborativos. Um olhar antropológico", coordenado pela professora Laure Marie-louise Clémence Garrabé, e vinculado ao PPGA/UFPE. O projeto, iniciado no segundo semestre de 2018, visa problematizar a diversidade das perspectivas colaborativas, inclusivas, comunitárias, participativas, desenvolvidas em projetos de iniciativas acadêmicas e/ou não-acadêmicas, não importando a disciplina, a cultura, a prática ou a natureza do produto idealizado como resultado ou ação. As provocações levantadas pelo Projeto de Extensão estão implícitas em toda as dimensões deste presente artigo.

13 A "Antropologia colaborativa", que é uma importante iniciativa de sistematização do campo antropológica da pesquisa colaborativa, é um movimento recente, do início do século XXI.

14 A antropologia reversa, grosso modo, seria uma dupla antropologia, aquela realizada pelo antropólogo em campo, que institui (inventa) o outro como cultura; e uma outra antropologia, mais pragmática e não acadêmica, que é a apreensão desse outro sobre nós (WAGNER, 2010). Ou seja, essa antropologia não separa os diferentes mundos, as diferentes sociedades.

15 JIOEBAWA. AKBERTM 2915, p. 535.

16 Idem.

17 *Id. Ibid.*, p. 71.

no seu processo de desmontagem, mas de se tornar capaz de reconstitu-los. Em resumo, a antropologia reversa, que é praticada por outras sociedades diferentes da do antropólogo, explicita-nos os mecanismos que empregamos de forma implícita e, por vezes, inconfessável. Como entende Wagner (2010), tudo aquilo que é tomado como fim é uma ocasião para a invenção de um novo começo.

O antropólogo não deve se entregar aos excessos do pós-modernismo, atraído pela tendência desconstrutivista, e acabar submergindo às vozes dos atores sociais através de uma narrativa "crítico-narcísica". Existem anúncios de trabalhos fundamentados numa dimensão horizontal entre os atores envolvidos, que são vendidas através de propagadas sobre reciprocidade e colaboração, mas que são realizadas, de fato, individualmente por pesquisadores preocupados exclusivamente com as burocracias acadêmicas. Não se busca somente uma crítica ao eurocentrismo, mas um egresso da "crítica eurocêntrica do eurocentrismo" (MIGNOLO, 2000, p. 314-315). Devemos, preliminarmente, garantir a necessidade de produzir um texto que procure ir mais além do que "auto-reflexões pessoais ou relatos mais ou menos bem-sucedidos dos discursos dos informantes", e também que, "ao darmos ênfase à dupla 'nós-outro' (mas sempre em textos nossos), em lugar do que foi dominantemente a 'pura alteridade', paradoxalmente não estaremos deixando de registar a diferença fundamental" (PEIRANO, 1995, p. 106). Não objetivamos "a idealização moral de pesquisadores de campo" que pretendem realizar um texto "sentimentalista, quando não uma forma de autoparabenizar-se ou uma pretensão exagerada" (GEERTZ, 2001, p. 86). Descrever a descrição é um alçapão, já que significação é inútil quando não se autodescreve.

A alegação de Geertz (2002) de que é preciso que deixemos de lado nossa concepção para que assim "busquemos ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do 'eu'" (GEERTZ, 2002, p. 90) - ou seja, que aprendamos a percebê-lo/interpretá-lo -, é obsoleta. Como sugeriu Wagner (2010), igualmente como o antropólogo não pode simplesmente aprender uma nova cultura e colocá-la ao lado da sua, ele deve, de antemão, assumi-la, experimentar a transformação de seu próprio universo. A hermenêutica coloca a diferença não como um aliado metodológico, mas como objeto de pesquisa antropológica. Portanto, a virada interpretativista (nossa antropologia), tendo em Geertz seu principal proponente, não faz superar as dificuldades da antropologia dos outros, isto é, continua a representar os Outros de nós.

Da mesma maneira como pregamos uma reflexão ética sobre o que é descrito por "nós e eles", também advogamos a necessidade de insistir numa mudança das fundações epistemológicas, institucionais e das políticas de produção e consumo dos conhecimentos diversos na antropologia e na etnografia. Delineamos usar a "sensibilidade" do confronto e/ou diálogo entre os conhecimentos dos antropólogos e dos nativos propostos e aceitos pela antropologia como um importante incentivo para a construção do texto, seja analisando a aplicação dos métodos, teorias ou questionamentos. A perspectiva considera a necessidade de uma reflexividade crítica dos antropólogos/etnógrafos-autores sobre os próprios métodos de aparecer no texto, assim como reconhecer os "novos" contextos antropológicos e etnográficos. O intuito é de aludir que a produção de conhecimento na antropologia ou etnografia é

metodologicamente equiparável entre pesquisadores e atores sociais. Inicia-se assim alguma simetria epistêmica, posicionada a partir de um paradigma que considera a produção de conhecimento antropológico/etnógrafo como resultado da relação entre antropólogos/etnógrafos e nativos, desconstruindo as críticas por uma suposta abstração. Tais propostas, em oposição a imaterialização, exigem altos níveis de percepção e desates da normatividade da antropologia, quando não cede às pressões institucionais que pensa a antropologia/etnografia como uma disciplina/teoria que instrumentaliza as construções dos nativos como outros, e não na relação com eles.

5. A questão é praticar colaborativamente a Antropologia e a Etnografia

Vimos durante o texto que, por mais que as hegemonias entre antropólogos/etnógrafos e atores sociais tenham sofrido alguns movimentos, ainda existem hierarquizações nas diversas perspectivas de pesquisas antropológicas e escritos etnográficos, fazendo com que a prática possa se assemelhar com a de outrora, nos quais o antropólogo era considerado – ou melhor, se considerava – o "salvador" das culturas em processo de extinção ou tradutor dos emaranhados socioculturais. Como afirmado, entre o antropólogo e os atores sociais deve existir um pacto, onde o antropólogo é considerado um aliado político, representante diplomático ou "intérprete" junto à sociedade de onde ele provém. Por certo, o papel do pesquisador não é o de salvar as culturas a partir dos seus textos. Com essa postura, apenas se mantém a estrutura da autoridade científica acadêmica, processo que chamamos de antropologia (neo)colonial (que pode ser entendida como sistema estruturante de relações sociais de poder e como conjunto de problemas inerente à formação, prática e produção).

Devemos preestabelecer que as pesquisas antropológicas e os discursos etnográficos são construídos através de falas e eventos de pessoas reais, não de personagens inventados.

Os autores e reflexões elencadas podem anunciar que podemos organizar, a partir da virada ontológica, possibilidades mais abertas para a antropologia e a etnografia. Renovar fundamentalmente as formas de se pensar ética, política e epistemologicamente os estudos, causam a não aceitação por parte de muitos pares, como supracitado. A demasia das críticas se dá por considerarem essas propostas inaplicáveis e irrealizáveis. Adentrar nos "mundos outros" junto com uma antropologia e etnografia que defendem a reciprocidade e negociação, exige de nós, todos os atores envolvidos, a capacidade de reorganizar as disciplinas, descolonizando suas metodologias. A vista disso, antes de tentar aplicar essas críticas, precisamos refletir sobre a conexão entre fatos e teorias que pensamentos como os de Wagner (2010), Kopenwa e Albert (2015), Latour (2012), Viveiros de Castro (2002; 2015) e tantos outros autores da virada ontológica nos convidam a idealizar.

A seriedade dessas reflexões está diretamente ligada aos modos de engajamento e ativismo na relação simétrica entre os diferentes participantes/colaboradores/atores que realizam e desenvolvem essas práticas. Não há espaço, portanto, para

protagonismo acadêmico e coadjuvação de realidades não acadêmicas. O que queremos é demostrar que esses aportes são fundamentais para a construção de um discurso que esteja consciente, ao mesmo tempo, das hegemonias que o conhecimento acadêmico detém, mas que não devem polarizar essas diferenças de formas desiguais e hierárquicas. As análises pretenderam proporcionar o entendimento que os espaços de produção de conhecimento são diversos, não podendo alguns deles (hegemônicos) ditarem a forma de articulação de outros considerados hegemonicamente mais frágeis, e nem de tutelá-los, já que os conhecimentos não hegemônicos se mostraram capazes de criar e manter os seus próprios espaços de saberes.

Este breve texto aspirou ser uma abertura, longe da cobiça de trazer um debate sofisticado e bem referenciado, para demonstrar que a problemática é passível de diversos caminhos e alternativas. Tais pontos são caros pelo desconforto que sentimos na pesquisa antropológica e representação etnográfica convencionais ou monológicas. É preciso explicitar que a antropologia e etnografia clássicas necessitam, urgentemente, que procuremos novas formas de inserir os atores de modo mais adequado, como um ataque aos limites estabelecidos – ataques que devem ser cautelosos, visto que os métodos antropológicos e etnográficos convencionais são frequentemente considerados importantes, para não dizer necessários, de acordo com a finalidade proposta pela respectiva corrente antropológica.

Como dito, da mesma forma como TAR não encerra o texto dentro de uma "caixa preta", não há aqui uma única resposta ou repostas absolutas para a discussão levantada, mas há uma certeza: se quisermos realmente pensar sobre essas dissoluções, temos que nos (re)ensinar a pensar, praticar, se relacionar e conhecer de novas maneiras uma antropologia que não reproduza em seu passado – em muitos casos, presente – colonialista. É dever aproveitar o fato de a antropologia ser única ciência/teoria que se fundamenta pela própria desconstrução das suas convenções. Nossa pretensão, que extrapola obviamente a contribuição desse texto, é revelar outras maneiras de construir conhecimentos antropológico e etnográfico que fogem da lógica tradicional. As antropologias e produções etnográficas apresentadas e debatidas são algumas das possibilidades para superar essa postura ainda arcaica que persiste nos campos.

Referências

AUGÉ, Marc. ***Por uma antropologia da mobilidade***. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

BOURDIEU, Pierre. ***Os usos sociais da ciência***: Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: CLIFFORD, James. ***A experiência etnográfica****:* Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Descolonizando a arqueologia no Brasil: Contribuições da etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. *In*: ***Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*** – Series Especiales. [S.I.]: n. 2, v. 3, p. 217-230, 2015.

FERREIRA, Gilvanildo Klebson Mendes. ***O Fenômeno Turístico como subsídio para os museus comunitários***. Uma análise a partir da proposta de criação do Museu Comunitário e Arqueológico de Ponta Grossa (Icapuí-Ceará). 90 folhas – Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Museus, Identidades e Comunidades. Escola de Inovação e Políticas Públicas – FUNDAJ. Recife, 2020.

GEERTZ, Clifford. ***O Saber Local***. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOLDMAN, Marcio. O fim da antropologia. In: ***Novos Estudos.*** São Paulo: Cebrap, n. 89, 2011.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. ***A emergência da Museologia Social.*** *In:* ***Revista de Políticas Culturais***. Bahia, Salvador, v. 9, n. 2, p. 726-745. 2016.

INGOLD, Tim. ***Antropologia e/como educação***. Petrópolis: Vozes, 2020.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação como propósito da antropologia". *In*: ***Revista Educação***. v. 39, n. 3, 2016.

INGOLD, Tim. Estar vivo. ***Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição***. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Anthropology is not Ethnography. In: _____. ***Being Alive***. Routledge: London and New York, 2011. pp. 229-243.

INGOLD, Tim. ***Da transmissão de representações à educação da atenção***. Porto Alegre: Revista Educação, v. 33, n. 1, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. ***A queda do céu:*** palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LATOUR, Bruno. WOOLGAR, Steve. ***A Vida de Laboratório*****:** A produção dos fatos científicos. Relume-Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. ***Jamais fomos modernos***. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. ***Reagregando o social:*** uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

LAW, John, After method: an introduction. In: ***After method. Mess in social Science research***. London; New York: Routledge, pp. 1-17, 2004.

MIGNOLO, Walter D. Local Histories/Global designs. *In*: ***Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking***. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. In: ***A favor da etnografia***. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. ***A partilha do sensível***: Estética e política. São Paulo: EXO experimental org. Ed.34, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais para um novo cenário global na antropologia. In: ***Revista Brasileira de Ciências Sociais***. v. 21, n. 60, p. 147-185, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle. As ciências e seus intérpretes. In: ***A invenção das ciências modernas***. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

STRATHERN, Marilyn. ***O efeito etnográfico***. São Paulo: Cosac & Naif, 2014.

WAGNER, Roy. ***A invenção da cultura***. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In: ***Mana***. v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. Prefácio – O recado da mata. *In*: ***A queda do céu:*** palavras de um xamã Yanomami. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. ***A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia***. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

A cultura política no Brasil profundo nas décadas de 1960-2000: relatos da etnóloga francesa Colette Callier Boisvert

Political culture in deep Brazil in the decades 1960-2000: reports of the French ethnologist Colette Callier Boisvert

Cultura política en el Brasil profundo en las décadas de 1960 y 2000: informes de la etnóloga francesa Colette Callier Boisvert

Jefferson Evânio da Silva[1]

Resumo

SILVA, Jefferson Evânio da. A cultura política no Brasil profundo nas décadas de 1960-2000: relatos da etnóloga francesa Colette Callier Boisvert. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 85-114, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art5

O trabalho discute a produção intelectual da etnóloga francesa Collete Callier Boisvert relativa à dinâmica das relações políticas presentes numa cidade da microrregião do Agreste pernambucano investigada pela pesquisadora ao longo de quase meio século. Problematiza, a partir de uma análise do discurso de seus textos: *(a)* os temas geradores do seu procedimento analítico, isto é, as regularidades enunciativas; *(b)* a interdiscursividade, a partir do estudo da filiação e dos momentos de deslocamento estabelecidos pela narrativa da pesquisadora com a história do pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX. Seu trabalho lançou as bases para uma análise fecunda de fenômenos como o clientelismo rural e urbano, as relações entre chefes e clientes e os processos de estratificação social vigentes no interior do Nordeste durante a vigência da Ditadura Militar brasileira e nas primeiras décadas da redemocratização do país.

Palavras-chave: Nordeste brasileiro. Cultura política. Clientelismo.

Abstract

SILVA, Jefferson Evânio da. Political culture in deep Brazil in the decades 1960-2000: reports of the French ethnologist Colette Callier Boisvert ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 85-114, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art5

The work discusses the intellectual production of the French ethnologist Collete Callier Boisvert regarding the dynamics of political relations present in a city in

1 Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). É membro do Laboratório de Estudos em Religião e Política (LABERP- UFPE/FUNDAJ) e pesquisador colaborador do Núcleo de História e Linguagens contemporâneas da Universidade Estadual da Paraíba (NUHLC). Atualmente é professor do Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL. E-mail: jeffersonevaniosocio@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4528-8285

the Agreste region of Pernambuco, investigated by the researcher for nearly half a century. It problematizes, from an analysis of the discourse of its texts: (a) the generating themes of its analytical procedure, that is, the enunciative regularities; (b) interdiscursivity, based on the study of affiliation and moments of displacement established by the researcher's narrative with the history of Brazilian social thought in the first half of the 20th century. His work laid the foundations for a fruitful analysis of phenomena such as rural and urban clientelism, the relations between chiefs and clients and the processes of social stratification in force in the interior of the Northeast during the Brazilian Military Dictatorship and in the first decades of the country's redemocratization.

Keywords: Brazilian Northeast. Political culture. Clientelism.

Resumen

SILVA, Jefferson Evânio da. Cultura política en el Brasil profundo en las décadas de 1960 y 2000: informes de la etnóloga francesa Colette Callier Boisvert. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 85-114, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art5

El trabajo analiza la producción intelectual de la etnóloga francesa Collete Callier Boisvert sobre la dinámica de las relaciones políticas presentes en una ciudad de la región de Agreste de Pernambuco, investigada por la investigadora durante casi medio siglo. Problematiza, a partir del análisis del discurso de sus textos: (a) los temas generadores de su procedimiento analítico, es decir, las regularidades enunciativas; (b) la interdiscursividad, basada en el estudio de la afiliación y momentos de desplazamiento que establece la narrativa del investigador con la historia del pensamiento social brasileño en la primera mitad del siglo XX. Su trabajo sentó las bases para un fructífero análisis de fenómenos como el clientelismo rural y urbano, las relaciones entre jefes y clientes y los procesos de estratificación social vigentes en el interior del Nordeste durante la Dictadura Militar brasileña y en las primeras décadas del redemocratización del país.

Palabras clave: Nordeste brasileño. Cultura política. Clientelismo.

Eu via-os como nunca vira ninguém até então e nem um pormenor
das suas caras ou dos seus fatos me escapava.
Albert Camus (O estrangeiro)

1. Introdução

Ao se debruçar sobre o oceânico tema da história das mulheres na Europa, a historiadora francesa Michele Perrot defendeu que, "no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra" (PERROT, 2019, p.22). Ao defender a tese de que o "mundo sonoro

é sexuado", a autora chamou a atenção para o fato de que a historiografia profissional só muito recentemente começou a se interessar pela produção intelectual das mulheres; sobre o que pensaram e escreveram, sobre o modo como preencheram o "vazio" do real e o enigma do social com doses e mais doses de sentido. O giro discursivo rumo a esta que foi durante muito tempo construída como mais uma das "cidades proibidas" para as mulheres, isto é, a esfera da produção do conhecimento (além da política), ainda que seja um giro relativamente consolidado (e ainda em movimento), no contexto francês, ainda caminha a passos lentos no Brasil. Especialmente quando nos propomos a conhecer o que escreveram, pesquisaram e produziram intelectuais brasileiras (ou não) sobre regiões igualmente marginalizadas como as terras do interior do Nordeste. Esse é o caso de Collete Carlier Boisvert, intelectual francesa que no início dos anos de 1960 empreenderia uma série de incursões etnológicas num pequeno município do interior pernambucano para produzir, no contato com as gentes, ciência.

Collete Boisvert é uma etnóloga francesa cujos trabalhos investigativos ainda não foram rigorosamente popularizados no Brasil. Fato lamentável (porém "compreensível" em razão do caráter heteronormativo que orienta nossa relação com o saber científico e certa resistência do saber "erudito" que se tornou hegemônico em dar voz às narrativas que tratam das periferias do mundo descritas pela imprensa brasileira do século XX como terra de matuto e berço da ignorância do povo brasileiro), a julgar pela originalidade de suas pesquisas e pelo rigor teórico-metodológico de suas observações etnológicas realizadas em terras brasileiras ao longo de quase meio século. Formada na escola francesa de antropologia, em 1965 defendeu, sob a orientação de Roger Bastide, na Sorbonne, sua tese de doutoramento intitulada: *"La migrante d'origine rurale à Recife, Brésil"* (FERREIRA, 2019). Uma investigação que tentava lançar luz sobre o processo de migração rural na capital pernambucana, especialmente de mulheres vindas do interior. Suas pesquisas no Brasil foram uma extensão de estudos previamente iniciados em Portugal na década de 1960, na região do Alto Minho sobre questões como mobilidade (migrações), gênero (lugar das mulheres) e sociabilidades. Os resultados de sua pesquisa em Portugal foram publicados na obra *Soajo entre migrações e memória: estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada,* publicada em Portugal em 2004.

No Brasil, suas pesquisas se concentraram na região Nordeste, mais especificamente na cidade do Recife e no Agreste pernambucano. "Nestas, analisou, entre outros, os sistemas de caciquismo e clientelismo, o lugar social e político das mulheres e a solidariedade e a estigmatização nas relações sociais" (FERREIRA, 2019, p. 1). Em determinado momento de suas investigações relativas ao tema das migrações rurais, a autora se interessa pela região Agreste, espaço de origem de muitos sujeitos que migravam para o Recife na década de 1960. Por sugestão do geógrafo brasileiro Manuel Correia de Andrade, a pesquisadora francesa seleciona o município de Agrestina como centro nevrálgico de suas observações*:*

> *Après l'avoir visitée en compagnie de ce spécialiste, j'ai sélectionné lemunicípio d'Agrestina, grâce à ses conseils éclairés,*

> *sur la base de critères géophysiqueset socio-économiques ne présentant aucune originalité apparente, pour qu'il soitre-présentatif de l'ensemble, un município ordinaire en quelque sorte* (COLLETE, 2014, p. 4).

Este "lugar comum" seria revisitado ao longo de meio século pela pesquisadora francesa.

Em um texto recente, em que tentava reler o conjunto de suas observações etnográficas realizadas no pequeno município do estado de Pernambuco, a etnóloga rememorou suas primeiras impressões ao chegar na cidade nos idos de 1960, chamando a atenção para as dificuldades do empreendimento investigativo. No Brasil, a pesquisadora se depara com uma sociedade local aparentemente estranha aos eventos do golpe militar de 1964, espaço cujas relações de sociabilidade, o cotidiano, a recreação, e todos os aspectos da vida cultural eram regidos pela ação de um significante mestre: a bipolarização política envolvendo duas importantes famílias locais. Em um ambiente historicamente marcado pelo poder dos empreendimentos familiares e pelas posições de sujeito definidas pela gramática do discurso político, a pesquisadora recorda a dificuldade de imersão naquele universo a ser investigado, diminuída, apenas, em função de duas questões, sua condição de estrangeira e sua identidade como cientista social: "O meu estatuto de estrangeira e de etnóloga conferia-me uma certa liberdade para passar de um lado ao outro" (2014, p. 159).

Estranho ao passado social compartilhado pelos membros da comunidade local e, portanto, indiferente mesmo aos códigos que tornam, no interior de um universo social, o mundo inteligível, o estrangeiro gozaria, aparentemente, de uma condição privilegiada. Em termos fenomenológicos, Alfred Schutz (2010) delineou, em chaves weberianas/husserlianas, a condição do estrangeiro diante da diferença, isto é, a situação específica do indivíduo quando situado no interior de um grupo social com padrão cultural distinto daquele de sua origem:

> Para ele o padrão cultural do grupo ao qual se aproxima não tem a autoridade de um testado sistema de receitas, e isto, se por nenhuma outra razão, pelo menos porque ele não compartilha da forte tradição histórica pela qual este tem sido formado. Certamente, do ponto de vista do estrangeiro, também a cultura do grupo aproximado tem sua história peculiar, e esta história é até mesmo acessível a ele. Porém ela nunca se tornou uma parte integrante de sua biografia, como foi a história de seu grupo de origem. Somente as formas nas quais seus pais e avós viveram tornar-se-ão para cada pessoa elementos de sua própria forma de viver. Nem túmulos nem reminiscências podem ser transferidos ou conquistados. O estrangeiro, portanto, se aproxima do outro grupo como um recém-chegado no verdadeiro significado do termo. Quando muito, ele pode estar disposto e apto

> a compartilhar o presente e o futuro com o grupo aproximado, em intensa e imediata experiência; sob todas as circunstâncias, entretanto, ele permanece excluído de tais experiências deste passado. Vendo do ponto de vista do grupo aproximado, ele é um homem sem história (SCHUTZ, 2010, p. 122).

A antropóloga fala, contudo, a partir de um *lugar social*[2]. Inicialmente, como bolsista da *Sorbonne* desenvolve suas primeiras investigações no Brasil atuando como pesquisadora visitante no *Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. É, nesta instituição, criada sob a inspiração de Gilberto Freyre, que ela encontrará os subsídios necessários para as suas viagens ao interior e estabelecerá contato com pesquisadoras auxiliares que também participarão em algumas ocasiões de suas incursões no terreno investigado (BOISVERT, 2014). No instituto, ela construirá as bases de uma relação muito particular com o pensamento social brasileiro. Estabelecerá um contato mais direto com as obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Victor Nunes Leal, Manoel Correia de Andrade, Celso Furtado, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda – autor que, aparentemente, percorrerá as entrelinhas de seu discurso quase sob a forma de uma grande sombra aparentemente não reconhecida.

Estabelecida numa cidade do interior cujo passado lhe era estranho mas cujo presente deseja conhecer, a pesquisadora francesa dedicará parte de seus primeiros esforços para estudar as práticas e representações da cultura política local em diálogo com breves levantamos estatísticos de natureza econômica relativos à propriedade da terra, à policultura e à pecuária. Os resultados dessas observações foram publicados na década de 1970 ainda no Brasil pela Revista *Ciência & Trópico,* periódico do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual Fundação Joaquim Nabuco) sob os seguintes títulos: *Apontamentos para um Estudo de Economia Agrária num município da Zona Agreste de Pernambuco (1973) e Evolução sócio-econômica de um município da micro-região agreste meridional: Agrestina, 1966/1978*, estudo publicado em 1979. Em 2007, Collete publica como capítulo do livro *Clientèle guerrière, clientèle foncière et clientèle électorale***,** o texto *Pouvoir local et clientèle dans un municipe l'Agreste du Pernambouc (Nord-est du Brésil),* onde aprofunda suas reflexões sobre a

2 Empregamos o conceito de lugar social no sentido formulado por Michel de Certeau (2011). Ou seja, o compreendemos como aquela instância política, socioeconômica ou cultural em torno da qual se "instauram os métodos", se "delineia uma topografia de interesses" e se organizam "os documentos e as questões" de uma operação investigativa (CERTEAU, 2011, p. 47). Na mesma direção, Foucault também apontou, ao defender que "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo" (FOUCAULT, 2014, p. 35). Desde a perspectiva da etnóloga que se debruça sobre um terreno desconhecido e marcado pela hostilidade inicial das elites políticas locais quanto aos objetivos de seu trabalho investigativo, o lugar social e, por consequência, sua identidade enquanto cientista social, isto é, enquanto membro de uma "sociedade de discurso", passou também a fomentar a legitimidade do seu trabalho perante os atores sociais com que se relacionava na cidade de Agrestina. Era na condição de cientista social, jovem estudante de uma das mais importantes universidades da Europa (Sorbonne) e pesquisadora visitante de uma das mais prestigiadas instituições de pesquisa no Brasil (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais) que ela poderia circular com alguma segurança entre os grupos políticos rivais na cidade, com eles manter relações amistosas e desenvolver seu trabalho de campo.

organização do poder local. Em 2014, publica um último trabalho em que realiza um balanço de suas interações com o objeto de pesquisa intitulado: *Dinâmica da interação pesquisador/campo: meio século de observação etnográfica no interior de Pernambuco* (BOISVERT, 2014).

A partir de uma análise desses textos produzidos entre os anos 1970 e início dos anos 2000, pretendemos identificar os possíveis diálogos que a interpretação da autora estabelece com a produção do pensamento social brasileiro relativa ao Brasil rural bem como identificar a linha de argumentação que faz de seus escritos, a nosso ver, uma leitura bastante original da realidade social e política do Agreste pernambucano na segunda metade do século XX, em particular, e, do Brasil de forma mais ampla. Articulamos também aos registros etnográficos da autora outros vestígios desse passado na tentativa de compreender a dinâmica do poder local na pequena cidade de Agrestina entre os anos de 1960-2000. Tomamos seus escritos, portanto, em um duplo registro: (a) enquanto discurso científico a ser analisado; b) enquanto "vestígios" produzidos por uma antropologia histórica que, uma vez articulados a outras fontes, podem ampliar nosso conhecimento sobre a realidade social investigada.

2. Geografia do poder: bipolarização política e processos de estratificação social

O ritmo da vida cotidiana na pequena cidade do Agreste pernambucano durante as primeiras décadas da segunda metade do século XX é descrito por C. Boisvert nos mínimos detalhes. Sempre de posse de seus diários de anotação, ela é acolhida no município, ainda no início dos anos de 1960, por famílias com as quais manterá contato ao longo de quase meio século. Caminhando pelas ruas da cidade, pelos núcleos rurais mais afastados, pelas casas de família, ela toma nota dos hábitos, dos diálogos travados, e faz dos contatos estabelecidos com as gentes da cidade a base para construção de seu "arquivo". Ela observa as mudanças do tempo e as tentativas de contê-las, faz também da observação/descrição da geografia da comunidade a base para um diagnóstico que pretende problematizar a natureza. Como resultado, uma antropologia dos espaços públicos e privados delineia o contorno das ruas, das casas, e, na intersecção entre esses dois domínios da vida coletiva busca compreender o sentido das relações sociais, os momentos específicos em que se tocavam os signos que compõem o universo do mundo rural e urbano. Mundos "separados" por fronteiras artificiais, os hábitos e saberes campesinos sempre imprimindo na carne da cidade certas doses de brilho e vitalidade.

Para a etnóloga, a geografia dos espaços físicos reflete em alguma medida os processos de estratificação social e a construção dos estereótipos culturais que pesam sobre os sujeitos que habitam as regiões periféricas que rondam o "centro". Ao tentar compreender a genealogia destas distâncias, ela encontra o núcleo duro que organizava a vida coletiva em todos os seus aspectos: *a tradição política do clientelismo*. A política local é a "mão invisível" que aperta o nó dos laços sociais e, ao mesmo tempo, os desfaz radicalmente sempre que a conjuntura o requer; na cidade, a política é tanto aquilo que

aproxima os corpos como a força que prescreve a necessidade de uma distância estratégica que proibirá, em certos momentos, o *toque*, o *contato* e o *diálogo* entre os membros da comunidade que se dividem entre dois blocos políticos antagônicos e aparentemente incomunicáveis (BOISVERT, 2007; 2014; SILVA, 2020). Nessa interessante passagem itinerante sobre a organização do poder local, a etnóloga amplia de modo significativo os sentidos de práticas clientelistas ao defender que na cidade de Agrestina:

> *Ce duel entre deux personnalités locales entraînait une bipolarisation de la vie sociale et culturelle très frappante pour l'observateur. Em effet, la bipolarisation concernait tous les secteurs de la vie publique et introduisait une frontière invisible dans l'espace communautaire. La population du municipe se partageait entre deux systèmes de services concurrentiels, le public et le privé, dnas les domaines de la santé, de l'éducatiom, de l avie culturelle, récréative et sportive. Il s'agissait de redistribution des ressources publiques par le chef em place et de ressources obtenues par des réseaux propres par la chef de l'opposition à travers des associations de biefaisance. Cette Division symbolique concernait même la pratique religieuse, selon que l'on fréquentait l'église catholique ou le temple spirit. Suivant leur appartenance à l'um ou à l'autre des deux blocs, les habitants fréquentaient tel ou tel commerce ou café. Certains corps de métier optaient majoritairement pour l'um ou l'autre des chefs. C'était notamment le cas de ceux de la filière viande, particulièrement nombreux dans ce municipe et solidaires em raison de liens de parenté étroits.* (BOISVERT, 2007, p. 202).

A bipolarização política é o *significante mestre* que desencadeia uma rede heterogênea de outras relações sociais; (des)unindo a clientela desta ou daquela liderança política, fixando o padrão para as escolhas profissionais, definindo os espaços permitidos e/ou proibidos para esta ou aquela clientela, cavando fronteiras inclusive no interior do universo religioso. Esse Brasil profundo marcado pela força da lógica de um clientelismo urbano foi, por sua vez, uma realidade complexa que escapou relativamente ao escopo das análises tradicionais de nossa historiografia ou da história do pensamento social brasileiro de modo mais amplo, sempre engajado na missão de construir (ou contestar) os sentidos da identidade nacional a partir de metanarrativas conservadoras ou progressistas que se constituíram enquanto os grandes cânones das Ciências Sociais brasileiras.

Reinventando o tratamento analítico conferido ao tema inicialmente por Victor Nunes Leal (2012), autor cuja obra Boisvert admitiu a importância sem jamais adotar com relação a ela ou a outras produções do pensamento social brasileiro qualquer relação de "subserviência teórico-metodológica", a análise das relações clientelistas proposta pela autora não elege as relações simbióticas entre os poderes estaduais e gabinetes do executivo local como fio condutor do processo analítico, mas a complexa

rede de solidariedade e de interdependência entre chefes/clientes a partir da qual se interligavam processos de revitalização social postos numa existência "sombria" e, para muitos indivíduos, sem muitas "expectativas de futuro" (BOISVERT, 2007). Sem negar as conexões entre o local e o global, Boisvert se interessa mais pela complexa rede de fenômenos sociais que participam do clientelismo:

> [...] o compadrismo e rivalidade entre os grupos políticos locais, a transmissibilidade das paixões políticas entre as gerações, o carnaval e as festas de rua realizados durante os períodos eleitorais, as apostas sociais, o pragmatismo da clientela, as táticas empregadas pelo povo miúdo para driblar o poder das estruturas sociais, e, até mesmo, pela fofoca (BOISVERT, 2007;2014).

O clientelismo que investiga deixa de ser pensado apenas como um dispositivo de controle da população, uma tecnologia de governo, para ser problematizado também como um fenômeno cultural. Nos seus escritos, o cliente ou o homem do interior não é um "pária" incapaz de lutar por uma vida melhor como sugeria Leal (2012) ao tratar do fenômeno do coronelismo (que não se confunde, obviamente, com o clientelismo), mas um sujeito pragmático que exerce também certa pressão sobre os núcleos do poder. Em seus textos, a visão preconceituosa construída pela imprensa cosmopolita, pela literatura e pelos memorialistas da história regional que inventou a tese do matuto do interior, tal como discutido pelos trabalhos de Júnior (2009) e Silva (2020) encontra uma resposta de tipo weberiana. O "matuto" é, na verdade, muito esperto e, em várias facetas da vida, é tão pragmático quanto qualquer comerciante aburguesado das grandes cidades cosmopolitas brasileiras.

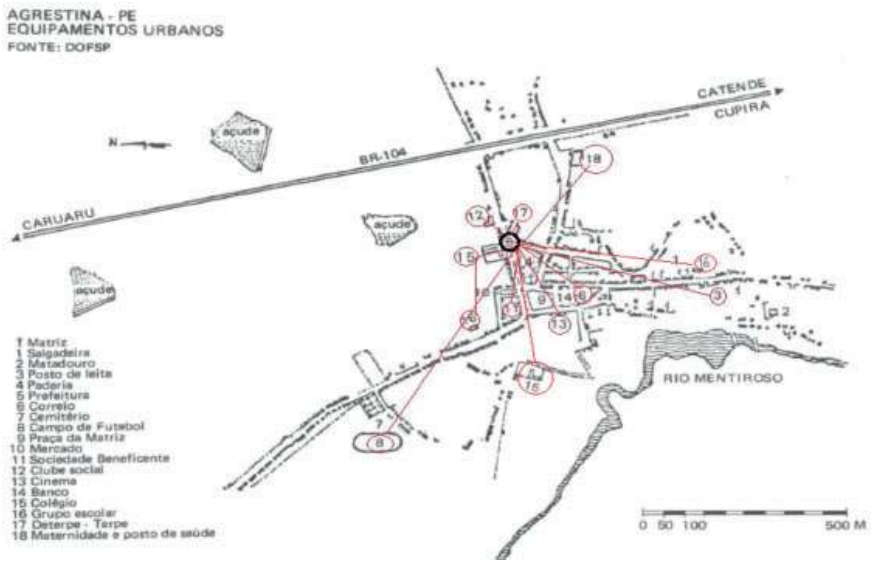
Não obstante, ela não negará a dimensão propriamente estratégica do clientelismo enquanto dispositivo do poder político destinado ao controle da população. A bipolarização política que se expressa ao nível das práticas cotidianas mas também na esfera do simbólico seria retroalimentada pelas proximidades entre os domínios do público e do privado. Unidade tópica presente nas entrelinhas do diagnóstico da autora e que dialoga de algum modo com a interpretação proposta por Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995), em que se defendia, à luz de nossas raízes ibéricas, o traço patrimonialista do Estado brasileiro e a ausência de "espírito público" de nossa classe política. Eis, portanto, uma primeira aproximação do trabalho da etnóloga com o pensamento social brasileiro, uma aproximação que aponta para a *interdiscursividade* de seu discurso na medida em que este se filia a certos rastros da tradição analítica que buscou revelar as artimanhas da razão política na história brasileira pressupondo a existência de um certo pragmatismo sempre a orientar os discursos e as práticas de nossa classe política. Daí o choque, na realidade por ela investigada, entre os serviços ofertados à clientela, ao mesmo tempo empregados no sentido de suprir as necessidades mais elementares de uma população e, por outro, utilizados como instrumento à

serviço da hegemonia política dos chefes locais (BOISVERT, 2007)[3]. A antropóloga parece identificar no Brasil mais profundo da segunda metade do século XX a expressão de uma espécie de patrimonialismo provinciano que reinventará, ao seu modo, sua origem cosmopolita e colonial.

Essa preocupação da pesquisadora com a função política cumprida pelas instituições públicas e privadas que, de alguma forma, participavam das disputas "ideológicas" entre as elites locais pode ser observada numa ilustração gráfica da cidade utilizada em um de seus estudos. A partir dela é possível identificar esse aspecto importante na obra da autora que é uma preocupação sempre presente com a geografia dos lugares investigados. Seu estudo é, neste sentido, um esforço interdisciplinar que reúne signos do discurso histórico, antropológico e sociológico sempre mesclando tais signos do discurso científico e acadêmico com leituras detalhadas da relação estabelecida entre o "espaço" e os jogos de poder. Optamos em grifar na cor vermelha os pontos que se referem a espaços institucionais que ofereciam algum tipo de serviço para a população local na década de 1970.

3 Durante a década de 1960 até meados dos anos de 1980, os serviços públicos e privados eram também sistemas concorrentes. Durante a administração política de um determinado grupo familiar, posto que, no terreno investigado pela etnóloga, o poder político era disputado por duas importantes famílias locais, os serviços públicos passam a assumir a função de acolher a mão de obra ociosa de parte da clientela, e, neste sentido, tais serviços passam a garantir certa segurança política aos chefes locais, na medida em que a burocratização da administração pública funciona como vetor que alimenta o compromisso pessoal entre chefes e clientes. Por outro lado, os grupos rivais, uma vez derrotados nas eleições municipais, também passam a oferecer serviços à população, quer seja sob a forma de instituições filantrópicas que asseguram o direito da clientela (sobretudo daquela expressão derrotada nas urnas) a certos serviços fundamentais (saúde, educação, proteção jurídica, etc), ou sob a forma de serviços privados ofertados à população que também "abraçam" sua própria clientela, quer na condição de funcionários de uma burocracia paralela, quer na condição de sujeitos atendidos por um tipo de serviço que vem sempre acompanhado pelo Nome próprio que o assina, isto é, o nome de seu chefe político correspondente. (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020). É por essa razão que, embora a interpretação da autora guarde certa filiação com a interpretação fornecida por S. Buarque de Holanda relativa à instrumentalização do público pelos interesses privados de nossa classe dirigente, ainda assim ela parece ter dado um passo além na compreensão desse fenômeno, ao apontar que os serviços públicos e privados tanto podem ser articulados de modo dialético de acordo com os interesses particulares em jogo, quanto podem se constituir enquanto pólos de tensão e rivalidade no que diz respeito à conquista da atenção e da fidelidade de uma determinada clientela. Essas duas faces do problema, tal como discutidas pela autora, não são contraditórias e absolutamente não se anulam por completo, antes são complementares e vitais para o sucesso da empresa do clientelismo.

Figura 1: Planta da cidade de Agrestina na década de 1970



Fonte: adaptado pelo autor a partir de Boisvert (1973)

As linhas que definem o centro são também aquelas que constroem as margens, a periferia, os guetos sociais. É, desse modo, que a antropóloga analisa a "planta" da cidade: para problematizar a relação que há entre os lugares físicos, as avenidas, bairros, ruas, os diferentes modelos de habitação e o "lugar social" daqueles corpos que neles estão posicionados. Para a etnóloga, o mapa da cidade não é um instrumento meramente descritivo, mas aquilo que nos ajuda a compreender processos de estratificação social dispersos na paisagem que compõe uma geografia do poder. Em relatório por ela produzido no final da década de 1970, ela escrevia:

> Criação espontânea, a cidade traz inscrita nela a estratificação da população: a localização da residência situa socialmente o residente. O núcleo central onde se situa a matriz, a praça, a Prefeitura, o mercado, os cartórios, o banco, o cinema e o salão de recreio - como também os maiores estabelecimentos comerciais constitui o bairro residencial mais seleto. As famílias tradicionais de fazendeiros e agrocriadores moram neste núcleo e principalmente em volta da praça central, onde se encontram as casas residenciais mais lindas. Da praça saem três espigões onde residem as pessoas de nível de vida médio-baixo. Na parte suburbana, nas entradas da cidade se localiza uma população de trabalhadores avulsos do campo e da cidade, em parte marginalizada. Com o desenvolvimento de loteamentos e a fixação de

> novos contingentes populacionais, a fisionomia da zona suburbana se modificará, à medida de sua integração no perímetro residencial (BOISVERT, 1979, p. 127).

Se a distância que separa a diferença era um reflexo dos processos de estratificação social, também o eram o modelo das casas, os materiais de que elas eram feitas, e, certamente, sua localização na "planta" da cidade. Se a casa é, certamente, um símbolo do poder político e econômico, tal como pensado pelos trabalhos de Nobert Elias (2001) e Gilberto Freyre (2004), ela também é reveladora dos abismos socioeconômicos presentes numa determinada sociedade. Essa preocupação sociológica com a arquitetura das casas é uma questão importante no trabalho de Boisvert, sobretudo, porque ela é concebida como aquilo que também revela, no interior de uma comunidade aparentemente coesa e harmônica, os profundos níveis de estratificação social responsáveis pela construção da nobreza das casas do centro (e a de seus moradores) e a marginalização das áreas periféricas e sua população.

Nesta cidade provinciana inscrita na história do Brasil profundo da segunda metade do século passado, a Casa própria foi eleita, segundo a pesquisadora, como o principal sinal externo da riqueza ou da miséria de sua população (BOISVERT, 1979). A casa, por essa razão, é também um signo que marca o corpo da cidade revelando os abismos socioeconômicos existentes entre as mais distintas classes sociais. Se a gramática dos processos de identificação política "unia" a clientela em torno dos chefes locais, reunindo também os clientes das mais diferentes posições sociais em certas ocasiões festivas (especialmente no contexto das comemorações em razão da vitória desta ou daquela liderança política durante a realização dos pleitos eleitorais), as condições materiais da vida, "reveladas" pela geografia da cidade e impressa na estrutura das habitações questionarão a suposta harmonia entre as classes.

> A habitação de paredes de alvenaria de tijolos batidos, telhado de telhas canal ou telha inglesa, piso de mosaico e tacos é o tipo mais luxuoso. Apresenta uma areazinha na frente, gradeada, e a fachada está coberta de azulejos de cores vivas. Esse tipo de casa dispõe de iluminação elétrica, água encanada, e de instalações sanitárias mais modernas, com aparelhagem eletrodoméstica completa e televisão. É de grande dimensão, estucada, e geralmente prolonga-se com um vasto quintal. O casebre de taipa, com piso de terra e dimensões reduzidas é o tipo mais simples de habitação que se encontra tanto no meio rural como na parte suburbana da cidade (BOISVERT, 1979, p. 157).

Parafraseando João Cabral de Melo Neto, essa é uma educação antropológica que se faz a partir das *pedras*, da *cerâmica* e dos *azulejos* (e suas ausências); do *barro*, dos *tijolos* e *taipas*. O estudo da etnóloga nos convida, portanto, a fazer da observação do espaço e seus contrastes um experimento sociológico e político. Daí sua preocupação

com a descrição das *formas*, das *cores,* dos *ambientes*, das *ruas*, dos contornos que desenharam política e historicamente a cidade. Neste sentido, sua obra também dialoga com os modos pelos quais Gilberto Freyre pensou e escreveu sobre o Brasil e, especialmente, sobre o Nordeste que também ajudou a inventar (JÚNIOR, 2009).

Essa é, pois, uma segunda marca epistêmica do pensamento social brasileiro impressa no corpo de seus escritos, isto é, essa forma de *escrita* que se comunica com o *olhar,* esse texto que constrói paisagens, imagens e telas inteiras para o leitor, uma marca importante dos textos freyrianos. Todavia, Boisvert está mais interessada em "revelar" as contradições sociais que a arquitetura e a geografia do lugar nos informam do que fazer do espaço, tal como decidira fazer Freyre, o objeto de um saudosismo que lia a contragosto e como ameaça a circulação de signos da modernidade num mundo que deveria, segundo o bom e velho conservadorismo freyriano, afirmar a soberania do local sobre o global, da região sobre a nação, do passado sobre o presente e o futuro.

A partir dos elementos que compõem a planta da cidade é possível avançar no debate proposto por Boisvert relativamente ao sentido político dos serviços ofertados à população. Primeiramente, é possível notar que a localização das instituições que prestavam algum tipo de serviço à população local estava disposta estrategicamente de modo a percorrer as diversas linhas e contornos que formavam a cidade (especialmente esses "espigões" que partem do centro). Geografia do poder que pretende encontrar o corpo social (e sua clientela) onde quer que ele busque refúgio. Os "pontos" que ligam as instituições à sede do poder executivo local não necessariamente pretendem representar a correspondência ideológica muito menos alguma equivalência do ponto de vista de seus objetivos políticos. Essas instituições são lugares de poder administradas por uma clientela que também se tornará burocrática e que disputa, por assim dizer, a "atenção" da clientela menor, do "povo miúdo", gente periférica, em grande parte marginalizada, como sugere a autora, que vive nos limites da cidade mas que vai à "rua" (centro da cidade) sempre que a "necessidade" fala mais alto.

Analisemos com mais detalhes os sentidos políticos e simbólicos destas distâncias que separam os espaços. Em alguns casos, como na distância entre um e outro círculo no mapa (pontos 18 e 16, por exemplo), essa representação serve para ilustrar como os antagonismos políticos terminavam por imprimir sua marca na própria configuração dos espaços urbanos; dispondo, por exemplo, a necessidade de uma distância física entre este ou aquele grupo escolar, esta ou aquela instituição filantrópica, este ou aquele posto médico, etc. A *maternidade* e o *Grupo Escolar* eram, na década de 1970, instituições administradas por blocos políticos distintos (e distinta também era seu corpo burocrático e, igualmente a clientela que procurava ser por elas atendida) que disputavam entre si a hegemonia do poder local e essa distância estratégica que separa uma instituição da outra pelo dispositivo de poder que passa a ser o *bairro*, a *avenida* ou a *rua* não deve ser lida como desinteressada. Bairros, ruas, avenidas, escolas e espaços recreativos também se transformam em lugares de memória cuja função deverá ser eternizar a passagem pelo mundo de certos indivíduos beatificados pela nobreza de suas respectivas biografias que o discurso político e, mais ainda, o memorialista, nunca deixam no olvido.

Em outros casos, a distância entre os lugares reproduzirá uma certa representação que habita o imaginário popular relativa às fronteiras entre a vida e a morte. É o caso, por exemplo, do cemitério local. O cemitério é o lugar que a cidade escolheu historicamente para guardar os seus mortos ou para afastá-los dos vivos. Mas ele é também, tal como pensado por Philippe Ariès (2001), um lugar das fronteiras entre memória e esquecimento, a presença e o anonimato; um lugar marcado pelo poder. Em quase toda cidade do interior pernambucano da segunda metade do século XX e, também no terreno investigado pela pesquisadora francesa, é possível observar na disposição entre covas ou mausoléus, este contraste que parece reificar as fronteiras sociais que dividiram os corpos ainda em vida. Grandes construções funerárias decoradas com vasos cerâmicos de qualidade, flores artificiais de cores vivas ou naturais cujo aroma pretende vencer o cheiro da morte, retratos de pessoas cuja nobreza a morte não aplacou gravados em porcelana importada a contrastar com covas rasas ou jazidas à meia parede; róseas, verdes, azuis, encarnadas ou pálidas como neve, com diferentes tonalidades do branco à cal, com pouca ou nenhuma informação que nos diga algo sobre aqueles que ali dormem o sono eterno.

Encerrados em um mesmo "lugar", os restos mortais de nossos antepassados parecem ainda assim divididos por uma hostilidade que os antagonismos socias definiram como de morte. O cemitério não é um lugar para o repouso pacífico. Há nele também um "dentro" e um "fora", centro e periferia, presença de nomes e sua ausência absoluta, luz e escuridão, memória e esquecimento. Boisvert (2007; 2014) nos diz como, nesta cidade, os antagonismos sociais acompanharam as gerações, os filhos herdando os desentendimentos dos pais, mas, ao que parece, eles resistiram igualmente à morte dos corpos, que, ainda que sepultados, continuam marcados por sua condição de classe.

Na ilustração utilizada pela pesquisadora, a prefeitura municipal e a Igreja Católica disputam a centralidade nessa geografia do poder local. Os traços que ligam as instituições filantrópicas, públicas e privadas à sede do poder executivo ora podem ser lidas como uma extensão orgânica em que o poder dos chefes encontra as demandas da clientela, ora como um ponto de resistência, tensão e não correspondência do ponto de vista político. O essencial é que esses lugares são lugares de poder, são dispositivos que dão forma ao espaço social e substancialmente aquilo a que se poderia chamar de um abraço ideológico que se realiza no cruzamento entre chefes, clientes e corpo burocrático. Não se pode entender, portanto, a eficácia simbólica (e política) dos serviços ofertados à população sem que se articule a geografia dos espaços urbanos aos jogos de poder. Na mesma direção, não é possível capturar a profunda simbologia que imprimiu sua marca nas avenidas, bairros, ruas, praças e prédios públicos sem que se problematize a construção do laço social que os uniu à certa gramática do poder construída sob o império do Nome próprio ou "flertando", de vez em quando, com a iconografia dos Santos (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020).

Isso ajudaria a entender, por exemplo, o fato de hospitais, grupos escolares, espaços recreativos, praças, bairros, avenidas e ruas estarem sempre associados ao Nome de um particular que cristaliza em torno de si certas demandas da população local.

Muito mais do que lugares de memória que por vezes comunicam os vivos aos mortos, essa gramática do Nome próprio cumpria o objetivo de amarração do laço social que unia as demandas dos vivos ao desejo de eternidade das elites políticas que lhes governavam. Esse procedimento estratégico em que se associava a *coisa* ao *nome,* o serviço dentário, educacional, hospitalar, jurídico ou recreativo geralmente apresentado à população como uma extensão do Nome próprio, as vezes fortalecido pela dialética que unia o céu e a terra, quando o político decidia nomear a escola (Santo Antônio), a praça (Padre Cícero) recorrendo à iconografia dos santos que povoam o imaginário da gente católica (SILVA. 2020).

Em 1979,. a pesquisadora francesa indagava: Quem exerce a liderança política em Agrestina? Para em seguida afirmar o seguinte:

> Em 1966, a vida política e social de Agrestina apresentava uma bipolaridade. Havia dois chefes políticos que brigavam para conseguir a maior clientela, conservando assim vestígios do antigo regime de coronelismo. Cada partido mantinha uma cooperativa de crédito, um posto de saúde, um posto odontológico, um clube social, várias escolas profissionais (de corte, costura e bordado, de datilografia). Esta dualidade atingia todos os setores da vida comunitária da cidade: nas relações entre as famílias, nas relações profissionais, na vida recreativa, até na vida religiosa, já que o vigário havia tomado uma posição política e se tinha oposto energicamente a um espírita que influenciava parte da população (COLLETE, 1979, p. 129).

Nessa passagem, a etnóloga estende no tempo certas práticas associadas ao coronelismo. Essa presença, por sua vez, pode ser lida como acontecimento discursivo importante que demarca o encontro do presente com o passado, do discurso do progresso que insistia na necessidade de racionalizar a política no Brasil e a tradição que fundou as bases do clientelismo em vastas regiões do Nordeste brasileiro. Ainda que os caciques do poder local não possam ser identificados, *in totum,* à figura do coronel, imagem típica do Brasil rural da Primeira República (1889-1930) pintada por Victor Nunes Leal, certas práticas políticas vigentes nos anos de 1960 até 1980 torciam e atualizavam certa gramática clientelista supostamente ultrapassada pelos ventos descontínuos da modernização. Modernização conservadora, diga-se de passagem.

Dois anos após a instalação do Regime Civil Militar brasileiro, no Brasil mais profundo as relações sociais não seriam governadas, apenas ou majoritariamente, pela presença do signo da interdição federal, mas pela força de lógicas supostamente superadas da história nacional. No Brasil profundo, portanto, as regras do jogo político não seguiam automaticamente as diretrizes formuladas pelos burocratas e ideólogos do Governo dos Militares, ainda que tais regras contra-hegemônicas terminassem por ajudar a construir e fortalecer a representação de uma realidade política supostamente democrática, marcada pelo diálogo, pela solidariedade e pelo compromisso mútuo de

todos os cidadãos com o progresso da nação, como insistentemente buscava fazer crer, a nível nacional, a máquina ideológica do Regime Militar brasileiro e seus vários tentáculos religiosos ou secularizados (REZENDE, 2013; SILVA, 2020).

Um outro aspecto importante no trabalho da autora diz respeito às relações entre os mundos rural e urbano. Para ela, as fronteiras entre urbano e rural são bastante tênues e artificiais; nem a cidade, nem o campo, podem ser pensados como realidades separadas no tempo e no espaço. O estudo de Boisvert mostra como os sinais da "modernidade" percorreram espaços em ritmos diferentes nas grandes e pequenas linhas que cortam a carne da cidade. Também nos ofereceu pistas importantes para compreender como as cidades "periféricas" brasileiras construíram, na segunda metade do século XX, suas próprias periferias, isto é, como o interior fabricou o excesso que nele não cabe senão sob a forma do intruso, do inquilino social; como a cidade era, em muitos aspectos de sua rotina: rural, camponesa, brejeira e, simultaneamente, comercial, burguesa, cosmopolita no espírito pragmático dos sujeitos políticos. Ela também nos diz como o Brasil do Regime Militar, marcado pela propaganda e "sucesso" da ideologia do progresso teve que lidar com certas gramáticas políticas que demarcaram, naquele presente, a co-presença sempre constante de certos "passados que não passam". Tradição e modernidade andando juntas; trocando carícias, beijos, abraços, socos e cotoveladas.

Se a análise da autora pode ser descrita em algum momento como weberiana justamente porque não admite a "burrice" do cliente e/ou sua submissão voluntária aos caprichos dos chefes locais (ou ainda a submissão destes últimos aos poderes estaduais ou federais) é verdade que ela também parece não admitir como válido o argumento "weberiano" (amplamente empregado nas pesquisas inscritas sob o signo da história regional e local nordestina) segundo o qual tradição e modernidade caminham em lados opostos ou que a condição para a implantação da segunda seria um distanciamento/ruptura relativo à primeira. Alguns registros iconográficos daquela época parecem nos informar relativamente a esses contatos entre o rural e o urbano, que também são contatos (por vezes raivosos, por vezes dialéticos) entre tradição e modernidade. A partir delas também é possível ter uma visão aproximada daquilo que poderíamos chamar de uma estética da estratificação social.

Figura 2: Os sinais do aburguesamento no centro da cidade na década de 1950



Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina.

Figura 3: O abraço iconográfico entre rural e urbano no ano de 1966



Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina.

Figura 4: As mulheres/lavadeiras em direção à "rua" (cidade) em 1966



Fonte: Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Agrestina.

As imagens 3 e 4 são registros fotográficos produzidos pela própria Boisvert em suas visitas sucessivas ao terreno investigado. Mais tarde, em suas últimas visitas à cidade, estas e outras fotografias seriam doadas pela pesquisadora ao então Secretário de Cultura do município e passariam a fazer parte do acervo iconográfico da Secretaria de Cultura Municipal, sendo utilizadas em diversas atividades pedagógicas desenvolvidas pela comunidade escolar da cidade no período mais recente. Levando em consideração o fato de que a fotografia não deve ser interpretada como um reflexo desinteressado do real, mas como uma representação social marcada pelo *lugar social* e pelos objetivos das lentes fotográficas, chama a atenção a preocupação da etnóloga em captar a função social das mulheres, seu movimento, e, sobretudo, uma espécie de dialética envolvendo signos do mundo rural e urbano, mais acentuados na imagem 3. Novamente, assistimos a essa proximidade entre o escrito e o visual, o texto e o olhar, que articula o diário de anotações à câmera fotográfica para construção do arquivo; um caminho metodológico que Boisvert já exercitava em Portugal durante suas pesquisas realizadas na região do Alto Minho (BOISVERT, 2004).

O resultado deste olhar (ou aquilo que ele também pretende nos mostrar/dizer) é a produção de um diagnóstico segundo o qual o rural não é aquilo que se opõe ao urbano, mas aquilo mesmo que o cerca, aquilo que lhe abraça de maneira tão profunda que termina por "invadir" seu "perímetro" para lembrar aos que lá vivem a absoluta contingência das fronteiras entre automóveis e foices, estrovengas e sobrados, homens, animais e crianças, tradição e modernidade. Neste Brasil profundo que muitos autores descreveram como o Brasil real, numa tentativa de identificar os elementos que comporiam algo como a verdadeira "essência" da nacionalidade brasileira, *o urbano é o rural, e o rural é o urbano*. A mesma dialética que uniu o céu à terra, isto é, os santos

do Nordeste e muitos sacerdotes católicos ao *nu* da política, também "uniu" machados, facas, lenços e garrafadas aos sobrados, casas comerciais, automóveis e bicicletas.

Uma "união" paisagística, simbólica e cultural que não se fez sem o uso de certa violência simbólica cometida por vozes urbanas e citadinas que, na mesma medida em que vão se "aburguesando" passam a denunciar os "excessos" de ruralismo e práticas religiosas que escapavam à oficialidade dos ritos católicos, muitas delas incorporadas no *hábitus* do homem rural que migra para a cidade. "Em Agrestina é assim. Dentro da cidade não se pode mais respirar, pois a criação de porcos nos quintais cria uma fedentina insuportável que invade a cidade", denunciava o citadino e letrado Heretiano Couto no final dos anos 1960 nas páginas do *Diario de Pernambuco.* O Bispo Diocesano da cidade de Caruaru escreveria, em visita à cidade, que sua gente: "é um tanto inclinada a acreditar em feitiçarias, catimbós e espiritismo"[4], revelando, desse modo, as diversas fronteiras sociais que dividiam os grupos e classes sociais. É sintomático, portanto, que o homem (Figura 3) que vira às costas para seu fotógrafo e que parece caminhar em direção à "rua" (centro da cidade) o faça munido de certas ferramentas que tornam esta paisagem profundamente enigmática. Este homem que desconhecemos o rosto e o Nome, talvez nos provoque também relativamente às contradições, desafios e tensões sociais que a vida nas cidades do interior deve ter representado para centenas de camponeses que nelas se estabeleceram na segunda metade do século passado. Para entendermos os sentidos dessa migração campo/cidade, será preciso exercitar a "imaginação" em um terreno ainda pouco discutido até aqui: a economia política do clientelismo. Foi nesta direção que nos convidou a pensar Boisvert; ouçamos o que ela tem a nos dizer.

3. A economia política do clientelismo

Segundo Boisvert (2007), uma das forças que colocam em movimento as relações clientelistas se expressa em razão da escassez. O clientelismo nasce sempre num contexto marcado pela falta de alguma coisa. Ele é uma tentativa política de preencher um certo vazio. *"Clientélisme religieux, clientélisme politique, la pratique clientélaire est adaptée em período de pénurie. Elle est une réponse pragmatique à l'accès inégal aux ressources, à l'absence d'autonomie des groupes dominés; à l' absence d'um marché du travail inifié"* (BOISVERT, 2007, p. 215). A falta de autonomia política dos grupos dominados e a construção dos laços sociais cliente/chefe reflete, de algum modo, a falta de autonomia em operação no plano da vida econômica, decorrente, no caso em tela, da falta de um mercado de trabalho unificado no terreno investigado. Daí a emergência da lógica da dependência política, impulsionada por profundos níveis de desigualdade social e aliviada, no plano da psicologia individual, pelos processos afetivos que sedimentam as relações de troca simbólica, de solidariedade e os processos de identificação política que devem unir chefes/clientes, cliente/chefes. A identificação dos clientes relativamente aos chefes locais é também uma resposta pragmática ao problema da escassez.

4 Libro tombo n. 3, 1965, folha 102.

Pragmatismo político que se expressava em um duplo registro marcado pelo encontro "simbiótico" das demandas da clientela com as demandas hegemônicas da classe política dirigente. Primeiro, uma resposta dos atores sociais marginalizados ao problema do acesso desigual aos recursos materiais (ou aos serviços públicos/privados) e, neste sentido, uma espécie de tática a partir da qual a massa "dominada" buscava na rede de relações de fidelidade com os chefes certa segurança material[5]. A tática, como bem lembrava Michel de Certeau (1998) pode ser descrita como "a arte do fraco", isto é, o emprego, pelos sujeitos, de certo conjunto de práticas que lhes permitem "driblar" a coação exercida pelas estruturas sociais, um modo de fazê-las funcionar dentro dos limites de um horizonte de expectativas que não lhe seja totalmente estranho. Depois, *como estratagema mobilizado pela classe política dominante no intuito de refrear processos de convulsão social*. Para Boisvert (2007; 2014), o clientelismo produz as condições para um ajustamento social considerado necessário pelas elites políticas e se baseia numa relação de mútua dependência marcada: (a) pela proteção personalizada que o cliente busca encontrar na fidelidade e compromisso devotados ao chefe; (b) na previsibilidade dos movimentos da clientela que os chefes buscam captar uma vez estabelecida aquilo que ela denomina como "ética da troca".

> *Elle crée um réseau de solidarité avec des relations cliente-leader em chaîne, les partenaires conservant leur mutuelle dépendance qui legitime em quelque sorte ce lien. Dans la Société brésiliene, ler apport de clientèle est une constante qui joue um rôle d'ajustement social, dans la mesure où la protection personnalisée permet um certain partage de la rareté. Il freine ainsi l'explosion de vionences induites par les disparités croissantes des conditions de vie, em maintenant une part d' affectivité dans les relations humaines du haut em bas de l' échelle sociale* (BOISVERT, 2007, p. 215-16).

Mas, se práticas clientelistas que engrossaram o caldo desta espécie de racionalidade política hegemônica – que, no terreno investigado pela etnóloga, percorre o período da Ditadura Militar e se prolonga também no contexto do processo de

5 Essa segurança se expressa em pelo menos dois níveis: a) no plano do acesso aos serviços ofertados à população pelos grupos políticos; b) no plano do ingresso no serviço público municipal, isto é, por meio da ampliação do corpo burocrático dos poderes municipais. A clientela, neste sentido, não pode ser classificada como um ator político irracional cuja identificação com as lideranças políticas locais se torna efetiva mediante uma espécie de servidão voluntária. Pelo contrário, a fidelidade do homem do interior aos chefes políticos locais estava subordinada à possibilidade da proteção (jurídica, política, econômica) que os laços sociais acarretavam. Nessa direção, a pesquisa desenvolvida por José Romildo de Souza Lemos Júnior (2014) revelou como, nesta sociedade do interior pernambucano, as relações entre chefes e clientes eram também mediadas pelo signo da proteção que os eleitores visavam obter junto a seus chefes políticos desde o início do século XX. Uma prática muito em voga no interior pernambucano deste período era, por exemplo, a intervenção política/jurídica dos chefes locais junto aos órgãos de polícia quando da prisão de seus clientes por pequenos crimes cometidos contra a ordem pública. E isso se estendia até os níveis do poder judiciário o que acabava por converter os chefes políticos locais em espécies de juízes, mas, também, ótimos advogados. Fora do laço social construído pelo clientelismo, entretanto, os indivíduos estavam "condenados" à própria sorte.

redemocratização – ainda pairavam sobre a sociedade local, moldando a cultura política daquela comunidade e a preenchendo com um excesso de passado, a disposição da propriedade privada da terra destoava do modelo mais geral que sedimentou a construção dos grandes latifúndios em regiões como a Zona da Mata e o Sertão pernambucano daquele período. Segundo a autora, as principais atividades produtivas (a agricultura e a pecuária) estavam dispostas num regime de policultura em que a pequena propriedade da terra era a regra. As estruturas de poder, portanto, não encontravam na propriedade privada dos meios de produção sua pedra angular. Daí a insuficiência de certas leituras marxistas de intelectuais brasileiros dos anos de 1960 (Nelson Wernek Sodré, por exemplo) que tentaram feudalizar o mundo rural brasileiro ou definir fronteiras mais ou menos fixas entre rural e urbano, a tradição agrária/oligárquica e a modernização da economia brasileira.

Na pequena cidade do interior pernambucano das décadas de 1960/70, o número de propriedades rurais com até 10 ha de extensão superava, exponencialmente, o número dos estabelecimentos acima de 10 ou 100 ha. Na década de 1970, "76,7% dos estabelecimentos do município têm menos de 5 ha" (BOISVERT, 1973, p.164). Por esta razão, a etnóloga conclui que a propriedade privada da terra assumia a forma predominante do microfúndio. "No município de Agrestina, a terra é ainda mais dividida, já que 91,8% dos estabelecimentos têm superfícies inferiores a 10 ha"[6]. Advém deste cenário, entretanto, o desnível econômico que separa o grande proprietário de terras que orienta todos os esforços produtivos para a pecuária, e o pequeno proprietário que dedica todos os seus esforços na manutenção de uma policultura de subsistência e para o suprimento do mercado interno (feira de rua), e mercados próximos (cidades vizinhas como Caruaru, Palmares e Recife).

Para assegurar a sua existência, o pequeno agricultor divide-se entre as atividades em pequenos roçados, a criação de uma, duas, no máximo três vacas de leite e alguns porcos, e a realização de pequenos serviços remunerados em fazendas maiores. Em períodos de maior escassez, desenvolve outras atividades profissionais, na zona urbana da cidade ou em cidades circunvizinhas. Assiste-se neste momento ao fenômeno da proletarização do mundo rural, fortalecido, naquela comunidade, pela instalação e ampliação, nas décadas de 1980/90, de uma série de pequenas e médias unidades produtivas no ramo da avicultura (BOISVERT, 2007). Essa distância que separa os dois tipos de proprietários (o pequeno agricultor e o fazendeiro doutor) aparece nesta passagem conclusiva realizada pela autora:

> O pequeno agricultor e o grande fazendeiro já não tem nada em comum. O primeiro tem que cultivar um mínimo de 2 a 3ha para sustentar uma família de 5 pessoas, permanecendo indefeso perante as variações climáticas e as flutuações do mercado, de que ele depende estreitamente. Abaixo de 2 ha de culturas, deve contar com outros recursos. Emprega-se como trabalhador

6 *Id. Ibid.*, 147.

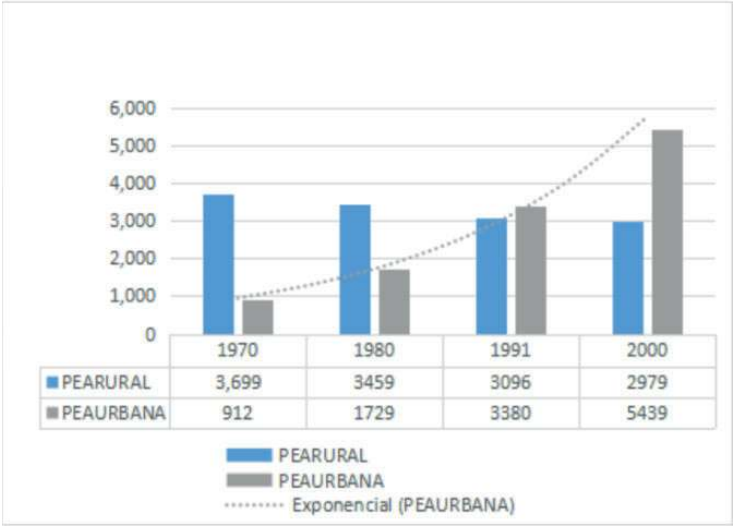
> agrícola no município ou na zona canavieira na época da safra, ou exerce outra atividade: carvoeiro, comerciante ambulante, artesão, etc. Os mais jovens migram para S. Paulo. Ao contrário, o grande fazendeiro, que muitas vezes dispõe de outras fontes de rendas (profissão liberal, alto funcionário) se orienta para uma pecuária comercial. Vive afastado da sua fazenda onde só passa alguns dias de férias ou de fins de semana, e onde recebe amigos da cidade. A atividade pecuária segundo os métodos modernos constitui para ele um investimento seguro e rendoso (BOISVERT, 1973, p. 164).

A proletarização da economia rural é reveladora da absoluta precarização das pequenas propriedades agrárias. O microfúndio não foi o resultado de uma reforma agrária planejada de modo a suprir os pequenos agricultores dos recursos necessários ao desenvolvimento de suas próprias forças produtivas. Os métodos modernos de melhoramento do solo e aplicados genericamente à pecuária são privilégios que cabem apenas ao médio ou grande fazendeiro. Na década de 1960, "quase não se utiliza o arado puxado a bois na área do município. A enxada e a estrovenga, juntamente com a foice e o machado são os únicos instrumentos agrícolas" (BOISVERT, 1973, p. 150). Esse atraso tecnológico refletia, de algum modo, os profundos desníveis econômicos que "separavam" o pequeno agricultor do fazendeiro/doutor; título quase genérico reservado por força da tradição aos senhores da terra e do gado. Título que, segundo as observações da etnóloga, os clientes urbanos/rurais vão empregando também para nomear a pessoa do seu chefe político (BOISVERT, 2007).

A difícil situação econômica dos camponeses da "aldeia" a partir de 1980, resultado de uma proletarização da mão de obra rural impulsionada pelo "boom" da indústria avicultora na região e da precarização das pequenas unidades produtivas voltadas à subsistência (fortalecidos, esses dois fatores, pelo aumento da violência cometida contra a população rural e pelo "fascínio" exercido pelas promessas de uma vida melhor nos centros urbanos) irá impulsar o recrudescimento do êxodo rural. Muitos indivíduos migram para São Paulo, especialmente os jovens, prefaciando a partida também de irmãos, primos e famílias inteiras, engrossando assim o caldo do fenômeno das migrações internas no Brasil da segunda metade do século XX. Outras famílias também trocam o campo pela cidade que vai ganhando novos contornos sociais, políticos e culturais. A cidade, especialmente nas zonas que escapam aos "espigões" e demandam na direção das periferias, vai sendo "tomada" por mais e mais cheiro de carne humana. *"L' insécurité croissante des campagnes chasse les petits producteurs isolés et sans défense vers la ville" e "(...) Les plus pauvres s'installent dans des zones insalubres aux marges de la ville, des favelas"* (BOISVERT, 2007, p. 203).

No gráfico abaixo, podemos analisar um crescimento exponencial da população economicamente ativa na zona urbana da cidade entre 1970-2000, e, inversamente, a diminuição da população rural. Tais informações vão de encontro às observações realizadas pela pesquisadora.

Gráfico 1: População economicamente ativa na cidade de Agrestina



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Se a propriedade privada dos meios de produção não era a pedra angular em que repousava a dominação política, onde, então situar, o cerne dessa questão? A abordagem da pesquisadora oferece algumas pistas. Com base em seus próprios escritos e no diálogo que estabelecemos com outras fontes a tese da autora é de que, concomitantemente ao aumento demográfico que se observa na cidade nas últimas décadas do século XX e a gradativa ampliação e centralização política dos serviços públicos ofertados à população, estes passaram a ocupar esta função estratégica. O que ocorre aqui é a própria instrumentalização dos serviços (e das relações que a clientela estabelece com seus chefes) que, se, por um lado, se tornam essenciais para uma população cada vez maior, por outro, arrocham o nó da ética da troca, apertam cada vez mais os laços que unem as demandas e fantasias da clientela ao Nome próprio em torno do qual todas elas devem gravitar.

A clientela urbana continuará "fiel" a seus chefes, mas passará a exigir com mais intensidade o seu ingresso na condição de membro do corpo burocrático do coração econômico da comunidade - a Prefeitura Municipal - como uma resposta do poder político à palavra empenhada e condição de sua fidelidade. Uma vez estabelecida a ética da troca, a fidelidade do cliente está assegurada, não apenas em termos eleitorais, mas também na defesa sempre vigilante e intransigente da reputação moral dos chefes. Segundo a etnóloga, *"Um exemple de faveur accordée par l'ensemble de la clientèle à son chef est la défense de as réputation, associée à la destruction de celle de l'adversaire, sachant que chaque propôs leur revient aux oreilles, dans une société où le principal leur maximum de l'information reste la parole"* (BOISVERT, 2007, p. 213).

O significante mestre capaz de assegurar a hegemonia das elites políticas urbanas não é a propriedade do grande latifúndio, mas a redistribuição dos recursos do próprio Estado. Com o enfraquecimento de um dos blocos políticos em disputa (resultado de uma série de derrotas eleitorais ao longo de cinco décadas), se enfraqueceu também sua capacidade de organização dos serviços paralelos que disputaram, durante os anos de 1960 e 1970, a atenção da clientela local com aqueles serviços ofertados pelo poder executivo. Nesse contexto de mudança, os prefeitos municipais eleitos passam a figurar como o único elo de ligação entre o "povo" e os recursos estatais que, a partir deste momento, apenas eles são capazes de redistribuir. O clientelismo pode ser agora pensado enquanto um grande sistema que comunica a província à metrópole, o pequeno município aos gabinetes dos poderes federais, às demandas "populares" aos cofres do Estado. Daí a regularidade que ela identifica no discurso político dos chefes das últimas décadas do século XX: a referência sempre constante aos "bens do povo", às "necessidades do povo" e, entre a clientela, o fortalecimento de uma "mentalidade de assistidos" (BOISVERT, 2007). Segundo a autora, o esfacelamento dos sistemas de distribuição paralela de recursos representou, por sua vez, o fortalecimento do poder central; a prefeitura se torna o centro gravitacional da vida coletiva na comunidade. É a nova *Casa Grande* do Agreste contemporâneo.

Segundo a etnóloga, por um lado, isso também fortalece o poder pessoal dos prefeitos eleitos, já que "*la redistribuition est la clé de l' autorité et du prestigie pour le leader. L'absence de redistribution, nous l'avons vu, libère la clientèle de son devoir de fidélité*" (BOISVERT, 2007, p. 214). É a vitória, portanto, do paternalismo e do filhotismo, dois "braços" do clientelismo. Por outro lado, este momento de transição decisiva assinala também para uma reorganização dos antigos laços sociais (novas gerações aparecem, tensionando os antigos enredos da tradição política) e aponta para um momento importante na história política do município em que os clientes passam a pressionar os chefes com suas próprias demandas como garantia da fidelidade. É a vitória da individuação dos destinos da vida coletiva. O pragmatismo da clientela passa a agir, desse modo, como um contra-poder numa realidade social caracterizada pela importância de demandas individuais e/ou familiares. A fidelidade dos clientes com relação aos chefes só muito raramente é gratuita ou se pauta, apenas, pelos laços de sangue; ela será, inversamente, sempre interessada e isto representará mesmo um desafio ao poder estabelecido, sempre pressionado pelas gentes do povo a cumprir a palavra empenhada na ética da troca. O cliente não atendido em sua demanda no presente é um inimigo raivoso nas próximas eleições. Se sua família é numerosa, potencializam-se os efeitos do destrato.

O principal método empregado na redistribuição dos recursos federais e/ou estaduais é, sem dúvida, a incorporação da clientela no corpo burocrático municipal. Uma parcela importante destes recursos chega sob a forma de salário para o funcionalismo público que, por sua vez, encontrará nele a garantia do pão na mesa. Para os chefes políticos eleitos, *"Ses responsabilités municipales lui permettent d'élargir as clientèle et de la fidéliser em octroyant des emplois municipaux"* (BOISVERT, 2007, p. 208). Os clientes agora são zelosos funcionários, são "funcionário patrimoniais" conforme o modelo definido por S. Buarque de Holanda (1995), e sua atuação

direta ou indireta no serviço público passa a ser encarada como uma das únicas possibilidades de ascensão social numa realidade que, apesar do progressivo aburguesamento, mais visível nas últimas décadas do século XX, permanecerá refém das oscilações do mercado de trabalho de cidades mais agitadas e desenvolvidas cujo maior exemplo é a cidade vizinha de Caruaru.

Desse modo, a proletarização do cliente urbano se deu mediante a sua conversão em "funcionário patrimonial"; único meio enxergado pelas elites dirigentes como capaz de garantir algum tipo renda para uma população cada vez maior e órfã de um mercado de trabalho dinâmico e vivo. Este tipo de proletarização que fez do serviço público local o equivalente às fábricas inglesas do século XIX, agirá como principal condição de certa previsibilidade do comportamento eleitoral da população local e, portanto, antecipará, em muitos casos, o próprio resultado das eleições municipais (BOISVERT, 2007, SILVA, 2020). Na contramão daquilo que autores como Edson Nunes (2003, p. 34) denominaram como "insulamento burocrático", isto é, o programa que visava criar, na administração pública brasileira de certo período, "ilhas de racionalidade e especialização técnica" como forma de reduzir o "escopo da arena" em que predominavam os interesses particulares, as relações de parentesco e os ditames do "coração", a urbanização no Brasil mais profundo e o alargamento dos serviços públicos realizará o casamento duradouro entre *burocratização* e *clientelismo*, *funcionalismo patrimonial* e *fidelidade eleitoral.* Com efeito, "a burocracia apoia a operação do clientelismo e suplementa o sistema partidário" (NUNES, 2003, p.33).

Para a Boisvert, um dos únicos meios possíveis de quebrar os efeitos desta "ética da troca" é a recorrência às práticas do ilegalismo político, e, isto porque *"le recours systématique à l'achat des votes par exemple va à l'encontre de la ralation clientaire parce qu'elle détruit l'éthique de l'échange"* (BOISVERT, 2007, p. 213). Por razões óbvias, esse tipo de prática não se aplica aos clientes que avaliariam como um ultrage moral à sua posição diante do líder a simples propositura de tal estratagema. Mas, se para o cliente fiel essa "aposta" fere a ética do laço social construído, o mesmo não se poderia dizer das ovelhas desgarradas do rebanho cuja fidelidade, sempre flutuante aos valores do mercado, será tanto maior quanto maior for o preço da palavra empenhada. Essa é, talvez, a dimensão mais obscura do clientelismo descrito pela pesquisadora francesa e, paradoxalmente, aquela que realmente ameaça e desequilibra permanentemente a ordem (previsibilidade) estabelecida. O grande espectro que ronda a segurança política dos chefes eleitos é a personagem quase "mítica" do homem de fortuna. Tê-lo como inimigo representa uma ameaça real aos lugares sociais ocupados pelos chefes e clientes, por isso, a conquista de seu apoio, simpatia e amizade terá um valor inestimável para os donos do poder.

Na cidade, que vai se urbanizando lentamente e "recebendo" novos moradores com relativa desconfiança, o estrangeiro é lido como potencial ameaça aos papéis desempenhados pelos atores sociais, especialmente pelos membros do serviço público municipal. Nesta passagem conclusiva, a etnóloga assim definiu o sentido destas "novas" relações políticas e o papel cada vez mais importante que a prefeitura municipal passa a desempenhar na construção dos destinos do povo:

> La population urbaine est constitueé ainsi d'anciens es de nouveaux arrivants, plus ou moins assimilés et considérés avec suspicion par les premiers qui tiennent les emplois municipaux. En effet, dans une situation de chômage et de sous-emploi permanent, le plus grand employeur, sion le seul, rest la mairie. D' où l'importance accrue des relations des électeurs avec leurs candidats et le developpment d'une mentalité d'assistés chez les nouveaux arrivants. En l'absence d'industries, le commerce, légal et surtout illégal, est le seul contre-poids économique à la dépendance vis-a-vis des autorités locales. Toutefois cette dépendance économique qui encourage le s'apparente que loin au bipolarisme antérieur, car il y a eu un phénomène d'érosion de l'antagonisme irréversible des deux blocs de la population. Ce ne sont plus les mêmes acteurs et les temps ont cahgé. Les réseaux d'aide à partir de fonds provés ne foncteionnent plus. Seul le maire est en mesure de recevoirt et de redistribuir les ressources dans un système de services unique. La notion de bem do povo, fréquemment mise en avant dans les discours du maire, commence à s'implater dans les mentalitès. Si deux factions s'affrontent encore, c'est principalement en période électorale pour s'emparer de la charge municipale si convoitée. Les éléments qui les composent ne sont plus aussi stables. La frontière invisible est actevée de façon intermittente et seulement chez les vieux habitants, que pratiquent alors l'évitement de parents ou d'amis de l'autre bord. En outre, le bifactionisme, toujours approuvé et stimulé par l'ensemble des acteurs sociaux, entretient chez les clientèles une certaine propension à manipuler les chefs en jouant de leur rivalité pours les exploiter au maximum (o povo explora muito) les gens en profitent beaucoup. Ce phénomène est évidemment une conséquance de l'affaiblessement de l'emprise des élus sur leur électorat, et montre bien la prise de consciense par celui-ci de son contre- pouvoir croissant (BOISVERT, 2007, p. 203).

Ao proceder de modo pragmático, consciente da capacidade que possui para pressionar os donos do poder, a clientela torcia as estruturas de dominação por dentro, fazendo-as funcionar a partir de um cálculo (e de um desejo) que não lhe era imposto do exterior. Enxergava no jogo social do qual não era um ator passivo ou mero espectador desinteressado, a oportunidade de um ganho material efetivo. É o que poderíamos chamar de cidadania narcísica; voltada para si mesma, útil apenas para seu ator e que se estende, no máximo, até os limites do seu núcleo familiar. Estranha e indiferente ao interesse coletivo, esta ferida narcísica na identidade política fabricou uma forma de não-cidadania.

A partir das últimas décadas do século XX, sugere a autora: *"Bipolarisation et bifactionisme ont contribuiè à entretenir une passion: le pari. Les élections offrent l'occasion parmi bien d'autres de partier de grosses sommes ou des biens de valeur: moto, voiture et même Maison*" (COLLETE, 2007, p. 204). As apostas são um fenômeno característico da rotina social dos moradores desta cidade, práticas constantemente acusadas, ao longo das décadas de 1960 e 1980, por membros do poder eclesiástico ou por jornalistas mais conservadores, mas, que, jamais deixaram de existir às margens dos olhares e ações policiais (SILVA, 2020). O que o fenômeno das eleições municipais realiza ao potencializar os efeitos (e valores) das apostas firmadas entre os clientes é apenas revelar a força de um ritual social já inscrito nas práticas cotidianas da população.

Os clientes/apostadores enxergavam nas eleições municipais, portanto, a oportunidade concreta de aumentar a própria "fortuna". Como em toda aposta, a derrota estava sempre presente, e, se avaliarmos os valores empenhados, não é difícil dimensionar o forte impacto psicológico que ela deve ter desempenhado para aqueles indivíduos que perderam seus bens. Para o perdedor, a perda do bem sempre potencializada pela chacota realizada pelos vencedores, pouco diplomáticos na arte do jogo, especialmente com os chefes e clientes derrotados nas eleições cujos resultados eram sempre acompanhados pelas festas com orquestra musical, marchas carnavalescas satíricas, provocações, desmoralização e outras formas de violência simbólica retroalimentadas pela fartura em cachaça e os efeitos psicológicos da catarse (BOISVERT, 2007; SILVA, 2020). Nesta sociedade do jogo, os apostadores derrotados não perdem apenas o bem ou a quantia empenhada na aposta, mas o sossego. Nesta sociedade, a vergonha e o orgulho é também o combustível que alimentará um ostracismo voluntário que se repete a cada quatro anos (SILVA, 2020).

Além disso, entre as duas últimas décadas do século passado e a primeira década de nosso século, o perfil dos chefes se alterou significativamente mantendo, contudo, alguns vestígios do antigo sistema vigente em períodos anteriores. O chefe já não é um grande proprietário de terras. As terras, "desvalorizadas", já não são capazes de garantir o poder políticos às elites locais. São devotadas ao lazer, `as reuniões da gente graúda, e, mais recentemente, palco para o espetáculo das chácaras que recebem constantemente a visita da clientela mais "fiel" a seu proprietário. Ele é agora o homem de negócios, médio ou grande empresário, que ingressa neste jogo político local geralmente na condição de herdeiro dos antigos Nomes do poder. A nova virtude dos chefes políticos locais, que deve ser apreciada por todos os clientes, é sua capacidade empreendedora. Ele não é mais o antigo coronel, e em nada lembra os senhores "feudais" das terras úmidas e férteis dos engenhos da Mata Sul; ele é agora *o homem de negócios* (BOISVERT, 2007).

A modernização da administração pública e a especialização do trabalho vai definindo, por sua vez, a necessidade de uma descentralização dos poderes e de um alargamento das funções de gerência e controle, e, por extensão, a criação de uma extensa rede de ocupações públicas subalternas. O aumento demográfico prefacia o progressivo desenvolvimento do sistema produtivo que é este grande organismo chamado serviço público municipal. Os prefeitos dividem com uma burocracia cada vez

mais "especializada" (contudo não necessariamente técnica) o controle da máquina pública e, apesar do enorme poder decisório e prestígio que ainda possuem, já não são os únicos protagonistas desta teatralização do social. Tão importante quanto o nome próprio é a burocracia que o acompanha; ligada ao nome certamente por laços afetivos e orientada mais ainda por uma fidelidade canina e estratégica.

Para se manter no poder e convencer aquela parte do social que Jacques Rancière (1996) denominou como a "parcela dos sem parcela" isto é (no nosso caso), os grupos sociais não abraçados pela indústria do serviço público municipal e, por esta razão, silenciados e "tímidos" no meio da multidão, será preciso jogar com a psicologia do povo e não apenas cristalizar em torno de si o conjunto das demandas mais imediatas da clientela. Para assegurar a hegemonia, caberá ao chefe político fazer do espaço, sobretudo, urbano, um eterno canteiro de obras. Por isso, nas últimas décadas do século XX "*il fait construire des abattoirs, des halles à la viande, aux legumes secs et à la farine de manioc; il aménage la place centrale pour embellir la ville et flatter l'amour-propre de ses administres*" (BOISVERT, 2007, p. 208). Advém desta preocupação constante com a "beleza" da praça central, a moderna (e estratégica) renovação de suas formas, linhas, contornos e cores *ad aeternun.* Não que a praça o requeira, pois à despeito de sua beleza, ela será sempre objeto de um investimento político. E o que serve para as praças, se aplicará também aos prédios públicos, especialmente quando da ocasião das alternâncias do poder executivo, geralmente acompanhadas por um desejo profundo dos vencedores em mudar as cores da cidade, numa tentativa desesperada de apagar os rastros políticos deixados na paisagem por seus adversários. As cores do "partido" e o número de suas legendas preenchem o vazio deixado pelas ideologias políticas que, nestas paisagens, nunca se constituíram sob a forma de um projeto.

4. Conclusões

A pesquisa de Boisvert parece lançar luz sobre um tipo de "clientelismo" periférico e urbano que se instalou às margens dos grandes sistemas de dominação política que vigoraram no Brasil durante a vigência do Regime Militar. Um "clientelismo" encravado no seio de um Brasil com pretensões de modernidade, progresso e civilidade. Um "clientelismo" gestado numa região do país em que as distinções entre urbano e rural, público e privado, tradição e modernidade não eram tão visíveis. Um "clientelismo" que beberá na fonte da máquina pública, produzindo burocracia própria, arregimentando uma clientela fiel que gravitará *ad aeternum* em torno do coração econômico da sociedade local: a Prefeitura Municipal, pressionada, entretanto, pelo impulso venoso de gabinetes de instituições filantrópicas ou privadas, ora ameaçadoras da saúde daquele organismo, ora revigorantes, complementares, vitais.

O clientelismo apresentado a nós por Boisvert operaria como fator de unidade, de coesão social. Há algo de verdadeiramente durkheimiano na leitura deste fenômeno político, na medida em que essa rede de dependência mútua e de laços de solidariedade entre as classes sociais garantiria certa estabilização das forças em jogo, impedindo, deste modo, a irrupção da anomia, da convulsão social. Mas há, igualmente, algo de

verdadeiramente conservador nesse conjunto de práticas de dependência mútua que parece unir chefes e clientes, pois ela inviabiliza a ocorrência de mudanças estruturais na sociedade. É aqui que a Província encontra a Metrópole, isto é, o momento em que o local toca o global de maneira mais clara. Na medida em que essas redes de dependência mútua impedem processos de convulsão social, elas passam a funcionar, talvez não conscientemente, primeiro como pilares de sustentação para o Regime Militar brasileiro; depois, como a própria máscara política e social de uma falsa emancipação prometida no contexto da redemocratização do país.

Daí a constatação de que o clientelismo não representava nenhuma ameaça à hegemonia política daqueles que golpearam a democracia em 1964, muito menos permitiu a ruptura com a velha política tão prometida pelas vozes democráticas que promulgaram a Constituição Federal de 1988. Com efeito, "o clientelismo se manteve forte no decorrer de períodos democráticos, não definhou durante o período do autoritarismo, não foi extinto pela industrialização e não mostrou sinais de fraqueza no decorrer da abertura democrática" (NUNES, 2003, p.33). O clientelismo, como insistia José Murilo de Carvalho (1998), é uma característica que no Brasil remonta ao período da colonização e se inscreve nas malhas do tempo do presente vivo. Com a redemocratização do país, a "ética da troca" descrita pela autora continuará a ditar as regras do jogo nesta pequena cidade do interior pernambucano, e uma rápida observação sociológica poderia atestar facilmente que nenhuma força política foi capaz de alterar este quadro que segundo a autora imprimiu sua marca na cidade ao longo de meio século. Dialogando com o pensamento social brasileiro, mas jamais com o objetivo de reificá-lo, Boisvert produziu um diagnóstico da realidade política no interior pernambucano que diz muito sobre a história do tempo presente de muitas cidades espalhadas neste Brasil profundo e, sob muitos aspectos, ainda pouco conhecido por muitos de nós.

Referência

ARIÈS, Philippe. ***História da Morte no Ocidente***. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BOISVERT, Colette Callier. Pouvoir local et clientèle dans un municipe l'Agreste du Pernambouc (Nord-est du Brésil). ***In*:** LÉCRIVAIN, *Valérie. Clientèle guerrière, clientele foncière et clientele électorale: Histoire et anthropologie*. Paris, Sociètés EUD, 2007, pp.199-218.

BOISVERT, Colette Callier Apontamentos para um Estudo de Economia Agrária num Município da Zona Agreste de Pernambuco: Agrestina. ***Ciência e Trópico***, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Vol.1, n. 1, jan/jun, p. 143-172, 1973.

BOISVERT, Colette Callier. Evolução sócio-econômica de um município da micro-região agreste meridional: Agrestina, 1966/1978. ***Ciência e Trópico***, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Vol.7 (1), jan/jun, pp. 105 -136, 1979.

BOISVERT, Colette Callier. ***Dynamiques de l'interaction chercheur/terrain: un demi-siècle d'observation ethnographique dans l'agreste du Pernambouc.*** (2014) Disponível em: https://journals.openedition.org/bresils/893. Acesso em: 8 de out. 2021.

BOISVERT, Colette Callier. ***Soajo entre migrações e memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada***. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2004.

BRASIL. ***Dados estatísticos donstituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA.*** Disponível em: http://ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 5 de out. 2021.

CAMUS, Albert. ***O estrangeiro***. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. ***Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual***. Dados [online]. 1997, v. 40, n. 2 [Acessado 8 Outubro 2021], pp. 229-250. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003. Epub 30 Out 1998.

CERTEAU, Michel de. ***A escrita da História***. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. ***A invenção do cotidiano***. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ELIAS, Nobert. ***A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realiza e da aristocracia de corte.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Sónia. "Nos trilhos da ruralidade brasileira e portuguesa: uma biografia intelectual de Colette Callier–Boisvert", in Bérose - ***Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie***, Paris, 2019.

FREYRE, Gilberto. ***Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano***. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. ***Nordeste***. São Paulo: Global, 2013.

FOUCAULT, Michel. ***A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970***. São Paulo: Loyola, 2014

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. ***Periódico Diário de Pernambuco***, edições de 1960 a 1980. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.Acesso em: 6 out. 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. ***Raízes do Brasil***. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. ***A invenção do Nordeste e Outras artes***. São Paulo: Cortez, 2009.

JÚNIOR, José Romildo Souza Lemos. Família, poder e representações: tramas do cenário político agrestinense no contexto da experiência democrática (1947-1969). 2014. 113 f. ***Dissertação*** (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

LEAL. Victor Nunes. ***Coronelismo, enxada e voto:*** O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NUNES, Edson. ***A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO. ***Livro Tombo,*** nº 3, Agrestina-PE.

PERROT, Michele. ***Minha história das mulheres***. São Paulo: Contexto, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. ***O desentendimento***. São Paulo: Editora 34, 1996.

REZENDE, Maria José de. ***A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade:*** *1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

SECRETARIA DE CULTURA. ***Acervo iconográfico***. Prefeitura Municipal de Agrestina-PE.

SILVA, Jefferson Evânio da. ***Religião e Política na Terra da Mazuca:*** discursos, práticas e palanques eleitorais (1960 -1980). São Paulo: Paco editorial, 2020.

SHUTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em Psicologia Social. ***Revista Espaço Acadêmico****, Maringá,* n. 113, out/dez, pp. 117-129, 2010.

Lutas feministas e enfrentamento às desigualdades e às violências sofridas pelas mulheres no Brasil

Feminist struggles and confrontation of inequalities and violence suffered by women in Brazil

Luchas feministas y enfrentamento de las desigualdades y la violencia que sufren las mujeres en Brasil

Aparecida da Silva Xavier Barros[1]
Thelma Panerai Alves[2]

Resumo

BARROS, Aparecida da Silva Xavier; ALVES, Thelma Panerai. Lutas feministas e enfrentamento às desigualdades e às violências sofridas pelas mulheres no Brasil. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 115-130, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art6

O artigo apresenta uma discussão teórica sobre a importância do feminismo como força política fundamental na busca por igualdade nas relações de gênero e no enfrentamento às violências sofridas pelas mulheres no cenário brasileiro atual. Para isso, inicialmente, tomamos como horizonte a importância das lutas feministas para discutir a questão do suposto fim do feminismo e sua reconfiguração. Na sequência, trazemos um breve histórico das ondas feministas, destacando seus objetos de estudo e reivindicações. Nesse debate, também procuramos dar visibilidade à questão da violação dos direitos das mulheres, visto que são a maioria das pessoas que sofrem violência de gênero em nosso país. Por fim, observamos que, em um momento de retrocesso político no qual muitas conquistas sociais no campo da afirmação dos direitos das mulheres estão sob ameaça, a relevância deste debate está relacionada à problematização de alguns aspectos da luta das mulheres para efetivação e manutenção de direitos.

Palavras-chave: Feminismo. Ondas feministas. Direitos das mulheres. Justiça social. Violência de gênero.

Abstract

BARROS, Aparecida da Silva Xavier; ALVES, Thelma Panerai. Feminist struggles and confrontation of inequalities and violence suffered by women in Brazil. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 115-130, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art6

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica (EDUMATEC)/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: aparecidaxbarros@hotmail.com http://orcid.org/0000-0003-1761-7333

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica (EDUMATEC)/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: tpanerai@gmail.com. http://orcid.org/0000-0001-5357-5869

The article presents a theoretical discussion about the importance of feminism as a fundamental political force in the search for equality in gender relations and in confronting the violence suffered by women in the current Brazilian scenario. To this end, we initially take as our horizon the importance of feminist struggles to discuss the issue of the supposed end of feminism and its reconfiguration. In the sequence, we bring a brief history of the feminist waves, highlighting their objects of study and claims. In this debate we also try to give visibility to the issue of women's rights violation, since they are the majority of people who suffer gender violence in our country. Finally, we observe that, in a moment of political setbacks in which many social conquests in the field of women's rights are under threat, the relevance of this debate is related to the problematization of some aspects of women's struggle for the enforcement and maintenance of rights.

Keywords: Feminism. Feminist waves. Women's rights. Social justice. Gender violence.

Resumen

BARROS, Aparecida da Silva Xavier; ALVES, Thelma Panerai. Luchas feministas y enfrentamento de las desigualdades y la violencia que sufren las mujeres en Brasil. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 115-130, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art6

El artículo presenta una discusión teórica sobre la importancia del feminismo como fuerza política fundamental en la búsqueda de la igualdad en las relaciones de género y en el enfrentamiento de la violencia sufrida por las mujeres en el actual escenario brasileño. Para ello, tomamos inicialmente como horizonte la importancia de las luchas feministas para discutir la cuestión del supuesto fin del feminismo y su reconfiguración. En la secuencia, traemos una breve historia de las olas feministas, destacando sus objetos de estudio y reivindicaciones. En este debate también buscamos dar visibilidad al tema de la violación de los derechos de las mujeres, ya que son ellas las que mayoritariamente sufren la violencia de género en nuestro país. Por último, señalamos que, en un momento de retroceso político en el que muchas conquistas sociales en el ámbito de los derechos de las mujeres se encuentran amenazadas, la relevancia de este debate está relacionada con la problematización de algunos aspectos de la lucha de las mujeres por el cumplimiento y mantenimiento de los derechos.

Palabras clave: Feminismo. Olas feministas. Derechos de la mujer. Justicia social. Violencia de género.

1. Considerações iniciais

O feminismo ou de modo mais exato os vários feminismos – tendo em vista que se trata de um movimento plural que se nutre da contribuição de mulheres e homens de diferentes origens sociais, etnias, orientações sexuais e identidades de gênero – "defendem a igualdade de direitos entre homens e mulheres" (YANNOULAS; VALLEJOS; LENARDUZZI, 2000, p. 426). No dizer de Carla Rodrigues (2016, *online*), "o fazer feminista diz respeito a enfrentar a diferença sexual que marca o feminino como elemento de inferiorização – na sociedade, na cultura, no mercado de trabalho e no campo simbólico em geral – em relação ao masculino".

Dessa maneira, será sempre importante lembrar do esforço da primeira onda feminista ao procurar "desconstruir inúmeras formas de instituições e relações patriarcais no seio das quais se mantinham e se reproduziam estratégias de dominação masculina" (MATOS, 2008, p. 338), e que, apesar disso, o que acabou "por 'restar' para o senso comum e mais rasteiro desse primeiro e corajoso movimento foi a sua própria descaracterização", completa a autora. Não é demais rememorar que, naquele momento, "o feminismo passou a ser equiparado pelas 'forças hegemônicas' que o pretendiam deslegitimar com várias categorias degradantes ao ser mulher: 'mal-amadas', 'infelizes', 'malcheirosas', 'feias' *and so on*...", prossegue a autora.

O artigo apresenta uma discussão teórica sobre a importância do feminismo como força política fundamental na busca por igualdade nas relações de gênero e no enfrentamento às violências sofridas pelas mulheres no cenário brasileiro atual. Trata-se de uma revisão bibliográfica, que lançou mão de referências relativas aos estudos de gênero e de fontes públicas na internet.

O texto encontra-se organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais: na primeira, tomamos como horizonte a importância das lutas feministas para discutir a questão do suposto fim do feminismo e sua reconfiguração; na segunda parte, trazemos um breve histórico das ondas feministas, destacando seus objetos de estudo e reivindicações; na terceira parte do texto, focalizamos o papel "dos feminismos" no enfrentamento às violências sofridas pelas mulheres no contexto contemporâneo brasileiro.

2. As lutas feministas e a busca por igualdade nas relações de gênero

O feminismo emerge em múltiplas lutas por meio do trabalho de mulheres e homens feministas atuantes nas movimentações das ruas, nas organizações não-governamentais, nos setores acadêmicos, nos governos, nos movimentos sociais. No entanto, conforme aponta Mary Hawkesworth (2006), um fenômeno estranho acompanha o crescimento do movimento: a declaração recorrente da sua morte. Segundo a autora, desde os anos de 1970, jornalistas, acadêmicos e mesmo algumas acadêmicas feministas têm declarado o fim do feminismo. Exatamente como fez Veronica Geng, em novembro de 1976, no ensaio intitulado *Réquiem para o movimento de mulheres*.

Hawkesworth (2006) afirma que, de acordo com o texto de Geng, as causas da morte do feminismo foram inúmeras: o movimento feminista tinha perdido seu ponto de apoio ao distanciar-se das mulheres americanas e abandonar seu propósito original, "a conscientização, a política confrontacional e a organização de mulheres" (HAWKESWORTH, 2006, p. 740). Além disso, tinha se faccionalizado, passando a se constituir por

> indivíduos e grupos altamente especializados, cada um cultivando seu misterioso pedacinho de terra com tal profundidade de forma a mistificar e rejeitar quaisquer generalistas interessados que perambulam em busca de uma forma de contribuir com os objetivos maiores da liberação das mulheres. (GENG, 1976, p. 53 apud HAWKESWORTH, 2006, p. 741).

Mais adiante, Hawkesworth (2006) critica a narrativa de Geng:

> O que os cientistas sociais caracterizam como divisão e especialização do trabalho, essenciais ao crescimento a longo prazo das organizações, Geng descreve como fragmentação e dissolução. O que as feministas reconhecem como uma lição duramente aprendida (que a descentralização das mulheres ocidentais de classe média, brancas; o reconhecimento das múltiplas vozes dentro do movimento; o apoio às prioridades das mulheres de cor e mulheres do sul global; e o combate ao racismo, homofobia, heteronormatividade e imperialismo cultural foram cruciais para o cultivo de um feminismo internacional inclusivo). Dessa forma, tal estrutura familiar para o desaparecimento do feminismo carrega uma moral clara. Modos de ativismo feminista que desafiam os limites fixados pela cultura dominante nos Estados Unidos devem ser banidos do mundo dos vivos. (HAWKESWORTH, 2006, p. 742).

Hawkesworth (2006) também analisa algumas hipóteses contidas em outros trabalhos para o "passamento do feminismo": uma "extinção evolucionária", uma "seleção natural", a "sobrevivência do mais capaz", ou seja, visões pós-feministas, dotadas de uma forte convicção de que o movimento estava extinto ou logo se extinguiria. Sob tal perspectiva, o feminismo teria sido "transcendido, ocluído, ultrapassado" pelo pós-feminismo, que seria tanto "um marcador de tempo" quanto de "espaço". Contudo, na visão da estudiosa, o enterro em vida do feminismo, muito antes de as feministas terem alcançado as transformações sociais que almejaram, "é um convite ao repúdio da igualdade sexual e da justiça de gênero, a aceitar as relações de poder assimétricas entre homens e mulheres como a ordem natural das coisas" (HAWKESWORTH, 2006, p. 754).

As pesquisadoras Carla Gomes e Bila Sorj, no artigo *Corpo, geração e identidade*, também tratam das evocações midiáticas[3] de desaparecimento/morte do movimento feminista, que "teria perdido a razão de ser e se tornado pouco atraente para as novas gerações" (GOMES; SORJ, 2014, p. 433). Curiosamente, as causas que foram apontadas são variadas e, ao mesmo tempo, opostas: "enquanto para alguns a 'crise' do movimento é explicada por seu fracasso em alcançar os objetivos almejados ou em manter sua 'integridade' ideológica, para outros, é o seu extraordinário sucesso que o torna agora dispensável", completam as autoras. Ademais, "há também quem considere que o sucesso do feminismo foi longe demais: trouxe sobrecarga de responsabilidades às mulheres e desorientação aos homens, que não sabem mais que papel devem desempenhar..." (GOMES; SORJ, 2014, p. 434).

Em contraposição à noção de "crise", "desaparecimento" ou "morte" do feminismo, várias evidências sustentam a vitalidade do movimento na contemporaneidade e sua presença ativa, inclusive, na sociedade brasileira, como descreve Gomes (2017, *online*):

> A trajetória de participação de feministas em organizações sindicais, que começa de forma marginal na década de 1980, se consolida nos últimos anos com a proliferação de secretarias, departamentos e coletivos de mulheres, pressionando pela igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e no sindicalismo. Entre os sindicatos rurais, também é notável a difusão do ideário feminista. Em sua quinta edição em 2015, a Marcha das Margaridas, organizada por entidades sindicais da agricultura, reuniu em Brasília mais de cem mil trabalhadoras. [...] Importante mencionar também a Marcha Mundial de Mulheres, organização que vem atuando como importante articuladora do chamado "feminismo popular", ao promover núcleos feministas dentro de sindicatos, partidos e movimentos populares. (GOMES, 2017, *online*).

Notadamente, o feminismo e os movimentos sociais em geral apresentam configurações históricas mutáveis, caráter processual e heterogêneo (GOMES, 2017, *online*). Nesse sentido, a reconfiguração do movimento feminista apresenta alguns traços peculiares, como, por exemplo, o uso em massa de redes sociais e das tecnologias. Como também pontuam Fernandes, Santos e York (2021, *online*), "no cenário social hiperconectado em que vivemos, a comunicação, as interações humanas, as mediações culturais e as autorias e tessituras de mulheres movimentam as redes sociais". No entanto, não apenas a elas.

3 As autoras mencionam que a revista Veja publicou em 2006 um número especial intitulado *O que sobrou do feminismo*, no qual "reconhece que o feminismo foi motor de profundas mudanças na vida ocidental cotidiana", mas não conseguiu "desfazer as grandes desigualdades de gênero, especialmente as que perpassam a divisão sexual do trabalho, teria perdido a capacidade de mobilizar mulheres". Também foi responsabilizado "por provocar nas mulheres um individualismo exacerbado, o feminismo estaria hoje reduzido a 'uma superexposição da sexualidade' das mulheres, que reproduzem 'posturas tipicamente masculinas' e se comportam como 'predadoras' sexuais" (GOMES; SORJ, 2014, p. 433).

> Dos incontáveis coletivos de mulheres negras aos grupos de lésbicas e bissexuais; das mulheres "periféricas" e "faveladas" aos coletivos de mães e de estudantes universitárias e secundaristas; dos grupos de jovens grafiteiras, MC's, funkeiras e skatistas às mulheres do teatro popular ligados aos movimentos de esquerda; das poetas, blogueiras e atrizes às cooperativas de mulheres e pequenas empresárias, e até blocos de carnaval exclusivamente femininos. Esta miríade de atores se organiza e se expressa tanto nos espaços físicos, como também na internet, onde a polifonia de blogs e portais de notícias, canais no Youtube e páginas do Facebook é quase ensurdecedora. Mais do que uma ferramenta de organização, a internet é uma extensão do campo feminista. (GOMES, 2017, *online*).

Em geral, os coletivos feministas apresentam caráter horizontal, isto é, funcionam "sem hierarquias e divisão de cargos, apenas divisão de tarefas" e são autônomos, abrigando uma pluralidade de feminismos chamados de: feminismo negro, feminismo gay, feminismo classista, entre outros (PEREZ; RICOLDI, 2018). Tendo dito isso, na próxima seção, direcionamos nossa discussão para debates que colocam ainda mais em evidência o modo como o feminismo está "sempre se inserindo em cada vez mais espaços, com variadas agendas, modos de organização interna e repertórios" (GOMES, 2017, *online*), demonstrando que está muito vivo, "em toda parte", mas sem ser homogêneo "em lugar nenhum".

3. Ondas feministas: objetos de estudo e reivindicações

A metáfora das ondas tornou-se uma forma de descrever e distinguir o "ponto alto" ou de maior força de certas lutas, pautas ou momentos históricos específicos do feminismo a partir do século XIX (ZIRBEL, 2021). Contudo, não é unânime a ideia de que essa metáfora seja realmente útil para narrar as movimentações feministas, como explica Constance Grady (2018, *online*), uma vez que ela pode sugerir que o feminismo dominante é único ou que cada onda representa uma agenda unificada de reivindicações e discussões, o que pode levar à suposição de que não há continuidade entre as ondas.

O que se convenciona como primeira onda é a movimentação de mulheres ocorrida no final do século XIX e início do século XX. Ela foi formada aos poucos na Europa, nas Américas e em outros países. Suas pautas contemplavam desde a denúncia da opressão à mulher, imposta pelo patriarcado, até a luta pela igualdade de direitos civis, educativos e políticos, como o direito ao voto (sufrágio) e à representação nos parlamentos. É comumente aceita a ideia de que suas protagonistas eram mulheres instruídas, oriundas das classes mais altas. No entanto, outras feministas, como as mulheres negras e pobres, por exemplo, desde sempre reivindicaram e atuaram, mas sofreram com a falta de visibilidade (ZIRBEL, 2021) – "vozes esquecidas", como nos

lembra Djamila Ribeiro (2017), pois há muito tempo falavam, mas suas pautas não eram consideradas relevantes para o feminismo hegemônico.

Na segunda onda, delimitada entre as décadas de 1960 e 1980, o pensamento dominante feminista postulava que seria necessário romper as barreiras que impediam o acesso das mulheres ao mundo público. Vários grupos de conscientização e atividades coletivas foram organizados para apoiar mulheres de todo o mundo e motivá-las a lutar por melhores condições de vida. Nas pautas constavam temas como: anticolonialismo, luta antirracista, trabalho doméstico, creches, licença-maternidade, lesbianismo, direitos reprodutivos, violência doméstica, assédio, estupro, entres outros, como esclarece Ilze Zirbel (2021). Porém, assim como ocorreu durante a primeira onda, as mulheres negras e da classe trabalhadora, entre outras, não foram vistas como protagonistas.

O contexto que marca o feminismo "pós-moderno" é conhecido como terceira onda do feminismo. Segundo Zirbel (2021), há controvérsias sobre a periodização e caracterização dessa movimentação, o que implica a existência ou não de uma quarta onda. "De qualquer forma, no início do século XXI tornou-se perceptível, em vários pontos do globo, uma nova onda feminista, seja ela a terceira ou a quarta onda, e cujos efeitos e rumos ainda não são de todo conhecidos" (ZIRBEL, 2021, p. 12). Nesse cenário, diferentes indivíduos, grupos, pautas, estratégias fomentaram o debate, evidenciando a grande diversidade do feminismo. Nas palavras da autora:

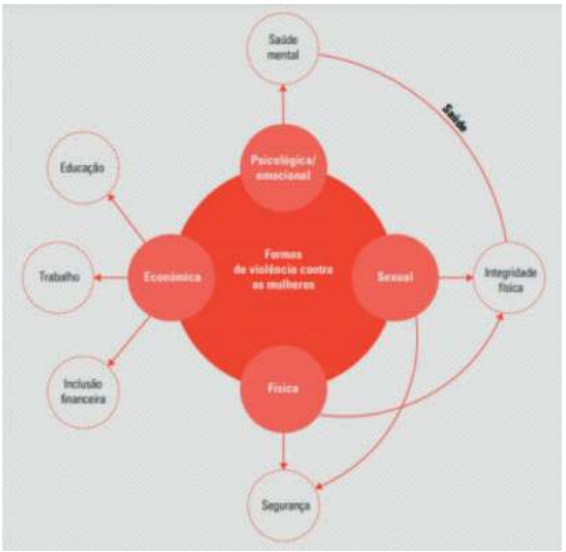
> É possível dizer que, com o avanço das novas tecnologias da comunicação, esses grupos conquistaram maior visibilidade no início da década de 1990, ao lado das feministas brancas e de classe média que as mídias tradicionais colocavam em evidência. Além disso, as ferramentas conceituais elaboradas na década anterior, como os conceitos de gênero, interseccionalidade, consubstancialidade do poder, conhecimento situado, e vários outros, ultrapassavam as barreiras da academia, onde haviam sido cunhados. Questões que eram pensadas em pequenos grupos (como os problemas atrelados ao capacitismo e ao etarismo ou enfrentados por pessoas trans e feministas comunitaristas e indígenas) entraram na pauta de variados grupos de feministas. (ZIRBEL, 2021, p. 22).

Na virada do século XX para o XXI foi percebida "uma forte presença do feminismo em todos os continentes e uma forte atuação de feministas jovens, muitas delas engajadas nas mídias sociais" (ZIRBEL, 2021, p. 22). Ainda segundo Zirbel, nesse período, pautas antigas foram acentuadas (o acesso à educação, ao saneamento, ao aborto seguro, ao divórcio, à mobilidade básica, dentre outros direitos), mas foi necessário também continuar lutando por direitos mínimos de cidadania como, por exemplo, a luta contra a exploração, a violência física e psicológica, o feminicídio, a discriminação no trabalho, as jornadas duplas ou triplas, os privilégios masculinos.

4. "Feminismos" e enfrentamento às violências sofridas pelas mulheres no contexto contemporâneo brasileiro

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2019, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as normas sociais tradicionais incentivam diversas formas de violência contra as mulheres (Figura 1).

Figura 1: As normas sociais tradicionais incentivam diversas formas de violência contra as mulheres



Fonte: PNUD; RDH (2019, p. 168)

As normas sociais são "sustentadas pelos indivíduos e pelos respetivos grupos de referência são valores, crenças, atitudes e práticas que afirmam as dinâmicas preferenciais de poder no contexto das interações entre os indivíduos e as instituições" (PNUD; RDH, 2019, p. 152). Portanto, segundo o documento, "enquanto construções, numa acepção mais ampla, as normas são aplicadas mediante crenças, atitudes e práticas". Com outros termos,

> as normas sociais discriminatórias e os estereótipos reforçam as identidades associadas aos gêneros e determinam as relações de poder que condicionam o comportamento das mulheres e dos homens de formas que geram desigualdade. As normas influenciam as expectativas quanto aos comportamentos masculinos e femininos considerados socialmente aceitos ou mal vistos. Afe-

> tam, assim, diretamente as escolhas, liberdades e capacidades dos indivíduos. (PNUD; RDH, 2019, p. 152).

Sendo assim, "o desenvolvimento humano das mulheres depende de fatores socioeconômicos favoráveis, como a capacidade de prosseguir uma carreira, alcançar a estabilidade do rendimento e auferir vencimentos comparáveis aos dos homens" (PNUD; RDH, 2019, p. 167). E, mais ainda, exige "normas positivas quanto ao gênero e a ausência de discriminação, com leis que previnam a desigualdade de tratamento, o assédio e a violência contra as mulheres". Neste sentido, prossegue afirmando que "a educação, os direitos reprodutivos e a participação política são ativos cruciais em todos estes domínios, ao passo que o direito à segurança humana é fundamental".

Normas sociais discriminatórias têm "poder suficiente para impedir que as mulheres reivindiquem os seus legítimos direitos, devido à pressão para corresponderem às expectativas sociais" (PNUD; RDH, 2019, p. 158). Apesar dos avanços das últimas décadas, em nossa sociedade ainda reverbera um "modelo" de mulher ideal. Na reportagem *Bela, recatada e "do Lar"*, publicada em 2016 pela revista Veja, em edição extra nº 2474, a respeito de Marcela Temer, que se tornou primeira-dama do Brasil 136 dias após essa publicação, percebe-se que, ao colocar essa discussão (machista) em pauta, "a revista expôs o comportamento que [ainda] se espera que as mulheres tenham nesse país, e usou [propositalmente] a imagem de Marcela como padrão de um comportamento retrógrado ditado por uma sociedade conservadora" (FREITAS, 2017, p. 33).

Normas sociais discriminatórias persistentes ditam papéis sociais e relações de poder no seio da sociedade (PNUD; RDH, 2019). Em novembro do ano passado, em meio à comoção nacional em torno da morte de Marília Mendonça, o colunista e historiador Gustavo Alonso (2021), autor do artigo intitulado *Marília Mendonça, rainha da sofrência, não soube o que é o fracasso*, fez observações inoportunas, desrespeitosas e preconceituosas a respeito da aparência da cantora. Talvez ele não tenha pesquisado suficientemente sobre esse tema antes de escrever, uma vez que desconsiderou que há muita coisa envolvida no ato de 'brigar" (ou "não brigar") com a balança. Porém, é mais provável que ele não tenha se preocupado em expressar um tipo de preconceito que está impregnado na mente de muitas pessoas. Ficou comum associar a magreza como sinônimo de beleza. Concordamos, portanto, com Naomi Wolf (1992) quando ela diz que

> reconhecemos implicitamente que, sob o domínio do mito, os nossos corpos não pertencem a nós, mas à sociedade, que a magreza não é uma questão de estética pessoal e que a fome é uma concessão social exigida pela comunidade. Uma fixação cultural na magreza feminina não é uma obsessão com a beleza feminina, mas uma obsessão com a obediência feminina. Os regimes das mulheres passaram a ser o que Judith Rodin, psicóloga de Yale, chama de 'obsessão normativa'[...] (WOLF, 1992, p. 247).

Normas sociais também podem perenizar a violência contra as mulheres (PNUD; RDH, 2019). No Brasil, segundo o documento *Violência contra mulheres em 2021*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), ocorreram um total de 1.319 feminicídios em 2021, ou seja, uma mulher foi vítima de violência doméstica ou familiar a cada 7 horas. Todavia, foi verificado um recuo de 2,4% no número de vítimas registradas em relação ao ano de 2020. Chama à atenção, segundo o levantamento, que em 2021 ocorreu a retomada do crescimento de registros de estupros de vítimas do gênero feminino no país (embora os números não tenham voltado ao patamar anterior à pandemia): de 61.531, em 2019, para 54.116, em 2020, e 56.098 em 2021. Isto significa que, no ano passado, "uma menina ou mulher foi vítima de estupro a cada 10 minutos, considerando apenas os casos que chegaram até as autoridades policiais" (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 8).

Os dados citados, que foram antecipados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, não trouxeram informações sobre casos de violência contra as mulheres negras. Porém, segundo dados do 15° Anuário Brasileiro de Segurança Pública (CERQUEIRA *et al*, 2021), entre 2009 e 2019, o total de mulheres negras vítimas de homicídios passou de 2.419 vítimas, em 2009, para 2.468, em 2019 (aumento de 2%). Enquanto isso, o número de mulheres não negras assassinadas passou de 1.636 mulheres mortas, em 2009, para 1.196, em 2019 (queda de 26,9% no mesmo período), demonstrando que a violência contra as mulheres não atinge da mesma maneira todas as mulheres brasileiras (CARNEIRO, 2017).

Segundo Carneiro (2017, p. 22), "a Lei Maria da Penha é uma histórica conquista do movimento feminista brasileiro". Ela "trouxe dois grandes avanços para a sociedade brasileira: no campo simbólico da cultura e judicial", como afirma Denise Dora, sócia-fundadora da ONG Themis – Gênero e Justiça (GOMES, 2016, *online*). Contudo, há, de acordo com Dora, a necessidade de melhoria da rede de proteção à mulher vítima de violência, pois ela não consegue sair dessa situação sem ajuda do Estado. Chegar à Justiça é um passo importante, mas a solução do problema não deve recair sobre a mulher.

Existe carência de centros de referência, casas abrigos para as mulheres em situação de violência e risco de morte, assim como programas de reinserção no mercado de trabalho, visto que que boa parte dessas mulheres desenvolvem relações de dependência econômica com seus agressores. "Além disso, Dora afirma que para contornar o problema da violência contra a mulher é essencial que homens conversem com homens no sentido de refutar valores machistas e ideias de posse sobre as mulheres" (GOMES, 2016, *online*).

Ainda foi observado que "as desigualdades enraizadas persistem, devido a normas sociais discriminatórias e a práticas e comportamentos nocivos (PNUD; RDH, 2019, p. 164). No mercado de trabalho, por exemplo, segundo o Relatório Regional do Desenvolvimento Humano (RRDH) 2021, voltado para a realidade da região da América Latina e Caribe (ALC), uma mulher com as mesmas características observáveis de um homem ganha um salário por hora cerca de 25% menor (PNUD; RRDH, 2021, p. 49). Na mesma direção, uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística), *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, divulgada em março de 2021, mostrou que as mulheres receberam 77,7% do salário dos homens em 2019. A diferença aumentou em cargos de maior rendimento, como diretores e gerentes. Nesse grupo, as mulheres receberam 61,9% do rendimento dos homens (IBGE, 2021).

A pesquisa do IBGE também apontou que apenas 54,6% das mulheres de 25 a 49 anos com crianças de até três anos de idade estavam empregadas, em 2019, enquanto a porcentagem dos homens na mesma condição atingiu 89,2%. No tocante às mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade foi observado o menor nível de ocupação: 49,7%. Os dados mostraram também que a inserção feminina no mercado de trabalho foi dificultada pela necessidade de conciliação da dupla jornada: as mulheres dedicaram semanalmente 21,4 horas às tarefas de casa e de cuidados familiares, enquanto os homens gastaram apenas 11 horas (IBGE, 2021).

Entre as mulheres, as integrantes dos 20% da população com os menores rendimentos dedicaram 24,1 horas aos afazeres domésticos e cuidados, enquanto aquelas que se encontravam nos 20% com os maiores rendimentos dedicaram 18,2 horas. Estudos que se propuseram a analisar como as pessoas distribuem e fazem uso do tempo sugeriram que o gênero é importante para explicar as desigualdades no tempo gasto em trabalho reprodutivo (ÁVILA, 2004; PINHEIRO, 2016), mas não só, visto que a articulação entre gênero e classe, por sua vez, permite

> analisar a diversidade de situações e soluções requeridas para a conquista de maior igualdade de gênero na sociedade brasileira, que não pode prescindir do exame das distintas situações que tornam desiguais as temporalidades experimentadas por homens e mulheres conforme seus contextos sociais. Destaca-se, por exemplo, que, enquanto as mulheres das classes altas contratam empregadas domésticas e assim conciliam melhor sua vida pública e privada, as mulheres das classes baixas dedicam mais tempo ao trabalho doméstico e ao cuidado de suas crianças, as quais têm menos acesso à educação nos primeiros anos de vida (ITABORAÍ, 2016, p. 101).

Por fim, destacamos que "as normas sociais são particularmente difíceis de alterar. Mesmo que a legislação consagre direitos iguais, a sociedade pode abrir e fechar portas de um modo seletivo" (PNUD; RRDH, 2019, p. 246). Desde meados dos anos 1990, grupos políticos e movimentos ultraconservadores vêm atuando no mundo para inviabilizar várias pautas feministas, entre elas o debate sobre gênero e sexualidade. Miskolci e Campana (2017), Junqueira (2018) e Melo (2020) ajudam-nos a entender, numa perspectiva histórica, a configuração dessa estratégia que rejeita a escola como um lugar legítimo de aprendizagem da cidadania, dos direitos e da diversidade social.

No Brasil, ao deslocarem a atenção da sociedade para temas como "ideologia de gênero", por exemplo, algumas forças sociais e políticas têm promovido desinformação

e preconceitos e estimulado perseguições contra escolas e universidades (BRANDÃO; LOPES, 2018). Segundo estas autoras, menções às categorias de "gênero" e "orientação sexual" no texto do segundo Plano Nacional de Educação (PNE) provocaram debates incisivos na sociedade brasileira e contribuíram para o atraso na aprovação do PNE, que só veio a ocorrer no ano de 2014 (sem menções aos termos citados), quando deveria ter sido aprovado desde 2010.

Recentemente, o ministro André Mendonça, empossado em dezembro do ano passado no STF (Supremo Tribunal Federal), assumiu a relatoria de um processo movido pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2018, que pede a derrubada de duas leis municipais, em Petrolina (PE) e Garanhuns (PE), que proíbem a abordagem do tema gênero na grade curricular e em materiais didáticos utilizados nas escolas dessas cidades. Desde 2017, chegaram ao STF pelo menos 11 ações similares. Uma delas foi arquivada antes do julgamento e outras três, incluindo a de Mendonça, ainda esperam análise. Em todas as demais, o Supremo decidiu por unanimidade anular as legislações, que foram consideradas inconstitucionais (NEVES, 2021).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o emprego de estratégias de educação em sexualidade e o ensino de gênero nas escolas são fundamentais "para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos, para prevenir e erradicar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero" (DE OLHO NOS PLANOS, 2016, *online*). Além disso, segundo o Relatório de monitoramento global da educação (Relatório GEM) 2020 – Relatório de Gênero, intitulado *Uma nova geração: 25 anos de esforços pela igualdade de gênero na educação* (UNESCO, 2020), com o fechamento de escolas relacionado à COVID-19 instalou-se um imenso desafio para os sistemas educacionais, que é ainda mais preocupante porque aumenta o risco de aprofundamento de desigualdades que já eram enfrentadas por aqueles grupos mais marginalizados – especialmente meninas (UNESCO, 2020).

5. Considerações finais

Neste artigo, tomamos como horizonte a importância das lutas feministas para discutir, inicialmente, a questão do suposto fim do feminismo e sua reconfiguração. Sendo assim, procuramos demonstrar que, apesar dos discursos de ódio que insistem no apagamento da relevância do movimento, pintando-o como maléfico e perigoso, o feminismo ou "os feminismos", como é mais exato falar, tendo em vista que se trata de um movimento plural, permanecem essenciais neste século, ativos em cada vez mais espaços, com variadas agendas e formas de atuação.

Como vimos, a partir das ondas do feminismo brevemente descritas, no decorrer dos anos, as mulheres enfrentaram uma incessante luta para conquistar direitos e igualdade de gênero. Várias conquistas envolvendo o direito à educação, direitos políticos, liberdades civis, direitos reprodutivos e direitos trabalhistas, que tiveram impacto concreto sobre a vida e a autonomia de mulheres de diferentes origens, classes

sociais, raças/etnias e religiões ao redor do mundo foram obtidas ou apoiadas pelos vários "feminismos". Contudo, vale destacar que muitas mulheres ficaram de fora e ainda vivenciam uma série de violências (psicológica/emocional, sexual, física e econômica) por conta de seu gênero.

Encerramos a discussão chamando a atenção para o cerceamento do debate sobre sexualidade e gênero nas escolas e universidades, que têm gerado "pânico moral" em alguns setores da sociedade brasileira especialmente nos últimos anos. Também evidenciamos que embora exista, em muitos aspectos, igualdade formal entre mulheres e homens, a igualdade material, isto é, concreta, ainda precisa avançar, a fim de garantir a igualdade de gênero e o fim das discriminações sexuais.

Referências

ALONSO, Gustavo. Marília Mendonça, rainha da sofrência, não soube o que é o fracasso. ***Folha de S. Paulo***. Ilustrada, 5 nov. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/11/marilia-mendonca-rainha-da-sofrencia-nao-conheceu-o-fracasso.shtml. Acesso: 16 nov. 2021.

ÁVILA, Maria Betânia. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. ***In***: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf. Acesso: 12 nov. 2021.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. "Não é competência do professor ser sexólogo" O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. ***Civitas, Rev. Ciênc. Soc.***, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, abr. 2018.

CARNEIRO, Suelaine. ***Mulheres Negras e Violência Doméstica***: decodificando os números. 1 ed. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodifancando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf. Acesso: 10 jan. 2021.

CERQUEIRA, Daniel *et al*. ***Atlas da Violência 2021***. São Paulo: FBSP, 2021.

CONSTANCE, Grady. The waves of feminism, and why people keep fighting over them, explained. ***Vox*** [online], jul., 2018. Disponível em: https://www.vox.com/2018/3/20/16955588/feminism-waves-explained-first-second-third-fourth. Acesso: 16 jan. 2021.

DE OLHO NOS PLANOS. ***UNESCO no Brasil se posiciona sobre questões de violência de gênero***. Disponível em: https://deolhonosplanos.org.br/unesco-nota-genero/. Acesso em: 11 jun. 2021.

FERNANDES, Terezinha; SANTOS, Edméa; YORK, Sara Wagner. Ciberfeminismos e expressões contemporâneas: pluralidade de vozes e ativismos. ***SBC Horizontes***, maio. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ***Violência contra mulheres em 2021***. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-mulheres-em-2021/. Acesso: 16 abr. 2022.

FREITAS, Leonor Louro de. ***Bela, recatada e do "lar"***: movência de sentidos em relações de parafrasagem histórico-discursiva. 2017, 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2017.

GOMES, Carla C. Nossos corpos, nossos manifestos. ***Revista Cult*** (Magazine). São Paulo: Editora Bregantini, ano 19, nº 219, p. 40-43, dez. 2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/nossos-corpos-nossos-manifestos/. Acesso em: 10 jul. 2021.

GOMES, Carla C.; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. ***Revista Sociedade e Estado***, [s.l.], v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GOMES, Luís. Em 10 anos, Lei Maria da Penha ajuda a reduzir violência contra a mulher, mas não muda cultura. ***sul21***. Últimas Notícias. Geral. Areazero, 7 ago. 2016. Disponível em:

https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2016/08/em-10-anos-lei-maria-da-penha-ajuda-a-reduzir-violencia-contra-a-mulher-mas-nao-muda-cultura/. Acesso em: 10 jul. 2021.

HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. ***Estudos Feministas***, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 737-764, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, n. 38 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. *In*: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). ***Uso do tempo e gênero***. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica

reacionária antigênero. ***Psicologia Política***. v. 18. n. 43. p. 449-502. 2018.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. ***Revista Estudos Feministas***, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. ***Revista Estudos Feministas***, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-16, 2020.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. ***Sociedade e Estado***, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

NEVES, Rafael. Evangélico, Mendonça assume no STF ação sobre ensino de gênero em escolas. ***UOL***. Política, 24 dez. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/24/mendonca-vai-analisar-lei-que-proibe-ensino-sobre-genero-nas-escolas.htm. Acesso em: 4 jan. 2021.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. *In*: 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu. ***Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS***, 2018. Disponível em: https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf. Acesso em: 17 jun. 2021.

PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). ***Uso do tempo e gênero***. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); RRDH (Relatório de Desenvolvimento Humano Regional). ***Presos em uma armadilha***: alta desigualdade e baixo crescimento na América Latina e no Caribe, 2021. Disponível em: https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/library/regional-human-development-report-2021.html. Acesso em: 11 jun. 2021.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); RDH (Relatório do Desenvolvimento Humano). ***Além do rendimento, além das médias, além do presente***: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

RIBEIRO, Djamila. ***O que é: lugar de fala?*** Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017. (Feminismos Plurais)

RODRIGUES, Carla. Feminismo, substantivo, plural. In: ***#Colabora****,* 9 de março de 2016. Disponível em: < https://projetocolabora.com.br/artigo/feminismos/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

WOLF, Naomi. ***O Mito da Beleza***: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. Feminismo e academia. ***Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos***, v. 81, n. 199, p. 425-451, 2000.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. ***Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020 – Relatório de Gênero****:* Uma nova geração: 25 anos de esforços pela igualdade de gênero na educação. Paris, UNESCO, 2020.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. ***Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas***: Mulheres na Filosofia, v. 7, p. 10-31, 2021.

Agentes catadores de materiais recicláveis no município de Corrente-Piauí

Collectors of recyclable materials in the municipality of Corrente-Piauí

Recolectores de materiales reciclables en el municipio de Corrente-Piauí

Jacilene Costa Gomes da Silva[1]
Maria Zenaide Alves[2]

Resumo

SILVA, Jacilene Costa Gomes da; ALVES, Maria Zenaide. Agentes catadores de materiais recicláveis no município de Corrente-Piauí. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 131-148, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art7

O artigo leva a refletir sobre o trabalho de agentes catadores de materiais recicláveis em um lixão a céu aberto no município de Corrente-PI. As reflexões são resultado de um trabalho desenvolvido com seis famílias que residem em um dos bairros do município, onde o agente catador dematerias recicláveis desempenha um importante papel para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. A pergunta central que mobilizou esta pesquisa foi: como os agentes catadores percebem o trabalho da coleta de materiais recicláveis para o desenvolvimento socioeconômica e ambiental? Assim, o nosso objetivo foi analisar o papel do trabalho dos agentes catadores de materiais recicláveis para a economia local e como contribui para a preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Reciclagem. Meio Ambiente.

Abstract

SILVA, Jacilene Costa Gomes da; ALVES, Maria Zenaide. Collectors of recyclable materials in the municipality of Corrente-Piauí. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 131-148, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art7

The article reflects on the work of collectors of recyclable materials in an open dump in the municipality of Corrente-PI. The work was developed with six families who live in one of the districts of the city of Corrente, where the dump is located. This study is justified by the importance of the role of

1 Mestranda em Educação (UFCAT). Docente da Secretaria Estadual e Municipal de Educação (SEDUC/SEMEC). E-mail: jaci.costa@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8788-9724.

2 Doutora em educação (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCAT (PPGEDUC). E-mail: zenpiaui@ufcat.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-000338303819

the collector of recyclable materials for socioeconomic and environmental development. The central question that motivated the development of this analysis was: how do waste pickers analyze the work of collecting recyclable materials for socioeconomic and environmental development? Thus, the objective of this article is to analyze how the way of work of the collectors of recyclable materials, from the economic point of view, as well as thinking about how this work contributes to the preservation of the environment.

Keywords: Solid waste. Recycling. Environment.

Resumen

SILVA, Jacilene Costa Gomes da; ALVES, Maria Zenaide. Recolectores de materiales reciclables en el municipio de Corrente-Piauí. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 131-148, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art7

El artículo reflexiona sobre el trabajo de los recolectores de materiales reciclables en un vertedero a cielo abierto en el municipio de Corrente-PI. El trabajo se desarrolló con seis familias que viven en uno de los barrios de la ciudad de Corrente, donde se encuentra el basurero. Este estudio se justifica por la importancia del papel del recolector de materiales reciclables para el desarrollo socioeconómico y ambiental. La pregunta central que motivó el desarrollo de este análisis fue: ¿cómo analizan los recicladores el trabajo de recolección de materiales reciclables para el desarrollo socioeconómico y ambiental? Así, el objetivo de este artículo es analizar cómo es la forma de trabajo de los recolectores de materiales reciclables, desde el punto de vista económico, así como reflexionar sobre cómo este trabajo contribuye a la preservación del medio ambiente.

Palabras clave: Residuos sólidos. Reciclaje. Medio ambiente.

1. Introdução

As questões ambientais têm ganhado força nas últimas décadas, tanto nos discursos governamentais como também nos debates promovidos por organizações não governamentais, levando a Unesco a criar, em 1995, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). As questões que envolvem o cuidado e preservação do meio ambiente são multiplas e complexas e não cabem nos limites do currículo escolar. Por isso, é importante pensarmos essa educação ambiental como uma educação para além dos muros da escola. Neste sentido, educar em uma perspectiva ambiental demanda de cada uma e cada um de nós atitudes individuais, orientandas por uma consciência de que nosso planeta é nossa casa e dele precisamos cuidar. Um desses cuidados, que talvez esteja ao alcance e possibilidade de quase todos os seres humanos,

é o uso e consumo conciente e responsável, pautado por atitudes como o reuso e a reciclagem. De acordo o Dicionário Escolar Aurélio (FERREIRA, 2001, p. 586) reciclar significa, "fazer passar por novo ciclo, reaproveitar (material já utilizado, como, papel, metal, vidro, lixo) na obtenção ou fabricação de novos produtos". Então, a reciclagem é uma ação importante, porque os resíduos sólidos causam sérios problemas ambientais que também ameaçam a saúde humana e reciclá-los é uma opção ecologicamente viável de proteção ambiental.

A sociedade brasileira produz cerca de 1,52 milhão de toneladas de lixo por semana, segundo dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020, realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe). Neste período a produção de lixo plástico no país também cresceu, e dos 11,3 milhões de toneladas geradas, apenas 1,3% foram recicladas em território nacional. Ademais, de cada 72,7 milhões de toneladas de lixo coletadas, cerca de 29,5 milhões foram descartadas incorretamente, indo parar em aterros controlados ou lixões[3]. Esses dados mostram a grande capacidade de consumo e geração de resíduos na nossa sociedade e necessidade de repensarmos maneiras sustentáveis de lidar com os bens disponíveis no planeta e de encaminhar o lixo que produzimos. Nessa perspectiva, os agentes catadores de materiais recicláveis tem se mostrado centrais no papel de contribuir para a construção de um planeta limpo e sustentável.

Até o início da década de 1970, o pensamento global era de que o meio ambiente seria uma fonte inesgotável de recursos e, consequentemente, que as formas de exploração da natureza seriam infinitas. Porém, com a realização da Conferência[4] de Estocolmo em 1972, foi elaborada a Declaração da Conferência da ONU sobre o meio ambiente contendo19 princípios em defesa do meio ambiente, o qual passou a ser motivo de preocupação em nível global. Vinte anos após essa primeira Conferência, aconteceu em 1992 a Conferência Eco-92 ou Rio-92, promovida pelas Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), sediada no Rio de Janeiro, acontecimento importante que gerou o principal documento do encontro, a Agenda 21, inserindo o meio ambiente como prioridades econômicas, sociais e políticas das nações, buscando o entendimento de que com a degradação ambiental sofrida ao longo dos anos, a sociedade não garantiria a sua existência futura. Esse encontro foi um grande marco, porque promoveu discussões quanto a preservação ambiental, como também sobre questões que precisariam ser combatidas em relação aos danos ambientais. Entendendo essa importância, o ser humano, "começaria a sentir, de fato, uma terrível ameaça, que o obriga a descobrir que ele é parte da natureza, está indissoluvelmente ligado a ela, e que, portanto, se destruir o meio que o circunda, estará destruindo a si mesmo" (MOURA, 1994, p. 50-51).

Neste cenário, em 2012, após vinte anos da Eco-92, aconteceu a Conferência Rio+20, cujos objetivos refletem nos desafios da Agenda 2030[5], com um compromisso global que abrange em sua Declaração o desenvolvimento econômico, a erradicação

3 https://piaui.folha.uol.com.br/o brasileiro produz cada vez mais lixo.
4 https://www.politize.com.br/eco-92/
5 https://portal.fiocruz.br/sobre-agenda-2030-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel

da pobreza, da miséria, da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança, reconhecendo que todos somos dotados de direitos e deveres. Em relação aos deveres, a realização destes contribui para um bem estar coletivo, beneficiando a todos. Quanto aos direitos, dizem respeito aos valores humanos que devem ser respeitados pelas entidades governamentais do país, estado e município para que o ser humano não sobreviva em condições vulneráveis, mas com dignidade na prevalência dos direitos garantidos por leis. Schäfer (2022) enfatiza que, na extremidade da sociedade todos precisam usufruir dos direitos sociais e individuais, possibilitando a prosperidade de seu povo, não cabendo divisão social para essa concretização.

A Agenda 2030 estabelece 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas. Reconhecendo a escola como o ponto inicial e fundamental para o ensino e estímulo de atitudes sustntáveis, a Agenda 2030 na Meta 4.7, recomenda que até 2030,

> todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis. direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Nesse pressuposto, é necessário que o ser humano adote outra postura em relação à preservação ambiental, visto que o meio ambiente é um espaço de onde se retira os recursos necessários para a sobrevivência humana e desenvolvimento econômico. (GIRON, et al, 2012)

De acordo a BNCC (2018), a Competência Geral 7, em relação ao ensino, enfatiza como pressuposto ambiental a promoção dos direitos humanos, da consciência socioambiental vinculada ao consumo sustentável e ao cuidado com o planeta. Diante dessa afirmativa, a educação nos espaços escolares deve associar o ensino com a realidade em que o ser está inserido, dessa forma a questão ambiental, assunto de importante relevância, potencializa aprendizagem, construção de conhecimentos, valores e experiências tornando o ser humano um partícipe correalizador de atitudes que favoreçam a melhoria das questões ambientais.

Considerando ainda, a Agenda 2030, no Objetivo 12, propõe assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, orientado pela Meta 12.4 que propõe:

> Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. (BRASIL, 2016, p. 33)

Apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos, os problemas ambientais ainda reverberam na sociedade. Como parte essencial de proteção ao meio ambiente, está o ser humano, então, é necessário que ele entenda que a sua maneira de agir é essencial para um desenvolvimento com equidade e respeito ao meio ambiental do qual retira o seu sustento. De acordo o "Panorama do Saneamento Básico no Brasil 2021", contabilizaram-se 17,13 milhões de toneladas de resíduos sólidos dispostas em unidades de disposição final considerada inadequada (617 aterros controlados e 1.545 lixões), que correspondem juntas a 26,2% do total. Então, é necessário o cumprimento de medidas que prevaleça a preservação ambiental para que a vivência coletiva na sociedade atual e gerações futuras desfrutem de um meio que favoreça a existência humana e demais seres vivos.

A respeito das discussões sobre a degradação ambiental, surge o conceito[6] de desenvolvimento sustentável. Diante das agressões sofridas, a natureza passou a exigir do ser humano uma nova postura concretizando ações para uma vivência com qualidade que tenha "o equilíbrio ambiental como fator essencial à existência de vida digna de ser vivida no planeta Terra". (MESSIAS, 2022, p.100)

Para Hencke; Silva (2022), a ideia de desenvolvimento sustentável demonstra mudanças envolvendo economia e sociedade contemplada também por uma educação que debata a importância do cuidado com meio ambiente.

O art 225 da Constituição Federal de 1988, pondera:

> todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

As leis são importantes, tornando possíveis alternativas que atendam aos anseios sociais buscando um desenvolvimento sustentável nas questões ambientais e econômica, demonstrando que o consumidor tem papel relevante neste processo de preservação, como também de coleta do lixo. Nesse contexto o respeito ao meio ambiente natural é também uma questão cultural respaldada pela conscientização de medidas preventivas e protetivas indispensáveis ao ser humano na questão do cuidado.

Há que se considerar ainda, na Agenda 2030, no Objetivo 12 e Meta 12.5 propõe que, até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. Dessa forma, a Meta aponta como uma possibilidade de preservação do meio ambiente o trabalho com a reciclagem, sinalizando para o reconhecimento da valorização do trabalho dos catadores.

Visando a uma melhoria em relação à coleta de resíduos sólidos, foi instuída no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), através da Lei nº 12.305,

6 O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado, no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento através do Relatório denominado Nosso Futuro Comum, definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades".

de 2 de agosto de 2010, (BRASIL, 2010). Essa medida tem impacto socioeconômico e ambiental, uma vez que para os agentes catadores, aos quais foram negadas oportunidades de emprego no setor formal do mercado de trabalho, esta acaba sendo uma oportunidade de renda para o sustento familiar. O trabalho desses agentes garante um dos princípios da Lei 12. 305 art. 6, inciso VIII, que diz, "o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania".

Um dos problemas que perpassa a sociedade é a questão do lixo, e se tornaria mais grave se não fosse a atividade exercida pelos agentes catadores, pois através deles, o lixo passa por uma seleção, sendo retirados materiais adequados para reciclagem que passariam anos em decomposição. Dessa forma, colabora a preservação e equilíbrio ambiental, como afirma, (JACOBI, 2006, p. 11), "a coleta seletiva promove a redução do lixo, o reaproveitamento, a reciclagem de matérias-primas, gera renda, inclusão social, como também minimiza o impacto ambiental causado pelo aterramento dos resíduos."

Nessa visão, a reciclagem constitui fator importante para a economia, com redução do impacto ambiental, tomado por uma consciência ecológica de que a redução do consumo e a reutilização afetam positivamente os recursos naturais do planeta contribuindo para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o art. 1º do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (FMMAR), criado pela Lei Municipal nº 418/2008, de 12 de novembro de 2008 em Corrente-PI, garante suporte financeiro a planos, programas e projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, ao controle, à fiscalização, à defesa e à recuperação do meio ambiente e a ações de educação ambiental.

As políticas públicas e iniciativas da sociedade civil organizada têm papel preponderante na construção de uma cultura que estimule hábitos de vida mais sustentáveis e uma sociedade com uma visão reflexiva que favoreça a preservação ambiental, melhor qualidade de vida e menos impacto ambiental, compreendendo que "a natureza precisa ser vista para além de uma fonte de riqueza, precisa ser vista como o motor pulsante que nos mantem vivos" (NASCIMENTO, 2022, p. 140).

É importante ressaltar que a atividade de reciclagem sem uma política pública que favoreça um mínimo de benefício aos agentes catadores, põe em risco a sua saúde, ficando desasistido dos cuidados protetivos à saúde humana, pois no meio ambiente podem ter resíduos que causam a proliferação de insetos ou vetores causadores de doenças (SANTOS, 2019). Por fim, um país que investe em educação e em políticas públicas propicia ensinamentos que contribuirão para uma vida saudável estabelecendo todos os cuidados necessários a sociedade e ao meio ambiente (SILVA et al. 2015).

De acordo levantamento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recláveis (MNCR) no Brasil, estima-se que o número de catadores de materiais recicláveis seja de aproximadamente[7] 800.000 (oitocentos mil). No estado do Piauí, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que maioria dos agentes catadores estão na faixa etária entre 30 e 49 anos, que corresponde a

7 https://www.mncr.org.br/ quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil.

50,5% dos 4.728 trabalhadores atuantes nessa área no estado. O estudo faz parte do relatório sobre a situação social dos catadores e catadoras de material reciclável e reutilizável no país. No Piauí dos 4.728 catadores, 3.399 são homens e as mulheres correspondem[8] a 1.328.

Buscando evidenciar a realidade dos agentes catadores que realizam essa atividade, aconteceu em 2001 o "1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha da População de Rua" (MAGERA, 2003, p.105). A partir desse Congresso foi criado o movimento nacional de catadores, no qual os agentes coletores foram criando seu espaço e reconhecimento, oficializada na (Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, porém essa valorização não acontece em toda realidade.

A temática sobre os Agentes Catadores de Materiais Recicláveis é desafiadora e multidisciplinar. Além das questões econômicas e inserção no mercado de trabalho, é importante problematizar a inclusão social desses sujeitos que, em muitos casos, são levados a este ofício por uma limitação no campo de possibilidades. Neste sentido, é importante que as políticas públicas olhem para esses sujeitos como sujeitos sócioculturais que são, e não apenas como trabalhadores, reconhecendo a importância do papel do agente catador de materiais recicláveis no contexto socioeconômico e ambiental.

Partindo dessas considerações, este artigo reflete sobre como os agentes catadores do município de Corrente-PI analisam o trabalho da coleta de materiais recicláveis na esfera socioeconômica e ambiental. Assim, o objetivo foi analisar a forma de trabalho dos agentes catadores de materiais recicláveis na cidade de Corrente, PI, no sentido econômico, como meio de sustento familiar, como também no viés de uma ação que contribui para a preservação do meio ambiente. Para tal, procuramos conhecer o trabalho realizado por esses agentes catadores, moradores de um bairro do município de Corrente-PI e as contribuições do trabalho de reciclagem realizado por eles para a preservação ambiental.

8 https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/09/mais-da-metade-dos-catadores-de-lixo-do-piaui-tem-en-tre-30-e-49-anos.html.

2. Metodologia

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi de abordagem qualitativa e buscou capturar, por meio de aproximações, observações e diálogos, as experiências dos agentes pesquisados. Para Minayo e Costa (2008),

> é sobre o mundo da vida que se processam tais estudos. O reconhecimento de seu valor parte do princípio de que no mundo da vida, cada pessoa possui um corpo de conhecimentos e experiências, produto de seu modo de pensar, sentir, comportar-se e relacionar-se. (MINAYO; COSTA, 2008, p. 148).

Segundo Gil (2008), as pesquisas qualitativas têm como finalidade principal a descrição e análise das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de produção de dados. Para tal, relizou em março de 2022 entrevista semiestruturada, com cinco questões em local escolhido em comum acordo com as partícipes, não tendo sido permitida a captação de imagens. Para identificação dos sujeitos ao logo do trabalho foi usado a sigla AC (Agente Catador), seguida dos números um (1) ao seis (6), que representam o total de família que participaram da pesquisa. A entrevista é uma técnica de produção de dados que permite o contato direito e o acesso a informação imediata do que se deseja pesquisar, ganhando fluidez entre o diálogo do entrevistador e entrevistado. Se torna um instrumento favorável para pessoas com pouca formação formal (LÜDKE; ANDRÉ, 2018).

Segundo Minayo e Costa (2008), a entrevista permite conseguir informações sobre os dados, a partir da própria vivência do sujeito, com questionamentos pontuais elencados de maneira clara pelo investigador ou entrevistador ao entrevistado para se obter o resultado desejado.

Conforme já exposto, o trabalho foi desenvolvido no Município de Corrente-PI, localizado na Microrregião do Extremo Sul Piauiense, situado na área do bioma Cerrado, com clima tropical subúmido quente. Compreende uma área de 3.048.747 km de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), com uma estimativa populacional de 26.771 habitantes (IBGE, 2021). (Figura 1).

Figura 1:Localização de Corrente- PI



Fonte: IBGE- 2017.

Em Corrente[9], 61,77% da população total é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares, conforme o SNIS[10] (2019). De acordo o Portal Corrente[11], a prefeitura disponibilizou para a população um cronograma de coleta dos resíduos sólidos que é realizada de segunda à sábado. Em visita realizada ao lixão a céu aberto constatamos que esse resíduos são encaminhados para o lixão a céu aberto da cidade. (Figura 2).

Figura 2: Resíduos sólidos depositados no lixão de Corrente-PI



Fonte: Arquivo pessoal

9 Disponível em: https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pi/corrente

10 O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS foi criado em 1996 pelo Governo Federal. Atualmente, o SNIS está vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Constitui-se em uma base de dados primários coletados anualmente, entre eles estão os resíduos sólidos, Em que os municípios são comunicados por ofício eletrônico. O fornecimento da informação é de responsabilidade das prefeituras, titulares dos serviços, mesmo nos casos em que esses serviços sejam terceirizados ou concedidos.

11 Disponível em: https://portalcorrente.com.br

Ainda de acordo aos dados do SNIS (2019), Corrente não declarou se pratica coleta seletiva de resíduos sólidos e nem disponibilizou a taxa de recuperação de recicláveis em relação aos resíduos domiciliares e públicos, constando esses dados apenas em relação ao estado do Piauí e Brasil, representado no quadro abaixo.

Quadro 1: Coleta de resíduos sólido e recuperação de recicláveis *versus* resíduos domiciliares e públicos

	Município	Paiuí	Brasil
Parcela da população urbana com cobertura de coleta seletiva porta a porta	-	0,75%	26,43%
Taxa de recuperação de recicláveis em relação aos resíduos domiciliares e públicos	-	0,08%	3,62%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em outro momento, buscou-se das pessoas que exercem a atividade de agentes catadores e constatou que seis (6) famílias residentes no bairro que prolifera o lixão exercem a atividade, então, escolheu essas famílias como sujeitos da pesquisa. Essas famílias tem união livre e estável, sem estarem unidos legalmente. Para a participação da entrevista, as mulheres foram as representantes da família, maiores de idade, com faixa etária entre 24 a 47 anos, todas residentes com a família no bairro onde o lixão a céu aberto fica localizado na saída da cidade, há 11 km da zona urbana, próximo à rodovia PI-225, que liga o Município de Corrente ao Município de Parnaguá.

Através da entrevista realizada, foi possível constatar que essas famílias apresentam um quadro socioeconômico que tem como principal fonte de renda o "Bolsa Família[12]", e para aumento da renda trabalham de maneira informal e de forma autonôma como agentes coletores de materiais recicláveis. Em relação à educação em sua maioria não concluiram o Ensino Fundamental Anos Iniciais. Para saber mais sobre esses agentes, contactamos a secretaria do Meio Ambiente da cidade de Corrente-PI, que informou que este órgão não acompanha o trabalho dos catadores nem dispõe de dados sobre esta atividade, uma vez que o trabalho dos catadores não é regulamentada. Todavia, há um grupo de microempresário da cidade que trabalham com reciclagem e pagam os impostos para funcionamento da empresa de reciclagem.

Os dados das entrevistas foram transcritos, analisados e interpretados buscando extrair a essência dos relatos dos agentes catadores sobre o trabalho de separação do lixo. A fidedignidade à fala dos entrevistados foi levada em consideração.

12 O Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

3. Resultados e Discussão

Levando em consideração os dados obtidos, notamos que os agentes coletores que participaram da entrevista tiveram pouco acesso à escola, sendo que cinco não completaram o ensino fundamental anos inciais e uma não concluiu o ensino fundamental anos finais. Para Pinhel (2013) a falta ou a baixa escolaridade nega ao sujeito um lugar no mercado de trabalho formal.

De acordo Libâneo (2006, p. 17), "cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará- los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social". No mesmo entendimento, para Freire (2020), a educação é prioritária para que os indivíduos desenvolvam aptidões que possam conquistar um espaço na sociedade. Em relação à formação, os agentes catadores materiais recicláveis relataram:

> *"não tive oportunidade de estudar, fiz só o 1º ano, tive que trabalhar desde nova". (AC1)*
> *"eu também, sei mal colocar o nome". (AC 2)*
> *"eu aprendi um pouco, mas não terminei nem o 4º ano". (AC3)*
> *"eu estudei até a 8ª série, tinha que ajudar em casa". (AC4)*
> *"eu não sei ler, fiz só o 1º ano". (AC 5)*
> *"eu não sei ler, estudei só até o 1º ano". (AC 6)*

No momento da entrevista, percebeu-se certo receio em suas respostas por não terem tido a oportunidade de estudar. Essas trabalhadoras, contudo, alheias a uma melhor oportunidade de trabalho pela questão da sua formação, demandam ações práticas que lhes proporcionem melhores condições de trabalho, levando em consideração que a atividade de catador de materiais recicláveis é um trabalho de coleta seletiva que consequentemente contribui para preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento local.

O trabalho desenvolvido pelos agentes catadores de materiais recicláveis elenca respostas aos problemas econômicos e ambientais por meio do processo da reciclagem, isso, porque retira do meio ambiente materiais que poluem e, consequetemente, essa atitude minimiza o impacto ambiental, como aponta Silva (et. al, 2012, p. 16) "a reciclagem surge como um meio de minimizar os problemas do lixo gerado pelo homem, uma vez que são responsävéis por grande parte do impacto causado na natureza". Ainda, neste sentindo, Zanutto (2017) diz que, na reciclagem encontra-se entre as atitudes que economicamente contribui para preservação ambiental causado pelo lixo.

Ressalta-se, ainda que o trabalho relaciona-se com a formação, pois proporciona ao ser o desenvolvimento de suas potencialiadades proporcionando dignidade e bem estar, além de gerar economia para sociedade. Dessa forma, para Santos (2021, p. 12), "o trabalho é central na aprendizagem cognitiva, na maturação emocional e para o desenvolvimento moral do indivíduo". Assim, consideramos que o trabalho constitui pilar fundamental da cidadania e por isso mesmo ser uma garantia legal.

"estou nesse trabalho há quatro anos com renda mensal de dois mil reais".(AC1)
"eu estou com dois anos, renda mensal de hum mil e duzentos reias". (AC2)
"estou há dois anos, renda mensal de quinhentos reais". (AC3)
"trabalho há seis anos, com renda mensal de setecentos reais". (AC4)
"trabalho também a seis anos, renda mensal de novecentos reais". (AC5 e 6)

Percebe-se com essas respostas, o longo período a que se é dedicado a esse trabalho e o pouco retorno financeiro, uma que apenas AC1 diz conseguir uma renda mensal que ultrapassa um salário mínimo. Todas disseram responderam que é difícil viver com essa renda, porque a família de cada um é constiuida de um até cinco filhos, que estudam, precisam de material escolar, roupas, além do alimento que é muito necessário e não pode faltar. Gonçalves (2006) aponta que são trabalhadores que contribuem com aumento dos índices de recuperação dos resíduos e da reciclagem dos materiais no Brasil, portanto são merecedores de políticas públicas que lhes beneficiem e não fiquem apenas no oculto, todavia, vivem em situação de exclusão social. Agostini e Busato (2022) reaasaltam que o trabalho dos catadores é importante para o desenvolvimento da sociedade capitalista e o reconhecimento e valorização é necessário, porque, além disso, realizam ações favorecendo o interesse social e ambiental.

Quando perguntados sobre o tipo de material que coletam, disseram que são litros, papelão, garrafa pet, latinha, plástico fino, sendo a latinha é o ítem mais valorizado, que confere maior renda. De acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas)[13], o Brasil é o país que mais recicla latinhas no mundo. Com 33 bilhões de latas recicladas em 2021, bate recorde e atinge índice de 98,7%, mantendo o país no *ranking* de países que mais reciclam no mundo esse tipo de embalagem.

No contexto do trabalho os agentes catadores acabam realizando a coleta seletiva para a venda dos materiais recicláveis, contribuindo para minimização do impacto ambiental, promovendo um ambiente saudável, o que também contribui para a saúde humana. Em relação a esse entendimento três agentes catadores (AC2, AC3 e AC4) dizem:

"o que para os outros é lixo, para nós é um meio de ter uma renda e com isso cuidamos do meio ambiente também, mas não somos valorizados, trabalhamos por conta própria, vamos na hora que a gente quer". (AC2).

"trabalhamos debaixo do sol quente e não usamos nem luva para separar o material, vem todo tipo de material, do hospital". (AC3)

"nosso trabalho é importante para nós, apesar de correr risco para nossa saúde, graças a Deus que nunca teve nada com ningém, Ele nos protege. Como falamos, serve para nosso sustento e sei que ajuda o meio ambiente, porque retiramos dele materiais que fica anos, nós separamos garrafa pet, vidro, papelão, latinha, plástico fino". (AC4)

13 https://www.abralatas.org.br/recorde-mundial-brasil-recicla-quase-99-do-total-de-latinhas-consumidas-em-2021/

Embora não tenham se manifestado, os demais agentes catadores (AC1, AC5, AC6) concordaram com as respostas dos colegas, o que evidencia a consciência socioambiental desses sujeitos e a autovalização do trabalho que realizam. Apresentam-se imagens (figura 3) tiradas no momento da realização da visita ao local onde trabalham os agentes.

Figura 3 e 4: Registro feito por catador em aterro



Fonte: Arquivo pessoal.

É notório que esses catadores que atuam na informalidade e na prepariedade e, mesmo, contribuindo para a preservação ambiental, estão desassistidos pelo poder público e pela sociedade civil. Trabalham em condições precárias e sem equipamentos de proteção que lhes garatam o mínimo o bem estar físico. Os agentes catadores tem consciência que a atividade realizada por eles contribui para a preservação do meio ambiente, porém não são amparados. Nesse sentido, Bourahli (2011) infere que o trabalho de separação do lixo denota importância para minimizar os impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos, gerando também o reaproveitamento para produção de outras matérias primas, portanto, esses trabalhadores desempenham papel prepoderante na sociedade e merecem um tratamento digno para que se sintam valorizados, respeitados e reconhecidos. Vale destacar que a Lei 12.305 (BRASIL, 2010), em seu art. 18, parágrafo 1º, traz no inciso II o texto que recomenda "implantar a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda", sugerindo que uma das formas do reconhecimento de valorização do trabalho dos agentes catadores seja a implantação de cooperativas ou outra forma de organização coletivas desses trabalhadores. Por outro lado, o Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2015), reconhece a atividade de catador de lixo como categoria profissional, registrada na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), sob nº 5192-05, intitulado, "Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável[14]". Essa medida fortalece a regularização do trabalho dos agentes coletores para que possam trabalhar com um mínimo de dignidade, como foi relatado em uma das falas "trabalhamos debaixo do sol quente". (AC3)

14 http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf.

Apesar dessas recomendações legais, os relatos desses trabalhadores evidenciam o quanto estão expostos a riscos, escancarando o paradoxo do trabalho desses catadores ques protegem a sociedade, mas não são por ela protegidos. De acordo Santos (et. al, 2019), os agentes catadores são duplamente atingidos nessa questão, pois essa atividade ainda não é reconhecida ou valorizada diante dos aspectos legais como deveria, ainda se atrela a falta de conscientização da população que não realiza a separação do lixo domiciliar corretemente.

Diante do exposto, destaca-se a importância que os agentes catadores tem para o planeta e, especificamente, para a sociedade correntina. Através do trabalho informal, contribuem para o processo de reciclagem, movimentando a economia local, como também amenização o impacto ambiental, portanto, a valorização desses trabalhadores e lgalização desses profissionais que lhes garatam dignidade, autoestima e melhores condições e qualidade de vida, saúde e trabalho.

4. Conclusão

Os problemas ambientais estão sempre em debate no contexto atual. O ser humano contribui para a degradação ambiental e, por isso mesmo, é tão importante que ressignifique suas atitudes, sobretudo em relação ao uso e consumo. Nesse processo a educação é ferramenta poderosa, é um processo contínuo, que tem função importante numa via de mão dupla fomentar o equilíbrio relacional entre as pessoas e a natureza, buscando transformções de atitudes ao longo da vida.

O lixo, é uma das questões relacionadas ao problema ambiental, que atrela-se a questão da reciclagem como um meio de proteção ao meio ambiente. No contexto desse trabalho, o agente catador de resíduos sólidos, contribui para menorizar os impactos ao meio ambiente. É necessário mensurar que, mesmo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ainda existem trabalhos realizados nos lixões pelos os agentes catadores sem um mínimo de proteção. O investimento em políticas públicas, a criação de cooperativas que contemple esses trabalhadores em ações práticas contribuirão para resultados ambientais mais eficazes, menos poluído, garantindo uma preservação ambiental, uma melhor qualidade de vida para a população do presente e para futuras gerações, além de movimentar a economia local no processo da reciclagem.

O agente catador de materiais recicláveis desponta como trabalhadores importantes na seletiva do que serve para ser reciclado, merecendo um olhar mais empático, valorização e condições dignas de trabalho e bem estar físico e social. No município de Corrente-PI essa realidade ainda é distante uma vez que, conforme apontaram as entrevistadas, as condições para realizarem o trabalho de agentes catadores são precárias e o que ganham não é sufitiente para garantirem o sustento da família.

Referências

AGOSTIN, Josieli; BUSATO, Maria Assunta. ***Coleta e separação de materiais recicláveis potencialidades e limitações de associações de catadores.*** Research, Society and Development, v. 11, n. 2, e 1711225260, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25260.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. ***Miniaurélio Século XXI Escolar***. 4ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BOURAHLI, Abdelkader et al. ***A reciclagem como fator de inclusão socioeconômica dos catadores de lixo no Distrito federal do Brasil***. Revista Capital Científico - Guarapuava - PR - v. 9 n. 2 - jul./dez. 2011 - ISSN 2177-4153

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. ***Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos***; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://sedurb.es.gov.br/Media/sedurb/PDF/Lei_12305.pdf. Acesso em: 25 març 2022.

BRASIL. ***Constituição Federal de 1988***. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. T***ransformando nosso mundo:*** a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília. Governo Federal, 2016.

BRASIL. (2015). Ministério do Trabalho e Emprego. ***Classificação Brasileira deOcupaçãoCBO***. https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2021/fevereiro/05/Boletimepidemio lo gico-SVS-05.pdf

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Regional- MDR. Secretaria Nacional de Saneamento- SNS. ***Panorama do Saneamento Básico no Brasil 2021***. Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional. Brasília- DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. ***Nosso futuro comum***. 2ª ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia dos Sonhos Possíveis.*** 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

GIL, A. C. ***Métodos e técnicas de pesquisa social***. 6. ed. Cidade:Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. ***Dissertação*** (Mestrado), O Trabalho no lixo. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. São Paulo, 2006.

HENZ, Bruno Gabriel, et al. As políticas ambientais em perspectiva histórica e seus impactos sobre as questões econômicas e jurídicas. In: RECH, Adir Ubaldo; BUTZKE, Alindo; GULLO, Maria Carolina. (Org.) ***Direito, economia e meio ambiente: olhares de diversos pesquisadores.*** Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. p. 90.

HENCKE, Jésica; SILVA, Gisele Ruiz. ***Educação parao Desenvolvimento Sustentável x Educação Ambiental: atravessamentos sob a óptica da"ciência maior"***. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação AmbientalPrograma de Pós-Graduação em Educação Ambiental-FURGv. 39, n. 1, p. 73-93, jan./abr. 2022. E-ISSN: 1517-1256

JACOBI, P. (Org.). Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: Inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006. In: BOURAHLI, Abdelkader. A reciclagem como fatorde inclusão socioeconômicados catadores de lixo no distrito federal do Brasil. ***Revista Capital Científico*** - Guarapuava - PR - v. 9 n. 2 - jul./dez. 2011 - ISSN 2177-4153.

GIRON, Jerônimo, et al. Direito, economia, aapitalismo, consumo e meio ambiente, relações. In: RECH, Adir Ubaldo; BUTZKE, Alindo; GULLO, Maria Carolina. (Org.) ***Direito, economia e meio ambiente: olhares de diversos pesquisadores***. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. p. 24.

LEI, nº 418/2008, de 12 de novembro de 2008, do ***Fundo Municipal do Meio Ambiente e Recursos Renováveis*** – FMMAR. Corrente- PI.

LIBÂNEO, José Carlos. ***Didática***. São Paulo: Cortez. 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. ***Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.*** 2ª ed. São Paulo: EPU, 2018.

MAGERA, Márcio. (2003). Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade. Campinas, SP: Átomo. In: MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia barbosa. ***Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?*** Psicologia & Sociedade. Revista Redalcy. vol. 18, núm. 2: 62-71; mai./ago. 2006. ISSN: 0102-7182.

MARTINEZ, Paulo. ***Direitos de Cidadania:*** um lugar ao sol. São Paulo: Scipione., 1996.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? Psicologia & Sociedade. **Revista Redalcy**. vol. 18, núm. 2: 62-71; mai./ago. 2006. ISSN: 0102-7182.

MESSIAS, Ewerton Ricardo. Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: uma análise da tríplice responsabilidade ambiental a partir do diálogo epistemológico entre o giro linguístico e a teoria dos sistemas. ***Revista de Direitos Fundamentais & Democracia***, Curitiba, v. 27, n. 1, p. 79-107, jan./abr., de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa**.** ***Revista Lusófona de Educação***, v. 40 n. 40, 139-153. 2008. Doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle40.edit.

MOURA, Paulo C. ***Construindo o futuro: o impacto global do novo paradigma.*** Rio de Janeiro. Mauad Consultoria, 1994.

NASCIMENTO, Wellington de Paula**.** Educação Ambiental: uma análise geográfica do lixão a céu aberto na cidade de Itamarati (AM). ***Revbea,*** São Paulo, v. 17, n. 2: 133-152, 2022.

OLIVEIRA, Malvina da Silva. ***A importância da educação ambiental na escola e a reciclagem do lixo orgânico***. Revista Científica Eletrônica de Ciencias Sociais Aplicadas da EDUVALE. Ano V, Námero 07, novembro de 2012 – Periodicidade Semestral – ISSN 1806-6283.

PINHEL, Julio Ruffino (Org). In: CEBALHO, Maria Catarina. O processo de formação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis de Cáceres-MT e os desafios da inclusão social para melhoria das condições de trabalho. ***Revista Zeiki***, Barra do Bugres, v. 2, n. 2, p. 137-149, 2022.

SILVA, Arthur. Ribeiro de Souza. et al. Impactos ambientais referentes à não coleta de lixo e reciclagem. ***Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-Maceió***, v. 2, n. 3, p. 63-76, 2015. ISSN Impresso 1980-1777.

SILVA, Andrea de Oliveira. ***Inclusão digital:*** um possível caminho para a inclusão social. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Nove de Julho - Uninove, São Paulo, 2008.

SANTOS, Andreia. Das recentes crises financeiras à crise pandêmica. Qual o valor do trabalho? ***Sociologia on line***, n.º 25, abril 2021, pp. 11-34. Doi: 10.30553.

SANTOS, Adna Amorim dos et al. Segurança no trabalho de catadores de reciclados. ***Braz. J. of Bus.***, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 698-710, abr./jun. 2019. ISSN 2596-1934.

SCHÄFER, José Orlando. ***O princípio da dignidade humana para uma nova compreensão do direito do trabalho***. São Paulo: Dialética Editora, 2022.

ZANUTTO, Adriane et al. Projeto de extensão "orquestrando a reciclagem". ***Revista Conexao UEPG***. Rev.Conexao.v.13.i2.0011. maio/ago. 2017. Ponta Grossa. DOI: 10.5212.

Importância e valores atribuídos a plantas nativas da Caatinga em um bairro da zona urbana de Petrolina – Pernambuco

Importance and values attributed to native plants from the Caatinga in an urban neighborhood in Petrolina – Pernambuco

Importancia y valores atribuidos a plantas autóctonas de la Caatinga en un barrio urbano de Petrolina – Pernambuco

Elâine Maria dos Santos Ribeiro[1]
Franciane Nogueira de Moraes[2]

Resumo

MORAES. Franciane Nogueira de; RIBEIRO. Elâine Maria dos Santos. Importância e valores atribuídos à plantas nativas da Caatinga em um bairro da zona urbana de Petrolina-Pernambuco. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 149-162, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art8

Este estudo buscou analisar o valor e a importância que as pessoas atribuem à biodiversidade de plantas da Caatinga em um bairro da zona urbana de Petrolina. Para isso, realizou-se uma pesquisa de opinião para coletar dados relacionados à utilidade, importância e valor das plantas, com indivíduos de três faixas etárias (adulto 20 a 40 anos; adulto intermediário 41 a 64 anos; e idoso a partir de 65 anos), sendo 20 entrevistados por faixa etária. Inicialmente, foram selecionadas 10 espécies a partir de buscas em sites e ranqueamento das 10 espécies mais citadas na internet, as quais foram utilizadas na pesquisa de campo. Além disso, foi construído um formulário com alternativas sobre a utilidade e valor dessas espécies. Não foi encontrada correlação significativa entre o número de citações das espécies na internet e o número de vezes em que a planta foi citada como "útil" na pesquisa de campo. Entre os adultos na primeira faixa etária, foram registradas seis citações para espécie "sem importância", e apenas duas citações na terceira faixa etária. O valor cultural foi o mais citado nas três faixas etárias, especialmente na terceira. Observou-se uma maior diversificação nos valores citados nas segunda e terceira faixas etárias. Conclui-se que o valor cultural é o mais evidente entre os sujeitos entrevistados e que as plantas em geral são consideradas úteis nas distintas idades. No entanto, os resultados apontam que os distintos valores ainda são pouco citados e conhecidos, e a sua abordagem na educação formal e informal pode ser uma importante ferramenta para conservação da flora da Caatinga.

1 Mestre e doutora em Ecologia e Conservação pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal da Universidade Federal de Pernambuco (PPGBV/UFPE). professora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina. E-mail: elaine.ribeiro@upe.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3632-1004

2 Licenciada em Ciência Biológicas pela Universidade de Pernambuco. E-mail: francy.moraes05@hotmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5245-5582

Palavras-chave: Flora da Caatinga. Valor. Utilidade. Faixas etárias. Semiárido.

Abstract

MORAES. Franciane Nogueira de; RIBEIRO. Elâine Maria dos Santos. Importance and values attributed to the native plants from the Caatinga in a urban neighborhood at Petrolina-Pernambuco*.* ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 149-162, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art8

This study aimed analyze the value and importance that people attribute to the biodiversity of plants in the Caatinga in a neighborhood in the urban area of Petrolina. For this, an opinion survey was carried out to collect data related to the utility, importance and value of the plants, with individuals of three age groups (adult 20 to 40 years old; intermediate adult 41 to 64 years old; and elderly over 65 years old), with 20 respondents per age group. For this, 10 species were selected from searches on websites and ranking of the 10 most cited species on the internet, which were used in the field research. In addition, a form was created with alternatives on the usefulness and value of these species. No significant correlation was found between the number of species citations and the number of times that the plant was cited as "useful" in the field research. Among adults in the first age group, there were six citations as the plant being "unimportant", and only two citations in the third age group. Cultural value was the most mentioned in the three age groups, especially in the third. There was greater diversification in the values cited in the second and third age groups. It is concluded that cultural value is the most evident among the interviewed subjects and that plants in general are considered useful at different ages. However, the results show that the different values are still little mentioned and known, and their approach in formal and informal education can be an important tool for Caatinga's flora conservation.

Keywords: Caatinga flora. Value. Utility. Age group. semiarid.

Resumen

MORAES. Franciane Nogueira de; RIBEIRO. Elâine Maria dos Santos. Importancia y valores atribuidos a plantas autóctonas de la Caatinga en un barrio urbano de Petrolina-Pernambuco*.* ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 149-162, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art8

Este estudio buscó analizar el valor y la importancia que las personas atribuyen a la biodiversidad de las plantas en la Caatinga en un barrio del casco urbano de Petrolina. Para ello, se realizó una encuesta de opinión para recolectar datos relacionados con la utilidad, importancia y valor de las plantas, con individuos de tres grupos de edade (adulto de 20 a 40 años; adulto intermedio de 41 a 64 años; y ancianos mayores de 65 años), con 20 encuestados por grupo de edad. Para ello, se

seleccionaron 10 especies de plantas a partir de búsquedas en sitios web y ranking de las 10 especies más citadas en Internet, que se utilizaron en la investigación de campo. Además, se creó un formulario con alternativas sobre la utilidad y valor de estas especies. No se encontró una correlación significativa entre el número de citas de especies y el número de veces que la planta fue citada como "útil" en la investigación de campo. Entre los adultos del primer grupo de edad, hubo seis citas que mencionavan planta era "sin importancia", y solo dos citas en el tercer grupo de edad. El valor cultural fue el más mencionado en los tres grupos de edad, especialmente en el tercero. Hubo una mayor diversificación en los valores citados en los grupos de segunda y tercera edad. Se concluye que el valor cultural es el más evidente entre los sujetos entrevistados y que las plantas en general se consideran útiles en diferentes edades. Sin embargo, los resultados muestran que los diferentes valores aún son poco mencionados y conocidos.

Palabras clave: Valor. Utilidad. grupo de edad. diversidad biológica. Caatinga.

1. Introdução

O termo diversidade biológica ou biodiversidade diz respeito à variedade de formas de vida como resultado de um processo evolutivo, englobando ainda a diversidade genética, que é a variedade de informações genéticas em todas as populações de plantas, animais e microrganismos, bem como distinções entre populações da mesma espécie; e a diversidade do ecossistema que é a variação de habitats (ALHO, 2008; BARBIERI 2010). A cada dia essa biodiversidade encontra-se cada vez mais ameaçada por atividades humanas tais como a fragmentação e perda de habitats naturais, exploração dos recursos naturais, poluição do solo e corpos de água, introdução de espécies invasoras e doenças, e pelas mudanças ambientais globais (GINDABA; BEKELE, 2017). Nós, seres humanos, somos extremamente dependentes da biodiversidade, mas não conseguimos atribuir seu devido valor, ainda que a utilizemos de diversas formas, pois precisamos de oxigênio para a respiração, de alimento, de medicamentos, e saúde que necessitam de ciclos biológicos do sistema natural (ALHO, 2008).

De acordo com Biasetti e Mori (2016), esses valores da biodiversidade podem ser divididos em duas categorias: 1) valor intrínseco, que atribui um valor à natureza inerente às coisas; 2) valor antropocêntrico, podendo se classificar como ecológico, econômico e emocional. Segundo os autores supracitados, a teoria do valor intrínseco teve origem em 1960, oriunda de filósofos ambientalistas, que atribuíram um valor intrínseco que era dado apenas às pessoas, e que posteriormente se estendeu para animais não humanos, contrariando o valor moral tradicional. De acordo com Alho (2008), ao considerarmos o valor intrínseco, as formas de vida têm de ser preservadas pelo fato de existirem, sendo resultado de anos de evolução através de processos ecológicos. Esse valor abrange toda a comunidade biótica, com isso, a questão da conservação da biodiversidade ganha um forte argumento sobre os outros valores

antropocêntricos da natureza (e.g. econômico, ecológico e de bem-estar/emocional) (BIASETTI; MORI, 2016).

O valor econômico reafirma a conservação por razão econômica, em que as práticas de conservação são investimentos que geram retornos positivos (BIASETTI; MORI, 2016). Para Faith (2021), o valor econômico geralmente tem foco nos aspectos ecossistêmicos, e não na variedade de vida promovida pela diversidade, com foco nos elementos críticos relacionados ao funcionamento do ecossistema. Esses elementos críticos, podem ser entendidos como as espécies que proverão serviços ao homem, mas não necessariamente estarão representando a biodiversidade do ecossistema. Segundo Biasetti e Mori (2016), o valor econômico pode ser dividido em três subcategorias 1) a natureza como um depósito – um armazém de recursos que podem ser utilizados; 2) um *playground* – para gerar momentos de lazer; e 3) uma caixa de surpresa – local que possui coisas úteis mas que não sabemos ainda como utilizá-la.

O valor ecológico da natureza justifica a conservação em decorrência dos serviços prestados pelos ecossistemas, sendo que tais serviços garantem a permanência do ciclo de vida da Terra (ALHO, 2008). Assim como o carro ou a casa que usamos, devemos nos preocupar com a permanência dos ecossistemas e seus serviços que nos são fornecidos, havendo uma ligação clara grande entre biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, em que a estabilidade de um ecossistema depende da diversidade de espécies (BIASETTI; MORI, 2016). O último valor antropocêntrico, o de bem-estar/emocional, justifica a conservação por causa da importância da natureza para o desenvolvimento/felicidade humana, segundo os referidos autores. É possível presenciar esse valor em espaços como trilhas, parques, cachoeiras onde podemos contemplar plantas e animais no seu ambiente natural.

Em ecossistemas naturais marcados pela alta sazonalidade e déficit hídrico, como a Caatinga, esses valores são ainda mais negligenciados, pois a visão que impera é a de pobreza em todos os sentidos, inclusive em relação à biodiversidade (TABARELLI *et. al.* 2018). A marcada sazonalidade da Caatinga, no entanto, faz com que suas espécies possuam adaptações e histórias evolutivas únicas. Apesar de todos os estudos já publicados sobre a importância e biodiversidade da Caatinga, tanto da sua fauna como da flora (LEAL *et al.* 2003; Fernandes, Queiroz 2018; Garda et al. 2018), observa-se que a mesma ainda é vista como pouco importante diante de outras regiões naturais brasileiras, e muitas pessoas ainda a veem como foi descrita por Euclides da Cunha, no livro *Os sertões*, enfatizando um ambiente desolador com fisionomia ruderal e homogênea. É interessante contrastar a questão da sazonalidade marcada e déficit hídrico da Caatinga com outras regiões do mundo que apresentam restrição hídrica similar e são extremamente valorizadas pela sociedade. Por exemplo, a cidade européia de Marsella na França possui apenas 600 mm de precipitação anual e temperatura variando de 11° a 30° celsius, com estações do ano bem definidas (WORLD WATHER; CLIMATE iNFORMATION, 2021). Durante o inverno em Marsella, a água no formato de gelo fica indisponível para as plantas, que por sua vez, perdem as folhas pela ausência de água no formato líquido para manter a fotossíntese. A Caatinga, que tem

média de 773 mm (ANDRADE *et al.,* 2018) anuais de precipitação, também tem a água indisponível para as plantas na época seca e não consideramos a perda de folhas como algo tão extraordinário como observado em outras regiões.

Diante do reconhecimento da importância que a Caatinga possui já descrita nos livros, resultados de pesquisas já realizadas, o objetivo dessa pesquisa foi identificar qual a importância e valores atribuídos às plantas da Caatinga. Para isto, foram investigados quanto ao objetivo descrito acima os valores atribuídos a algumas espécies vegetais lenhosas da Caatinga por moradores em diferentes faixas etárias do bairro Antônio Cassimiro, localizado em Petrolina, Sertão Pernambucano. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam descrever um perfil da importância e valores atribuídos a essas plantas, e também possam auxiliar ações futuras de educação ambiental não formal e formal com foco na valorização das mesmas.

2. Material e Métodos

2.1. Área de estudo:

A pesquisa de campo foi realizada no município de Petrolina, mesorregião do São Francisco Pernambucano, no nordeste do Brasil, com área de 4.561,87 km² (IBGE, 2015). O clima do município se encontra na região semiárida, com sete meses secos, e apresenta temperatura média diária de 27°C durante o ano, segundo Ramos et al. (2006). Petrolina possui 337.683 habitantes (IBGE, 2016), com 74,6% da população vivendo na zona urbana e os outros 25,4 na zona rural (IBGE, 2010). O rendimento domiciliar é de meio salário mínimo para quase 50% da população (IBGE, 2010). No município de Petrolina, a comunidade estudada foi a do bairro Antônio Cassimiro, com uma população de 10.760 habitantes (IBGE, 2010). De acordo com observação pessoal, no referido bairro, há apenas uma escola pública estadual que oferece os Ensinos Fundamental II e Médio, duas creches do programa municipal Nova Semente e um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), e uma unidade de Atendimento Multiprofissional Especializado (AME).

2.2. Coleta de dados e instrumentos de investigação

1) Seleção das plantas lenhosas da Caatinga que foram utilizadas na pesquisa

Para selecionar as plantas a serem utilizadas neste estudo, foi realizada uma pesquisa utilizando o buscador Google[3] com a palavra-chave "plantas da caatinga". Nos trinta primeiros sites de busca que apresentaram citação de espécies vegetais, foram localizados os nomes científicos e populares das espécies. Posteriormente foi elaborada uma lista das espécies encontradas para realizar o ranqueamento das dez mais citadas (Figura 1), que foram utilizadas na pesquisa de opinião. Esse método foi escolhido pela dificuldade existente em elencar as plantas mais representativas/importantes da

3 Disponível em: https://www.google.com.

Caatinga, pois representatividade/importância são fatores que dependem de vários aspectos que nem sempre possuem informações para todas as espécies (*e.g.* abundância natural da espécie, utilidade conhecida e potencial, distribuição geográfica ampla ou restrita, valor cultural, importancia e ecológico etc.). Acreditamos que o método utilizado para escolha das espécies foi eficaz pois muitas delas são citadas como utilitárias e/ou de importância ecológica em alguns artigos (RAMOS et al. 2008; SEMA 2011; LIMA NASCIMENTO, *et al.* 2018; BRAVO FILHO *et al*. 2018). Para identificar e confirmar a distribuição geográfica da espécie na Caatinga e ocorrência na área de estudo, foi acessado o site Flora do Brasil (floradobrasil.jbrj.gov.br).

2) Elaboração da pesquisa de opinião e coleta de dados no campo

Foi elaborada uma pesquisa de opinião num formulário e foram utilizadas fotos das 10 plantas selecionadas na etapa anterior (Figura 1). As fotos em tamanho 10x15 foram coladas em papel cartão com o nome popular das plantas selecionadas. No formulário da pesquisa de opinião, havia os seguintes campos: 1) sexo - feminino/masculino/outros; 2) qual a importância de cada planta para você? - com as alternativas: a – útil, b - não vê importância, e c - só dá prejuízo; 3) qual valor (mais importante) que a planta (foto) tem para você? – com as alternativas para resposta: a - valor intrínseco, b - valor econômico, c- valor ecológico d - valor emocional, e, e - valor cultural. Cada valor teve seu conceito/significado exemplificado quando o participante solicitava ao entrevistador, ou quando não sabia do que se tratava (Quadro 1). Os entrevistados foram 60 indivíduos divididos igualmente em três faixas etárias: a 1ª de 20-40 anos (adulto); a 2ª de 41-64 anos (adulto intermediário); e a 3ª a partir de 65 anos (idoso). Sendo apenas uma pessoa entrevistada por família para garantir a independência dos dados obtidos.

Figura 1: Ilustração das 10 espécies selecionadas para realização da pesquisa de campo[4]



Fonte: Ilustração elaborada pelas autoras a partir de imagens referenciadas.[5]

Quadro 1: Descrição dos valores atribuídos a biodiversidade abordados na pesquisa

Valor	Descrição
Cultural	Fazer doce; comer o fruto; alimentar-se da resina; uso medicinal; chá; escovar os dentes; mau olhado; forrageiro; encher cangalha; lenha; caibro; cerca; curtir pele de animal.
Ecológico	Pássaro comer a semente; Polinização.
Econômico	Comercializar casca/fruto da planta.

4 A) *Ziziphus joazeiro* Mart. (Fonte/Autor:wikipedia.org; www.flickr.com); B) *Cereus jamacaru* DC (Fonte/Autor:pinosy.com/Anastacio de Araujo;www.infoescola.com/Raul Romario); C) *Cenostigma pyramidalis* (Fonte/Autor:www.agencia.cnptia.embrapa.br/Marcos Drumond; flickr.com/Egberto Araujo); D) *Pilosocereus gounellei* (F.A.C. Weber) Byles & G.D. Rowley (Fonte/Autor:blog.tocandira.com.br; www.naturezabela.com.br);E) *Spondias tuberosa* Arruda (Fonte/Autor:painhoadj.blogspot.com/Garda Nickel Maia;www.agricultura.mg.gov.br.; F) *Amburana cearensis* (Allemão) A.C. Sm (Fonte/Autor:rubens-plantasdobrasil.blogspot.com/Rubens T. de Queiroz; https://natural.enternalta.com.br); G) *Anadenanthera colubrina* (Vell.) Brenan (Fonte/Autor:rubens- plantasdobrasil.blogspot.com/Rubens T. de Queiroz); H) *Melocactus zehntineri* (Britton & Rose) Luetzelburg (Fonte/Autor:www.flickr.com/Egberto Araújo;https://commons.wikimedia.org); I) *Libidibia ferrea* (Mart. ex Tul.) L.P. Queiroz (Fonte/Autor:rubens- plantasdobrasil.blogspot.com/Rubens T. de Queiroz); J) *Myracrodruon urundeuva* Allemão (Fonte/Autor:www.sitiodamata.com.br;quintaisimortais.blogspot.com).

5 wikipedia.org; www.flickr.com, pinosy.com/Anastacio de Araujo, www.infoescola.com/Raul Romario, www.agencia.cnptia.embrapa.br, blog.tocandira.com.br, www.naturezabela.com.br, painhoadj.blogspot.com/Garda Nickel Maia, www.agricultura.mg.gov.br, plantasdobrasil.blogspot.com/Rubens T. de Queiroz, https://natural.enternalta.com.br, https://commons.wikimedia.org, www.sitiodamata.com.br, quintaisimortais.blogspot.com

Emocional	Planta bonita; sentar à sombra; subia na árvore quando criança; espinha a pele; comia a fruta na infância; lembra a Caatinga.
Intrínseco	Planta importante, pois é uma espécie como a espécie humana, possui história evolutiva única.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A coleta de dados no campo aconteceu nos meses de maio e junho de 2018. As visitas foram em casas escolhidas aleatoriamente, geralmente as pessoas abordadas estavam na frente de suas casas ou comércio ou andando pela rua. No primeiro contato com os entrevistados eles eram informados sobre a pesquisa e posteriormente convidados a participar da entrevista aplicada face- a -face. As visitas ocorreram em turnos variados, pela manhã muitas pessoas não estavam disponíveis, isso se deve ao fato de algumas se ocuparem com tarefas domésticas, outras por trabalharem fora do bairro.

2.3. Análise de dados

Para descrever qual a "importância" das plantas selecionadas, por faixa etária, realizou-se uma contagem das citações ditas como "úteis", das "sem importância" e das citadas como "prejudicial" que havia nos formulários. Para saber qual o principal valor atribuído às plantas selecionadas, foram realizadas contagens das citações para cada valor (nas vinte entrevistas de cada faixa etária) para as dez espécies. Usou-se o Excel para inserir os dados em gráficos de coluna nas três faixas etárias.

3. Resultados e Discussão

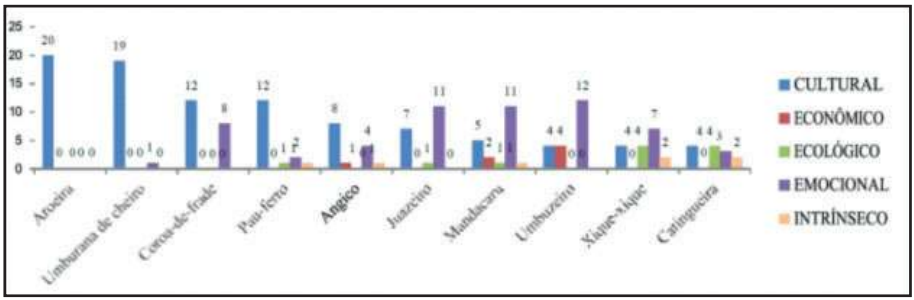
Dos trinta sites pesquisados, foram encontradas citações de 73 espécies de plantas da Caatinga, destas, as 10 mais citadas foram Mandacaru – *Cereus jamacaru* DC (77,33% das citações), Xique-xique – *Pilosocereus gounellei* (F.A.C. Weber) Byles & G.D. Rowley (60%), Juazeiro – *Ziziphus joazeiro* Mart.(60%), Umbuzeiro – *Spondias tuberosa* Arruda (56,66%), Aroeira – *Myracrodruon urundeuva* Allemão (46,66%), Catingueira –*Cenostigma pyramidalis* Tul.(36,66%), Angico – *Anadenanthera colubrina* (Vell.) Brenan (33,33%), Umburana de cheiro - *Amburana cearensis* (Allemão) A.C. Sm, Pau-ferro – *Libidibia ferrea* (Mart. ex Tul.) L.P. Queiroz, e Coroa-de-frade – *Melocactus zehntineri* (Britton & Rose) Luetzelburg (30%). Na pesquisa de campo, considerando essas 10 plantas mais citadas nos sites e todas as faixas etárias analisadas, as mais citadas como "útil" pelos pesquisados em geral foram Mandacaru (100% das citações), Aroeira (100%), Umburana (100%) e Xique-xique, Juazeiro, Umbuzeiro e Coroa-de-frade (98,33%).

Verificou-se que nas três faixas etárias inquiridas, as espécies vegetais selecionadas no estudo são consideradas em sua maioria úteis, sendo registradas apenas seis citações como sem utilidade na primeira faixa etária (20-40 anos) e duas na terceira (a partir de 65 anos). De acordo com observação pessoal do autor, isso poderia

ser explicado em decorrência das transformações ocorridas nos últimos dez anos no bairro, como o aumento de pequenas edificações e programas habitacionais, que consequentemente resultou na perda de áreas com vegetação da Caatinga no bairro amostrado, o que pode ter impossibilitado o contato das pessoas mais jovens com essas plantas. Em estudos sobre etnobotânica de plantas medicinais, Baptistel et al. (2014); Costa e Marinho (2016) argumentaram nesse sentido dizendo ainda que o menor conhecimento dos mais jovens pode ser afetado, por exemplo, por interferência de fatores externos, como a medicina moderna, unidades de saúde, conversão religiosa, aumento da educação formal, falta de interesse, êxodo rural e intensa urbanização. Silva et al. (2015) também afirmaram que conforme a relação com a terra se moderniza e a convivência com a área urbana aumenta, a rede de transmissão de conhecimento sobre plantas pode passar por alterações. Em contrapartida, outros autores usam outra linha de raciocínio para justificar essa questão, Albuquerque et al. (2017) argumentaram que, ao longo de suas vidas, os idosos foram acumulando mais informações ao passo que os jovens conhecem pouco sobre plantas porque estão ainda em um processo de construção do conhecimento.

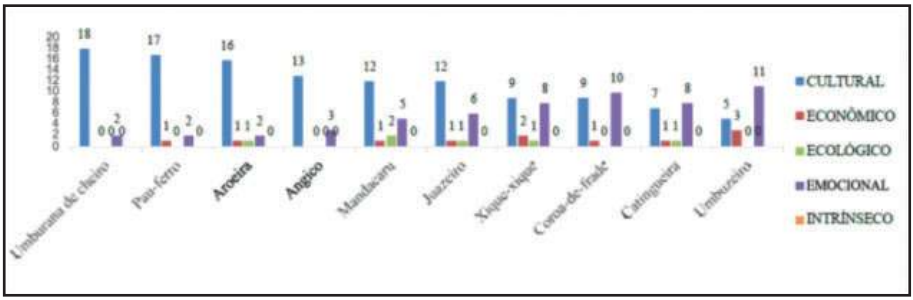
Considerando as três faixas etárias, verificou-se que os valores mais citados foram o "cultural" seguido do "emocional" (gráficos 1, 2 e 3). Sendo Aroeira, Umburana e Pau-ferro, as espécies que apresentaram maior valor cultural (gráfico 3). O valor cultural engloba o conhecimento que é passado de geração em geração (FREITAS et al. 2011), como o uso medicinal das plantas, assim, esse resultado reflete que esse aspecto é o mais valorizado em relação à flora. Ceolin *et al.* (2011) destacam que a família é um sistema de transmissão de conhecimentos e hábitos que promovem a saúde, cuidando e tratando a doença de seus integrantes; provavelmente isso explica em parte a predominância de citações relacionadas ao valor cultural. Registrou-se ainda, relativamente, uma maior diversificação dos tipos de valores nas faixas etárias de 20-40 anos e de 41-64 anos (Figuras 2 e 3). Isso pode ser explicado pelo fato de nessas duas faixas etárias (1ª e 2ª),ainda haver pouco conhecimento sobre o uso de, plantas, enquanto na 3ª faixa etária há um acúmulo de conhecimento, geralmente construído em uma realidade diferente da vivida pelas outras duas.

Gráfico 1: Número de citações que cada valor obteve na faixa etária de 20-40 anos



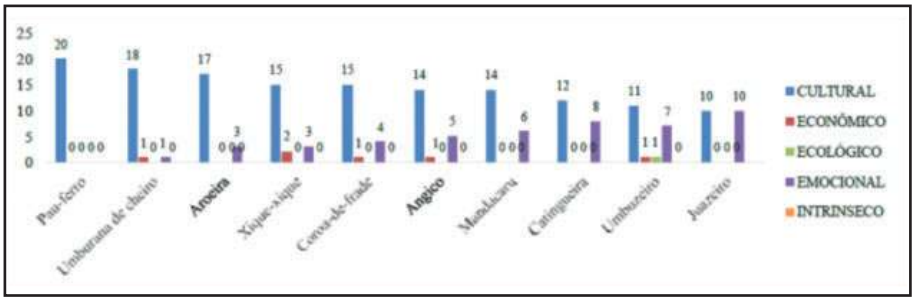
Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 2: Número de citações que cada valor obteve na faixa etária de 41-64 anos



Fonte: elaborado pelas autoras.

Gráfico 3: Número de citações que cada valor obteve na faixa etária a partir de 65 anos



Fonte: Elaborado pelas autoras.

4. Conclusão

Este estudo constatou que a importância e os valores dados às plantas da Caatinga podem variar de acordo com a faixa etária. Como foi observado, na segunda e terceira faixa etária houve uma quantidade maior de plantas consideradas úteis, enquanto que na primeira faixa etária pelo menos seis citações consideraram as plantas sem importância, o que indica que pode estar havendo uma mudança, que passa de geração em geração, no conhecimento de plantas, relacionada por fatores externos como a medicina convencional e êxodo rural, por exemplo. O valor atribuído às plantas, na primeira e segunda faixa etária foi mais diversificado, embora as diferentes categorias tenham sido pouco citadas, sendo o valor cultural mais citado nas três faixas especialmente na terceira, que inclui por exemplo, a utilidade para fins medicinais.

Esses resultados demonstram a necessidade de enfatizar nos espaços urbanos localizados na Caatinga a importância e valor das plantas que ocorrem nesse domínio fitogeográfico, para que as áreas remanescentes sejam protegidas e conservadas. Uma

das medidas que pode promover o conhecimento da utilidade e valorização das espécies vegetais é o plantio dessas espécies na arborização urbana e comunicação de sua utilidade e valores através de atividades de educação ambiental formal e não formal.

Referências

ALBUQUERQUE, U.P.; RAMOS M.A., FERREIRA JÚNIOR, W.S; MEDEIROS, P.M. Approaches and Interests of Ethnobotanical. In: *Ethnobotany for Beginners*. 1. ed. Springer,2017 eBook. p. 17-26.

ALHO, C. J. R. The value of biodiversity. ***Brazilian Journal of Biology***, v. 68, n° 64, p. 1115-1118, 2008.

ANDRADE, E. M. et al. Water as capital and its uses in the Caatinga. ***In***: SILVA, J. M. C.; LEAL, I. R.; TABARELLI, M. (Eds.) Caatinga: the largest tropical dry forest region in South America. Berlin: Spring, 2017. v. 1, cap. 10, p. 281-302.

BARBIERI, E. ***Biodiversidade:*** a variedade de vida no planeta Terra. In: Instituto de Pesca, Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. p. 16, 2010.

BIASETT, F.; MORI, B. A framework of values: reasons for conserving biodiversity and natural environments**.** ***Rev Ethics & Politics,*** p. 527-545, 2016.

BRAVO FILHO et al. Levantamento etnobotânico da família Cactaceae no estado de Sergipe. ***Revista Fitos***, Rio de Janeiro, 2018; 12(1): 41-53.

CEOLIN, Teila et al. Plantas medicinais: transmissão do conhecimento nas famílias de agricultores de base ecológica no Sul do RS. ***Revista da Escola de Enfermagem da USP***, v. 45, n. 1, p. 47-54, 2011.

COSTA, J.C.; MARINHO, M.G.V. Etnobotânica de plantas medicinais em duas comunidades do município de Picuí, Paraíba, Brasil. ***Revista Brasileira de plantas medicinais***, v. 18, n. 64, p. 125-134, 2016.

FERNANDES, M.F.; QUEIROZ, L.P. Vegetação e flora da Caatinga**.** ***Ciência e Cultura,*** v. 70, n. 4, p. 51-56, 2018.

Flora do Brasil 2020 em construção. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: http://floradobrasil.jbrj.gov.br. Acesso em: 20 Nov. 2018.

FREITAS, A.V.L.; COELHO, M.F.B.; MAIA, S.S.S.; AZEVEDO, R.A.B. Plantas medicinais: um estudo etnobotânico nos quintais do Sítio Cruz, São Miguel, Rio Grande do Norte, Brasil. ***Revista Brasileira de Biociências***, v. 10, n. 1, p. 48-59, 2011.

GARDA, A.A. et al. Os animais vertebrados do Bioma Caatinga. ***Ciência e Cultura***,v.70, n. 4, p. 29-34, 2018.

GINDABA, A.; BEKELE, G. E. threats to biodiversity and the role of conservation biology for future sustainability: a review. ***International Journal of Research - Granthaalayah***, v. 5, n. 3, p. 238-242.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Monografias Municipais: Nordeste. 2017. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. p.1-32. Disponível em:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2980/momun_ne_pe_petrolina.pdf.2015.

LEAL, I.R.;TABARELLI, M. & SILVA, J.M.C. Ecologia e Conservação da Caatinga: uma Introdução ao desafio. In: LEAL, I.R, TABARELLI, M, SILVA, J.M.C. (Eds). ***Ecologia e Conservação da Caatinga*.** Ed. Universitaria da UFPE, Recife, 2003.

LIMA-NASCIMENTO, A. M..; RAMOS, E.M.N.F.; BENTO-SILVA, J. S. 2018. Conhecimento e uso das plantas da caatinga por agricultores locais moradores de uma comunidade rural do Município de Pesqueira, Estado de Pernambuco. ***Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE*,** v. 10, n. 1, 75-91.

MESQUITA, D.O, COSTA, G.C, GARDA, A.A, DELFIM, F.R. 2017. Species Composition, Biogeography of the Caatinga Lizards. In: Silva JMC, Leal IR, Tabarelli M (Eds), ***Caatinga: The Largest Tropical Dry Forest Region in South America***. Springer International Publishing: Springer, p. 151-180.

PRADO, D.E. As Caatingas da América do Sul. In: LEAL,I.R, TABARELLI, M., SILVA, J.M.C (Eds), ***Ecologia e Conservação da Caatinga*.** Ed. Universitaria da UFPE, Recife p. 3-73, 2003.

RAMOS, M.A.; MEDEIROS, P.M.; ALMEIDA, A.L.S.; FELICIANO, A.L.P.; ALBUQUERQUE, U.P. 2008. Can wood quality justify local preferences for firewood in an area of Caatinga (dryland) vegetation? ***Biomass and Bioenergy***, v. 32, 503-509.

RAMOS, C.M.C; SILVA, A.F da; SARTORI, A.A.C; ZIMBACK, C.R.L; BASSOI, L.H. Modelagem da variação da temperatura do ar em Petrolina, PE, e Botucatu, SP. ***Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental***, v. 15, n. 9, p. 959-965, 2011.

SENA, L. M. M. ***Conheça e conserve a Caatinga – O bioma Caatinga***. Vol. 1. Fortaleza: Associação Caatinga, 2011. 54 p. Disponível em www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/2sem2015/novembro/Nov.15.33.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

SILVA, C.G.; MARINHO, M.G.V.; LUCENA, M.F.A.; COSTA, J.G.M**.** Levantamento etnobotânico de plantas medicinais em área de Caatinga na comunidade do Sítio Nazaré, município de Milagres, Ceará, Brasil. ***Revista Brasileira de Plantas Medicinais*****,** v. 17, n .1, p. 133-142, 2015.

SILVA, M.G; BILAR, A.B.C; PIMENTEL, R.M.M. Bioma Caatinga sob a perspectiva de estudantes residentes em áreas rurais. ***Journal of Environmental Analysis and Progress***, v. 2, n. 2, p. 160-166, 2017.

SWINGLAND, IR. Biodiversity, Definition of. *In*: Levin, S. A. ***Encyclopedia of Biodiversity***. E- Book. Elsevier, Princeton, New Jersey, 2000.

TABARELLI, M.; Leal IR, SCARANO, F.R; SILVA, J.M.C. Caatinga: legado, trajetória e desafios rumo à sustentabilidade. ***Ciência e cultura***, v. 70, n. 4, p. 25-29, 2018.

A ocorrência do Zika vírus durante a pandemia da Covid-19 em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

The occurrence of Zika Virus during the Covid-19 Pandemic in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil

La presencia del virus del zika durante la pandemia del Covid-19 en Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues[1]
Iram Martins Costa[2]

Resumo

RODRIGUES, Elisângela de Azevedo Silva; COSTA, Iram Martins. A ocorrência do Zika vírus durante a pandemia da Covid-19 em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 163-178, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art9

A ocorrência do Zika vírus no município de Uberlândia (MG) foi registrada inicialmente em 2016, quando os primeiros casos da doença foram notificados. O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de estudar a situação epidemiológica do Zika Vírus, em meio à pandemia pela Covid-19, dando a conhecer a distribuição espacial, sazonal, por faixa etária e sexo dos pacientes, no período da pandemia, nos anos de 2019-2021, no município de Uberlândia. A metodologia utilizada foi um estudo ecológico, descritivo. A pesquisa foi feita por meio do levantamento de casos da doença no banco de dados da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Uberlândia. No período de 2019 a 2021, foram confirmados 191 casos. Durante a referida pandemia, houve queda nos casos de Zika em relação ao ano de 2019: 87,3% em 2020 e 97% em 2021. A maior incidência da doença foi registrada nos bairros do Setor Sul (28,3%), seguido pelo Setor Norte (22,5%). A sazonalidade dos casos ocorreu predominantemente no primeiro semestre de cada ano de estudo, verificou-se a redução da taxa de incidência de casos nos meses subsequentes, com a chegada do inverno. Considerando o perfil epidemiológico cerca de 78% da população afetada foi do sexo feminino. A faixa etária predominante foi na fase adulta (21 a 59 anos) com 78,5%. A análise

1 Doutora (2017) em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membra do Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia na Perspectiva do Ser Humano Integral-GPEGPSHI, com base no Laboratório de Geografia e Educação Popular (LAGEPOP). Atualmente é Professora de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: elisangelarodrigues@yahoo.com.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5169-7093

2 Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2000). Atualmente é agente sanitário da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: áreas de abrangência sus e dengue geoprocessamento. E-mail: geosaude@uberlandia.mg.gov.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2506-8880

da situação epidemiológica da Zika em Uberlândia revelou um grave problema de saúde pública como em grande parte dos municípios do país.

Palavras-chave: Covid-19. Pandemia. Uberlândia. Vírus Zika.

Abstract

RODRIGUES, Elisângela de Azevedo Silva; COSTA, Iram Martins. The occurrence of Zika Virus during the Covid-19 Pandemic in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 163-178, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art9

The occurrence of the Zika virus in the city of Uberlândia (MG) was initially registered in 2016, when the first cases of the disease were reported. The present work was developed with the objective of studying the epidemiological situation of the Zika Virus, in the midst of the Covid-19 pandemic, making known the spatial, seasonal distribution, by age group and sex of patients, during the pandemic period, in the years from 2019-2021, in the city of Uberlândia. The methodology used is an ecological, descriptive study. The study population was constituted through a survey of cases of the disease in the database of the Epidemiological Surveillance of the Municipal Health Department (SMS) of Uberlândia. In the period from 2019 to 2021, 191 cases were confirmed. During the Covid-19 pandemic, there was a drop in Zika cases compared to 2019: 87.3% in 2020 and 97% in 2021. The highest incidence of the disease was in the South Sector neighborhoods (28.3%), followed by the North Sector (22.5%). The seasonality of cases occurred predominantly in the first semester of each year of study, with a reduction in the incidence rate of cases in the subsequent months, with the arrival of winter. Considering the epidemiological profile, about 78% of the affected population was female. The predominant age group was in adulthood (21 to 59 years old) with 78.5%. The analysis of the epidemiological situation of Zika in Uberlândia revealed a serious public health problem, as in most municipalities in the country.

Keywords: Covid-19. Pandemic. Uberlândia. ZikaVirus.

RODRIGUES, Elisângela de Azevedo Silva; COSTA, Iram Martins. La presencia del virus del zika durante la pandemia del Covid-19 en Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. ***Rev. C&Trópico***, v. 46, n. 1, p. 163-178, 2022. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov46n1(2022)art9

Resumen

La ocurrencia del virus Zika en la ciudad de Uberlândia (MG) se registró inicialmente en 2016, cuando se informaron los primeros casos de la enfermedad. El presente trabajo se desarrolló con el objetivo de estudiar la situación epidemiológica del Virus Zika, en medio de la pandemia del Covid-19, dando a conocer la distribución espacial, estacional, por grupo de edad y sexo de los pacientes, durante el periodo

de pandemia, en los años 2019-2021, en la ciudad de Uberlândia. La metodología utilizada es un estudio ecológico, descriptivo. La población de estudio se constituyó a través de una encuesta de casos de la enfermedad en la base de datos de la Vigilancia Epidemiológica de la Secretaría Municipal de Salud (SMS) de Uberlândia. En el período de 2019 a 2021 se confirmaron 191 casos. Durante la pandemia de Covid-19 se registró una caída de casos de Zika con respecto a 2019: 87,3% en 2020 y 97% en 2021. La mayor incidencia de la enfermedad se presentó en los barrios del Sector Sur (28,3%), seguido del Norte Sector (22,5%). La estacionalidad de los casos ocurrió predominantemente en el primer semestre de cada año de estudio, con una reducción en la tasa de incidencia de casos en los meses posteriores, con la llegada del invierno. Considerando el perfil epidemiológico, alrededor del 78% de la población afectada eran mujeres. El grupo de edad predominante fue en la edad adulta (21 a 59 años) con un 78,5%. El análisis de la situación epidemiológica del Zika en Uberlândia reveló un grave problema de salud pública, como en la mayoría de los municipios del país.

Palabras clave: Covid-19. Pandemia. Uberlândia. Virus Zika.

1. Introdução

O Zika vírus (ZIKV) é um arbovírus do gênero Flavivírus. Foi isolado, em 1947, em mosquitos da espécie Aedes (*Stegomyia*) africanus e macacos do gênero Rhesus na floresta Zika na Uganda e isolado pela primeira vez em um ser humano na Nigéria em 1954. ZIKV é um vírus RNA e há duas linhagens, Africana e Asiática (KARABATSOS, 1985; HADDOW et al., 2014; ENFISSI et al., 2016).

Os vírus da Zika são flavivírus intimamente semelhantes ao da dengue no que se refere à distribuição nos trópicos e ao ciclo de transmissão (CAMPOS et al., 2021).

O Zika é um vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* (mesmo transmissor da dengue e da febre Chikungunya) na área urbana. No entanto, a transmissão não vetorial também foi reportada, incluindo transmissão sexual, transfusão de sangue e materno-fetal (CAMPOS et al., 2021). Os sintomas incluem febre, erupção cutânea, mialgia e artralgia (SHARP et al., 2019).

A infecção emergente pelo Zika vírus (ZIKV) tornou-se uma ameaça à saúde global devido à associação com anormalidades neurológicas graves: a síndrome de Guillain-Barré (SGB) em adultos e a síndrome congênita do Zika vírus (SCZ) em neonatos (CAMPOS et al., 2021).

No Brasil, foram notificados 37.011 casos em 2015; 216.207 em 2016; 17.452 em 2017; 8.024 em 2018; 10.768 em 2019; e 3.692 em 2020 e 6.143 em 2021(DUARTE et al., 2021; SAÚDE DO VIAJANTE, 2022).

Entre as regiões brasileiras, em 2021, a região Nordeste foi a que teve o maior número de casos registrados, 5.710 no total, representando 74,5% dos casos da doença notificados no país. No Estado da Paraíba, até a 45ª semana epidemiológica, foram notificados 1.335 casos no país (PORTAL DO CORREIO, 2022).

Em Minas Gerais, foram notificados seguidamente, 2.7182 casos de ZIKV (em 2015), 14.436 (em 2016), 746 (em 2017), 167 (em 2018), 725 (em 2019), 464 (em 2020), 95 casos da doença (em 2021). Os municípios mineiros em que foram registrados a maioria dos casos em 2021 foram respectivamente: Cataguases (19), Uberaba (16) e Governador Valadares (8) (RODRIGUES, 2018; SES-MG, 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021).

De acordo com Rodrigues *et al.* (2018), em estudo realizado no município de Uberlândia, entre 2016 a 2018, foram confirmados 279 casos de ZIKV, sendo respectivamente: 75 casos (em 2016), 130 casos (em 2017) e 74 casos (em 2018) (RODRIGUES, 2018).

Em meio à pandemia de Covid-19, muitas doenças foram subnotificadas. De acordo com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em 2021, comparado ao ano anterior, as três doenças transmitidas pelo mesmo agente (o mosquito *Aedes aegypti*) aponta para uma redução nos casos (BIERNATH, 2021).

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de estudar a situação epidemiológica da Zika Vírus, antes e durante a pandemia de Covid-19, nos anos 2019-2021, dando a conhecer a distribuição espacial, sazonal, por faixa etária e sexo dos pacientes, no período da pandemia, no município de Uberlândia, Minas Gerais.

2. Metodologia

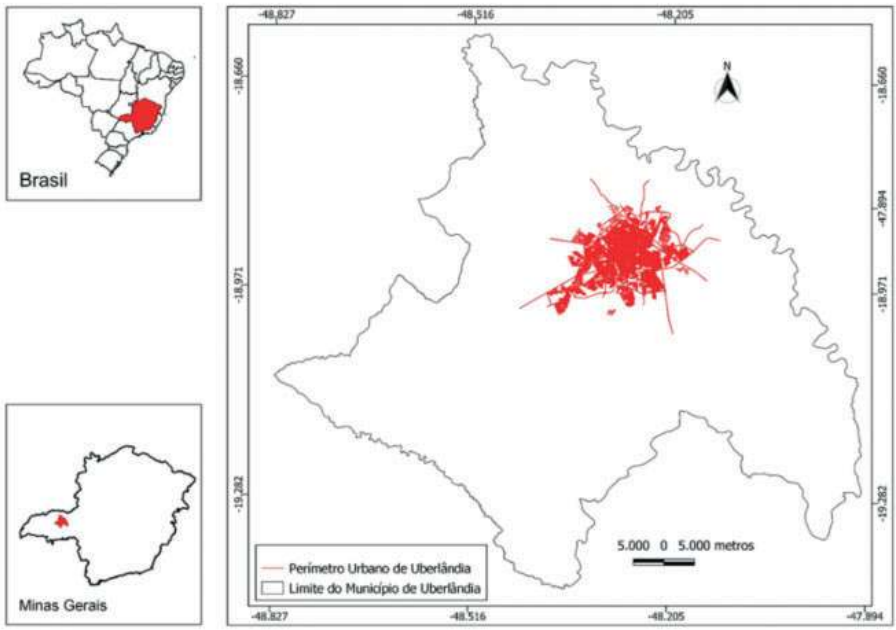
O município de Uberlândia localiza-se no estado de Minas Gerais, na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, entre as coordenadas geográficas 18º55'23" de latitude sul e 48º17'19"de longitude oeste, a uma altitude média 863 metros. A área total é de 4.115,09 km^2, sendo na zona urbana e 3.896,822 km^2 e 219,00 km^2 são ocupados pela zona rural (IBGE, 2010).

As áreas rurais, dominadas principalmente pela pastagem e plantações de soja. Uberlândia é dividida em 05 Distritos: Uberlândia (Distrito sede), Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuirama (PAVANIN et al., 2017).

O município faz divisa com os municípios de Araguari, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara, Uberaba e Veríssimo (IBGE, 2010).

O clima é tropical semiúmido com as estações do ano bem definidas, apresentando o inverno seco e verão chuvoso. A média de chuva anualmente é de aproximadamente 1500-1600 mm e a temperatura média mensal varia de 20,9ºC a 23,1ºC sendo as maiores temperaturas nos meses de outubro a abril. A vegetação predominante é típica do Cerrado (IBGE, 2010) (Figura 1).

Figura 1: Localização do Município de Uberlândia – MG.



Fonte: Prefeitura de Uberlândia (2015).

O município encontra-se entre as bacias hidrográficas dos rios Araguari e Tijuco pertencentes à bacia hidrográfica do rio Paraná, tendo o rio Uberabinha e seu afluente ribeirão Bom Jardim como os principais mananciais utilizados para o abastecimento de água para a cidade.

O município constitui-se num importante entroncamento dos principais pontos de comunicação com os centros urbanos das regiões Sudeste e Centro-Oeste (IBGE, 2010; 2013; PAVANIN, 2017). A população de Uberlândia foi estimada, em 2021, em 706.597 habitantes (IBGE, 2021).

3. Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada trata-se de um estudo ecológico, descritivo. A pesquisa foi feita por meio do levantamento de casos da doença no banco de dados da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Uberlândia (MG). Após serem obtidos os endereços das residências dos casos positivos de ZIKV os dados foram transportados para o georreferenciamento dos bairros no software QGIS 3.22.1. A partir do georreferenciamento dos bairros, foram produzidos mapas para auxiliar na produção da análise epidemiológica. Em seguida, foi feito um

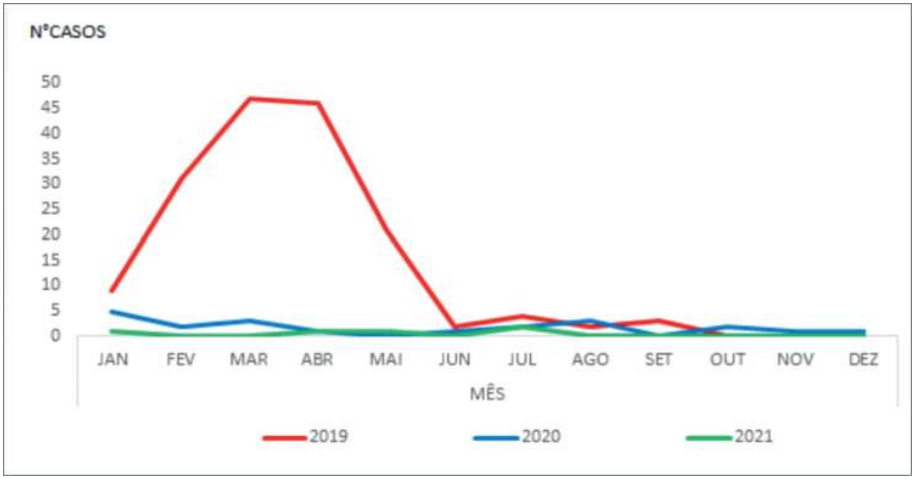
recorte espacial dos bairros que apresentaram os maiores índices de ocorrência de ZIKV (ESPINOSA *et al.,* 2016).

4. Resultados e discussão

Em Uberlândia, entre nos anos de 2019-2021, foram confirmados 191 casos de Zika vírus, sendo respectivamente, 165 casos (em 2019), 21 (em 2020) casos e 05 casos (em 2021). Verificou-se a queda casos da doença no período de estudo, que compreende o ano anterior do início e durante a pandemia de Covid-19.

Na figura 2, se pode ver a sazonalidade dos casos de ZIKV em Uberlândia (MG), por mês, nos anos de 2019 a 2021.

Figura 2: Uberlândia (MG): Sazonalidade dos casos de ZIKV, entre 2019-2021



Fonte: VIGEP/SMS – Uberlândia, 2022.

Na figura 2, se pode ver que o pico de casos de ZIKV ocorreu entre fevereiro a maio de 2019, respectivamente com: 31, 47, 46 e 21 casos. Em 2019, foram registrados casos de ZIKV em quase todos os meses do ano, com exceção dos meses de outubro, novembro e dezembro.

Em 2020, a maioria dos casos da doença ocorreu nos meses: janeiro (5), março (3) e agosto (3). Em 2021, houveram apenas cinco (5) casos, desses dois (2) casos ocorreram no mês de julho (2).

Foi verificado que no primeiro semestre de cada ano houve a concentração da maioria dos casos de ZIKV. A partir de 2020, no período do início da pandemia de Covid-19, os casos diminuíram 87,3% em relação a 2019. Em 2021, houve a queda de 76,2% em relação a 2020.

Estes dados também corroboram com o estudo realizado por Magalhães et al. (2021) intitulado: "Perfil epidemiológico da dengue e Zika durante a pandemia da Covid-19 em Minas Gerais" que demonstra a incidência maior de casos entre os meses de abril e maio diminuindo a taxa de incidência de casos nos meses subsequentes, devido a chegada do inverno, consequentemente pelo fato da queda de temperatura.

Este estudo também se assemelha ao realizado por Carvalho e Souza (2016) no trabalho: "Reflexão acerca da incidência dos casos de Dengue, Chikungunya e Zika no Brasil" cujos resultados apontam a maior incidência de casos de Zika nos primeiros meses do ano e diminuição no inverno.

Tabela 1: Uberlândia (MG): Casos de ZIKV, por sexo, entre 2019-2021

Ano	Sexo		Total
	M	F	
2019	35	130	165
2020	05	16	21
2021	02	03	05
Total	42	149	191

Fonte: VIGEP/SMS – Uberlândia, 2022.

Como se pode ver na tabela 1, no período de 2019 a 2021, os casos notificados de febre ZIKV foi predominante no sexo feminino, com 78,0% (149) e 22,0% (42), no sexo masculino.

Este resultado corrobora com o estudo realizado por Canto e colaboradores no estado da Bahia em que houve a predominância de casos registrados no sexo feminino (CANTO et al., 2021).

De acordo com Callegaro e colaboradores (2017), o fato de mais notificações da doença em mulheres pode estar relacionado à maior permanência dentro dos domicílios, e pelo fato de procurarem mais por atendimento médico quando se comparado aos homens. Os autores revelam que a Zika tem geografia e classe no Brasil: são mulheres pobres e nordestinas que são as principais afetadas pela nova doença (CALLEGARO, 2017).

Na tabela 2, pode-se ver os casos de ZIKV por faixa etária, nos anos de 2019-2021.

Tabela 2: Casos de ZIKV (2019-2021), por faixa etária, em Uberlândia (MG)

Faixa etária	Casos 2019	Casos 2020	Casos 2021	Total	%
Criança (0 – 12 anos)	06	02	02	10	5,2
Jovem (12 -21 anos)	23	02	03	28	14,7
Adulto (21 – 59 anos)	131	17	0	148	77,5
Idoso (59-acima)	05	0	0	05	2,6
Total	165	21	05	191	100

Fonte: VIGEP/SMS – Uberlândia, 2022.

Como se pode ver na tabela 2, os casos de Zika notificados foram, em sua maioria, na fase adulta, na faixa etária entre 21 a 59 anos, acima de 77,5%, somados os três anos de estudo. A maior incidência de casos nessa faixa etária ocorreu em 2019, com 131 casos da doença. Em comparação com o período anterior à pandemia, a tendência de casos na faixa etária de 21 a 59 anos continuou a mesma.

Em seguida, a faixa etária com maior número de casos foi a fase jovem, entre 12 a 21 anos, correspondendo a 14,7%, e na sequência, a fase infantil, na faixa etária de 0 a 12 anos, com 5,2% e nos idosos, acima de 59 anos, com 2,6%.

Quando analisada a distribuição por faixa etária, os resultados deste estudo corroboram com os obtidos realizados na Bahia, no estudo "Zika vírus em tempos de pandemia de coronavírus: análise comparativa dos oito primeiros meses dos anos de 2019 e 2020, o qual foram notificados os casos na fase adulta (CANTO et al., 2021).

De acordo com Nascimento et al (2021), os resultados demonstram que a população, em meio a pandemia, deixou de procurar assistência médica por medo do risco de contaminação pela Covid-19. Dessa forma, houve a subnotificação de casos de doenças como a ZIKV como também, a subnotificação de outras arboviroses transmitidas pelo Aedes aegypti.

A tabela 3 demonstra a distribuição espacial de casos de ZIKV em Uberlândia-MG, por bairro, entre 2019 a 2021.

Tabela 3: Distribuição espacial dos casos de ZIKV em Uberlândia-MG, por bairro, entre 2019 a 2021

Setor Oeste		Setor Norte		Setor Central		Setor Sul		Setor Oeste		Zona Rural	Sem Informação
Morumbi	11	Jardim Brasília	11	Bom Jesus	07	São Jorge	22	Morada Nova	09	04	02
Santa Mônica	10	Maravilha	11	Brasil	03	Laranjeiras	15	Chácaras Panorama	03		
Jardim Ipanema	04	Marta Helena	06	Lídice	02	Shopping Park	04	Guarani	02		
Segismundo Pereira	02	Santa Rosa	05	Martins	01	Granada	03	Jaraguá	02		
Tibery	02	Minas Gerais	04	Osvaldo Rezende	01	Lagoinha	02	Jardim das Palmeiras	02		
Morada dos Pássaros	02	Nossa Senhora das Graças	03	Daniel Fonseca	01	Vigilato Pereira	02	Jardim Europa	02		
Residencial Integração	01	Alto Umuarama	02			Pampulha	01	Luizote de Freitas	02		
Aclimação	01	Presidente Roosevelt	01			Seringueiras	01	Residencial Pequis	02		
Prosperidade	01	Gramado	01			Morada da Colina	01	Taiaman	02		
Jardim Manaim	01	Pacaembu	01			Jardim Botânico	01	Jardim Canaã	01		
Alvorada	01	Liberdade	01			São Gabriel	01	Dona Zulmira	01		
		São José	01			Santa Luzia	01	Lago Azul	01		
								Monte Hebron	01		
								Jardim Holanda	01		
								Planalto	01		
Total	37		47		15		54		32	04	02

Fonte: VIGEP/SMS, Uberlândia (2022). Elaborado pelos autores (2022).

Na Tabela 3, pode-se observar que o setor com maior incidência dos casos foi o setor Sul, com 28,3% dos casos, seguido pelo setor Norte, com 24,6%, o setor Leste, com 19,4%, o setor Oeste, com 16,8% e o setor Central, com 7,8%, na zona rural, com 2,1% e sem informação, com 1% dos casos da doença.

No mapa 3, da distribuição espacial dos casos de ZIKV em Uberlândia-MG, por bairro, entre 2019 a 2021, se pode ver os nove (9) bairros com maior número de casos de ZIKV.

Os bairros com maior número de casos localizados no setor Sul: São Jorge e Laranjeiras, de acordo com a classificação elaborada por Lima (2016), ambos os bairros possuem vulnerabilidade social baixa à alta (LIMA, 2016).

O bairro São Jorge possui a área de 4,58 km2 e 26.564 habitantes (IBGE, 2010).

De acordo com Rodrigues et. al (2018), em seu trabalho intitulado: "Epidemiologia da Dengue, Zika e Chikungunya, entre 2014 a 2016, em Uberlândia (MG), o bairro São Jorge, no ano de 2016, apresentou poucos casos da ZIKV.

Na pesquisa realizada, por Rodrigues e colaboradores, no trabalho intitulado: "Saneamento ambiental e seu impacto na saúde urbana do ZIKV no município de Uberlândia, no período de 2017 e 2018", desde 2017, o bairro São Jorge tem apresentado um crescente número de casos da doença (RODRIGUES et al., 2018).

Segundo Tavolucci e Fonseca (2007), o bairro São Jorge tem como característica principal, como possível gerador de focos do mosquito *Aedes aegypti*, o descarte de resíduos sólidos provenientes do lixo doméstico e de comércios relacionados à construção civil, em terrenos baldios. Esse bairro possui características semelhantes e é limítrofe com o bairro Laranjeiras, o qual, por sua vez, mede 4,96 km^2 de área e tem 19.403 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 3: Mapa de distribuição espacial dos casos de ZIKV em Uberlândia-MG, por bairro, entre 2019 a 2021



Fonte: VIGEP/SMS – Uberlândia, 2022. Elaboração: Autores, 2022

Nos bairros do setor Norte, Jardim Brasília e Maravilha são limítrofes e são os que mais se destacaram no setor. O bairro Jardim Brasília possui uma área de 2,84 km2 e 14.439 habitantes (IBGE, 2010). Encontra-se próximo à nascente dos córregos Buritizinho e Liso, que se localizam à direita do bairro Maravilha. O bairro Maravilha (Setor Norte) possui aproximadamente 6.643 habitantes (IBGE, 2010) e área de 1.12 km^2. De acordo com Carrijo e Baccaro (2000), em algumas áreas desses bairros, há o

descarte incorreto dos entulhos, o que compromete a qualidade da água, do solo e da própria vegetação.

De acordo com Leite e Silva (2020), em seu estudo intitulado: "Qualidade ambiental do loteamento Jardim Brasília-prolongamento e setor F – chácaras, localizado no município de Uberlândia/MG", constatou que o bairro possui a vulnerabilidade alta com renda per capita de R$ 979,63. Além de possuir alta índice de casos de Zika, lidera os casos de Covid-19 no município de Uberlândia (LEITE; SILVA, 2020).

Segundo Rodrigues et al (2018), com o recorte espacial, o bairro Jardim Brasília (Setor Norte) demonstrou uma porcentagem elevada de casos de Zika entre 2014 e 2016. De forma similar, no estudo realizado por esses mesmos autores, em 2021, os casos de ZIKV têm sido recorrentes. Esses dados sugerem que a alta vulnerabilidade social existente no bairro Jardim Brasília pode ser um fator agravante que influencia a ocorrência da ZIKV.

No Setor Leste do município, os bairros Santa Mônica e Morumbi tiveram a maior quantidade de casos. O bairro Santa Mônica (Setor Leste) tem uma população com aproximadamente de 35.737 habitantes, sendo o maior número de habitantes do município de Uberlândia, possui um alto adensamento populacional e área de 5.74 km² (IBGE, 2010). A vulnerabilidade social é de baixa à baixíssima (LIMA, 2016).

O bairro Santa Mônica, de acordo com as informações do Centro de Controle de Zoonoses de Uberlândia, por ser próximo à Universidade Federal de Uberlândia (Campus Santa Mônica), possui um alto percentual de apartamentos fechados ofertados para a locação. Esses apartamentos, muitas vezes, tornam-se focos do mosquito Aedes aegypti, que podem ser encontrados em ralos, privadas e calhas. Ainda de acordo com Rodrigues et al. (2018), outros tipos de focos encontrados no bairro Santa Mônica são nos pratos de vasos de plantas e nas plantas aquáticas.

O bairro Morumbi (Setor Leste) possui área de 386,6 km^2 e 13.492 habitantes. Nesse bairro, há um histórico de alagamentos durante o período chuvoso, que se deve a problemas relacionados ao escoamento pluvial provocando o acúmulo de água, propício para a formação de focos do mosquito Aedes aegypti (IBGE, 2010; MELAZO, 2008).

O bairro Morada Nova está situado na região Oeste do município de Uberlândia-MG e foi criado em 1982. Segundo Firmino e Moura (2020), o bairro apresenta uma série de problemas de saneamento básico: falta de coleta de esgoto, asfalto e rede de água pluvial; entretanto, dispõe de água tratada, posto de saúde, transporte público, escola estadual e municipal. A população total estimada no bairro Morada Nova é de aproximadamente 10.000 pessoas (FIRMINO; MOURA, 2020).

O bairro Chácaras Panorama (Setor Oeste) foi criado no final da década de 1980, é um bairro que possui aproximadamente 3.086 habitantes, possui uma área de 5.25 km² (IBGE, 2010). De acordo com Moura (2002), uma parte do bairro se localiza próximo a ocupação dos bairros abarcados pelos limites da bacia hidrográfica do Córrego Guaribas com moradias destinadas à população de baixa renda do município de Uberlândia.

O bairro Bom Jesus (Setor Central) possui área de 0,67 km2 e 4.466 habitantes (IBGE, 2010). O estudo realizado por Biziak e colaboradores (2020), sobre "a análise

da sustentabilidade urbana por meio da avaliação da qualidade ambiental do setor central de Uberlândia-MG", demonstrou que o bairro Bom Jesus, entre os bairros do setor Central, apresenta os piores indicadores, sendo avaliados indicadores para avaliar a qualidade ambiental urbana como a qualidade da água e do ar, resíduos sólidos, a preservação de áreas verdes, enchentes, vulnerabilidade ambiental. Ainda de acordo com estes autores, o bairro está entre os pontos de inundação na cidade de Uberlândia. Isso se deve ao crescimento rápido do perímetro urbano e sem um planejamento eficaz do uso da terra.

5. Considerações finais

Na análise da situação epidemiológica da ZIKV em Uberlândia, no período de 2019 a 2021, comprovou-se que houve a queda de casos da doença no município o que pode estar relacionado à Covid -19.

O município de Uberlândia apresenta casos de ZIKV doença desde 2016. Vale ressaltar que no início da pandemia, a partir do ano de 2020, houve a queda de casos de ZIKV e crescimento de casos de Covid-19 assim como na tendência nacional.

A partir de 2020, ano de início da pandemia pela Covid-19, em comparação com o ano de 2019, houve a queda de 87,3% dos casos e comparando 2021 com 2020, a queda foi de 76,2%. A queda nos casos de ZIKV pode ser explicada pelo fato de a população, principalmente no primeiro ano de pandemia, não ter procurado atendimento médico por medo de se contaminar com a Covi-19, e da possível coinfecção dessas duas doenças, houve a subnotificação das arboviroses transmitidas pelo Aedes aegypti.

Outro fato relevante foi que o Centro de Controle de Zoonoses e os agentes de saúde tiveram dificuldades em visitar as residências no período dessa pandemia para fazer o trabalho de controle vetorial e o acompanhamento de enfermidades nas residências. Dessa forma, foi necessário esforços da prefeitura municipal em investir em campanhas de conscientização veiculadas nos meios de comunicação sobre a importância de receber em casa os agentes de controle de zoonoses e os agentes de saúde para reforçar as medidas de controle do Aedes aegypti.

Conclui-se que é importante o incentivo às medidas de controle do Aedes aegypti, a educação da população e políticas públicas que incentivem a notificação dos casos das doenças que são transmitidas pelo Aedes aegypti, dentre elas, a ZIKV.

Referências

BIZIAK, L. D., DE ARAÚJO, A. A.; DA SILVA, C. R. (2020). Análise da sustentabilidade urbana por meio da avaliação da qualidade ambiental do setor central de Uberlândia-MG. ***Brazilian Journal of Development*****,** v. *6, n.* 5, 27232-27251.

BIERNATH, A. ***Casos de chikungunya disparam e acendem alerta de nova epidemia no Brasil.*** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59675295. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde: Secretaria de Vigilância em Saúde. Situação Epidemiológica Dengue, Zika, Chikungunya, Febre Amarela e Sarampo. Brasília, DF, 2018. 19p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos-cit/2018/dezembro/4-a-b-apresentacao-devit-cit.pdf Acesso em: 18 jan. 2022.

CALLEGARO, K.; BATTISTI, I. D. E.; DAROIT, D. J. Aspectos epidemiológicos da dengue autóctone na fronteira noroeste do Rio Grande do Sul, Brasil, no período de 2007 a 2015. ***Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*****,** v. 13, n. 24, p. 54, 2017.

CAMPOS, Daniel Melo de Oliveira et al. Avanços sobre o Zika vírus pós-pandemia: uma revisão de literatura. ***Rev. méd. Minas Gerais***, p. 31208-31208, 2021.

CANTO, G. M. et al. ZIKA VÍRUS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE CORONAVIRUS: ANÁLISE COMPARATIVA DOS OITO PRIMEIROS MESES DOS ANOS DE 2019 E 2020, NA BAHIA. ***The Brazilian Journal of Infectious Diseases***, v. 25, p. 101194, 2021.

CARRIJO, B. R.; BACCARO, C. A. D. Análise sobre a erosão hídrica na área urbana de Uberlândia (MG). ***Caminhos de geografia***, v. 2, n. 2, 2000.

CARVALHO, C. D. S.; DE SOUZA, Z. H. Reflexão acerca da incidência dos casos de Dengue, Chikungunya e Zica no Brasil. *In*: ***Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional De Pesquisa Multidisciplinar, Anais...*** 2016.

DUARTE, Geraldo et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: infecção pelo vírus Zika. ***Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]***. v. 30, n. spe1 [Acessado 30 Janeiro 2022], e2020609. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-4974202100017.esp1>. ISSN 2237-9622. https://doi.org/10.1590/S1679-4974202100017.esp1.

ENFISSI, A.; CODRINGTON, J.; ROOSBLAD, J.; KAZANJI, M.; ROUSSET, D. Zika virus genome from the Americas. ***Lancet***. 387, p. 227-8, 2016.

ESPINOSA, M.O., POLOP, F., ROTELA, C.H., ABRIL, M. Spatial pattern evolution of Aedes aegypti breeding sites in an Arg Argentinean city without a dengue vector control programme. ***Geospatial health***, v. 11, n. 3, 2016. https://doi.org/10.4081/gh.2016.471

FIRMINO, M.; MOURA, G. G. A saúde do homem e sua percepção sobre o sistema público de saúde. A UBSF e o atendimento ao público masculino no bairro Morada Nova, Uberlândia/MG. ***Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde***, v. 16, p. 105-120, 2020.

HADDOW, A. D.; SCHUH, A. J.; YASUDA, C. Y.; KASPER, M. R.; HEANG, V., HUY, R.; WEAVER, S. C. Genetic characterization of Zika virus strains: geographic expansion of the Asian lineage. ***PLoS Neglected Tropical Disease***, v. 6, n. 2, e1477, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ***Contagem da população 2006 e Malha Municipal Digital do Brasil. Uberlândia-MG***. IBGE, 2010.

IBGE. ***Contagem da população 2006 e Malha Municipal Digital do Brasil. Uberlândia-MG.*** IBGE, 2013.

IBGE. ***Contagem da população 2006 e Malha Municipal Digital do Brasil. Uberlândia-MG.*** IBGE, 2021.

KARABATSOS, N. ***International catalogue of arboviruses including certain other viruses of vertebrates***. San Antônio: American Society of Tropical Medicine and Hygiene, 1985.

LEITE, E. S.; SILVA, L. R. T. ***Qualidade ambiental do loteamento Jardim Brasília-prolongamento e setor F – chácaras, localizado no município de Uberlândia/MG.*** Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/eduardo-leite-7/publication/342335167_qualidade_ambiental_do_loteamento_jardim_brasilia_-_prolongamento_ e_setor_f_-_chacaras_localizado_no_municipio_de_uberlandiamg/links/5eee1a51458515814a6ee412/qualidade-ambiental-do-loteamento-jardim-brasilia-prolongamento-e-setor-f-chacaras-localizado-no-municipio-de-uberlandia-mg.pdf Acesso em: 18 jan. 2022.

LIMA, F. A. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG. 148 p**.** ***Dissertação*** (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia - Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

MAGALHÃES, Caíque Olegário Diniz et al. Perfil epidemiológico da dengue e Zika vírus durante a pandemia da Covid-19 em Minas Gerais. ***Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento***, v. 10, n. 16, pág. e67101623207-e67101623207, 2021.

MELAZO, G. C. Mapeamento da cobertura arbóreo-arbustiva em quatro bairros da cidade de Uberlândia-MG. 2008. 136 f. ***Dissertação*** (Mestrado em Engenharias) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

NASCIMENTO, C. S., CORREIA, J. P. S., TEMÓTEO, C. C. S.; CAMPOS, A. L. B. (2021). Impactos no perfil epidemiológico da Dengue em meio a Pandemia da COVID-19 em Sergipe. ***Research, Society and Development***, v. 10, n. 5, e3610514544. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i5.14544.

OLIVEIRA, A. B. S. D. O AUMENTO DO ZIKA VÍRUS NO DISTRITO FEDERAL JUNTO A PANDEMIA DE COVID-19. ***Revista Multidisciplinar em Saúde***, *[S. l.]*, v. 2, n. 4, p. 29, 2021. DOI: 10.51161/rems/2343. Disponível em: https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rems/article/view/2343. Acesso em: 27 jan. 2022.

PAVANIN, E. V.; CHUERUBIM, M. L.; LÁZARO, B. de O. Geoprocessamento aplicado ao estudo de vulnerabilidade do solo da bacia hidrográfica do córrego Guaribas em Uberlândia-MG. ***REEC***, v. 13, n. 2, p. 17, 2017.

PORTAL DO CORREIO. Paraíba é estado com mais casos de zika no Brasil e 3º com mais ocorrências de Chikungunya. Disponível em: https://portalcorreio.com.br/paraiba-e-estado-com-mais-casos-de-zika-no-brasil-e-3o-com-mais-ocorrencias-de-chikungunya/. Acesso em: 10 fev. 2022.

RODRIGUES, E. A. S.; COSTA, I. M.; LIMA, S. C. Epidemiologia de Dengue, Zika e Chikungunya, entre 2014 a 2016, em Uberlândia (MG). ***Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde***, v. 14, n. 30, 2018.

SAÚDE DO VIAJANTE. Brasil – S***ituação Epidemiológica Dengue, Chikungunya e Zika***. Disponível em: https://www.saudedoviajante.pr.gov.br/Noticia/Brasil-Situacao-Epidemiologica-Dengue-Chikungunya-e-Zika. Acesso em: 30 jan.2022.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. ***Boletim Epidemiológico de Monitoramento de casos de Dengue, Febre, Chikungunya e Zika Nº39***, Semana Epidemiológica 51. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, 2016. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/Boletim_Aedes_19-12-2016_%C3%81REA_T%C3%89CNICA.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. ***Boletim Epidemiológico de Monitoramento de casos de Dengue, Febre, Chikungunya e Zika Nº81***, Semana Epidemiológica 51. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, 2017. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2017/Boletins_AEDES/Boletim_Aedes_REA%20TCNICA_18-12-2017.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. ***Boletim Epidemiológico de Monitoramento de casos de Dengue, Febre, Chikungunya e Zika Nº117***, Semana Epidemiológica 51. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Boletim_Aedes_17-12-2018_IMPRENSA.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. ***Boletim Epidemiológico de Monitoramento de casos de Dengue, Febre, Chikungunya e Zika Nº159***, Semana Epidemiológica 51. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, 2019.

Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Boletim_Aedes_18.12.2019.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. ***Boletim Epidemiológico de Monitoramento de casos de Dengue, Febre, Chikungunya e Zika Nº 194***, Semana Epidemiológica 01. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, 2020. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/Boletim_Arboviroses_194.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. ***Boletim Epidemiológico de Monitoramento de casos de Dengue, Febre, Chikungunya e Zika Nº226***, Semana Epidemiológica 51. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, 2021.

Disponível em:https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2021/Boletim_Arboviroses%20N%C2%BA%20226%20-%2021-12-2021.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

SHARP, Tyler M. *et al.* Testes de diagnóstico de dengue e Zika vírus.

para pacientes com doença clinicamente compatível e risco de infecção por ambos os vírus. ***Recomendações e Relatórios MMWR***, v. 68, n. 1, pág. 1, 2019.

TAVOLUCCI, L.M.; FONSECA, M.L.P. Avaliação das condições de vida no setor sudeste de Uberlândia-MG. ***Horizonte Científico***, v. 1, n. 1, 2007.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2014. População por bairros. Disponível em: http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1460.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.



Eudes Mota.
Sem título, 1988.
Óleo sobre tela, 125 x 80 cm.
Capa: trabalho gráfico sobre composição do artista.
Imagem cedida pelo acervo iconográfico da Fundaj.

Fundação Joaquim Nabuco

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ISSN 0304-2685
770304 268000